

Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Relatório de Gestão 2003-2006

Promoção da Igualdade

Racial

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Matilde Ribeiro

Secretária-adjunta

Maria do Carmo Ferreira da Silva

Chefe de Gabinete

Sandra Regina Maria do Carmo Teixeira

Assessor Parlamentar

Benedito Cintra

Assessora Internacional

Magali Naves

Subsecretária de Políticas de Ações Afirmativas

Maria Inês da Silva Barbosa

Subsecretário de Planejamento e Formulação de Políticas

Antônio da Silva Pinto

Subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais

Carlos Eduardo Trindade

O Relatório de Gestão 2003-2006 é uma publicação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República. Esplanada dos Ministérios, bl.A, 9º andar, CEP 70054-900, Brasília, Distrito Federal.

Coordenação geral: ministra Matilde Ribeiro; redação: Carlos Augusto Pessoa Machado, Fernanda Bittencourt Vieira, Jorge Luiz Carneiro de Macedo e Maria Palmira da Silva; colaboração: Cristina Teodoro Trinidad e Gevanilda Gomes dos Santos; preparação de texto e edição: Rose Silva.

Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Relatório de Gestão

2003-2006



Promoção da Igualdade

Racial

Sumário

Introdução	6
Apresentação	8
Lições Aprendidas Inspiram Futuro	10
Inovações no Cenário Político	12
Política de Igualdade Racial	18
Trabalhos Desenvolvidos.....	33
1 – Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais	36
1.1 - Programa Brasil Quilombola	36
1.2 - Apoio às Comunidades de Terreiro	65
1.3 - Comunidades Indígenas e Ciganas.....	68
1.4 - Segurança Alimentar e Nutricional.....	72
2 – Políticas de Ações Afirmativas	74
2.1 - Educação e Cidadania	74
2.2 - Desenvolvimento, Trabalho e Geração de Renda	87
2.3 - Saúde e Qualidade de Vida	98
2.4 - Cultura, Organização e Diversidade	103
3 – Intercâmbios e Relações Internacionais	120
3.1 - Inserção na Carreira Diplomática	123
3.2 - Debates e Formulação de Políticas	124
3.3 - Relações Multilaterais.....	132
3.4 - Relações Institucionais nas Regiões	140
Balanco das Ações	148
Referências Bibliográficas.....	155
Anexos.....	157
Siglas	203

INTRODUÇÃO

“Vida é luta. Vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal.”¹



O relatório da gestão 2003-2006 demonstra o trabalho realizado pelo governo brasileiro no que diz respeito à promoção de políticas de igualdade racial, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), como parte da construção de um projeto democrático e popular inovador para a nação. Desde o primeiro ano, o governo federal demonstrou seu comprometimento com a efetivação de mudanças significativas para a sociedade brasileira, especialmente para os grupos sociais mais desfavorecidos.

Essas políticas respondem questões históricas da sociedade com o objetivo amplo de institucionalizar formas de superação do racismo, discriminações e intolerâncias correlatas. Portanto, ao iniciar a segunda gestão, é imprescindível efetuar um balanço das experiências de implementação dessas políticas, dado o seu caráter inédito e desbravador.

Nos textos iniciais – Inovações no Cenário Político e Política de Igualdade Racial – são demonstrados os marcos históricos para as políticas públicas voltadas à inclusão racial nos últimos anos, bem como os princípios para seu desenvolvimento e as principais ações estruturantes desencadeados pelo governo federal na gestão 2003-2006.

Já o texto Ações Desenvolvidas contém três itens: 1) Quilombos e outras comunidades tradicionais: Programa Brasil Quilombola; Comunidades de Terreiro; Comunidades Indígenas e Ciganas; e Segurança Alimentar e Nutricional; 2) Políticas de Ações Afirmativas:

¹Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*

Educação e Cidadania; Desenvolvimento, Trabalho e Renda; Saúde e Qualidade de Vida; Cultura, Organização e Diversidade; e 3) Intercâmbios e Relações Internacionais. A descrição das ações apresenta os principais programas e projetos nessas áreas com seus respectivos resultados.

A parte final, Balanço das Ações, avalia os avanços obtidos com a implementação da política e os principais desafios colocados à próxima gestão.

Assim, este relatório apresenta a descrição e análise dos processos de construção e os resultados da política de igualdade racial, bem como suas potencialidades, o que, por sua vez, indicará a reafirmação de escolhas e a reformulação de diretrizes e caminhos futuros.



APRESENTAÇÃO

Mensagem do senhor presidente da República por ocasião da apresentação do balanço de gestão da Seppir

Desenvolvimento, para nós, significa abrir caminhos no mapa da esperança e ampliar as fronteiras da cidadania, para além dos limites consagrados pelo privilégio, imposto por injustiças sociais e econômicas.

Esse entendimento forma o fio condutor que unifica nossos dois mandatos e orienta agora, também, as ações e investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – destinados a dar sustentação e maior velocidade ao crescimento brasileiro.

A mesma visão estratégica baliza nossas políticas setoriais. Em especial, aquelas destinadas às parcelas excluídas da sociedade, para as quais o simples crescimento econômico é insuficiente para reverter a desigualdade secular que marca a sua história. A ação indutora do Estado, neste caso, é imprescindível e dela depende em boa parte a conquista da cidadania plena pelos grupos que vivem discriminação do ponto de vista racial e étnico.

O fato é que o racismo introduz uma rigidez adicional ao exercício da cidadania e à democratização do desenvolvimento. Essa convicção levou-nos a criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Trata-se de um espaço público que visa atender as demandas históricas de grupos afetados pela intolerância e desigualdade racial, étnica e ou cultural – os povos indígenas, os ciganos, os judeus, os palestinos, com ênfase para a população negra.

De cada dez brasileiros pobres, seis são negros. A mortalidade infantil é 60 por cento superior entre as crianças negras. Se acrescentamos à discriminação da cor, a de gênero, veremos que a mulher negra sintetiza as múltiplas injustiças de nossa sociedade. Uma negra, pobre, nordestina, moradora da área rural ganha, hoje, em média, um terço do que ganha um cidadão branco.

Diante dessa realidade, a Seppir funciona como um espaço democrático especial do Estado brasileiro para coibir as mais variadas formas de racismo e intolerância trazidas do passado, que ameaçam a democracia no presente e comprometem o horizonte humanista do futuro.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta eficaz da cidadania brasileira para fazer valer os direitos previstos na nossa Constituição; bem como na Convenção Internacional contra Todas as Formas de Discriminação Racial e na Declaração e Plano de Ação elaborados na III Conferência mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, das Nações Unidas.

Cabe à Seppir coordenar essa ação nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal – para que a superação da discriminação racial e do racismo seja incorporada ao verdadeiro pacto federativo e civilizatório.

1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

e sociedade promovendo a igualdade racial



Arquivo Seppir

Para isso foi criada a Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial e realizada a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), gerando diretrizes de ação destinadas a todos os órgãos de governo. Incluem-se aí as políticas afirmativas, a exemplo da lei que obriga a inserção da cultura afro-brasileira no nosso sistema educacional, e do Prouni, que possibilita bolsas aos estudantes pobres, entre eles os negros e indígenas, os quais, de outra forma, dificilmente ingressariam no ensino superior brasileiro. Vale também destacar o Programa Brasil Quilombola, que intensifica o atendimento à demanda de milhares de pessoas que só passaram a ter seus direitos considerados pelo Estado a partir da revisão Constitucional de 1988.

Avançamos muito nesses quatro anos, mas podemos e devemos avançar muito mais. A aceleração do crescimento brasileiro amplia os espaços para que possamos dar um salto e construir uma verdadeira equidade racial e social em nosso país.

Retroceder na História para corrigir os erros do passado é impossível. Mas é possível inaugurar um novo ciclo no presente, que leve a um outro desfecho no futuro, realizando o sonho de um Brasil unido na diversidade feita de justiça e cidadania para todos.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

LIÇÕES APRENDIDAS INSPIRAM FUTURO

A Seppir foi criada em 21 de março, que é o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela ONU em 1960, como forma de solidariedade contra o apartheid. Esse dia, portanto, é um marco para desenvolvimento da política nacional e das relações internacionais, em especial com a África.

Os marcos históricos são fortes e reveladores de ações coletivas para o combate às injustiças sociais. O reconhecimento da pluralidade da população brasileira e o desenvolvimento de políticas para promoção da igualdade racial são passos importantes para a construção da democracia e de uma sociedade mais humana, o que significa uma imensurável conquista para todos.

Porém, construir a Seppir e a política de igualdade racial, que é resultado de uma ação histórica do movimento negro, como responsabilidade do governo e de toda a sociedade, não tem sido tarefa fácil.

A constatação de que desde a luta contra o quase genocídio dos indígenas e os períodos nefastos da escravidão (que em nosso país durou praticamente quatro séculos), a sociedade movimentou-se contra o racismo e a exclusão social e racial, é essencial nesse processo de reordenamento das políticas.

No entanto, esses grupos continuam excluídos do exercício da cidadania, pois os indicadores socioeconômicos demonstram prejuízos no acesso a bens e serviços públicos. Na maioria das vezes compõem camadas empobrecidas da sociedade. Acrescenta-se a referência importante de que, após quase 120 anos da Abolição, os descendentes de africanos não tiveram efetivas oportunidades no campo da cidadania, dos direitos e da inclusão social, política e econômica.

Embora essa realidade histórica seja pouco flexível, vale incorporar nesse breve raciocínio os ensinamentos de Eder Sader (1988), que em estudos sobre a dinâmica do movimento dos trabalhadores afirma que “novos personagens entraram em cena” na luta por direitos e democracia. Com isso, os movimentos sociais como os de negros, mulheres e homossexuais ganharam fôlego e contribuíram para o fortalecimento da visão sobre a diversidade e a multiplicidade das questões sociais e políticas, bem como para a luta por igualdade de direitos e de oportunidades.

Pretende-se com essa dinâmica de mudanças superar os abismos gerados entre os diferentes agrupamentos raciais e etnias formadoras da sociedade brasileira, a lei e a vida. Ao longo da história, enormes distâncias passaram a existir entre ricos e pobres, brancos e negros e os demais grupos étnico-raciais, homens e mulheres.

Assim, torna-se imprescindível a consideração e a efetivação dos princípios de nossa Constituição Federal, segundo a qual “todos são iguais perante a lei, independente de sexo, raça, credo, orientação sexual, origem social”. Em decorrência disso, entende-se a urgência de incorporar outros temas históricos à elaboração dos diagnósticos sobre os problemas que afligem o Brasil, ampliando-os para além da interpretação puramente ou primordialmente classista, com incorporação de outros conteúdos e conceitos.



Jaciara Aires

Nesse sentido, o reconhecimento do Estado, a partir de uma ação de governo, da existência do racismo e da discriminação racial e a criação de uma instância para desempenhar o papel de formular ações direcionadas à promoção da igualdade são, sem dúvida, de profunda importância.

Entretanto, o desafio maior é a formulação de estratégias que enfrentem e transformem, permanentemente, a realidade vivida pela população negra e pelos demais grupos raciais discriminados. Esse deve ser o eixo central para o segundo mandato: promover um salto qualitativo na agenda da política nacional e instituir um novo marco regulatório, uma política fiscal e orçamentária adequadas para a consolidação da política de promoção da igualdade racial.

As atuais ações no campo das políticas de igualdade racial causam controvérsias nos cenários nacional e internacional – calorosos apoios, reconhecimento da necessidade e também fortes contestações. Sabemos, no entanto, que construir o novo é mergulhar no desconhecido, com a certeza de que o ponto de chegada, embora possa estar distante, é almejado historicamente por grandes contingentes da população brasileira e planetária, isto é, a igualdade de oportunidades e de tratamento do ponto de vista legal e no exercício da política pública.

Sem sombra de dúvida, isso é o que impulsiona nossas ações. Dessa forma, procuramos responder às demandas da população que necessita das políticas públicas para garantia da qualidade de vida.

Por isso, o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem como linha de ação a concepção de que para se implementar políticas públicas eficazes e inclusivas é preciso considerar a pluralidade da sociedade brasileira. Para se concretizar e impactar positivamente a vida dos grupos étnico-raciais é necessário o envolvimento ativo dos governos locais.

Devemos incorporar as palavras do Presidente da República “(...) Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais”, em seu discurso de posse em 1º de janeiro de 2007, e com isso dar continuidade e intensificar esse importante trabalho.

Matilde Ribeiro

Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

INOVAÇÕES NO CENÁRIO POLÍTICO



Os pilares deste governo são as áreas econômica e social, com destaque para o equilíbrio dos interesses macro-estruturais, a infra-estrutura e os serviços, em uma lógica democrática e popular. Procura-se dessa forma responder às necessidades da população que carece de políticas públicas para melhorar sua qualidade de vida.

Não se pode negar a necessidade e importância das políticas públicas universais. No entanto, considera-se que para enfrentar e superar as desigualdades raciais deve-se combinar o desenvolvimento de políticas universais às ações afirmativas, considerando o processo histórico dos grupos étnicos discriminados.

É preciso ainda analisar que nas duas últimas décadas do século XX o Brasil teve seu crescimento econômico estagnado como resultado do modelo político neoliberal. No que se refere à qualidade de vida, foi extremamente prejudicada a parcela mais empobrecida da população e, por consequência, os negros, indígenas, as mulheres e os jovens são mais atingidos pelos altos índices de desemprego e pela precarização das condições de trabalho. Ressaltam-se ainda naquele momento a banalização do ideal de soberania nacional e o crescimento da cultura da violência.

Como reação aos efeitos do neoliberalismo surgiram iniciativas regionais e internacionais de manifestações e de crítica a esse modelo de desenvolvimento, assim como a afirmação da necessidade de alteração na lógica e no papel do Estado e da sociedade civil, nas dinâmicas da agenda política contra exclusão social e as discriminações étnico-raciais e de gênero.

Houve nesse período a intensificação dos debates internacionais sobre direitos humanos e sobre igualdade e diversidade, combinada às políticas econômicas e sociais. Essas discussões realizaram-se por diversas vias, entre elas as conferências mundiais convocadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o apoio e a participação de governos e da sociedade civil organizada. Destacaram-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92, realizada no Brasil, em 1992; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, em 1993; a Conferência Internacional sobre

População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994; a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Beijin; e a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas², em Durban, em 2001. Nos últimos anos tem-se realizado um novo ciclo de revisões das declarações e plataformas dessas conferências, o que traz inovações nas proposições políticas e ações dos agentes envolvidos.

No campo eleitoral, em países de regiões diversas, evidenciaram-se reações às políticas autoritárias e excludentes. Em várias partes do mundo elegeram-se governos de cunho democrático e popular. Na África do Sul ocorreu o final do apartheid e a eleição de Nelson Mandela; no Brasil, a eleição e reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva; na Venezuela, a eleição e reeleição de Hugo Chávez; na Bolívia, a eleição de Evo Morales; no Chile, a eleição de Michelle Bachelet; no Uruguai, a eleição de Tabaré Vázquez; e na Nicarágua, a eleição de Daniel Ortega.

² Esse evento passa a ser denominado “Conferência de Durban”, mais diretamente.



Novos atores emergiram na ordem política dos estados, configurando uma imagem inovadora do poder político, o que se percebe nas figuras de presidentes como um operário brasileiro, um indígena boliviano e uma mulher chilena. Além da representação pública, esse cenário apontou para a perspectiva de que a vivência da diferença e dos direitos sociais engendrou a institucionalidade e os espaços formais da política.

No Brasil, a partir da década de 70, ampliou-se o debate acerca das políticas públicas e o papel do Estado. Em face do processo de redemocratização, os movimentos sociais trouxeram no bojo de suas reivindicações novas perspectivas críticas e de garantias de participação política e cidadã. Com isso, ocorreram momentos extremamente significativos para uma sociedade mais justa e participativa, como as lutas contra a ditadura, pelo fim da estrutura bipartidária e por eleições diretas, entre outras.

Portanto, a rigor, os movimentos sociais – com destaque para o movimento negro, de mulheres negras e os setores sindicais e partidários – tiveram importância fundamental para implementação da política de igualdade racial nas esferas de governo. Em 1988, momento em que o Brasil celebrou o centenário da abolição, foi realizada a revisão da Constituição Federal, sinalizando conquistas e desafios para a sociedade no campo da igualdade racial:

- a criminalização do racismo passou a ser marco jurídico que disciplina e coíbe a prática do racismo, uma vez que este passou a ser considerado crime imprescritível e inafiançável³;
- foi criada a Fundação Cultural Palmares (FCP)⁴, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, cuja missão corporificou os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos afro-brasileiros como importantes formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e à indispensável ação do Estado na preservação das manifestações afro-brasileiras;
- foi reconhecido o direito de posse da terra às comunidades quilombolas. De acordo com o artigo 68 da Constituição brasileira, “os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras terão o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Como marco histórico, é importante destacar que, a partir de 1995, o movimento negro assumiu uma posição contundente ao demonstrar suas reivindicações por políticas públicas de igualdade racial, exigindo posicionamento dos governos federal e locais. Em novembro daquele ano foi realizada, em Brasília, uma das mais significativas manifestações públicas em parceria com diversos outros setores, a “Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, com a participação de cerca de 30 mil pessoas. Na oportunidade, os coordenadores do evento reuniram-se com o presidente da República e entregaram um documento no qual foi exigido do poder público o desempenho do seu papel de promotor e indutor da igualdade, por meio de medidas positivas e propositivas.

Por sua ação efetiva, o movimento negro passou a direcionar-se mais para o campo das políticas públicas, ampliou seu status político e tornou suas vozes e reivindicações mais explicitamente visíveis. Naquele momento, a temática racial foi incorporada às políticas públicas, havendo também vinculação com o debate internacional.

³Artigo 5º da Constituição Federal.

⁴A FCP foi instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, tendo o seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10 de janeiro de 1992.

Como já mencionado anteriormente, a “Conferência de Durban” provocou uma mobilização internacional pela democracia e a reafirmação de direitos humanos e igualdade racial, sete anos após a finalização formal do apartheid. Esse evento contou com 173 países que ratificam metas, medidas e planos de ação para eliminação do racismo, discriminação, xenofobia e intolerância.



Jaciara Aires

No processo de realização, houve a declaração do “Ano Internacional de Mobilização Contra o Racismo e todas as formas de Intolerância”. Com isso, desencadeou-se um intenso debate acerca da geração de oportunidades para grupos historicamente excluídos por meio de políticas públicas de ações afirmativas.

O Brasil, signatário da “Declaração de Durban”, revigorou o debate sobre a implementação de políticas de ações afirmativas como estratégia de combate ao racismo na sociedade brasileira. Em 2006, com o apoio do movimento negro regional e de diversas instituições⁵, o governo brasileiro realizou, em Brasília, a “Conferência Regional das Américas Sobre os Avanços e Desafios para o Plano de Ação Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas”, como continuidade ao processo iniciado em 2000, na “Conferência Regional de Santiago”, no Chile.

Mais precisamente em 2002, o governo federal havia passado a desenvolver diferentes ações para atender as demandas surgidas, das quais se destacaram a MP nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, que criou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação com o objetivo de propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância; o Programa Diversidade na Universidade, promotor do acesso ao ensino superior de grupos excluídos, especialmente de negros e indígenas; o Programa Brasil Gênero e Raça, no Ministério do Trabalho; Ações afirmativas no Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o programa Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia (pág.123).

Dessa maneira, foi evidenciado que, para responder aos desafios de atender as necessidades da população em todas as suas dimensões, deve-se considerar, para a formulação das políticas públicas, a existência das desigualdades de gênero e raça como fatores que geram discriminações e exclusões em nossa sociedade.

As campanhas eleitorais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente em 2002 e 2006, demonstraram a incorporação dessa dimensão, traduzida posteriormente em ações governamentais⁶, cujos princípios são: o reconhecimento da existência do racismo e por consequência da necessidade de políticas de promoção da igualdade racial; e a busca de afirmação de um modelo de desenvolvimento econômico, viável e, ao mesmo tempo, racial e socialmente justo.

Nesse contexto, após a eleição e posse do presidente Lula, consolidaram-se perspectivas de desenvolvimento de políticas de igualdade racial mais intensas do que nos períodos anteriores. Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003, ele anunciou as perspectivas do novo governo: “(...)O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século,

⁵O Comitê Internacional foi formado por representantes das seguintes organizações: African Canadian Legal Clinic, Human Rights Internet, Comitê Intertribal, New Constituency Development and Health Disparities Initiatives, Centro de Culturas Indígenas del Peru, Center for the Articulation of Marginalized Populations (CEAP), Escuela Graduada de Administración Pública Universidad de Puerto Rico, Organización de Desarrollo Etnico Comunitario (ODECO), Mundo Afro, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, Ministerio de Educación y Cultura, Geledés e Fundação Ideas (Chile), e ainda Sergian Galvan e Ann Mckinley.

⁶Nos Programas de Governo 2003-2006 e 2007-2010 e, mais especificamente, nos programas setoriais “Brasil sem Racismo” (2002) e “Igualdade Racial” (2006).

uma nação plural, diversificada, contraditória. O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera”.

Como resultado de uma negociação entre o governo e a sociedade civil, foi criada, em 21 de março de 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)⁷, órgão assessor da Presidência da República, com status de ministério. Sua função é formular, articular e coordenar políticas para a superação do racismo e promoção da igualdade racial. A missão da Seppir é atender as demandas dos grupos discriminados do ponto de vista racial e étnico, a considerar também os componentes históricos, culturais e políticos. Assim, a ênfase está na relação com a população negra, mas volta sua atenção também para os povos indígenas, os ciganos, os judeus e árabes-palestinos.

A criação da Seppir representa a confluência de um momento duplamente vitorioso. Por um lado, foi a materialização de uma histórica reivindicação do movimento negro em âmbito nacional e internacional e, por outro, uma resposta ao compromisso eleitoral e político da sociedade brasileira. Pela primeira vez o Estado se colocou como responsável pelo enfrentamento estrutural das relações de desigualdades raciais instituídas.

A primeira gestão demarcou o início da construção de uma ação pioneira pelo governo federal e deu-se por meio de muitas mãos e mentes. Com isso, enfrentou-se o desafio de fazer valer a perspectiva de um novo patamar para as políticas públicas brasileiras.

Portanto, a tarefa não está acabada. Ao contrário, foi iniciado um longo caminho cujos desdobramentos dependerão dos arranjos e negociações no campo político nacional e internacional. Nesse sentido, ao tomar posse no segundo mandato, em 1º de janeiro de 2007, o presidente Lula anunciou: “Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente – para melhor – na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social. (...) O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia. Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais”.

Por esse histórico, a construção da política de igualdade racial e da própria Seppir – que se tornou uma instituição estratégica para a redução das desigualdades raciais e para o combate às discriminações étnico-raciais e intolerâncias correlatas – é sem dúvida um grande desafio.

⁷ Medida Provisória nº 111, transformada na Lei nº 10.678, em 23 de maio de 2003.




A

criação da Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial (PNPIR)⁸ significou um novo marco regulatório na estrutura do governo federal. Sob coordenação e monitoramento da Seppir, a PNPIR propiciou o desenvolvimento de diretrizes que buscam a ampliação de valores democráticos a partir de ações concretas para a superação do racismo em todas as políticas públicas.

É importante observar que a PNPIR traz uma mudança na dinâmica de representação de poder do Estado ao orientar-se não mais pela representação formal e abstrata, e sim por uma noção do direito à igualdade e à diferença. Na dimensão real e concreta da ação social, a conjunção dos dois tipos de direito implica ressignificar a política pública de caráter universal considerando em sua formulação e implementação a perspectiva da igualdade racial sob forma das ações afirmativas.

⁸ A PNPIR foi instituída em 20 de novembro de 2003, pelo Decreto Lei nº 4.886.



POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL

Cleber Medeiros

Outro aspecto inédito da ação governamental na esfera social é o Plano Plurianual (PPA) de 2004 a 2007⁹, que incorporou a redução das desigualdades raciais¹⁰ como diretriz, com vistas a aprimoramentos na versão de 2008 a 2011, em fase de elaboração. Nesse sentido, é importante demonstrar a dinâmica orçamentária, a lógica de priorização e a abrangência das políticas como componentes estratégicos para a compreensão da política de igualdade racial.

Vale salientar que em 2003, ano de criação da Seppir, não havia orçamento para a Secretaria. Em 2004, o orçamento¹¹ foi de R\$ 17.429.666,00 e os convênios somaram R\$ 7.538.855,00. Em 2005, o orçamento¹² foi de R\$ 19.849.844,00, e os convênios somaram R\$ 8.872.589,26. E, em 2006 o orçamento¹³ foi de R\$ 19.001.739, e os convênios somaram R\$ 8.456.429,71¹⁴.

⁹ Plano Plurianual é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal que estabelece, de forma descentralizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal no período de quatro anos, promovendo a identificação clara dos objetivos e prioridades do governo. O planejamento econômico e social, expresso no PPA 2004-2007, contou, na fase de elaboração com a participação tanto da sociedade civil quanto de várias esferas de governo. Alguns dos problemas fundamentais abordados no Plano são: concentração da renda, exclusão social, desemprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras.

¹⁰ Esquematizada no Megaobjetivo I “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais”, a qual representa um significativo avanço para as políticas públicas. Porém, a medida ainda está circunscrita apenas à área social.

¹¹ Lei nº10.837, de 16 de janeiro de 2004.

¹² Lei nº11.100, de 25 de janeiro de 2005.

¹³ Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.

¹⁴ Pela dinâmica orçamentária, todos os anos há o contingenciamento, o que retém parte do orçamento global.

Portanto, como demonstra o quadro de convênios celebrados¹⁵, foram: 31 em 2004; 45 em 2005; e 82 em 2006. Os repasses foram feitos organizações não-governamentais e governos.

Organizações não governamentais			
Eixos/áreas da Seppir	Convênios/termos de cooperação		
	2004	2005	2006
Comunidades Tradicionais	06	16	29
Ações Afirmativas	12	17	26
Relações Internacionais	01	02	01
Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial	--	01	01
Total	19	36	57

Governos			
Órgãos governamentais	Convênios/termos de cooperação		
	2004	2005	2006
Subsecretaria de Comunicação Institucional (Secom)	01	--	--
Ministério da Defesa	01	--	--
Ministério dos Esportes	01	--	--
Ministério das Relações Exteriores	--	01	--
Ministério da Cultura (FCP)	--	01	--
Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq	--	01	01
Municípios	03	01	14
Estados	01	05	08
Fundações	05	--	02
Total	12	09	25

Acordos de Cooperação Técnica Internacional foram firmados em 2005 e 2006 com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) - Projeto BRA 06/013; e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) - Projeto BRA 914/3031, visando à promoção da igualdade racial.

A opção por estabelecer trabalhos com governos e organizações não-governamentais por meio de convênios, com recursos próprios da Seppir, advém do esforço para ampliar a capacidade de ação do órgão. Pela lógica da transversalidade diversos órgãos públicos federais direcionam recursos às políticas estimuladas pela PNPIR. Porém, a maior contribuição da Seppir para a ampliação dessa política se dá na captação de recursos junto a instituições de cooperação nacional e internacional, empresas públicas e privadas e outros setores, sendo estes destinados diretamente aos parceiros, por meio de instrumentos específicos, e não entram, portanto, em seu orçamento próprio. Nesses casos, a Secretaria exerce o papel de estimuladora e apoiadora da iniciativa, por meio da articulação de interesses entre as partes e monitoramento das atividades desenvolvidas.

Outro componente importante é a estrutura regimental e o quadro de pessoal da Seppir¹⁶, que no momento tem a seguinte configuração:

¹⁵ Anexo 1: convênios firmados em 2004, 2005 e 2006.

¹⁶ O Decreto 4.651, de 27 de março de 2003, apresentou como estrutura: o gabinete, uma Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, uma Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas; e uma Subsecretaria de Relações Institucionais. Posteriormente, esse instrumento foi revogado e entrou em vigor o Decreto no. 5.197, de 27 de agosto de 2004, pelo qual foi criada a Subsecretaria de Comunidades Tradicionais no lugar da Subsecretaria de Relações Institucionais.

- a) órgão de assistência direta e imediata à ministra - gabinete;
- b) órgãos específicos singulares - Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SubPlan), Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas (SubA) e Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (SubCom);
- c) órgão colegiado - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR).

A estrutura de pessoal comporta 43 cargos em comissão, sendo:

Gabinete	Subsecretarias
01 Titular da Pasta 01 Secretária Adjunta 01 Chefe de Gabinete 01 Assessoria Especial 03 Assessorias Gerais 03 Assessorias Técnicas 01 Assistente Técnico 02 Assistentes 01 Coordenação de Ouvidoria 01 Coordenação de Gabinete	03 Titulares das Subsecretarias 03 Diretores de Programas 06 Gerentes de Projetos 14 Assessorias Técnicas 02 Assistentes
Total: 15 cargos	Total: 28 cargos

Os três aspectos somados – a diretriz política, a dimensão orçamentária e o quadro de pessoal, aliados à ótica de priorização e direcionamento político da ação - traduzem muito da capacidade de intervenção do órgão. Assim, apresenta-se neste item o desenho dessas políticas, na gestão de 2003 a 2006, tendo como eixos de ação:

- a) Quilombos e outras comunidades tradicionais: Programa Brasil Quilombola; Comunidades de Terreiro; Comunidades Indígenas e Ciganas; e Segurança Alimentar e Nutricional.
- b) Políticas de Ações Afirmativas: Educação e Cidadania; Desenvolvimento, Trabalho e Renda; Saúde e Qualidade de Vida; Cultura, Organização e Diversidade.
- c) Intercâmbios e Relações Internacionais.

Esses aspectos do modelo de gestão da PNPIR alimentam a condução metodológica, que se pauta a partir de três princípios: Transversalidade, Gestão Democrática e Descentralização. Tais princípios são desenvolvidos de maneira simultânea e expressam o conjunto das ações do governo federal e da relação deste com as demais instâncias da administração pública, instituições privadas e com a sociedade civil.

Transversalidade

O princípio da transversalidade constitui-se a partir da incorporação dos valores da equidade étnico-racial às iniciativas do Estado, por meio da vinculação das ações de igualdade racial a todas as áreas da política pública, com ênfase às questões sociais, econômicas, políticas e de infra-estrutura, com vistas a garantir a melhoria das condições de vida e o exercício da cidadania para todos os brasileiros.

Dessa forma, serão citados como exemplos o desenvolvimento da Ação com Comunidades Quilombolas; da Ouvidoria e Monitoramento de Leis; e da Capacitação de Gestores nos temas transversais.



Ação com comunidades quilombolas. O atendimento às comunidades quilombolas dá-se por meio do Programa Brasil Quilombola (PBQ), lançado em 12 de março de 2004, a partir da “Ação Kalunga”, em Goiás, ampliado posteriormente para todo o país. O PBQ organiza o trabalho do governo federal por meio de ações transversais, setoriais e interinstitucionais expressas no PPA. Tais ações são articuladas com os entes federativos (governos federal, estaduais e municipais), empresas públicas e privadas, do ponto de vista do apoio financeiro e de execução. Destaca-se, ainda, a relação com a sociedade civil, sobretudo com as Associações Estaduais de Comunidades de Quilombos (AECQ) ou Coordenações Estaduais de Comunidades de Quilombos (CECQ), assim como a Coordenação Nacional de Comunidades de Quilombos (Conaq), como principais fontes de informação e delimitação das políticas públicas, uma vez que são as aglutinadoras do patrimônio histórico constituído pelos quilombolas.

Para a revisão dos instrumentos legais e posterior elaboração do PBQ, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)¹⁷, coordenado pela Seppir e pela Casa Civil da Presidência da República, do qual participaram 14 órgãos de governo, com a atribuição de promover a revisão dos instrumentos legais com o intuito de garantir os direitos dos quilombos, previstos no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

¹⁷ Decreto de 13 de maio de 2003.



A partir desses instrumentos, foi elaborado o Decreto nº 4.887¹⁸, que representa um passo importante para a regulamentação do procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades de quilombos, conferindo essa responsabilidade ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual opera por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com o acompanhamento direto da Seppir e da Fundação Cultural Palmares (FCP), esta última vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

A Seppir responde pela coordenação geral, planejamento, implementação e monitoramento do PBQ. A coordenação opera-se por meio de um Comitê Gestor composto pelo MDA/Incra; o MinC/FCP; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e a Casa Civil. Esses órgãos reúnem-se sistematicamente para articular suas iniciativas, monitorar as frentes de atuação e definir estratégias para solucionar as principais demandas das comunidades de quilombos. O programa envolve, ainda, outros 25 órgãos do governo federal¹⁹: ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas.

O desenvolvimento do PBQ, relatado nessa publicação (pág. 36 a 43), apresenta o desenvolvimento de ação conjunta entre vários órgãos do governo federal, com estados e municípios, e, ainda, com setores públicos, privados e a sociedade civil.

Ouvidoria e monitoramento de leis. Nesse campo a atuação da Seppir foi voltada à organização de uma forma de tratamento das práticas de racismo e de discriminação racial junto aos órgãos governamentais, agentes públicos, empresas ou por parte de pessoas físicas; e busca criar uma rede que envolva parceiros públicos e privados. Assim, à Ouvidoria compete:

- receber, analisar e encaminhar as denúncias de discriminação racial de indivíduos e grupos étnico-raciais;
- acompanhar os encaminhamentos dados junto aos organismos de governo e manter informado o demandante;

¹⁸ Anexo 2: Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003.

¹⁹ Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da Defesa (MD); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Integração Nacional (MIN); Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério da Saúde (MS); Ministério das Cidades (MCidades); Ministério das Comunicações (MC); Ministério do Esporte (ME); Ministério do Meio Ambiente (MME); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Turismo (MTur); Ministério de Minas e Energia (MME); Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP); Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação Banco do Brasil (FBB); Caixa Econômica Federal (Caixa); Petrobrás; Eletrobrás; Eletronorte; e Furnas.

- formar comissões especiais, compostas por membros do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR) e peritos ou autoridades especificamente convidados a integrá-la, mediante fixação de prazo de atuação, para elaboração e apresentação de relatórios à titular da Seppir;
- participar da mediação de conflitos nas comunidades de remanescentes de quilombos, oriundos do processo de titulação da terra;
- identificar junto aos outros organismos de governo, especialmente a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), situações que possibilitem atuar conjuntamente em casos de violação de direitos;
- acompanhar e avaliar a execução das políticas de igualdade racial.

Em 2005, foram recebidas 55 denúncias e reclamações (em média, 11 por mês), por meio de atendimento pessoal, carta, mensagem eletrônica, fax e por telefone. Os temas variaram desde a discriminação racial no ambiente de trabalho, que correspondeu a 10% do total; a discriminação religiosa, a 10%; injúria racial a 40%; práticas de racismo pela internet, a 15%; racismo institucional, a 15%; e às práticas de racismo em geral, a 10%.

Já em 2006 houve uma ampliação da procura, foram recebidas 314 denúncias e reclamações (em média 26,16 por mês), por meio de atendimento pessoal, carta, mensagem eletrônica, fax e por telefone. A discriminação racial em ambiente de trabalho correspondeu a 12% do total; a discriminação religiosa a 17%; injúria racial a 25%; práticas de racismo pela internet a 25%; racismo institucional a 15%; e as práticas de racismo em geral a 6%.

No que diz respeito à legislação, houve monitoramento da tramitação de projetos de lei voltados à igualdade racial, sendo eles: a) o PLS 213/2003 - Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado em novembro de 2005 no Senado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)²⁰, devendo ainda ser submetido a votação na Câmara Federal; b) o PL 73/99, que prevê a reserva de vagas no ensino superior para alunos oriundos de escolas públicas, entre eles negros e indígenas; e c) o PLS 45/2001, que prevê a concessão da anistia pós-morte a João Cândido, o Almirante Negro.

Ainda, desde 2005, a Seppir coordena o Projeto Revisão da Ordem Jurídica - Igualdade Étnico-Racial, como mecanismo de sensibilização, difusão, estímulo e articulação entre os estudiosos e profissionais de direito. Para tanto, foi realizada uma parceria da Seppir com a Fundação Ford do Brasil, com o apoio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cujo propósito foi a elaboração de pareceres que indiquem a revisão do sistema normativo nacional, voltado à eliminação de anacronismos e inadequações terminológicas. Esse projeto está em consonância com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e outros tratados internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário. Em junho de 2006, foi lançado o livro, *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial*, que contém dez pareceres focados na igualdade étnico-racial: Direito Internacional dos Direitos Humanos; Direito Constitucional; Direito Público; Direito Agrário; Quilombos e Igualdade; Povos Indígenas; Direito Civil; Processo Civil; Direito do Trabalho; e Direito Penal. O livro é utilizado como instrumento de trabalho com instituições públicas e privadas e contribui com o aprofundamento de debates sobre o ordenamento jurídico nacional. Apresenta, também, uma reflexão sobre as lacunas legislativas que colocam obstáculos e/ou limitam a efetiva promoção da igualdade racial, o combate ao racismo

²⁰ Tendo como base o PL 3198/2000 que possui um relatório substitutivo elaborado pela Comissão Especial da Câmara Federal, em 10 de dezembro de 2002.

e à discriminação. Em 2007, serão realizadas oficinas com operadores de direito e instituições atuantes na área que concretizarão a segunda parte do projeto.

Os aspectos abordados traduzem a ação interna da Seppir, pois a Ouvidoria associa-se a todas as áreas de trabalho no campo da igualdade racial. Há ainda cotidianamente a construção da ação conjunta com outros órgãos de governo e com a sociedade civil, mais explicitamente junto ao CNPIR.

Capacitação de gestores nos temas transversais. A “Capacitação de gestores públicos e de agentes sociais para operar políticas de promoção da igualdade racial” é uma linha definida no PPA como elemento fundamental para a garantia da transversalidade de raça nas políticas públicas. Assim, tem-se construído um diálogo e ações concretas com o MP desde 2003, quando a Seppir provocou a realização de oficinas sobre a transversalidade de gênero e raça nas ações do governo federal, com a participação de outros órgãos – SPM, MP, SEDH e MMA. Como desdobramento, em 2004, a Seppir, SPM e SEDH inseriram em seus respectivos orçamentos - LOA 2005 - uma ação padronizada intitulada “Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais”, com intuito de propiciar a formação nos temas de direitos humanos, gênero e raça a servidores públicos federais, estaduais e municipais, titulares de cargos políticos e agentes de segurança pública.

Como reforço dessa ação, no planejamento comum das três secretarias, em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), vinculada ao MP, foram viabilizados caminhos para a capacitação de agentes públicos em temas transversais, com engajamento de outros atores, internos e externos, no intuito de contribuir para a implementação dessa iniciativa inédita na administração pública federal. Assim, formou-se um Grupo de Trabalho voltado à construção de um programa de capacitação de gestores públicos que objetiva garantir a transversalidade de raça, gênero e direitos humanos nas políticas públicas.

Em 2005, sob coordenação da Enap, o governo brasileiro passou a integrar o “Projeto de Cooperação de Transferência Tecnológica – Parceria para a Excelência da Gestão no Setor Público”, em parceria com a *Canada School of Public Service* (CSPS), com o financiamento da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (Cida). A partir de então houve participação, em setembro, no “Curso: Diversidade, Visão e Ação”, realizado na CSPS, em Ottawa. O projeto promove o intercâmbio governamental e a contribuição para construir um espaço de trabalho internacional que amplie o conhecimento sobre formas de transversalizar as políticas públicas sob o enfoque de gênero, com acréscimo do componente racial.

Nesse sentido, em 22 de novembro de 2006 foi iniciado o “Curso de capacitação para agentes públicos federais em temas transversais nas políticas públicas: direitos humanos gênero e raça”. Essa iniciativa, em âmbito de extensão universitária, deu-se em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), responsável pela coordenação acadêmica do curso, por meio do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam). O programa é composto por 96 horas de duração e foi destinado a cerca de 50 servidores públicos de diferentes ministérios, com o intuito de qualificá-los para atuar no planejamento de ações horizontais em áreas temáticas em âmbito federal.

Considera-se que as ações no âmbito da promoção da igualdade racial devem ser conhecidas pelos gestores estratégicos da administração pública federal, pois com isso criam-se mais condições para sua introdução nas ações dos demais ministérios, o que se denomina transversalidade. Essa condução, aliada ao aprimoramento do sistema legal, constitui-se em um caminho para sedimentação das ações programáticas em políticas de Estado.

Gestão Democrática

A administração pública com base na Gestão Democrática desenvolve-se por meio de formulação conjunta entre governo e sociedade civil, do monitoramento da execução e do controle social das políticas. A democracia vivenciada como regime político pressupõe ampla participação da sociedade, considerando a organização autônoma a partir da qual a capacitação dos agentes sociais permite avaliação, proposição crítica e aferição do impacto das ações empreendidas pelo poder público.

Ações consultivas, de fiscalização e de monitoramento. Um dos instrumentos de gestão democrática do governo federal é o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Seppir. Criado pelo Decreto nº 4885, de 20 de novembro de 2003, tem por finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase à população negra e outros segmentos étnicos com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades, inclusive no aspecto econômico e financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas. O Conselho é composto por 17 ministérios, 20 representações da sociedade civil, a partir de organizações e instituições representativas de afrodescendentes, indígenas, ciganos, palestinos e judeus²¹. Após sua instalação, adotou-se a metodologia de realizar reuniões por grupos e visitas às instituições, como forma de integrar os participantes. Esses encontros, somados à agenda ordinária e extraordinária, resultaram na construção de um plano de ação²².

A atuação do CNPPIR tem sido continuada, somando-se sete reuniões (cinco ordinárias e duas extraordinárias) em 2004; oito reuniões (quatro ordinárias e quatro extraordinárias) em 2005; e quatro reuniões ordinárias em 2006. Os representantes do CNPPIR integram grupos de trabalho e comissões especiais, participaram de conferências e de processos de elaboração política no campo da igualdade racial. Em 2005, a principal atribuição do CNPPIR foi contribuir com a realização da 1ª Conapir, junto com a Seppir. O Conselho integrou as comissões de trabalho, as conferências preparatórias (estaduais, municipais e regionais) e o evento principal. Posteriormente, em 2006, os conselheiros participaram do processo de elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, da II Conferência Internacional de Intelectuais da África e da Diáspora (Ciad) e da Conferência Regional das Américas (CRA).

Após a 1ª Conapir foram criados espaços de formulação de políticas como: a Comissão Temporária²³ para zelar pelo cumprimento da “Resolução Sobre a Questão Palestina”, composta por cinco conselheiros representantes da Sociedade Civil, que deverão apresentar relatório conclusivo ao Pleno do CNPPIR; e a participação da Secretaria Executiva do CNPPIR juntamente com conselheiros na Comissão de Trabalho Interministerial sobre as Políticas Públicas para a Comunidade Cigana, envolvendo ainda 10 ministérios. Esse trabalho desencadeou ações (pág. 70 a 71).

²¹ Anexo 3 – Composição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

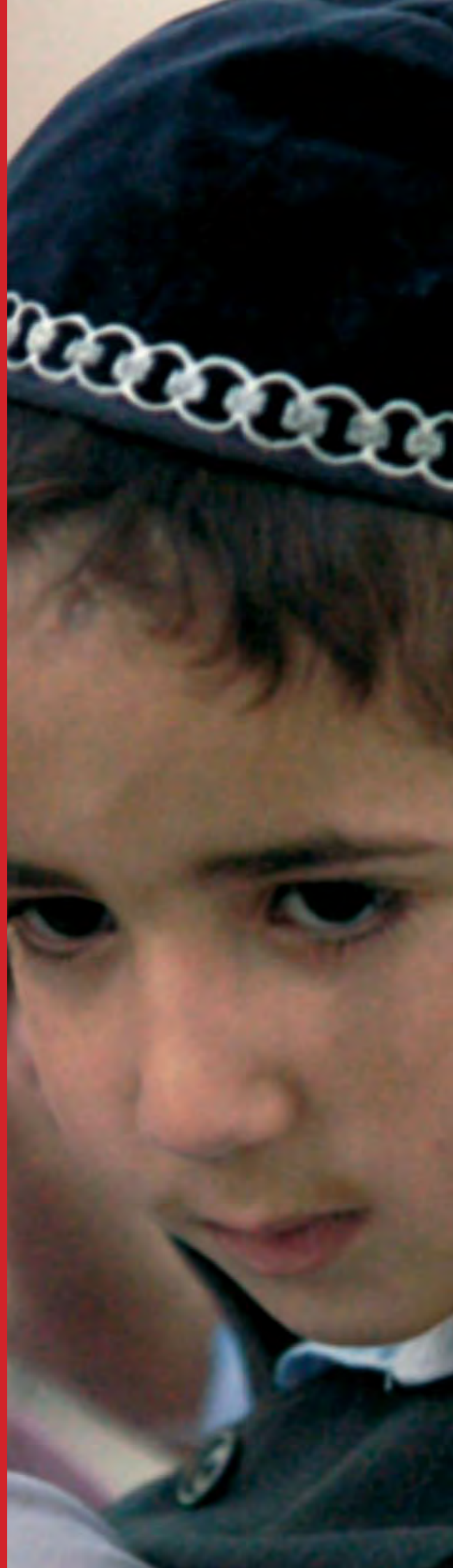
²² O CNPPIR aprovou o Regimento Interno na 9ª Reunião Ordinária, realizada em novembro, por meio da Resolução de nº 1 de 07 de novembro de 2005 e publicado no DOU de 14 de dezembro de 2005.

²³ Resolução nº 2 de 24 de maio de 2006.

No que diz respeito ao monitoramento de processos judiciais relativos aos fatos decorrentes de prática de racismo, os conselheiros do CNPIR integraram diversas comissões especiais instituídas por meio de portarias da Seppir, publicadas no Diário Oficial da União, como seguem: a) Portaria nº 54 – acompanhamento do caso do assassinato do dentista negro Flávio Sant’Anna, em São Paulo, que resultou na condenação dos acusados por crime de homicídio doloso qualificado; b) Portaria nº 88 – acompanhamento da investigação e processo penal referente aos acontecimentos que resultaram na prática de racismo institucional em hotéis de Brasília (DF), a qual gerou a abertura de um procedimento administrativo. Esse processo objetivou ajuizamento posterior de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT), para que a rede hoteleira, de bares e restaurantes e a polícia se capacitem sobre o tema racismo institucional; c) Portaria nº 89 – acompanhamento do julgamento de práticas que resultaram na discriminação racial de membros da comunidade afro-brasileira (alunos negros que ingressaram na UnB mediante sistema de cotas raciais) por intermédio da rede mundial de computadores (Orkut). Nesse caso houve denúncia do réu, pelo MPDFT, que será levado a julgamento no início de 2007; e d) Portaria de 9 de fevereiro de 2006 – acompanhamento de casos de racismo e de discriminação racial ocorridos no futebol brasileiro, por meio da qual foram promovidos debates e ações pertinentes ao tema.

As ações do CNPIR complementam a execução da PNPIR, pois aceleram o debate e fortalecem a relação com a sociedade civil, a considerar suas missões e funções.

Espaço conjunto de proposição de política. O governo federal e a sociedade civil realizaram conjuntamente a 1ª Conapir, no período de 30 de junho a 2 de julho de 2005, em Brasília. A 1ª



Conapir²⁴ propiciou pela primeira vez na história da luta anti-racismo no Brasil, um diálogo efetivo entre o governo federal e a sociedade civil organizada, uma ação de caráter popular e democrático, com o intuito de criar as condições necessárias para o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

Ao processo de realização da 1ª Conapir, somou-se a criação, em 2005, do “Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial”²⁵, como forma de reafirmar o compromisso e visibilidade para as ações afirmativas, potencializando a relação entre governo federal e sociedade civil.

A 1ª Conapir teve como tema: “Estado e Sociedade Construindo a Igualdade Racial”, mobilizou 95.573 participantes: 92.750 nas etapas estaduais e 2.823 na nacional, sendo esses 1.019 delegados dos 26 estados da federação e do Distrito Federal; 978 observadores; 296 convidados; 240 artistas, 180 integrantes da equipe de apoio; e 110 jornalistas. Essa ação alcançou governos estaduais e municipais, os poderes Legislativo e Judiciário, instituições públicas e privadas e a sociedade civil, com envolvimento de 1.332 municípios brasileiros, cerca de 25% do total.



Em sua fase preparatória, foram realizadas 26 conferências estaduais e a do Distrito Federal; inúmeras conferências municipais e regionais, como forma de aprofundamento dos temas e também de definição da delegação. Ocorreram outras formas de organização, como a “Consulta Indígena” e a “Consulta Quilombola”, que elegeram 48 delegados cada; e ainda a “Audiência Cigana”. Somando-se a essas, foram realizadas reuniões com mulheres negras, jovens e religiosos de matriz africana com o objetivo de aprofundar essas temáticas. Também

foi realizado o Painel Internacional - Ações Afirmativas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com participação de convidados e personalidades nacionais e internacionais.

A Seppir, na figura da ministra e integrantes da equipe, esteve presente em todas as conferências estaduais e na distrital, reafirmando o compromisso do governo federal com políticas focadas na área das relações étnico-raciais e o debate com a sociedade civil. Com isso, contribuiu para o fortalecimento de políticas locais, pois possibilitou o diálogo entre autoridades dos diversos poderes, movimentos sociais, instituições educacionais e culturais, bem como com a criação de novos organismos de gestão de políticas de promoção da igualdade racial. Além disso, acelerou o processo de adesão de governos estaduais e municipais ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir).

Os objetivos do trabalho, foram indicados com base no documento que subsidiou todo o processo preparatório, como seguem:

- refletir sobre a realidade brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais;
- avaliar as ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade nas três instâncias de governo – municipal, estadual e federal, bem como o cumprimento dos

²⁴ Convocada pelo presidente da República por meio de Decreto Presidencial de 23 de julho de 2004, publicado no DOU, na edição 142, de 26 de julho de 2004.

²⁵ O Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial foi instituído por meio de Decreto Presidencial de 30 de dezembro de 2004.

compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções;

- propor diretrizes para a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica, considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião.

Esses objetivos também apontaram as diretrizes para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial nas seguintes áreas: trabalho e desenvolvimento econômico da população negra; direitos humanos e segurança pública; juventude negra; educação; comunidades remanescentes de quilombos; mulheres negras; saúde; população indígena; fortalecimento das organizações anti-racismo; diversidade cultural; religiões de matriz africana; e política internacional.

Assim, por meio da 1ª Conapir, a Seppir fortaleceu suas ações na estrutura do governo federal e consolidou um modelo de gestão participativa, no qual a promoção da igualdade racial se afirma como elemento essencial para a democracia. Ao todo, foram aprovadas 1.085 propostas que constam no Relatório da Conferência (www.presidencia.gov.br/Seppir), como apontamento de caminhos para o desenvolvimento das políticas públicas brasileiras.

Descentralização

A descentralização de ações busca construir uma relação efetiva com os estados e municípios, por meio da inserção da igualdade racial no sistema federativo, e com isso atender à exigência fundamental da Constituição segundo a qual o combate à pobreza e a inclusão social de segmentos historicamente excluídos é obrigação comum da União, estados, municípios e DF²⁶, bem como da própria distribuição das competências entre os entes federados.

Integração entre o nacional e o local. Com o objetivo de aproximar as instâncias de governo, começou em 2005 um processo de reuniões com gestores locais, do qual resultou, em 27 de maio de 2004, o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), coordenado pela Seppir. O Fipir configura-se como espaço de articulação e incremento de ações conjuntas entre os três entes federativos, partindo da adesão dos estados e municípios, com os seguintes objetivos:

- construir e/ou ampliar formas de capilaridade da PNPIR;
- fortalecer a transversalidade da promoção da igualdade racial nas políticas públicas;
- promover a troca de experiências e a articulação entre os órgãos públicos, identificando experiências comuns;
- contribuir para o fortalecimento dos órgãos similares à Seppir com a busca de seu reconhecimento político nas estruturas institucionais existentes.

São eixos estratégicos de ação do Fipir: a) Educação e cidadania – com a prioridade para a implementação da Lei 10.639/03, a partir da realização de “Seminários Técnicos de Promoção da Igualdade Racial” combinados aos “Fóruns Estaduais de Educação”. Nesse processo houve a distribuição de 100 kits Didáticos-Pedagógicos aos gestores do Fipir e acompanhamento da evolução do trabalho nas localidades; b) Desenvolvimento, trabalho e geração de renda – com a priorização de jovens e mulheres, com criação de mecanismos de informação sobre os programas existentes e

²⁶ A Constituição Federal dispõe: “art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária (...) IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E, no Art. 23 “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”.

também apoio às iniciativas locais; c) Saúde e qualidade de vida – com repasse aos municípios e estados de informações sobre o Programa de Saúde para a População Negra, o debate de formas de inserção nessa política e o estímulo ao Ministério de Saúde para criar a Portaria nº 1.434, de 14 de julho de 2004, que aumenta o recurso em 50% para o Programa Saúde da Família nos municípios que têm comunidades quilombolas; e d) Políticas para comunidades quilombolas – após a apresentação do PBQ, foram identificados municípios e estados que possuem quilombos. Com isso pretende-se intercruciar as ações do Fipir com essa área, a exemplo da criação do Consórcio de Prefeitos do Agreste de Pernambuco, que tem como principal foco as comunidades de quilombos.

Inicialmente, em 2003, o Fipir²⁷ contava com 36 municípios e 10 governos estaduais, mas, em 2006, o número de integrantes expandiu-se para 449, sendo eles 23 governos estaduais. Existem ainda 152 órgãos municipais e 23 setores estaduais executivos, cujos formatos variam de secretarias, assessorias, coordenadorias a núcleos e sessões, tendo em vista o tratamento das questões étnico-raciais. Para a estruturação do Fipir e desdobramentos dos trabalhos, a Seppir mantém parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES/Ildes) e recebe apoio da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), vinculada à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Outros parceiros apóiam a atuação do Fipir, como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs) presentes nas Universidades Públicas, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID). Também foram firmados Termos de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) visando ao desenvolvimento de ações para fortalecer a capilaridade da política de igualdade racial. Nesse caso, o desafio é institucionalizar e qualificar essas relações, ampliando as atividades do Fórum.

O trabalho inicial do Fipir foi registrado na publicação *Um Fórum para a Igualdade Racial – Articulações entre Estados e Municípios*, destacando o período de planejamento e definição dos caminhos de construção desse espaço de trabalho. Está em fase de preparação um novo livro com a síntese dos quatro anos, que será lançado em 2007.

Em 2005, foi realizada a 1ª Reunião Nacional de Conselhos da Comunidade Negra, com 33 organismos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial, como uma forma de buscar articulação entre os gestores e integrantes dos conselhos, em caráter consultivo. Como previsão para a próxima gestão identifica-se a necessidade de qualificar a relação com os conselhos, garantindo a exequibilidade da gestão participativa das políticas públicas, que sempre deve contar com a construção parceira com o CNPIR.

As ações com gestores vêm sendo desenvolvidas por meio de atividades sistemáticas. A primeira fase (2004/2005) foi composta por uma média de três reuniões e um encontro nacional por ano em Brasília. Ao todo foram realizados seis encontros nacionais, e, em 2006, iniciou-se a estratégia da descentralização. Foram constituídas coordenações regionais no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul com o objetivo de consolidar o trabalho e eleger prioridades regionais, sob a diretriz de um federalismo cooperativo. Assim foram realizados os encontros regionais: no Centro-Oeste (março); no Sudeste (abril); no Sul (abril); no Nordeste (maio); e no Norte (junho). Também foi garantida a participação de gestores do Fipir em agendas e atividades internacionais, a II Criad e a CRA, o que reforçou o interesse na relação com as Américas e a África.

²⁷ Anexo 4: relação dos governos municipais e estaduais integrantes do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (atualizada em 2006).

Após esses encontros regionais que mobilizaram mais de 500 gestores estaduais e municipais de Norte a Sul do país, realizou-se o VI Encontro Nacional do Fipir, no período de 20 e 21 de junho de 2006, em Brasília. Esse evento foi combinado como o “Pacto Governamental pela Igualdade Racial”, como forma de consolidar os compromissos já estabelecidos com os ministérios a partir dos eixos programáticos do Fipir. Outro elemento importante foi a apresentação do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

A última atividade do ano foi o “Encontro Igualdade racial: políticas nacionais e internacionais”, realizado em 19 de dezembro, em São Paulo, com a parceria do Museu Afro Brasil e da FES/Ildes. Os objetivos foram contribuir para a ampliação das ações conjuntas entre o governo federal e os poderes locais, para o fortalecimento das políticas de igualdade racial, na área de educação; e refletir sobre a política de relações internacionais desenvolvidas no que diz respeito à cooperação descentralizada entre o Brasil e a África. O evento reuniu 200 participantes – 20 prefeitos, 120 gestores e 80 representantes do movimento social. Fizeram parte de mesas de debates representantes do MEC, MRE, MS e SAF; da FNP; da Frente Parlamentar em Defesa dos Quilombos e Frente Parlamentar pela Igualdade Racial do Congresso Nacional; da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial da Assembléia Legislativa de São Paulo; e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo. Participaram como convidados especiais e homenageados o prefeito e vice-prefeita da Ilha de Goré (Senegal).

Como complemento dessa ação, entre outubro de 2005 e junho de 2006, foi realizada a Pesquisa “A Seppir e o processo de construção de um sistema de políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil”, por meio de uma parceria entre a Seppir, a Universidade de Brasília (UnB)²⁸ e a Associação Nacional de Empresários Afro-Brasileiros (Anceabra). O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar as políticas desenvolvidas pelos governos federal, estaduais e municipais com o intuito de promover a igualdade racial no Brasil, partindo de uma avaliação técnica parcial do alcance das políticas de promoção da igualdade racial dos estados que aderiram ao Fipir, sendo estes: Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Acre e Rio Grande do Sul. Com essa análise pretende-se contribuir para a estruturação de um sistema de políticas e identificar obstáculos e problemas enfrentados; como se desenvolvem as relações entre os governos federal e os locais; qual o tipo de institucionalidade implementada nos órgãos constituídos; quais as avaliações dos gestores, dos cidadãos e beneficiários das políticas.

O levantamento de informações para a pesquisa abrangeu os seguintes meios: a) levantamento documental e de dados agregados à Seppir; b) preenchimento de questionários com os gestores participantes do V Encontro Nacional do Fipir, realizado em outubro de 2005; e c) estudo de casos nas cinco regiões do país, um município por região, envolvendo gestores de projetos e políticas; militantes de movimentos sociais e beneficiários das políticas de promoção da igualdade racial: professores, agentes comunitários de saúde, empreendedores, populações quilombolas, entre outros grupos. A observação de campo foi realizada a partir de entrevistas, levantamento documental, observação in loco, realização de grupos focais e entrevistas coletivas. Assim, podem ser destacadas algumas reflexões:

- a) Estado do Amapá (Macapá). Foram apontados a baixa integração e pouco conhecimento das ações desenvolvidas no município de Macapá e no estado, o que indica a necessidade de aumentar a interlocução entre a Seppir e os órgãos locais.
- b) Estado do Rio Grande do Sul (Viamão). Os entrevistados apontaram que o sistema para a promoção da igualdade racial ainda é incipiente e necessita de aperfeiçoamento,

²⁸ Sadi Dal Rosso, o coordenador acadêmico da pesquisa, é professor de sociologia do trabalho na Universidade de Brasília e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

- principalmente no que se refere à comunicação entre município, estado, movimento social e governo federal.
- c) Estado da Bahia (Vitória da Conquista). Foi expressa uma percepção da diferença entre política de estado e de governo. A conquista de espaços de poder ao longo dos últimos anos não se traduziu de imediato em amplo acesso à saúde, educação, direitos humanos e mercado de trabalho.
 - d) Estado do Mato Grosso do Sul (Corguinho). Identificou-se a necessidade de manter estruturas para o desenvolvimento da promoção da igualdade racial. Há uma postura crítica com relação à implantação das políticas propostas pelos organismos, sobretudo em relação ao intercâmbio e à interdependência entre as esferas municipal, estadual e federal.
 - e) Estado de São Paulo (São Carlos). O estado é reconhecido como berço de um longo processo histórico de organização social no combate ao racismo. Esse protagonismo permitiu a criação de estruturas municipais que antecedem à criação da Seppir no âmbito federal. Porém, também nesta região prevalece a leitura de que a constituição de um sistema para a promoção da igualdade racial encontra-se incipiente.

Embora a integração e o desenvolvimento das políticas estejam em estágio inicial, aponta-se que a criação da Seppir provocou a ampliação de criação órgãos gestores nos estados e nos municípios e intensificação de interesses para desenvolver ações visando à igualdade racial. Os órgãos cobrem todo o território nacional, à exceção de dois estados, sendo realista falar-se na existência do Fipir. Poder-se-ia supor, mas não sem uma grande margem de dúvida, que são instâncias novas e ainda não consolidadas, que a estruturação do Fipir apresenta perspectivas favoráveis de institucionalização e de fortalecimento das políticas.

O Fipir aponta para um avanço democrático nas relações entre a União, os estados e os municípios. Observadas em conjunto, as linhas prioritárias de ações implementadas, a articulação entre as esferas de governo, a institucionalidade das estruturas criadas nas localidades, a capacitação dos gestores, o fluxo de informações e a criação de uma instância consultiva entre órgãos executores e a Seppir, conclui-se que representam iniciativas importantes e oportunas, mas em estágio inicial de construção daquilo que poderia ser descrito como um sistema embrionário e necessário, além de ser um conjunto parcial de ações articuladas para a promoção da igualdade racial em nosso país.

Portanto, a construção da política de igualdade racial com base nos princípios da Transversalidade, Gestão Democrática e Descentralização constituíram nesses quatro anos o alicerce para uma nova prática na administração pública brasileira.

Planos nacional e estaduais impulsionam a igualdade racial. Uma ação de extrema importância, que se iniciou no processo de preparação da 1ª Conapir, foi a definição de Termos de Cooperação Técnica e convênios com estados e municípios brasileiros e o Distrito Federal. Para viabilizar a construção dos planos estaduais e institucionalizar a implementação de políticas promoção da igualdade racial, foram envolvidos até o momento dez estados: Maranhão, Acre, Bahia, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Goiás e Distrito Federal. Em 2006, 14 municípios foram conveniados, com o intuito de focar ações de igualdade racial para desenvolver diferentes áreas da política pública e também sedimentar a contribuição dos gestores no processo de descentralização e capilarização da política. Esse é um processo em franco desenvolvimento a partir das bases de orquestração e fomento à elaboração de planos estaduais e municipais.

Imediatamente após a 1ª Conapir, o passo foi a criação do Grupo Interministerial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial²⁹ com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), que tem por base a PNPIR. O Grupo foi composto por 16 órgãos do governo e dois representantes do CNPIR. Esse GTI apropriou-se dos resultados da 1ª Conapir, considerando que esta propiciou ampla informação sobre a dinâmica e o interesse da sociedade civil perante a administração pública brasileira, além de maior conhecimento de reivindicações e demandas que descortinam realidades de discriminações sociais e raciais até então desconsideradas na história oficial brasileira.

O Planapir representa os caminhos para a estruturação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), por meio de uma ação conjugada, consubstanciada pelas realidades locais, a partir de uma gestão com comandos diretivos, metas e diretrizes nacionais, que garantam a capilaridade da política pública nessa área. Está estruturado em torno de marcos conceituais e materiais que justificam a adoção de medidas de caráter afirmativo, estabelece plano de ação, e formula um modelo de gestão, monitoramento e avaliação. Desta forma, estabelece como agenda estratégica oito eixos de ação: saúde; educação; crescimento econômico; assistência social e transferência de renda; habitabilidade; igualdade racial, democracia e cidadania; ações específicas para população indígena e cigana; e equidade de gênero.

Para a revisão da forma de intervenção do governo federal e sua relação com a administração pública como um todo, visualiza-se a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que articule as políticas nacional, estadual, distrital e municipal; a intensificação da introdução da temática étnico-racial em todo processo de formação e capacitação do governo federal; e o incremento da implementação do quesito raça/cor e etnia em todos os instrumentos de coleta de dados, registros, pesquisas e formulários públicos, para a conformação de um programa de informação das relações étnico-raciais.

Dessa maneira o plano é um fio condutor, orientador de políticas públicas que buscam garantir o êxito dos objetivos do governo de empreender o desenvolvimento sustentável com equidade social, só passível de ser alcançado se superadas as desigualdades de étnico-raciais e gênero. A necessidade do plano justifica-se pelas avaliações feitas pelo MP³⁰ das políticas setoriais, considerando-se que não foi possível identificar efetivamente o que os órgãos de governo refletem sobre os programas e ações do PPA, o que evidencia uma incipiente cultura de planejamento baseada na problematização e na abordagem transversal, no caso da igualdade racial. Fica visível que a inclusão dessas temáticas no processo de elaboração do PPA ainda se mostra insuficiente para atender às especificidades de cada tema, assim como as ações governamentais abrangentes e universais não levam em consideração os papéis socialmente diferenciados e os impactos das políticas para cada grupo específico da sociedade. Nesse sentido, a gestão transversal apresenta-se como importante instrumento de aperfeiçoamento do planejamento e gestão de políticas, portanto, um grande desafio para a administração pública.

Fica evidente que sem o conhecimento da realidade sócio-econômica, da vulnerabilidade e dos riscos sociais aos quais estão expostos os diversos grupos raciais e étnicos, a importância da promoção e prevenção, assim como a capacidade do governo em apontar prioridades de ações, formatos de intervenções e até mesmo a possibilidade de propiciar articulação intersetorial eficaz são substancialmente prejudicadas. O mesmo se aplica à sua capacidade de implementar ações de monitoramento e avaliação das ações, assim como de evitar distorções e desequilíbrios nos resultados das políticas públicas. Por isso, é apontada entre as diretrizes fundamentais do Plano a consolidação de um sistema de informação da promoção da igualdade racial.

²⁹ Decreto Presidencial de 08 de novembro de 2005.

³⁰ No Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007 (Ano base 2005, Caderno 1- Pg 74)





TRABALHOS DESENVOLVIDOS

1 – QUILOMBOS E OUTRAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

1.1 – Programa Brasil Quilombola

Até 2002, o governo federal havia identificado a existência de 743 quilombos. Atualmente, em decorrência da iniciativa dessa população para o seu auto-reconhecimento, do fomento à ampliação e qualificação dos serviços disponíveis e da criação do Programa Brasil Quilombola (PBQ) – que deu visibilidade a essa política – o número registrado ampliou para 3.224 comunidades³¹ em todo o território nacional³².

As comunidades quilombolas são definidas como “grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica”. Deve-se considerar que o direito a terra é um dos principais anseios de homens e mulheres quilombolas e está previsto no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

A denominação comunidade remanescente de quilombo consta dos documentos oficiais desde 1988. Novas denominações foram dadas, recentemente, pela sociedade civil e por governos, sendo estas: quilombo; comunidades de quilombos; comunidades de quilombolas (quando referem-se às pessoas que vivem nos quilombos), devido a uma perspectiva de valorização do processo de organização dos quilombolas. Para compreender a importância dessa adequação é interessante conhecer a formulação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que em 1994 divulgou um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, no qual explica que a denominação não se refere a “resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”. E que não se tratam, também, de “grupos totalmente isolados ou de uma população estritamente homogênea”. A ABA esclarece ainda que nem sempre os quilombos foram “constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar³³”. O PBQ

³¹ Anexo 1: Lista de comunidades identificadas por estado e por região.

³² A lista completa das comunidades identificadas como quilombolas encontra-se na obra: TRECCANI, Girolamo Domenico. Terras de quilombo: caminhos e entraves no processo de titulação. Belém, 2006, p. 354.

³³ Revista Diferentes, Diferenças, MEC, 2006, p. 29.



Valter Campanato/ Ag. Brasil

foi incorporado ao Plano Plurianual 2004-2007, com priorização de ações, destinação de recursos e metas de cada órgão para com as comunidades de quilombos, a saber:

Seppir

- fomento ao desenvolvimento local
- capacitação de agentes representativos

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

- apoio ao desenvolvimento sustentável
- pagamento das indenizações aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas
- reconhecimento, demarcação e titulação de terras

Ministério da Saúde(MS)/Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

- atenção à saúde das populações e saneamento básico

Ministério da Educação(MEC)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

- apoio à distribuição de material didático e paradidático para o ensino fundamental em escolas situadas nos quilombos
- apoio à capacitação de professores do ensino fundamental
- apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar

A partir de 2005, foi determinada pelo presidente da República a inclusão do PBQ no grupo de metas presidenciais, devido à sua importância entre as políticas públicas de cunho social,

voltadas aos grupos que historicamente permanecem à margem do desenvolvimento do país. Essa inclusão implica o monitoramento direto realizado pela Casa Civil, por meio da Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM), com um sistema próprio de informações (Sigov) e a avaliação constante da atuação conjunta dos órgãos.

Com a necessidade de se garantir a intersetorialidade no planejamento, monitoramento e avaliação do PBQ, estruturaram-se os comitês estaduais do Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Amapá, Rio Grande do Sul, Tocantins e Espírito Santo, que contam com participação de representações de órgãos públicos. Esses comitês são formados por representantes dos órgãos locais (estaduais e municipais), responsáveis pelo desenvolvimento de indicações e programas do governo federal, especialmente no que diz respeito à implementação e o monitoramento das políticas públicas destinadas aos quilombos.

A Seppir colaborou também com o processo do fortalecimento institucional das Coordenações Estaduais Quilombolas em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Sergipe, em parceria com a FCP, com destinação de recursos para organização de seminários estaduais e acompanhamento de ações posteriores, tendo como meta o fortalecimento ou a criação de associações quilombolas nos estados. Vale ressaltar que já existem coordenações em Goiás, Pará, Amapá, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. As Coordenações ou AECQ são responsáveis pela articulação junto ao poder público. Com essa ação, pretende-se fortalecer as bases das AECQ e da Conaq, assim como a relação destas com a Seppir.

Os órgãos federais desenvolvem ações, presentes ou não no Plano Plurianual (PPA), cujo público-alvo são as comunidades quilombolas. A Seppir, no papel de coordenadora do PBQ, coordena iniciativas sob sua responsabilidade direta e apóia o trabalho realizado por outros órgãos finalísticos. Devido à realidade multifacetada das comunidades quilombolas e dos diversos órgãos públicos envolvidos, é fato que, no desenho transversalizado e descentralizado da gestão da política pública, formou-se uma interdependência entre esses órgãos, o que possibilita a apropriação e a consolidação das políticas.

1.1.1 Ações coordenadas pela Seppir

As ações coordenadas diretamente pela Seppir são as duas constantes no PPA, realizadas por meio do trabalho contínuo com as comunidades quilombolas e com outros agentes governamentais e da sociedade civil: fomento ao desenvolvimento local e capacitação de agentes representativos. Em decorrência dessas prioridades, são desenvolvidas outras ações, não constantes no PPA, que contribuem para a ampliação da política: monitoramento da Ação Kalunga; Pacote da Cidadania e Projeto Quilombo Axé; e levantamento e gerenciamento de dados.

Ao monitorar a Lei de Orçamento Anual ao longo da gestão 2003 a 2006, observa-se a ampliação progressiva do orçamento³⁴: em 2004, quando o PBQ foi criado, não houve dotação orçamentária; em 2005, os recursos somaram R\$ 7.029.000,00; em 2006, o valor foi ampliado para R\$ 13.397.968,00; para 2007, planeja-se um orçamento de R\$ 13.999.000,00, o que denota o potencial do PBQ perante a necessidade das comunidades, que também são crescentes.

De acordo com as prioridades de ação do PBQ, foi destinada a cada ano parte do orçamento a outras esferas de governo ou a entidades da sociedade civil.

³⁴ O orçamento envolve também as emendas parlamentares, nem sempre liberadas em sua totalidade, pois dependem de ajustes na relação entre o Legislativo e o Executivo.

Fomento ao desenvolvimento local

O desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas abrange aspectos culturais, sociais, ambientais e materiais. Busca-se promover a melhoria da qualidade de vida, ampliar a capacidade de produção e aprimorar experiências de geração de renda, sempre com respeito às especificidades locais. Assim, foram efetivados oito convênios no valor de R\$ 1.598.739,00, em 2004; 15 convênios no valor de R\$ 3.772.213,09, em 2005; e 23 convênios no valor de R\$ 4.603.271,72, em 2006.

No dia 01 de setembro de 2003, foi assinado um Termo de Compromisso entre a Seppir, Petrobrás e o Ministério de Assistência Social (posteriormente incorporado ao MDS), que resultou em ação específica para quilombos no Programa Fome Zero – Petrobrás. Com isso, foram aportados R\$ 4.000.000,00 pela Petrobrás para apoiar 10 projetos de geração de renda em comunidades quilombolas, por meio de montagem de estruturas produtivas, com envolvimento da Fundação Universitária de Brasília (Fubra) e de associações comunitárias locais. Lançada em agosto de 2005, no Rio de Janeiro, a ação envolveu 1.850 famílias de sete estados brasileiros. Os projetos em desenvolvimento dirigem-se às comunidades de Mocambo (SE), Campinho da Independência (RJ), Ivaporanduva (SP), Barra do Brumado, Riacho das Pedras e Bananal (BA), Tapuio e Sumidouro (PI), Oriximiná (PA), Itamatatiua (MA) e Castainho (PE). O convênio em benefício da comunidade Machadinha (RJ) está em fase de finalização.

Nas comunidades da região do rio Trombetas (PA), foi implementado o projeto “Beneficiamento da castanha-do-pará em sistema de exploração comunitário”, a partir de convênio entre a Seppir, Comissão Pró-Índio (SP) e Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do município de Oriximiná (PA). Em 2004, a partir dessa iniciativa, surgiu um segundo projeto para estruturar uma usina de beneficiamento da castanha, a ser implantado ao longo de 2007.

Destaca-se, também, o Projeto Energia Quilombola, que é um conjunto de oficinas dirigidas a entidades negras e representantes quilombolas para elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável, focados em geração de trabalho e renda, com o apoio da Eletrobrás e demais empresas do sistema elétrico. As oficinas resultaram em 12 projetos que beneficiam aproximadamente 123 comunidades quilombolas e 4.007 famílias. Entre eles, três foram aprovados em dezembro de 2006, no Maranhão, na Bahia e em Minas Gerais, com orçamento total de R\$ 1.059.481,00. Os projetos são financiados pela Eletrobrás e atendem 60 comunidades. Os projetos do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco estão em fase de análise e devem ser implantados em 2007, após sua aprovação.

No âmbito desse projeto, vale destacar a “Energia Quilombola para o Amapá”, um Protocolo de Intenções assinado no dia 6 de novembro de 2004 pela Seppir, Secretaria de Aqüicultura e Pesca, Eletronorte, governo do Estado do Amapá e a prefeitura de Macapá, o qual viabiliza atividades de capacitação em elaboração de projetos para 33 comunidades quilombolas daquele estado. Em dezembro de 2005 esse protocolo possibilitou a parceria do governo do Estado do Amapá com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), que destinou a cada comunidade apoio financeiro no valor de US\$ 25.000,00 (cerca de setenta mil reais) para aplicação em projetos de inclusão social, o que contribui decisivamente para combater a pobreza na região.

Em junho e julho de 2005, realizaram-se dois cursos para as comunidades quilombolas de Lagoa dos Índios (AP) e Muquém (AL), onde foram investidos R\$ 160.000,00 em projetos de geração de trabalho e renda para artesãos, a partir de uma parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia e outros órgãos vinculados ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Essa iniciativa, apesar de seu caráter pontual, deixou na comunidade uma pequena estrutura para produção de artesanato.

Acrescentam-se, ainda, no âmbito do Projeto Gera Ação Quilombola, iniciativas de inclusão produtiva e fortalecimento institucional em 50 comunidades. O projeto de R\$ 7.000.000,00 é fruto da articulação entre a Seppir e o MDA, MDS e a Fundação Banco do Brasil (FBB). Iniciado em 2005, seu objetivo é contribuir para a superação das dificuldades socioeconômicas e promover a sustentabilidade das comunidades por meio da geração de trabalho e renda. Das 50 comunidades selecionadas, 33 enviaram e tiveram projetos aprovados: Santa Rita do Bracuí e Quatis (RJ); Itamoari, Bela Aurora, Paca e Anigal, Murumuru, Murumurutuba, Tinguu, Bom Jardim e Saracura (PA); Família dos Amaranos, São Félix, São Roma, Gorutuba e Brejos dos Crioulos (MG); Caiana dos Crioulos (PB); Furnas da Boa Sorte (MS); Lagoa do Ramo (CE); Crasto (SE); Cafundó (SP); Casca, Colodianos e Teixeiras (RS); Jatobá (RN); Invernada dos Negros (SC); Santa Joana (MA); Escondido, Chupeiro, Tanque de Cima e Pitombeira (PI).

Em 2007 haverá nova seleção, em substituição aos projetos não enviados, até que sejam totalizados 50. A iniciativa foi bem-sucedida do ponto de vista da gestão pública ao envolver diversos órgãos em uma ação coordenada e também no aspecto da intervenção social, pois amplia número de quilombolas inseridos em processos de geração de renda. Dessa forma, a parceria da Seppir com as empresas públicas por meio de ações de responsabilidade social amplia as possibilidades de geração de renda em localidades antes excluídas do acesso às políticas sociais do governo federal.

No segundo semestre de 2006, iniciaram-se as negociações com a Petrobrás, o MDS e associações representativas das comunidades quilombolas para implantação de Centros de Referência Quilombola (CRQ), que têm o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades remanescentes de quilombos, a partir das especificidades produtivas de cada território. O foco é a construção de um espaço físico; aquisição de equipamentos para a inclusão produtiva e de instrumentos, adereços e figurinos para grupos culturais, o que possibilitará a realização de atividades, cursos de formação profissional e organizacional e a conseqüente geração de trabalho e renda. A meta inicial é beneficiar, a partir de 2007, 125 comunidades distribuídas em 15 estados brasileiros e atender cerca de 37 mil famílias. A primeira etapa do projeto será implementada nas comunidades Mel (AP), Acará (PA), São Antônio do Guaporé (RO), Peritoró dos Pretos (MA), Capoeiras (RN), Pedra d'Água (PB), Angico (PE), Patioba (SE), Kaonge (BA), Quebra Bateia (MG), Conceição do Imbé (RJ), Caçandoca (SP), Cedro de Goiás (GO), Furnas do Dionísio (MS) e Valongos (SC). Dentro dessa ação, a Petrobrás também apoiará o projeto denominado "Identificando Territórios e Resgatando a Cultura" com o objetivo de realizar o levantamento do potencial sócio-cultural das 125 comunidades e a capacitação das suas lideranças para adequarem os bens produzidos em cada comunidade às regras do comércio típico, justo e ético-solidário.

A partir da articulação com o Ministério da Integração Nacional (MIN) desenvolveu-se o Programa Organização Produtiva de Comunidades (Produzir), cujo objetivo é capacitar os envolvidos para iniciar atividades produtivas potenciais, do cultivo à comercialização. Este foi implementado, ao longo de 2006, nas comunidades quilombolas de Cariacá e Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA), Alto Tamanduá, Jorge e Jacu Mocó, em Poço das Trincheiras (AL),

com aplicação de recursos no valor de R\$ 240.000,00. Em 2007, o número de comunidades atendidas pelo programa será ampliado, considerando as áreas prioritárias desse ministério.

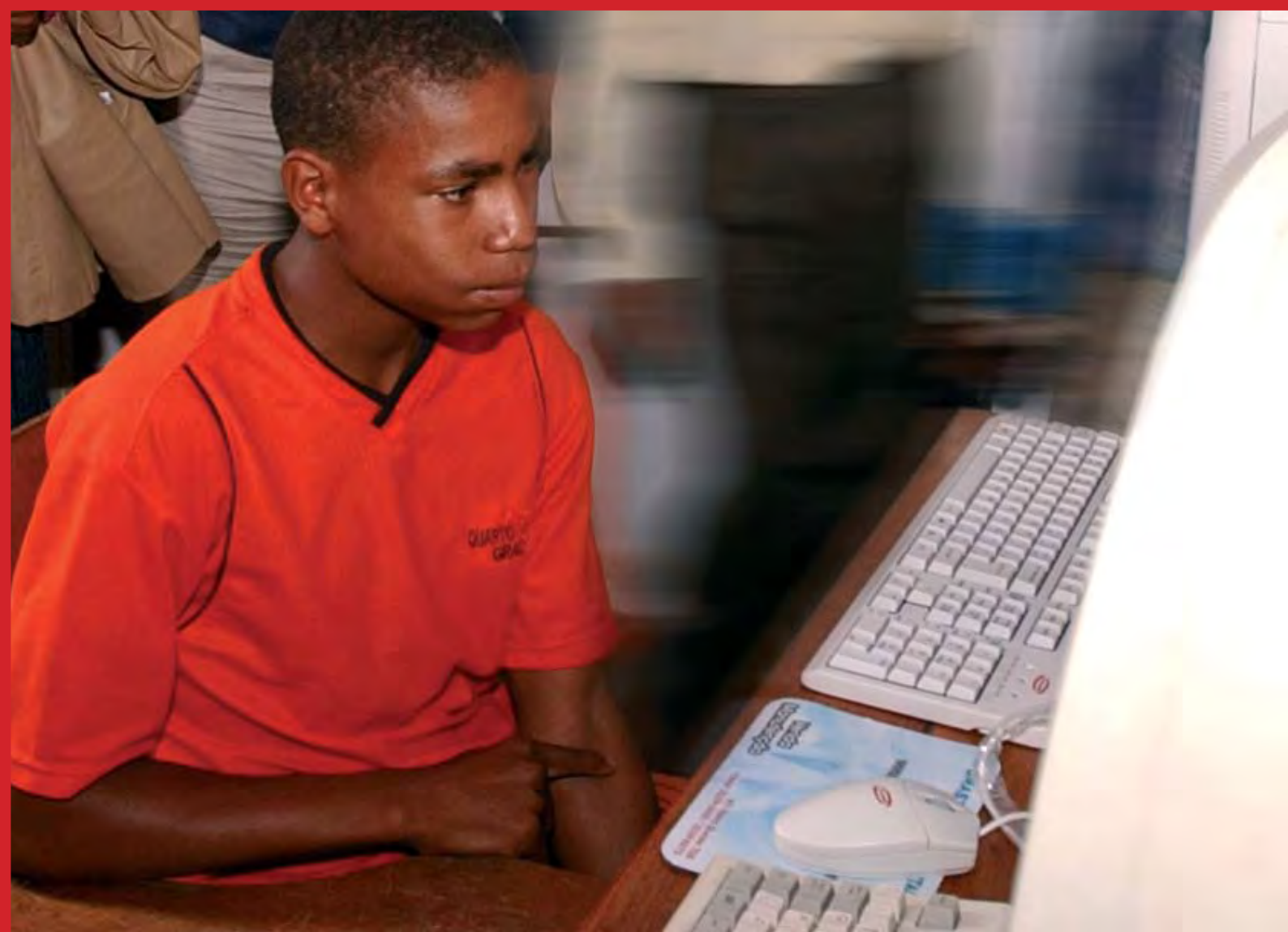
Destaca-se ainda a parceria da Seppir com a Agência Canadense de Desenvolvimento (Cida), no âmbito do Produzir, para o desenvolvimento de ações estimuladoras da participação de mulheres quilombolas em processos produtivos, cuja experiência demonstrativa ocorrerá nas comunidades alagoanas supracitadas.

Este conjunto de ações propiciará às comunidades ampliar alternativas para sua sobrevivência material e imaterial, sem comprometer o seu conhecimento acumulado, ora resgatado no intuito de garantir a implementação de processos de inclusão sócio-econômica nessas localidades.

Capacitação de quilombolas e agentes públicos

Capacitação de quilombolas. O objetivo da capacitação de quilombolas é contribuir para o conhecimento das ações realizadas pelo governo, seus conteúdos e estratégias, para que eles posteriormente possam monitorar o trabalho nas diversas regiões do país com o intuito de fortalecer o controle social das políticas públicas. Em 2005, os recursos investidos somaram R\$ 900.000,00, orientados para três convênios com associações da sociedade civil, o que permitiu a capacitação de 2.694 pessoas. Em 2006, foram selados outros 15 convênios, no montante de R\$ 910.943,00.

Valter Campanato/ Ag. Brasil



O início do trabalho deu-se em 2004, com 70 lideranças quilombolas das 54 comunidades priorizadas, na época, no PBQ. Também em parceria com o projeto “Ação Global”, da Rede Globo e do Serviço Social da Indústria (Sesi), a Seppir participou de atividades em Macapá (AP). Foi promovido um encontro com mil quilombolas de 34 comunidades, oferecendo-lhes atividades culturais, prestação de serviços, consultas odontológicas e oftalmológicas e emissão de documentos.

A partir de uma parceria com o Ministério da Previdência Social (MPS), foi realizado o Curso de Formadores e Disseminadores em Informações Previdenciárias, nos dias 4 e 5 de julho de 2005, com envolvimento de 31 lideranças quilombolas oriundas de 21 estados brasileiros, sendo estes: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Amapá, Alagoas, Bahia, Tocantins, Roraima, Pará e Amazonas. O objetivo foi contribuir para o processo de informação e conscientização dos trabalhadores das comunidades remanescentes de quilombos no que se refere a direitos e deveres em relação à Previdência Social, o qual constitui um instrumento de promoção de cidadania.

A partir de 2005, iniciou-se discussão com o Ministério das Comunicações (MC), o Ministério de Minas e Energia (MME) e as empresas Furnas e Eletronorte, para elaboração de oficinas de capacitação e divulgação sobre os procedimentos de autorização de funcionamento de rádios comunitárias, tendo em vista o aprimoramento dos sistemas de comunicação nas comunidades.

Foi realizado em Brasília, de 18 a 21 de novembro de 2005, o 1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Local e Inclusão Social. Esse evento envolveu 150 quilombolas, de 23 estados, em parceria com o MTE, MPS, MMA, Incra, Ministério da Integração Nacional (MIN), Ministério do Turismo (MTur), MDS, a Eletrobrás e FBB. Os quilombolas tiveram oportunidade de aprofundar o debate acerca dos mecanismos de desenvolvimento local, inclusão social e economia solidária, assim como conhecer instrumentos de elaboração de projetos para o acesso às políticas públicas.

Pode-se destacar, também, em 2005, a atividade de capacitação de 21 mulheres quilombolas para o etnodesenvolvimento (desenvolvimento sustentável que considera especificidades culturais, étnicas e locais), com foco na busca de equidade de gênero nos territórios incluídos no programa de regularização fundiária. Foram priorizadas naquela fase as comunidades de Tapuio (PI); Itamatatuiua e Matões dos Moreiras (MA); Mussuca (SE); Palmeiras dos Negros e Quilombo (AL); Curiaú e Lagoa dos Índios (AP); Curiperezinho, Itancoã e Jacarequara (PA); Divino Espírito Santo, Linharinho e Angelim III (ES); Ivaporanduva (SP); Casca (RS); Furnas do Dionísio (MS); Kalunga da Fazenda Ema, Kalunga do Engenho II e Kalunga da Fazenda do Meio (GO); e Conceição das Crioulas (PE). A perspectiva é de que as mulheres em suas comunidades exerçam mais intensamente os papéis de líderes e agentes comunitárias.

As formas pelas quais as comunidades negras gaúchas atuam na agricultura foram debatidas durante o Seminário Nacional de Agricultura Negra e Quilombola, em Porto Alegre, nos dias 26 e 27 de agosto de 2006. Sessenta comunidades quilombolas do estado participaram do encontro promovido pelo MDA/Incra, cujo objetivo foi a prospecção de possibilidades produtivas daquele público.

Um convênio da Seppir foi firmado em 2005 com a Confederação de Trabalhadores da Agricultura (Contag) para aprofundar o debate sobre o trabalho com comunidades negras rurais e quilombolas, partindo da capacitação de lideranças e técnicos, com o intuito de fortalecer a luta pela regularização fundiária, somando-se à reforma agrária em âmbito

nacional. Conseqüentemente foi realizado em Brasília, de 6 a 8 de dezembro de 2006, o seminário nacional intitulado "Comunidades Negras no Campo e Igualdade Racial", com a presença de representantes de sindicatos e federações de trabalhadores e trabalhadoras rurais e representantes de quilombos de todo o Brasil. O evento promoveu o aprofundamento do debate sobre a dimensão de raça para o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Capacitação de agentes públicos. Um dos caminhos para ampliar o acesso das comunidades de quilombos às políticas desenvolvidas pelos governos é o investimento na capacitação de servidores e gestores das esferas federal, estadual e municipal. Assim contribui-se para ampliar a compreensão das ações governamentais, divulgar os programas e estimular as práticas coletivas, com respeito ao protagonismo dos quilombolas.

Dentro dessa perspectiva, em parceria com o MEC, MS, MDS, MTE, Ministério das Cidades (MCidades), MDA e FCP, foram realizadas oficinas e seminários de capacitação de gestores. Em 2005, ocorreram três seminários: de 28 a 30 de novembro, em Porto Alegre (RS); de 30 de novembro a 2 de dezembro, em Fortaleza (CE); e de 14 a 16 de dezembro, em Goiânia (GO). Em 2006, realizaram-se mais quatro seminários: de 14 a 16 de fevereiro, em Belém (PA); de 15 a 17 de março, em Recife (PE); de 28 a 30 de março, em Belo Horizonte (MG); e, finalmente, de 6 a 8 de abril, em Aracaju (SE). Os sete eventos, no conjunto, alcançaram público de aproximadamente 700 servidores e gestores, e repassaram informações sobre os programas Bolsa Família, Saúde da Família, Saúde Bucal, Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), melhoria das habitações nas comunidades, qualificação profissional, construção de escolas, capacitação de professores, acesso à merenda escolar, entre outros. Para a realização desse projeto e a construção dos sete seminários, a Seppir contribuiu com R\$ 576.543,00.

Nessa perspectiva, também foi realizado o seminário "Quilombos urbanos³⁵: políticas de inclusão social em territórios negros das cidades brasileiras", em Salvador (BA), no dia 19 de setembro de 2005, para 150 participantes, entre servidores e gestores públicos municipais, estaduais e federais, além de representantes da sociedade civil, principalmente quilombolas. O evento foi organizado em parceria com o MCidades, a FCP, a Caixa Econômica e a prefeitura de Salvador, com o intuito de propiciar a ampliação dos conhecimentos sobre a temática e definir procedimentos a serem adotados pelos órgãos responsáveis para assegurar às comunidades o seu desenvolvimento. Uma das principais questões abordadas na programação foi a propriedade da terra, com apresentação das experiências das comunidades de Sacopã (RJ) e Família Silva (RS), ambas guardiãs de um importante acervo de tradição negra. O Diário Oficial da União (DOU) já publicou o reconhecimento do direito ao território da Família Silva, e ainda está em curso o processo judicial relativo à comunidade de Sacopã.

A integração das equipes de regularização fundiária de vários órgãos para identificação, delimitação e titulação de quilombos foi o principal foco do "Encontro Nacional dos Agentes de Regularização de Territórios Quilombolas", realizado no período de 9 a 11 de maio de 2006, em Brasília (DF), pelo MDA/Incrá, com o intuito de dinamizar a política. Na ocasião, o grupo de servidores e gestores participantes teve acesso a informações conceituais sobre a importância política e histórica das comunidades quilombolas.

Com isso, as ações de capacitação contribuíram para que os quilombolas possam monitorar o trabalho nas diversas regiões do país e reforçar o controle social das políticas. Por outro lado, houve uma sensibilização de gestores e servidores sobre a importância destas ações.

³⁵ Ressalta-se que o termo quilombos urbanos ainda é pouco explorado nas políticas públicas e a realidade dessas comunidades suscita debates em relação à legislação vigente.

Ação Kalunga

A “Ação Kalunga”, lançada em 12 de março de 2004, constituiu um trabalho estimulado e coordenado pela Seppir a partir da articulação junto a diversos órgãos federais e estaduais para definir um planejamento voltado às comunidades existentes no Território Kalunga, municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, todos no estado de Goiás. Nesse trabalho foi envolvida a Associação do Quilombo Kalunga (AQK).

Essa comunidade é emblemática na atuação da Seppir devido a características peculiares: grande extensão territorial com mais de um município, forte tradição cultural atrelada às suas origens étnicas, alto grau de isolamento em relação aos grandes núcleos urbanos, baixo nível de desenvolvimento econômico, inserção em área de preservação ambiental e processo contínuo de organização comunitária. Ademais, na época do surgimento da Secretaria, já haviam sido elaborados muitos trabalhos acadêmicos sobre essa comunidade e havia, portanto, um diagnóstico para a ação.

Valter Campanato/ Ag. Brasil



O primeiro passo foi a assinatura de diversos documentos que pactuaram o compromisso entre os órgãos. No âmbito desse pacto, o estado de Goiás concedeu, como doador-cedente, uma escritura particular de transferência gratuita de direito de posse a favor da AQK, como donatária-cessionária. Com isso, estimulou-se a formação do consórcio intermunicipal, considerando a necessidade de os três municípios atuarem conjuntamente na execução e monitoramento das políticas públicas.

Para acelerar o processo de regularização fundiária, foi firmado um “Termo de Cooperação Técnica” entre os governos federal e estadual, que prevê implantação de infra-estrutura e integração social, política, econômica e cultural da comunidade. Dessa forma passou a funcionar o escritório regional do Incra, em Cavalcante, como espaço de referência para o trabalho e dedicado a agilizar os procedimentos de regularização fundiária.

O convênio firmado entre a Funasa e a Prefeitura de Cavalcante possibilitou a realização de Oficinas de Mobilização Social e Educação em Saúde, com a formação de um comitê composto por 11 agentes comunitários para dar continuidade ao processo de mobilização para a efetivação dos projetos de saneamento e sistema de abastecimento de água. Já o convênio entre o MS, a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás e a Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás possibilitou, em 2004, a capacitação de agentes comunitários de saúde para triagem entre os habitantes do território, durante a “Campanha Saúde Ocular ao Alcance de Todos”, resultando em 830 consultas oftalmológicas, 72 cirurgias de glaucoma e retinopatia, além da distribuição de 420 óculos. Foram também distribuídos kits para higiene bucal, em uma ação de prevenção odontológica.

A considerar o acordo de cooperação entre os governos federal e estadual para construção de habitação e infra-estrutura, entre 2004 e 2005 foram concluídas 75 unidades habitacionais e 200 unidades sanitárias domiciliares, sob a coordenação do MCidades, o correspondente a 30% das obras previstas. Houve ainda a reforma de 800 residências, sob a responsabilidade da Agência de Habitação do Estado de Goiás (AGHAB-GO). Outras 1.200 unidades sanitárias serão construídas pela Funasa a partir de 2007, com investimentos de R\$ 4.850.000,00. Os valores agregados foram 50 empregos diretos e indiretos e a classificação entre os 100 melhores pelo Prêmio Caixa Melhores Práticas 2005-2006. Foi objeto de um termo de subvenção econômica – firmado com Ministério de Minas e Energia (MME), Furnas e Centrais Elétricas de Goiás (Celg) – a eletrificação residencial e comunitária que beneficiou, até o momento, 645 famílias. Outras 1.195 serão contempladas até junho de 2008.

Uma cooperativa para produção de óleo vegetal e outras atividades econômicas próprias da região foi instalada a partir da parceria entre as prefeituras municipais de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Novas Fronteiras e a AQK. Assim como também foi instituída a Cooperativa de Agroindústria para 150 mulheres quilombolas da comunidade, como ação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).



Para estimular a educação, o acesso à leitura e à comunicação, em junho de 2006 as comunidades receberam 27 Arcas das Letras – kits com 230 livros diversos – como resultado das ações integradas entre a Seppir e o MDA. Dez computadores foram cedidos para implementação de Centro de Inclusão Digital, fruto da parceria da AQQ com a FBB. A partir da parceria entre a Petrobrás e a Prefeitura de Cavalcante, viabilizou-se o investimento de R\$ 381.000,00 para construção de uma escola com capacidade de atender 120 crianças e uma ponte no município.

Os pequenos agricultores quilombolas foram beneficiados pela entrega de cinco conjuntos de equipamentos de irrigação, em uma parceria da AQQ com a Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás e o MDA. Foram capacitados 200 jovens provenientes de 1.500 famílias para educação de outros jovens de origem rural, em agroecologia e práticas agrícolas alternativas; e 20 monitores em metodologias participativas. As atividades ocorreram no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e o valor investido foi R\$ 185.840,92.

A partir do protocolo de Intenções entre o Ministério do Esporte (ME) e o governo de Goiás foram viabilizadas sete obras de infra-estrutura esportiva.

Outras ações descritas neste relatório dizem respeito à promoção de melhorias na infraestrutura e acesso aos núcleos habitacionais mais distantes, o que terá grande impacto na qualidade de vida da população Kalunga, pois ampliará os serviços de abastecimento de água, saúde, energia e outras iniciativas que o governo federal vem implantando no local. Apesar das ações que estão em andamento, com monitoramento da Seppir e de outros órgãos, ainda há muito por fazer.

Monitoramento e intercâmbio cultural

Visitas técnicas a comunidades quilombolas do país foram realizadas pela Seppir em 2004 e 2005, com envolvimento de servidores e gestores de diversos ministérios, instituições públicas e privadas e representações de movimentos sociais com o objetivo de aprofundar conhecimentos, dialogar com representantes das comunidades e monitorar as ações em curso. As comunidades visitadas inicialmente foram: Ivaporanduva, no município de Eldorado (SP); Mamuna, Peru e Itamatatiua, em Alcântara (MA); Saracura, em Santarém (PA); Bacabal, em Oriximiná (PA); Lagoa dos Índios e Curiaú, em Macapá (AP); Vila Bela, em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT); Mata-Cavalo, em Santana do Livramento (MT); Felipa, em Itapecuru-Mirim (MA); Santiago do Iguape, em Cachoeira (BA); Kalunga, em Teresina de Goiás, Cavalcante e Monte Alegre (GO).

Esse trabalho constituiu-se como base para um planejamento conjunto entre a Casa Civil e a Seppir e identificou ações desenvolvidas no âmbito do PBQ, encabeçadas por vários ministérios e secretarias especiais, sobretudo no que tange à saúde, educação, habitação, eletrificação, transferência de renda, segurança alimentar e regularização fundiária³⁶. Diante disso, construiu-se o “Pacote da Cidadania Quilombola” como forma de monitorar o trabalho e efetuar visitas técnicas às comunidades, realizadas por representantes de diversos órgãos e coordenadas pela Seppir. Como resultado dessas visitas, pretende-se prestar contas das ações e ajustar o desenvolvimento das atividades, assim como estimular o trabalho conjunto e a ação simultânea das três esferas de governo.

³⁶ MS, com ações dos Programas Saúde da Família (PSF), Saúde Bucal (PSB) e da Funasa, no tocante à ação de abastecimento de água e saneamento; MEC, com ações de construção de escolas, capacitação de professores e distribuição de material didático; MCidades, com a construção e a reforma de casas em comunidades quilombolas; MME, por meio do Programa Luz para Todos; MDS, com o programa Bolsa Família e ações de Segurança Alimentar; e MDA-Incra, com processos de titulação das áreas.

No segundo semestre de 2005 foram visitados quilombos de oito estados: Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Piauí, São Paulo e Amapá, com envolvimento de 119 comunidades quilombolas, o que demonstrou a importância do investimento em ações locais para fortalecer e dar visibilidade ao projeto em âmbito nacional.

Com isso foi fortalecido o arranjo institucional, provocando a aproximação entre os governos federal e locais: a) diversos municípios do Mato Grosso do Sul aderiram ao Fipir; b) houve a constituição do Consórcio Intermunicipal do Agreste Pernambucano, formado pelos municípios de Garanhuns, São Bento do Una, Bezerros, Bom Conselho, Capoeiras, Santo Agostinho e Goiana, que abrangem 19 quilombos; c) foram identificadas possibilidades de incorporar a política para quilombos ao Consórcio de Prefeitos do Vale do Gortuba (MG).

Em abril de 2006, a ação realizada na região do Recôncavo Baiano possibilitou encaminhamentos no que diz respeito à habitação e ao reconhecimento de comunidades de quilombos, além de ter sido aberta a oportunidade de adesão de parte dos 50 municípios da região ao Fipir.

Associado ao “Pacote da Cidadania”, desenvolveu-se o “Projeto Quilombo Axé”, lançado em maio de 2005, no Museu Afro Brasil (SP), sob coordenação da Seppir, com apoio da Petrobras. Esse projeto incentiva o intercâmbio sociocultural nas comunidades, com a presença de artistas brasileiros, considerando a interface entre valores ancestrais e contemporâneos.

O “Projeto Quilombo Axé” teve duas edições em 2005. No Piauí, em outubro de 2005, a cantora Sandra de Sá interagiu com a comunidade Angical, em Paulistana, e as comunidades Tapuio e Sumidouro, em Queimada Nova. No Amapá, em novembro de 2005, foi a vez do apresentador e cantor Netinho de Paula e do ator Romeu Evaristo conhecerem as comunidades de Maruanun e Mazagão Velho, respectivamente em Macapá e Mazagão.

Em 17 de junho de 2006, a cantora Leci Brandão apresentou-se na comunidade de Kalunga, durante a formatura das turmas do Telecurso 1º Grau. No final do ano cinco eventos foram realizados: em Porto Alegre (RS), de 24 a 26 de novembro, com 30 mil pessoas; no Campinho da Independência, Paraty (RJ), em 30 de novembro e 1º de dezembro, com duas mil; em Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE), em 8 e 10 de dezembro, com duas mil; em Ivaporanduva, Eldorado (SP), em 15 e 16 de dezembro, com público de 20 mil; e no Rio das Contas (BA), em 19 e 20 de dezembro, com cinco mil.

Assim, participaram dessa fase do projeto os cantores e cantoras Leci Brandão, Markão – DMN, Margareth Menezes, Martinho da Vila, Netinho de Paula, Rappin Hood, Sandra de Sá, Toni Garrido e Zezé Mota. Os atores Fabrício Oliveira, Sheron Menezes, Maria Ceixa, Alexandre Moreno e Romeu Evaristo foram mestres de cerimônia dos shows.

As visitas às comunidades cumpriram o papel de monitorar as ações do PBQ (Pacote da Cidadania) e promover o intercâmbio cultural (Quilombo Axé). As apresentações foram realizadas em espaço aberto, em locais próximos aos quilombos, voltadas ao grande público. O objetivo de dar visibilidade ao modo de ser e viver da população quilombola concretizou-se nas ações desenvolvidas e também foi gerada a oportunidade de ativistas culturais conhecerem histórias, músicas, danças, comidas e costumes, o que resultou na troca de experiências entre produtores urbanos e rurais. A perspectiva é iniciar uma nova fase em 2007 e ampliar a ação para todos os estados.

Levantamento e Gerenciamento de Dados

O governo federal aos poucos acumulou conhecimento sobre a realidade socioeconômica das comunidades quilombolas. Foi elaborado em 2004 um “Diagnóstico Sócio-Econômico” de 54 comunidades priorizadas com o intuito de ampliar as informações disponíveis, permitindo, assim, que houvesse maior precisão na definição das políticas públicas destinadas a essa população. O resultado do diagnóstico permitiu à Seppir planejar sua ação.

Com base nesse conhecimento, durante o ano de 2006 foi elaborado o projeto de formação de um banco de dados para registro unificado das ações realizadas pelo governo federal, especialmente as relacionadas ao PBQ³⁷. O banco de dados entrará em funcionamento no início de 2007 e será livremente acessado pelo público, o que possibilitará à sociedade civil avaliar o desempenho governamental nas ações relativas às comunidades quilombolas.

Com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), firmou-se em 2005 um convênio para geração de uma base de dados censitários de 122 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. A partir do cruzamento de resultados de pesquisas já finalizadas pelo Instituto, serão produzidos mapas de abrangência nacional, impressos e em formato digital, contendo os resultados dos estudos sócio-demográficos e das análises espaciais referentes às comunidades e aos seus municípios. Já estão disponíveis os primeiros produtos dessa parceria: o estudo da presença negra nas regiões Norte, Sul e Sudeste do país. Essa parceria com o IBGE faz parte da estratégia de inserir o levantamento das comunidades quilombolas e de outras tradicionais no próximo censo demográfico, em 2010.

Foi firmado um Termo de Cooperação Técnica e um Plano de Trabalho, com definição das estratégias para implementação do Cadastro Nacional Georreferenciado, que engloba desde estudos técnicos das informações cartográficas, ambientais e culturais dessas comunidades até análises de sua sobreposição territorial às áreas de proteção ambiental. A implementação dos trabalhos está prevista para o início de 2007 e estes devem ser finalizados até dezembro de 2009. A iniciativa é fruto da cooperação técnica firmada entre Seppir, MDA, MMA, MCT, MME, Incra, Gabinete de Segurança Institucional, IBGE e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), vinculada ao Ministério da Integração Nacional (MIN).

Com o intuito de iniciar o processo de georreferenciamento para posterior regularização fundiária das comunidades quilombolas localizadas às margens do Rio São Francisco, foi firmado convênio entre a Seppir, Codevasf, Incra, Secretaria de Patrimônio da União/MP e Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), que envolve recursos da ordem de R\$ 600.000,00. Está circunscrito no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, onde se situam mais de quinhentas comunidades quilombolas.

Esses produtos contribuem para o conhecimento da realidade das comunidades, permitem

³⁷Iniciativa da a Seppir e do Ministério da Justiça (responsável pela operacionalização dessa atividade), a considerar os vínculos administrativos entre esses dois órgãos. O banco de dados, até o momento, encontra-se situado no endereço eletrônico www.mj.gov.br/SubCom. A página definitiva será estruturada no sítio da Presidência da República.

cruzar as diversas ações de políticas públicas em curso na administração federal, reduzem custos e aumentam o impacto destes investimentos, atendendo à orientação de acelerar o desenvolvimento com inclusão social.

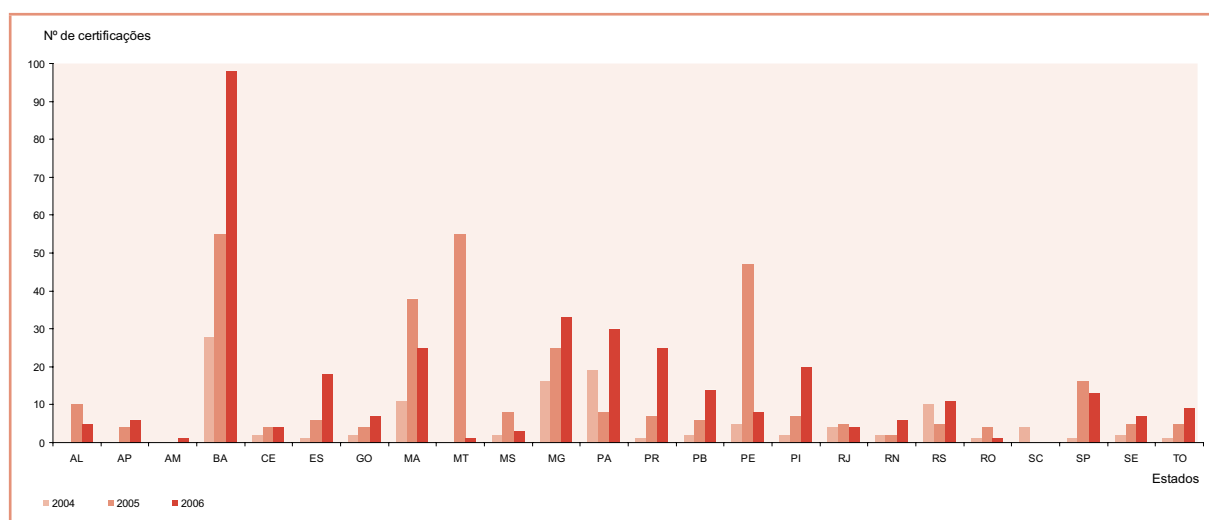
1.1.2 Ações realizadas por outros ministérios

As ações realizadas por diversos órgãos contam com o acompanhamento e/ou avaliação direta da Seppir e das organizações das comunidades quilombolas, por meio da gestão participativa na política pública. Certamente outras iniciativas que não constam deste relatório são desenvolvidas por outros órgãos - federais ou locais - sem que haja, ainda, inclusão no sistema de monitoramento. As linhas de trabalho apresentadas a seguir são: Regularização Fundiária; Infra-estrutura e Serviços; Educação; Saúde; Assistência Social e Transferência de Renda; Desenvolvimento Sustentável; e Direitos Humanos e Diversidade.

Regularização Fundiária

Considerando que a responsabilidade de desenvolvimento da política fundiária do país está a cargo do MDA, por meio do Incra, com o acompanhamento da Seppir e da FCP, a primeira fase do processo de regularização fundiária inicia quando as comunidades instauram legalmente seus processos perante o Incra³⁸. Antes dessa instauração, recomenda-se que a comunidade solicite junto à FCP a emissão da certidão de auto-reconhecimento, no intuito de promover o reconhecimento oficial da existência do quilombo, assegurar a autonomia necessária para o pleito de recursos para seu desenvolvimento e facilitar, inclusive, a própria instauração do processo de regularização.

Nesses quatro anos, foram emitidas pela FCP 809 certidões em benefício de mil comunidades, envolvidas ou não em processos de regularização fundiária. O gráfico a seguir mostra a evolução do número de certificações por ano e por estado.



Número de certificações emitidas pela FCP por estado e por ano.

Fonte: Gráfico elaborado pela Seppir a partir de dados enviados pela FCP.

³⁸Por meio do Artigo 68 da ADCT, Decreto 4887/03, regulamentado pela Instrução Normativa nº 20.

Também foram instalados junto ao MDA/Incrá 492 processos de regularização fundiária, os quais, depois de finalizados, beneficiarão mais de 500 comunidades. Ao longo dos quatro anos foram titulados 31 territórios, conferindo a 38 comunidades o direito de posse e domínio sobre a terra³⁹. Com isso, completam-se 61 titulações entre 1995 e 2006⁴⁰.

Quadro de titulações efetuadas entre 2003 e 2006						
Território Quilombola	Comunidades	Área (ha)	município	UF	Órgão Expedidor	Ano
São Sebastião dos Pretos	São Sebastião dos Pretos	1.110,00	Bacabal	MA	Iterma	2003
Ivaporanduva	Ivaporanduva	672,28	Eldorado	SP	Itesp	2003
Santa Maria do Mirindeua	Santa Maria do Mirindeua	1.763,06	Moju	PA	Iterpa	2003
Santo Cristo	Santo Cristo	1.767,04	Moju	PA	Iterpa	2003
Alto Trombetas	Abui, Paraná do Abui, Tapagem, Sagrado Coração e Mãe Cue	61.211,96	Oriximiná	PA	Iterpa	2003
Itacoã Miri	Itacoã Miri	968,99	Acará	PA	Iterpa	2003
Pedro Cubas	Pedro Cubas	2.449,39	Eldorado	SP	Itesp	2003
Paca e Anigal	Paca e Anigal	1.284,24	Viseu	PA	Incrá	2004
Bela Aurora	Bela Aurora	1.096,63	Cachoeira do Piriá	PA	Incrá	2004
São Sebastião dos Pretos	São Sebastião dos Pretos	1.010,21	Bacabal	MA	Incrá	2005
Olho d'Água do Raposo	Olho d'Água do Raposo	187,33	Caxias	MA	Incrá	2005
Altamira	Altamira	1.220,11	Pinheiro	MA	Incrá	2005
Olho d'Água dos Pires	Olho d'Água dos Pires	626,87	Esperantina	PI	Incrá	2005
Conceição do Macacoari	Conceição do Macacoari	8.475,47	Macapá	AP	Incrá	2006
Parateca e Pau d'Arco	Parateca e Pau d'Arco		Malhada	BA	SPU	2006
Usina Velha	Usina Velha	1.161,00	Caxias	MA	Iterma	2006
Rio dos Peixes	Rio dos Peixes	54,22	Pinheiro	MA	Iterma	2006
Santo Inácio	Santo Inácio	1394,03	Pedro do Rosário	MA	Iterma	2006
Imbirau	Imbirau		Pedro do Rosário	MA	Iterma	2006
Santana	Santana	201,12	Santa Rita	MA	Iterma	2006
Queluz	Queluz	227,89	Anajatuba	MA	Iterma	2006
Furnas da Boa Sorte	Furnas da Boa Sorte	73,33	Corguinho	MS	Deptº de Terras e colonização do MS	2006
Caçandoca	Caçandoca	209,89	Ubatuba	SP		2006
Volta	Volta		Campinas	PI	Iterpi	2006
Fazenda Nova	Fazenda Nova		Izaías Coelho	PI	Iterpi	2006
Sítio Velho	Sítio Velho		Assunção	PI	Iterpi	2006
Lago Grande	Lago Grande	958,00	Peritoró	MA	Iterma	2006
Bom Jesus	Bom Jesus		Cândido Mendes	MA	Iterma	2006
São José	São José		Cândido Mendes	MA	Iterma	2006
Achuí	Achuí		Mirinzal	MA	Iterma	2006
Juçaral e Santa Helena	Juçaral	345,00	Itapecuru-Mirim	MA	Iterma	2006

Do restante dos processos instaurados, 43 já tiveram publicado no Diário Oficial da União seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, uma importante etapa para a regularização. A partir dessa publicação, abre-se o prazo para contestações e criam-se condições de dar andamento aos processos.

³⁹Desses 31 títulos, oito foram emitidos pelo próprio Incra e outros 23 por Institutos de Terras de âmbito estadual ou pela Secretaria de Patrimônio da União.

⁴⁰Anexo 6: A Lista de Comunidades Tituladas contém todas as comunidades tituladas antes e depois de 2003.

É pertinente destacar, também, que o governo federal atua nos quilombos de Alcântara (MA) e Marambaia (RJ). Esses dois territórios são bastante emblemáticos e exigem uma atenção redobrada, inclusive de estados e municípios. Nesse sentido, a Seppir tem acompanhado todos os debates, negociações e encaminhamentos que dizem respeito aos processos de regularização fundiária e projetos de desenvolvimento sustentável.

Infra-estrutura e serviços

Diversas ações de melhoria de infra-estrutura foram desencadeadas, sobretudo no que tange ao acesso às comunidades, habitação popular, saneamento básico, eletrificação e comunicação.

Acesso às comunidades. Estão em andamento obras em três pontes como fruto de parceria firmada entre a Seppir, o MIN e o Ministério da Defesa. Os projetos são: na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre (GO), para a reconstrução de duas pontes; e nos municípios de Eldorado e Iporanga, Vale do Ribeira (SP), para a construção de uma ponte no quilombo de Ivaporanduva. A Seppir custeou, em 2004, os estudos de viabilidade técnica e econômica.

Em novembro de 2006 iniciaram as obras de reconstrução das duas pontes em Kalunga, sobre os Rios Miroró e Alminha, orçadas, em junho de 2006, em R\$ 905.193,93, em benefício de cerca de 3 mil moradores. As obras estão sob responsabilidade do 4º Batalhão de Engenharia de Construção, formado por uma equipe de 57 pessoas oriundas da cidade de Barreiras (BA). A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2007.

A obra para construção da Ponte de Ivaporanduva foi iniciada em dezembro de 2006, com orçamento de R\$ 3.450.000,00. A construção, sobre o Rio Ribeira do Iguape, em Eldorado (SP), está sob responsabilidade do Exército Brasileiro/MD. A ponte propiciará a ligação direta entre as cidades de Eldorado⁴¹ e Iporanga⁴², com destaque para as comunidades Ivaporanduva, Galvão e São Pedro⁴³, responsáveis pelo encaminhamento da reivindicação de construção da obra, considerando as necessidades cotidianas e do escoamento da produção da banana, principal cultivo agrícola da região. A perspectiva é facilitar o acesso dos quilombolas, dos moradores da cidade e dos turistas que buscam conhecer o local, rico em belezas naturais, a exemplo da Caverna do Diabo.

Habitação popular

A partir de uma parceria entre Seppir, Funasa e Ministério das Cidades, desenvolveu-se o plano de trabalho do Programa de Habitação e Saneamento para Quilombos. O projeto é viabilizado por intermédio da criação de um segmento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), na primeira etapa com investimento de R\$ 21.000.000,00 provenientes de recursos do MCidades e R\$ 6.000.000,00 da Funasa.

As experiências desenvolvidas contam com assistência técnica e recursos repassados pela Caixa e são desenvolvidas por diversos parceiros ministeriais ou pelas equipes multidisciplinares das Gerências de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da instituição (Gidur). As ações que envolvem

⁴¹A cidade de Eldorado tem 14.654 habitantes.

⁴²A cidade de Iporanga tem 4.535 habitantes.

⁴³A região concentra as seguintes comunidades quilombolas: Bombas, Pilões, Cambury e Porto Velho (Iporanga) e André Lopes, São Pedro, Sapatu, Pedro Cubas e Ivaporanduva (Eldorado).

diretamente a Caixa foram orientadas pelo fortalecimento dos valores étnicos, pela integração social e promoção da equidade de gênero, somando-se à defesa da propriedade da terra e do acesso à moradia, infra-estrutura e promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Nas comunidades de Canta Galo, Santa Joana e Santa Maria dos Pretos, em Itapecuru-Mirim, no Maranhão, está sob a análise da Gidur o projeto de construção, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de 108 unidades habitacionais, atividade integrada ao projeto social de promoção da participação social dos beneficiários. Como se trata de uma estratégia de desenvolvimento, que prevê a integração de ações em parceria com o poder público e a Associação de Comunidades Negras Rurais do Maranhão (Aconeruq), o prefeito assumiu o compromisso de dotar as comunidades de infra-estrutura básica, além de construir e melhorar equipamentos públicos e comunitários - praças, escolas, igrejas e casa de farinha.

Na comunidade Sítio Velho, no Piauí, está em elaboração o projeto de construção, pela Resolução 460⁴⁴, de 86 unidades habitacionais, em benefício de 399 pessoas. Em parceria com o Incra e a Universidade Federal do Piauí, foram realizadas visitas à área para o desenvolvimento do Programa de Combate à Pobreza Rural do Piauí, que resultaram na elaboração de termo de referência, pois o início do projeto está condicionado à regularização fundiária.

Na comunidade de Invernada dos Negros, no município de Campos Novos, em Santa Catarina, estão em construção 66 unidades habitacionais, com recursos do FGTS. Mais de dois terços das obras foram finalizados, gerando 63 empregos diretos no local, a partir do investimento de R\$ 527.340,00. Concomitantemente, o Projeto de Trabalho Técnico Social apresentou como meta desenvolver a participação social.

Em Sergipe, com recursos do FGTS de R\$ 583.836,30, inicia-se a construção de 76 unidades habitacionais na comunidade de Desterro, no município de Indiaroba. Foram gerados 56 empregos no local. Nas comunidades Guia e Pé de Serra, do município de Poço Redondo, o terreno está pronto para receber 84 unidades habitacionais, com investimento de R\$ 645.363,30. Está prevista a geração de 62 empregos diretos. Nas comunidades de Crasto, Cajazeiras e Pedra Furada, em Santa Luzia do Itanhhy, serão construídas 80 unidades que gerarão 59 empregos diretos a partir do investimento de R\$ 615.636,30. Na comunidade de Mocambo, em Porto da Folha, serão beneficiadas 97 famílias com novas residências e gerados 71 empregos diretos no local, a partir do investimento de R\$ 742.863,30.

Em Tocantins, vários empreendimentos estão em curso, por meio do Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS) e pela Resolução 460. Na comunidade de Barra da Aroeira, no Jalapão, 50 famílias serão beneficiadas a partir de investimentos de R\$ 194.310,40 (Resolução 460) e de R\$ 291.465,60 (PHIS), que tem 20,34% das obras já concluídas. Na comunidade de Santa Fé do Araguaia do Tocantins, as obras destinam-se a 60 famílias quilombolas, com investimentos de R\$ 582.931,20 (PHIS). No município de Brejinho do Nazaré, a comunidade Malhadinha receberá investimentos de R\$ 631.508,80 (Resolução 460) para construção de 65 residências. No município de Porto Alegre do Tocantins, 30 famílias serão beneficiadas com investimento de R\$ 291.465,60 (PHIS).

Por fim, em abril de 2006 foi assinado convênio entre a Caixa, o MCidades, a prefeitura de Cachoeiras (Recôncavo Baiano) e o governo do estado da Bahia para a construção de 270 casas.

⁴⁴Resolução do MCidades que trata especificamente da construção de moradias para quilombolas, indígenas e população de assentamentos.

Saneamento Básico

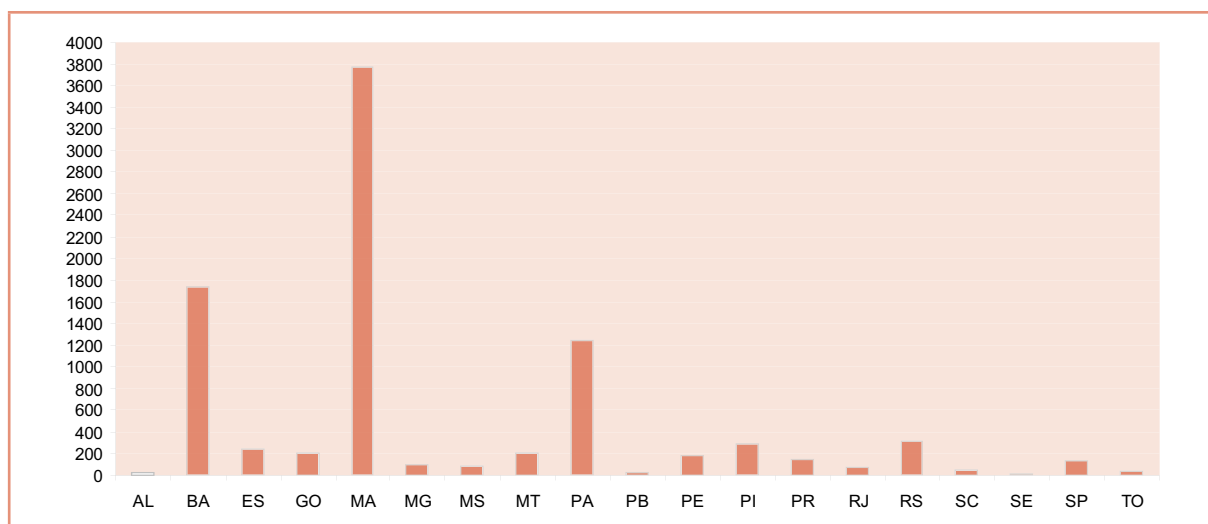
Em 2004, foram previstas ações de saneamento básico em comunidades quilombolas de vários estados: Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Espírito Santo e Tocantins. Portanto, durante os anos de 2005 e 2006, concluíram-se as obras de abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares que beneficiam cerca de 2.500 famílias das comunidades Conceição das Crioulas (PE), São Francisco do Braga, Santa Maria e Graça de Deus (MA), Buriti do Meio (MG), Furnas da Boa Sorte (MS), Caiana dos Crioulos (PB), Divino Espírito Santo e São Jorge (ES), e Lagoa da Pedra (TO). O investimento totalizou R\$ 3.300.000,00 e as obras foram realizadas por meio das Coordenações Regionais da Funasa.

Um novo ciclo de obras de abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares iniciou em 2006 em nove comunidades de quatro estados: Kalunga (GO); Potes, Quilombos, Tapuio e Sumidouro (PI); Cambará, Manuel Barbosa e Família Silva (RS); e Rio das Rãs (BA). Ainda estão em andamento e são fruto de um investimento de R\$ 6.000.000,00, em benefício de 448 famílias. Esses recursos, exceto os voltados para a comunidade Kalunga, são oriundos do Projeto Vigisus, um acordo de empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, direcionado ao atendimento de comunidades tradicionais.

Eletrificação

Por meio do Programa Luz para Todos, do MME, foram atendidas com instalação de luz elétrica, até dezembro de 2006, 9.765 famílias de 379 comunidades quilombolas de 19 estados brasileiros: uma em Alagoas, 94 na Bahia, 35 no Espírito Santo, nove em Goiás, 86 no Maranhão, 11 em Minas Gerais, seis no Mato Grosso do Sul, cinco no Mato Grosso, 38 no Pará, sete em Pernambuco, 11 na Paraíba, 17 no Piauí, sete no Paraná, três no Rio de Janeiro, 23 no Rio Grande do Sul, duas em Santa Catarina, três em Sergipe, 19 em São Paulo e duas em Tocantins. O gráfico abaixo mostra a distribuição do número de famílias atendidas pelo programa desde 2004. Ao comparar esse gráfico com o Anexo 1, percebe-se a concentração das atividades em estados com maior número de comunidades quilombolas.

No município maranhense de Alcântara já foram concluídas obras em 1.930 domicílios. A demanda local é de atendimento a 2.400 residências.



Número de famílias atendidas pelo Programa Luz para todos, por estado, no período 2004-2006

Fonte: gráfico elaborado pela Seppir a partir de dados enviados pelo MME.



Comunicação

Além das comunidades inseridas na Amazônia Legal, a Seppir articula, junto ao Ministério das Comunicações, a instalação das rádios comunitárias por todo o país.

O Ministério lançou, em novembro de 2005, edital – o Aviso de Habilitação nº. 01/2005 – contemplando a comunidade Kalunga com quatro rádios comunitárias para as seguintes localidades goianas: Engenho II e Vão do Moleque, ambas no município de Cavalcante; Ema, em Teresina de Goiás, e Tinguizal, em Monte Alegre de Goiás. Foi contemplada também uma comunidade de terreiro: a Sociedade Beneficente Cultural Africana Templo de Yemanjá (Sobecady), em Guaíba (RS).

Em abril de 2006, o Ministério das Comunicações publicou o Aviso de Habilitação nº. 01/2006, orientado a 18 comunidades quilombolas indicadas pela Seppir⁴⁵ quanto aos documentos necessários para instalação de rádios: Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA); Água Preta, em Tururu (CE); Invernada dos Negros, em Campos Novos (CE); Pombal, em Santa Rita do Novo Destino (GO); Itamatatua e São João de Cortes, em Alcântara (MA); Burity do Meio, em São Francisco (MG); Bom Jardim e Murumurutuba, em Santarém (PA); Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande (PB); Conceição das Crioulas, em Salgueiro (PE); Tapuio, em Queimada Nova (PI); Santo Antônio, em São Francisco do Guaporé (RO); Casca, em Mostardas (RS); Cerro do Formigueiro, em Formigueiro (RS); Picada, em São Lourenço do Sul (RS); Palmas, em Bagé (RS); e Ivaporanduva, em Eldorado (SP).

Devido às exigências legais, nenhuma rádio ainda entrou em operação, pois o processo deve passar por aprovação dos setores jurídicos do Ministério das Comunicações (MC) e da Casa Civil. Após essa etapa, o Poder Legislativo outorgará o devido funcionamento, previsto para o segundo semestre de 2007.

⁴⁵ Foram indicadas 20 comunidades. Nesse quadro são 18 quilombolas e as duas restantes constam do item que trata de ciganos.

Outra iniciativa relacionada à melhoria da comunicação e a inclusão digital das comunidades é o Ponto de Presença, um projeto coordenado pelo MC, com oferta de acesso à internet por meio de conexão via satélite, cujo alvo são as comunidades que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou onde há dificuldade de acesso a esse serviço. A Seppir encaminhou ao MC uma lista de comunidades para serem atendidas, como parte do termo de acordo de cooperação a ser celebrado entre as partes. Foi sugerida a inclusão de 62 comunidades quilombolas.

Outras ações de inclusão digital atingiram remanescentes de quilombos. Em 2005, foram instalados telecentros em seis comunidades: Castainho (Garanhuns, PE); Conceição das Criolas (Salgueiro, PE); Kalunga (Teresina de Goiás, GO); Tijuaçu (Senhor do Bonfim, BA); Caonge (Cachoeira, BA). Com esses telecentros, busca-se garantir o acesso às novas tecnologias e a inserção na rede mundial de comunicação e informação, um dos objetivos do programa Fome Zero – Inclusão Digital, do Banco do Brasil, em parceria com o MDS.

Em 2006, fruto de parceria com o MIN, foi montado o Quiosque do Cidadão, com o objetivo de promover a inclusão digital por meio da instalação de equipamentos de informática dotados de acesso à Internet via satélite, com programas sócio-educativos e de formação da cidadania nos quilombos Campina de Pedra, Jejum, Capão Verde e Morrinhos, todos em Poconé (MT). Está prevista a instalação de outros 30 quiosques na Região Centro-Oeste.

Foram realizadas oficinas de capacitação técnica em Santo Antônio (RO), Itamatatua (MA), São João de Cortes (MA), Bom Jardim (PA), Murumurutuba (MA) e Lagoa da Pedra (TO), com a participação de representantes das comunidades vizinhas, para estimulá-las a acessar o programa. A partir destas, definiram-se projetos de Centros Comunitários de Produção implantados nas seguintes comunidades:

- Pará - projeto de estruturação do sistema de produção e comércio de farinha de mandioca nas comunidades de Arapemã, Bom Jardim, Saracura, Murumuru, Murumurutuba, Tinguá, no município de Santarém;
- Maranhão - projeto de construção de usina de beneficiamento de polpa de frutas de Três Corações, Santa Luzia, Caixa d'Água, Pitombeira, Arrecife, Maranhão Novo, Vila Esperança, Barreiro, Caloubico e Capim Doce, no município de Cururupu;
- Mato Grosso - projeto de construção de centro comunitário de produção para a industrialização da banana em Capão Verde, Céu Azul, Morro Cortado; e Passagem de Carro e Varal, no município de Poconé;
- Mato Grosso - projeto de irrigação do cultivo e comercialização de frutas regionais (condicionado à regularização fundiária da comunidade) em Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento.

Esses projetos têm sido implantados com recursos provenientes do MME. As iniciativas baseiam-se na formação da rede de parcerias, que, nos estados citados, provê a comunidade de toda a infra-estrutura socioeconômica necessária ao seu desenvolvimento sustentável: Eletronorte, MME, MDA, MDS, MIN, Seppir, Prefeituras Municipais, Caixa, Banco do Brasil (BB), Fundação Banco do Brasil (FBB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Cooperativa de Assistência Técnica (Coopter/TO), Instituto Estadual de Assistência Técnica Rural (Ruraltins/TO), Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seagro/TO), Secretaria Agricultura e Desenvolvimento Rural de Palmas, Emater e iniciativa privada.

As ações integradas no Estado do Amazonas começaram em 2006 e, no Estado do Amapá, serão implementadas no início de 2007, por meio do Programa Luz para Todos. Acre e Roraima não possuem comunidades quilombolas.

Educação

No que diz respeito à educação quilombola, foram encaminhadas pelo MEC/FNDE, em parceria com a Seppir, iniciativas para erradicar o analfabetismo em comunidades tradicionais, promover a inclusão digital dos habitantes mais afastados do núcleo urbano e oferecer formação continuada no ensino fundamental e médio para adultos.

Em 2005, por meio do Programa Nacional de Alimentação Quilombola (Pnaq) e do FNDE, 111 municípios foram beneficiados com o aumento no valor do repasse para a merenda escolar. As escolas que possuem alunos quilombolas tiveram o valor ampliado de R\$ 0,18 para R\$ 0,34. Assim, atualmente, são 589 instituições de ensino atendidas pelo Pnaq, em 15 estados brasileiros.

No que se refere à distribuição de material didático e paradidático, até agosto de 2006 foram estabelecidos 27 convênios com municípios, possibilitando a distribuição de 30.954 exemplares de livros desenvolvidos especialmente para a população quilombola. Quanto à formação de professores, firmaram-se, nos quatro últimos anos, 41 convênios para capacitar 2.194 docentes na temática quilombola.

A melhoria da rede física escolar subdivide-se em duas atividades: apoio à distribuição de equipamentos, pelo qual 18 escolas foram modernizadas; e apoio à construção de salas de aula, que gerou 82 novas salas em 21 municípios.

Em 9 de maio de 2006, o FNDE editou a Resolução nº. 9⁴⁶, que autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito da educação básica, para a oferta de ensino fundamental nas áreas de remanescentes de quilombos. Uma associação da política de quilombos com a Lei 10.639 possibilitou firmar 118 convênios.

As ações por modalidade propiciaram os seguintes resultados:

- na ação de formação de professores, foram aprovados R\$ 1.052.943,01 em convênios firmados com 33 municípios, objetivando capacitar 3.973 professores que educam 103.726 alunos;
- quanto à distribuição de material didático, aprovaram-se R\$ 536.402,12, por meio de convênios firmados com 14 municípios, visando à distribuição de 9.404 exemplares para 87.839 alunos;
- na ação de aquisição de equipamentos, 60 salas de aula de 10 municípios serão modernizadas em benefício de 5.855 alunos, por meio de convênios que totalizam R\$ 396.142,50;
- outros 15 convênios foram firmados com os municípios para a construção de 71 salas de aula em benefício de 6.281 pessoas, com custo de R\$ 4.082.325,41.

Também foi lançado no dia 19 de dezembro de 2006, em São Paulo, o projeto “Quilombola, venha ler e escrever”, cujo objetivo é beneficiar 13.300 jovens e adultos quilombolas - pelo menos 50% de mulheres - na constituição dos conceitos necessários para o desenvolvimento da leitura e da escrita, com a perspectiva de possibilitar a elevação da auto-estima, a socialização, o

⁴⁶Anexo 7: Resolução FNDE nº 9, de 28 de março de 2006.

exercício pleno da cidadania, e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida. O público será distribuído em 600 turmas, com 20 a 25 alunos cada, nos estados do Maranhão, Bahia, Pará e Minas Gerais. O valor total do projeto está orçado em R\$ 5.916.662,53, dos quais R\$ 200.000,00 são provenientes da Seppir. O restante vem sendo negociado com empresas públicas.

O programa Telecurso 2000 foi desenvolvido a partir de uma parceria entre a Seppir, a Fundação Roberto Marinho (FRM) e o Instituto Multiplicar. Baseia-se em um método supletivo dos ensinamentos fundamental e médio e possibilita que jovens e adultos completem seus estudos e obtenham certificados de conclusão dos referidos graus escolares após realização de exames. Foram instaladas 17 salas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental em comunidades quilombolas:

- Pernambuco - cinco em Garanhuns, nas comunidades de Castainho, Estrela, Timbó, Caluete e Estiva; e três em Salgueiro, implantadas na comunidade de Conceição das Crioulas;
- Goiás - seis na comunidade Kalunga, destinadas a 120 alunos;
- Bahia - três em Senhor do Bonfim, implementadas na Comunidade de Tijuaçu.

De agosto a dezembro de 2006, os alunos dessas primeiras turmas foram formados e diplomados. Alguns depoimentos denotam a importância da iniciativa⁴⁷:

“Estou muito feliz em estar estudando na Telessala Kalunga da minha Comunidade Ema (...). Espero que meus colegas dêem continuidade no ensino médio para conseguirem entrar na faculdade”. Ranyelle Fernandes de Castro (Teresina de Goiás/GO, Quilombo Kalunga – Comunidade Ema).

“A importância da telesala para mim é que em aprendi mais. Gostei da professora e dos colegas da sala. Aprendi a ler mais e muitas coisas que eu não sabia. Eu gostei do projeto. Achei muito bom e importante para mim”. Mario João da Silva (Salgueiro/PE - Quilombo Conceição das Crioulas).

“Eu gostei de ter participado da Telesala. Aprendi muito e queria que tivesse telesala de ensino médio, porque seria muito importante terminar nossos estudos. A professora ensinou muito bem”. Rosimario Marabá de Souza (Garanhuns/PE - Quilombo Timbó).

“O telecurso é muito importante, porque já aprendi muitas coisas boas. No início das aulas nós fizemos nossas orações. Continuando nossas aulas, vamos para o trabalho, assistimos ao vídeo, fazemos a leitura, repartimos os grupos e fazemos os exercícios(...). Já aprendemos um pouco, precisamos aprender mais. Isso é o começo do Telecurso, queremos mais pela frente.” Joelson Paulino da Silva (Cavalcante/GO – Quilombo Kalunga, Engenho II).

“Para minha vida pessoal, foi muito gratificante, porque já estava fora de sala de aula há mais de dezesseis anos e não tinha mais interesse em continuar os meus estudos. (...) Gostaria que o projeto continuasse este mesmo, porque todos aqueles que não tiveram oportunidade como eu pudessem conseguir um pouco mais do mundo em que vivemos”. Ivanete Fagundes da Silva (Senhor do Bonfim/BA - Quilombo Tijuaçu).

A considerar esse impacto positivo que revela alterações nas condições de vida dos quilombolas, permanecem dois os desafios: ampliação do projeto a outras comunidades e estruturação o Telecurso 2º Grau para os já formados.

⁴⁷Os depoimentos correspondem às fotos de capa das publicações do Telecurso 2000.

Saúde

Criado pelo MS, o Programa Saúde da Família Quilombola destina-se às prefeituras onde existem comunidades de quilombos. Em 2005, 54 municípios receberam 50% a mais do aporte orçamentário previsto⁴⁸. Essa medida reproduziu-se em municípios que acessam os recursos do Programa Saúde Bucal. Em 2006, foi desencadeada uma estratégia de divulgação para ampliação do número de municípios beneficiados com envio pelo Departamento de Atenção Básica do MS de uma carta para 33 prefeituras mencionadas na Portaria GM/MS nº. 648. Foram ainda veiculadas informações sobre o PSF no programa de rádio A Voz do Brasil. Atualmente, 54 municípios são beneficiados pela Portaria 822/2006, com equipes de saúde da família que atendem 62.345 quilombolas.

Os programas de saúde também objetivam a promoção da melhoria na assistência obstétrica prestada por parteiras tradicionais, indígenas e quilombolas, possibilitando avanços nas estratégias de efetivação do parto domiciliar, no âmbito da Atenção Básica, de forma a garantir uma assistência segura e humanizada, conforme preconiza o SUS.

Foram realizados cursos e oficinas nas comunidades quilombolas de Kalunga (GO), Grotuba (MG) e Alcântara (MA), em 2005, em uma parceria do MS com o Instituto Curumim, associações quilombolas, secretarias municipais e regionais de saúde. Foi também realizada na Câmara Federal uma audiência pública, em maio de 2006, sobre parteiras, cujo principal resultado é o fortalecimento da discussão sobre os direitos das parteiras, com enfoque para as oriundas das comunidades quilombolas.

Assistência social e transferência de renda

Em 2004, iniciou-se uma parceria entre MDS, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea e a FCP, com o apoio da Seppir, para atuar no âmbito do Programa Fome Zero. Implementaram-se, assim, ações estruturantes na área de artesanato, pesca e agricultura. Foram distribuídas 12.654 cestas básicas em 21 unidades da federação, beneficiando 5.979 famílias pertencentes a 127 comunidades quilombolas.

Segundo o MDS, até 2005 não era possível saber quantas famílias quilombolas existiam na base nacional do Cadastro Único, uma vez que não houve identificação específica. A partir de 2004, o Programa Bolsa Família passou a diferenciar famílias oriundas de comunidades quilombolas rurais e urbanas. Esse procedimento teve início no Maranhão, o que ampliou significativamente o cadastramento das suas comunidades, em especial as de Alcântara. Posteriormente, o recorte quilombola foi aplicado a outros seis estados - PA, BA, MG, GO, RS e SC – e tornou-se mais fácil com a introdução, a partir de 2006, do preenchimento obrigatório do Formulário do Agricultor Familiar.

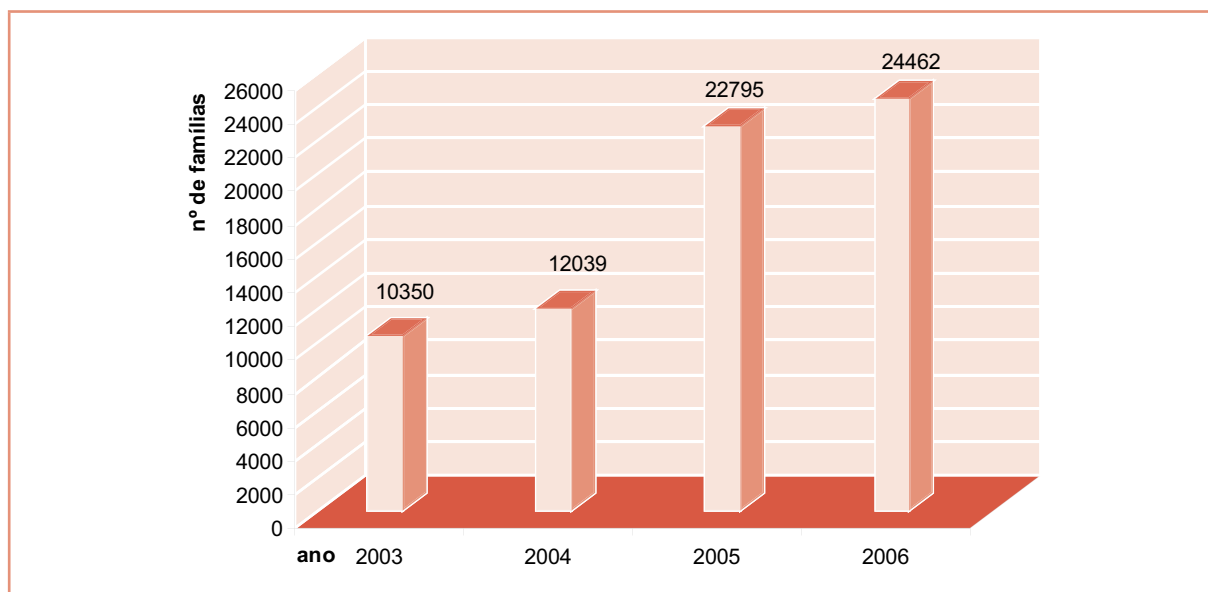
Até novembro de 2006, 6.391 famílias quilombolas foram incluídas no Cadastro Único. Dessas, 4.150 recebem o benefício do Programa Bolsa Família. O quadro a seguir apresenta a situação de cadastramento e distribuição de benefício por estado.

⁴⁸Portaria 1.434 do Ministério da Saúde, de 14 de julho de 2004.

UF	Nome	Famílias na base de dados do Cadastro Único	Famílias que recebem o PBF
AL	Alagoas	13	10
AM	Amazonas	33	29
BA*	Bahia	1.540	1.142
CE	Ceara	181	158
ES	Espírito Santo	5	3
GO*	Goiás	751	371
MA*	Maranhão	1.609	1.270
MG*	Minas Gerais	287	88
MT	Mato Grosso	4	4
PA*	Pará	857	633
PB	Paraíba	19	15
PE	Pernambuco	94	71
PI	Piauí	42	36
PR	Paraná	16	11
RJ	Rio de Janeiro	2	2
RN	Rio Grande do Norte	80	66
RO	Rondônia	7	7
RR	Roraima	1	0
RS*	Rio Grande do Sul	713	174
SC*	Santa Catarina	93	24
SE	Sergipe	4	4
SP	São Paulo	1	1
TO	Tocantins	39	31
Total	23	6.391	4.150

*Estados em que o MDS tem realizado um cadastramento diferenciado das famílias

No que se refere às outras ações de combate à pobreza, a Seppir, em parceria com o MDS, ampliou a distribuição de alimentos para comunidades quilombolas. A quantidade de alimentos distribuídos aumentou a cada ano, desde 2003, como mostra o gráfico a seguir:



Evolução do número de famílias beneficiadas por distribuição de alimentos

Fonte: Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Nos quatro últimos anos, o MDS distribuiu 278.722 cestas de alimentos para 69.646 famílias de comunidades quilombolas de 21 estados, o que totaliza 6.279.970 quilos de alimentos.

A partir de 2004, foram criados ou incrementados os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) em 38 municípios de 11 estados, que possuem comunidades quilombolas em seu território. Os recursos são destinados pelo MDS, por meio do Sistema de Ação Integral da Família (Saif), aos espaços físicos – os Cras - instalados estrategicamente em áreas de pobreza para prestar atendimento social e articular os serviços disponíveis em cada localidade e potencializar a rede de proteção social básica. Essa ação busca atingir a população quilombola por meio da mobilização das prefeituras, e foi iniciada para atingir 166.820 famílias quilombolas referenciadas, das quais 33.370 foram atendidas diretamente.

Em 25 de abril de 2006, o MDS publicou a portaria nº. 137, que definiu critérios e parâmetros para apresentação, pelos municípios, de projetos para a Estruturação da Rede de Proteção Social Básica nas comunidades remanescentes de quilombos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O objetivo foi viabilizar melhores condições de atendimento ao público, melhor acesso aos serviços, potencializar ações e qualificar a rede de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social. Assim, o universo de atendimento foi ampliado: 257 municípios de 21 estados tiveram 2.078.144 famílias quilombolas referenciadas, das quais 415.629 receberam atendimento direto.

Desenvolvimento sustentável com preservação ambiental

A Seppir e Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE articularam uma ampla ação de etnodesenvolvimento da qual participam, como parceiros, a FBB e a Fubra, com o apoio do MDA e MDS. O projeto conta com a participação direta das comunidades quilombolas e objetiva realizar o levantamento da situação das comunidades no que diz respeito à constituição de uma estratégia de organização baseada na economia solidária e na autogestão. As principais atividades desse projeto são:

- capacitação de agentes para o etnodesenvolvimento econômico solidário dos núcleos de produção locais;
- estímulo à criação de cooperativas e associações, assim como fortalecimento das existentes;
- elaboração de um diagnóstico que identifique a situação legal e financeira dos empreendimentos comunitários, acompanhado de análise das vocações e potencialidades, considerando as necessidades técnicas e materiais.

Inicialmente, em 2004, foi realizada a capacitação de 46 lideranças quilombolas. Os participantes constituíram a 1ª Turma de Agentes de Etnodesenvolvimento Quilombola, que apresentaram os projetos de implementação de processos de economia solidária em suas comunidades.

Em 2005, foram envolvidas 203 comunidades⁴⁹, que tiveram uma nova oportunidade de integração econômica e fortaleceram a produção coletiva e a segurança alimentar. Constituiu-se assim uma alternativa de desenvolvimento que valoriza os aspectos tradicionais das famílias quilombolas.

⁴⁹A previsão inicial era de 155 comunidades.

Ainda em 2005, o MDA destinou recursos de R\$ 1.200.000,00 previstos no PPA para o desenvolvimento sustentável, impulsionado por projetos de capacitação e assistência técnica de 31 comunidades dispostas em 11 municípios do Pará, Maranhão, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Também foram alocados R\$ 588.000,00 em projetos de infra-estrutura e em equipamentos agrícolas para três comunidades do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Para acompanhamento e orientação de projetos para Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o MDA empregou R\$ 60.000,00 em 10 comunidades de nove estados brasileiros: Linharinho, em Conceição da Barra (ES); Invernada dos Negros, em Campos Novos (SC); Santa Luzia, em Santa Luzia do Norte (AL); Palmeira dos Negros, em Igreja Nova (AL); Itamatatuiua, em Alcântara (MA); Matões dos Moreiras, em Codó (MA); Retiro, em Codó (MA); Jacarequara, em Santa Luzia do Pará (PA); Pimenteiras, em Santa Luzia do Pará (PA); e Serrinha, em Oriximiná (PA).

Em 2006, o MDS publicou edital no valor de 5,2 milhões de reais, incluindo projetos de comunidades quilombolas. O edital deve selecionar propostas para apoio financeiro à melhoria das condições socioeconômicas das famílias - Projetos Consad - a serem desenvolvidas nas áreas de atuação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. A partir desse edital serão integrados os municípios e os meios de produção e consumo - terra, maquinário e recursos humanos - para garantir o direito das populações a alimentação adequada e incentivar sua inclusão social, ambiental e econômica.

Também em 2006, o MDA lançou a chamada para projetos, que beneficia organizações de comunidades quilombolas. A chamada está dividida em duas linhas de apoio financeiro: assistência técnica e extensão rural e capacitação de agricultores familiares e agentes de desenvolvimento. Para enquadramento nos parâmetros estabelecidos, os projetos devem ter abrangência micro-regional e apresentar áreas bem delimitadas, com definição dos municípios.

No que diz respeito à questão ambiental, duas iniciativas importantes foram articuladas com o Ministério do Meio Ambiente (MMA): a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas e as ações relativas ao agroextrativismo.



O Plano Nacional de Áreas Protegidas, com vigência até 2008, foi elaborado a partir da instituição de um Grupo de Trabalho (Portaria nº 44, do MMA, em 23 de fevereiro de 2005). Com isso, deu-se a inserção da realidade das comunidades de quilombos neste plano. Organizaram-se, em conjunto com o MMA, as oficinas de formação para os representantes quilombolas, em 21 e 22 de agosto e 28 a 30 de novembro de 2005, respectivamente em Brasília (DF) e São Luís (MA). Essas oficinas tiveram o objetivo de promover a reflexão e o pacto em relação a uma política para áreas protegidas e garantir participação das comunidades quilombolas na definição de diretrizes e estratégias para conservação da sua biodiversidade. Os resultados indicam as ações prioritárias para as comunidades quilombolas a serem atendidas por esse plano, no biênio 2006-2008.

O passo seguinte foi a inserção da Seppir no Comitê de Projetos de Agroextrativismo do MMA com o objetivo de ampliar benefícios para as comunidades quilombolas e garantir o acompanhamento e monitoramento das ações nesta área. O Fundo Nacional do Meio Ambiente lançou em 2005 um edital que destina R\$ 1.000.000,00 à demanda induzida para as Comunidades Quilombolas do Nordeste com o objetivo de desenvolver ações para o fortalecimento institucional.

A Eletronorte desenvolve, na Amazônia Legal, o Projeto Ações Integradas com o objetivo de unificar ações de desenvolvimento socioeconômico na região, potencializado pela instalação da energia elétrica. Esse projeto prevê a realização de oficinas sobre rádio comunitárias; o diagnóstico da situação local e levantamento de potencialidades para estimular o desenvolvimento econômico e social; a articulação com parceiros em níveis municipal, estadual e federal; a definição de projetos a serem implantados: Centros Comunitários de Produção e Arca das Letras – bibliotecas móveis voltadas a comunidades rurais.

Até o final de setembro de 2006, os quatro primeiros itens englobaram, total ou parcialmente, 40 comunidades de sete municípios em cinco estados brasileiros. Atingiram 2.062 famílias quilombolas:

- Rondônia - Santo Antônio, no município de São Francisco do Guaporé;
- Pará - Murumurutuba, Bom Jardim, Tinguá, Murumuru, São Raimundo, Arapemã, São José I, São José II, Nova Vista e Saracura, no município de Santarém;
- Mato Grosso - Capão Verde, Céu Azul, Morro Cortado, Passagem de Carro, Campina 2, Mundo Novo, Rodeio, Varal, Imbé, Figueira, Barreirinho, Coitinho, Baía do Campo e São Benedito, no município de Poconé, Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento;
- Maranhão - Itamatatua e São José de Cortes, no município de Alcântara; Três Corações, Santa Luzia, Caixa d'Água, Pitombeira, Arrecife, Maranhão Novo, Vila Esperança, Barreiro, Caloubico e Capim Doce, no município de Cururupu;
- Tocantins - Lagoa da Pedra e Mimoso, no município de Arraias.

Da lista acima, estão em análise processos para instalação de rádios comunitárias nas comunidades de Santo Antônio (RO), Murumurutuba (PA) e Bom Jardim (PA). Na comunidade de Mimoso (TO), foi realizado apenas o levantamento da situação econômica e social do quilombo, uma vez que este ainda não dispõe de energia elétrica. A eletrificação dessa última comunidade será priorizada pelo Comitê Gestor do Programa Luz para Todos do Estado do Tocantins.

Direitos Humanos e Diversidade

Foi desenvolvida nos quilombos uma série de atividades mais diretamente voltadas às crianças e adolescentes, mulheres e juventude, considerando-se a transversalidade das ações. A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), com o apoio da Seppir, realizou mutirões para emissão de documentos em comunidades quilombolas. Em 2004, a primeira experiência foi em Kalunga/GO. Em 2005, o 1º Mutirão do Documento na comunidade André Lopes, no Vale do Ribeira (SP), em abril, realizou 80 atendimentos de homens, mulheres e crianças quilombolas dos municípios de Iporanga e Eldorado. A iniciativa envolveu a prefeitura de Eldorado, a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo (Arpen) e o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp). Em Oriximiná (PA), no mês de julho, foram registrados 1.800 atendimentos, com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Jaciara Aires



Foi viabilizado, também, a partir de 2005, o Balcão de Direitos, por meio de postos fixos ou itinerantes, que oferece serviços essenciais – a erradicação do sub-registro, a mediação de conflitos e a erradicação de violações dos direitos humanos, tais como exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalho infantil. A SEDH, numa parceria com a Seppir e com as associações quilombolas locais, realizou em 2005, na Paraíba, em abril, atendimentos na capital e nas comunidades quilombolas; no norte de Minas Gerais, na comunidade quilombola de Gorutuba, em dezembro daquele ano. Em 2006, ampliaram-se os Balcões para comunidades quilombolas na Bahia, Espírito Santo, Amapá e Maranhão. Sabe-se que a exclusão social se operacionaliza também pela falta de registro dos cidadãos brasileiros, o que confere grande importância a essa iniciativa como exemplo de direito a ser universalizado pelo governo federal.

O trabalho feminino no campo também foi contemplado a partir de uma iniciativa do MDA, em parceria com a SPM, SEDH, com o apoio da Seppir. A emissão de documentos realizou-se por meio de mutirões itinerantes junto ao programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Foram emitidos, em 2005, documentos para mais de 14 mil trabalhadoras de 64 comunidades, em nove estados brasileiros.

No período de 15 a 17 de agosto de 2006, a Seppir foi co-realizadora e participou, como palestrante, do Seminário Fortalecimento dos Direitos Humanos: Trabalhando o Registro Civil de Nascimento e Saúde, promovido pela SEDH, em parceria com o MDS e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen). O evento voltou-se a estados e municípios da Região Centro-Oeste, onde o número de crianças sem registro varia de 4,7% a 19,6% das nascidas vivas. No Distrito Federal, a falta de certidão atinge 0,6% dos recém-nascidos. Ressalta-se a importância dos debates e encaminhamentos para inclusão do quesito cor nos formulários de atendimentos junto a essas comunidades.

O Projeto Zanauandê é uma das principais atividades focadas na criança e no adolescente quilombola. Iniciado em 2004, envolve a mobilização e a articulação de lideranças locais, para a elaboração de um diagnóstico com o objetivo de apontar suas realidades e principais demandas a respeito da saúde, alimentação saudável, proteção contra a exploração sexual e violência, entre outras. As parcerias que estruturam o projeto são: Seppir, Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (Unicef), MDS, Conaq, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda), SEDH e IBGE.

A partir de 2005, as ações realizadas envolveram finalização do questionário para o diagnóstico dos perfis das comunidades e a apresentação de documento preliminar da situação da criança e do adolescente quilombola. Concluído o diagnóstico, foi construído um plano de trabalho que envolve articulação com a equipe técnica formada por 60 representantes locais das comunidades, 22 articuladores estaduais, a coordenação da pesquisa e os parceiros do projeto. Também estão previstas para 2007 a realização do Encontro Nacional Quilombinho e a divulgação do diagnóstico nacional.

No que concerne o Pacto para o Semi-Árido, coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Seppir contribuiu com a ampliação de ações desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais que assinaram o Pacto, com monitoramento das iniciativas dos entes federativos junto às comunidades quilombolas da região, o que resulta na melhoria da qualidade de vida da população local, particularmente o segmento infante-juvenil.

No âmbito desse projeto, foi realizada em agosto de 2006, pelo MDS, em parceria com a Seppir, Conaq e o Unicef, a Chamada Nutricional Quilombola, com o



Arquivo Seppir

intuito de diagnosticar o nível de segurança alimentar e nutricional das comunidades. Em uma amostra colhida em 22 estados, a pesquisa passou por 60 comunidades, sempre acompanhando a campanha de vacinação. As crianças foram pesadas e medidas e as famílias responderam a questionários sobre alimentação, condições socioeconômicas e acesso aos programas sociais e de assistência à saúde. O resultado do levantamento será divulgado no início de 2007.

No que diz respeito aos jovens quilombolas, foi garantida, por indicação da Seppir, a participação no Conselho Nacional de Juventude. Por outro lado, foi construído, com o apoio do MTE, o Consórcio Social da Juventude Quilombola, que ofereceu a 500 jovens quilombolas a oportunidade de adquirir conhecimentos no mercado de trabalho.

1.2 – Apoio às Comunidades de Terreiro

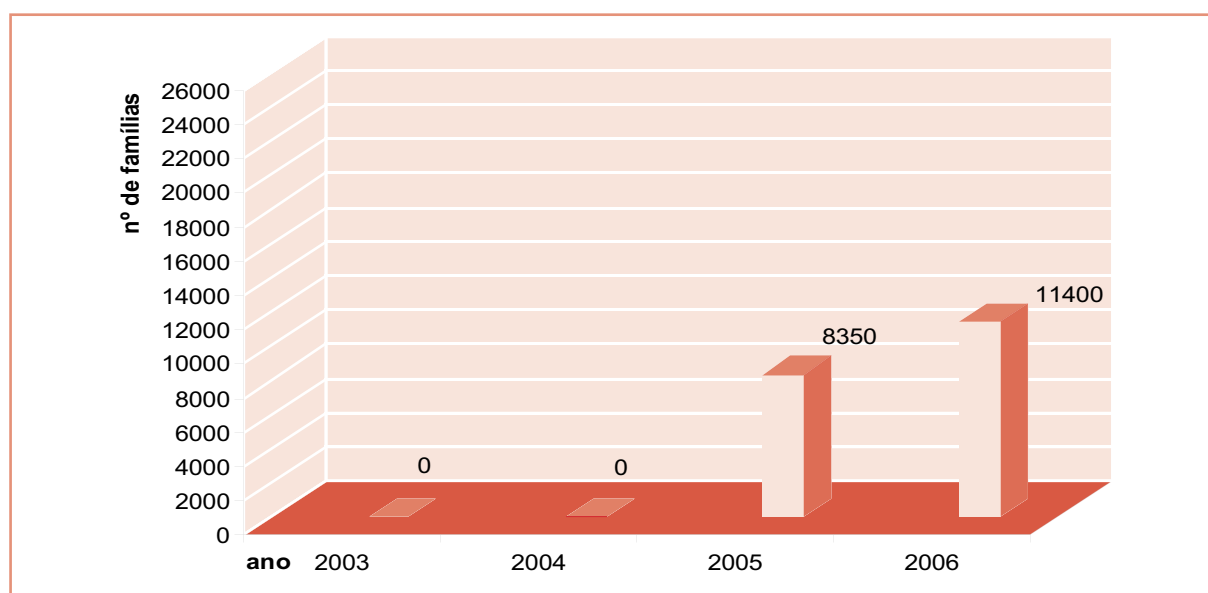
Comunidades de Terreiro são aquelas que cultuam religiões de matriz africana e ocupam espaços nas cidades, não apenas com a prática religiosa, mas também com o desenvolvimento de projetos sociais em diversas áreas, como por exemplo: cultura, educação, esportes, segurança alimentar e lazer, entre outras. Com isso contribuem com o bem estar comum, sociabilidade e valorização da cultura negra.

O combate à intolerância religiosa é fundamental, no entanto, torna-se também necessário o apoio às iniciativas sociais, pois essas comunidades constituem redutos de conhecimento ancestral africano e afirmam a sobrevivência da identidade negra. Além disso, o preconceito racial e a intolerância religiosa em relação às comunidades de terreiro contribuem com o aumento da vulnerabilidade desse grupo e reforçam o racismo e o não-reconhecimento da contribuição afro-brasileira à riqueza e cultura nacional. Nesse sentido, o governo brasileiro apóia iniciativas de entidades locais e nacionais para fortalecer ações afirmativas transversais que buscam a promoção de políticas públicas específicas para esse segmento.

A partir de 2003 foi formado um GT coordenado pela Seppir, com representações nacionais, quando se intensificou o debate e a formulação a partir da intervenção sobre as comunidades de terreiro, somando-se à iniciativa de vários órgãos de governo. A pretensão com esse apoio é: a) criar estratégias de visibilidade, valorização e promoção de diferentes grupos ligados à religiosidade de matriz africana; b) colaborar com a formação de gestores públicos sobre o assunto; e c) divulgar experiências e vivências proporcionadas pelas comunidades religiosas que cultivam os conhecimentos e a cultura ancestral da resistência negra.

Várias ações foram iniciadas para efetivar políticas públicas, destacando-se em 2005 a “Consulta às Comunidades de Matriz Africana”, que antecedeu a 1ª Conapir. Posteriormente, em outubro e novembro, ocorreram seminários de planejamento para encaminhar propostas da Conferência.

Ações de promoção da saúde praticadas pelas comunidades de terreiros contribuem para a qualidade de vida e direitos sexuais e reprodutivos, vinculando-se à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Em relação à assistência social e segurança alimentar para as comunidades de terreiro, por meio do Consea, foram distribuídos 2.304.637 quilos em 103.699 cestas para 19.750 famílias de 18 estados, em uma parceria da Seppir com o MDS, a Conab, FCP e Funasa.



Evolução do número de famílias beneficiadas por distribuição de alimentos

Fonte: Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

Também, foram realizadas ações no campo da inclusão digital dirigidas às comunidades de terreiro. Em 2005, foi instalado um telecentro na Irmandade da Boa Morte (Cachoeira, BA), associação religiosa e cultural de matriz africana, a partir de uma parceria entre Seppir, FBB e MDS.

O MCidades, em ação de regularização de assentamentos precários em comunidades urbanas, firmou dois convênios, em 2006, com entidades responsáveis pela regularização fundiária ou urbanização de assentamentos precários de comunidades tradicionais urbanas. O primeiro, selado com a Secretaria Municipal da Habitação (Sehab) de Salvador (BA), tem como objetivo a elaboração de estudos e projeto de regularização fundiária sustentável de 15 terreiros de candomblé no bairro do Engenho Velho da Federação. O outro, selado com a Associação de Defesa dos Moradores do Gantois, Ferreira Santos e Adjacências, prevê atividades jurídicas e administrativas de regularização fundiária como proposta a ser realizada na área denominada Alto da Bola, Ferreira Santos e Adjacências, no bairro da Federação, na região central de Salvador (BA). Esse convênio envolve, aproximadamente, 2394 domicílios e 9.014 pessoas distribuídas em 120.000 m².

A SEDH, com apoio da Seppir e de diversas entidades, elaborou a cartilha “Diversidade Religiosa e Direitos Humanos”, lançada em dezembro de 2004. Construída com a participação de diferentes tendências religiosas, o objetivo da publicação é tratar a diversidade religiosa como processo de democratização efetiva e de reconhecimento do respeito às diferenças.

Diversas atividades culturais foram realizadas, resultando em produção de materiais áudio-visuais. Por meio do Projeto “A Cor da Cultura” foi viabilizada a produção de sete documentários sobre a religiosidade afro-brasileira e sua relação na presença da vida brasileira – a série Mojubá (páginas 78 e 79). Em 2004, a Seppir apoiou, junto com a Petrobras, o Lançamento do CD Ilê Omolu Oxum - Cantigas e Toques para Orixás, sendo esse a primeira edição da coleção “Documentos Sonoros”, do Laboratório de Pesquisa em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E ainda a produção e lançamento do CD Bate-Folha Cantigas de Angola, que resgata a produção histórica de uma das mais antigas comunidades religiosas fluminenses, a do Bate Folha (Kupapa Unsaba).

Como uma iniciativa da sociedade civil, foi realizada, com o apoio da Secretaria, a “Campanha em defesa da liberdade de crença e contra a intolerância religiosa”, lançada em 22 de setembro de 2004 pelo Centro Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc/SP) e o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (Intecab). Trata-se de uma iniciativa cujo objetivo foi reunir entidades da sociedade civil, líderes religiosos, personalidades, entidades do Movimento Negro e ativistas dos direitos humanos, em um esforço para introduzir o tema da intolerância religiosa na agenda dos direitos humanos e das políticas públicas.

Em abril de 2006, dirigentes da Seppir e lideranças religiosas de matriz africana reuniram-se para avaliar as políticas públicas implementadas, resultado das diretrizes debatidas no 1º Seminário de Políticas para Comunidades de Terreiro. Participaram da reunião representantes das diversas instituições governamentais e da sociedade civil responsáveis pela institucionalização dessas políticas nas áreas de defesa dos direitos humanos, promoção da saúde, acesso à previdência social, educação, preservação do patrimônio cultural, infra-estrutura e equipamentos sociais, acesso ao sistema de telecomunicações, fomento ao desenvolvimento econômico sustentável das comunidades, preservação ambiental, alteração da legislação vigente e produção de conhecimento estatístico.

Em solidariedade aos ataques à religiosidade de matriz africana, o governo federal atuou com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, especialmente com o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação e com o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, em parceria com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação/SEDH e a Federação Brasileira e Entorno de Umbanda e Candomblé. Podem ser mencionados alguns resultados: a) realização de um ato público em Brasília, em agosto de 2006, com participação de representantes governamentais, parlamentares,

autoridades locais e comunidades de terreiros. Por consequência, demandaram-se providências na apuração do vandalismo contra imagens expostas na Praça dos Orixás⁵⁰; b) a oficina “Diálogo sobre as comunidades de terreiro”, no dia 14 de dezembro de 2006, que contou com a participação de cerca de 50 pessoas, entre elas representantes governamentais, parlamentares e estudiosos.

Ainda no mês de dezembro de 2006, no dia 31, a ministra da Seppir e o ministro dos Direitos Humanos participaram de uma manifestação da Federação Brasileira e Entorno de Umbanda e Candomblé realizada tradicionalmente na “prainha”, em homenagem a Iemanjá. A atividade teve também o objetivo de protestar contra a intolerância religiosa e a depredação de imagens de orixás ocorrida naquele local.

A evolução da interlocução com os diversos segmentos do Ministério Público estimulou a Seppir a firmar, em 2006, um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), com o intuito de promover troca de experiências institucionais no campo da promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, da discriminação étnico-racial e da intolerância religiosa. Essas iniciativas resultaram na criação do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED) do MPDFT e na realização da Oficina Diálogos com Operadores do Direito.

1.3 – Comunidades indígenas e ciganas

Em 2005, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a realidade desses dois setores da população, foram realizadas a Consulta Indígena e a Audiência Cigana, como fase preparatória para a 1ª Conapir. Com os resultados dessa iniciativa, ficou evidente a importância de uma maior definição de responsabilidades e da ação coordenada entre os setores.

Indígenas

No início dessa gestão, a participação da Seppir no campo da formulação de políticas indigenistas deu-se a partir da integração ao Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) instituído pela Portaria nº. 893/04, coordenado pelo MJ e composto por diversos órgãos, principalmente a Fundação Nacional do Índio (Funai). O GTI definiu a sistemática dos trabalhos, promoveu o debate interno no governo federal e com as representações indígenas, o que possibilitou conformar um rol de sugestões de ações para que se possa elevar a condução da política indigenista a um patamar digno de uma política de Estado.

Com a Consulta Indígena, foram indicados como principais temas a serem desenvolvidos pelo governo, na área da igualdade racial, a realidade dos povos desaldeados, saúde, participação na política indigenista do governo e demarcação de terras.

⁵⁰ A Praça dos Orixás é uma área pública tradicionalmente utilizada para manifestações religiosas de matriz africana.



Como estímulo às políticas locais, firmaram-se acordos e convênios com o governo estadual do Acre e Roraima e as Prefeituras de Bertioga/SP, Barra do Garça/MT e Aragarça/GO. Essas ações institucionais tiveram o intuito de promover a valorização da cidadania e da cultura indígena, com especial atenção para os serviços de saúde, educação, cultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Entre estes, a realização de estudos para implementar programas sociais dos governos federal e estadual e ao mesmo tempo respeitar especificidades culturais, ambientais e geográficas de cada povo.

A Seppir apoiou a iniciativa dos “Jogos dos Povos Indígenas”, que nasceu de um desejo dessa população. Iniciados em 1996, em Goiânia, esses jogos incentivaram a prática dos esportes tradicionais, além de fomentar debates e formulações políticas para valorização da identidade cultural, recuperação da auto-estima e contribuição com a cidadania dos povos indígenas. Assim, em parceria como Comitê Intertribal e o Ministério do Esporte, realizaram-se os “VII Jogos dos Povos Indígenas”, de 20 a 27 de novembro de 2005, em Porto Seguro (BA), e os “VIII Jogos dos Povos Indígenas”, no período de 18 a 26 de novembro de 2006, em Fortaleza (CE).

No período de 15 a 17 de agosto de 2006, durante o Seminário Fortalecimento dos Direitos Humanos: Trabalhando o Registro Civil de Nascimento e Saúde, foi realizado o Colóquio do Registro Civil de Nascimento para Povos Indígenas com o objetivo de discutir estratégias de como promover o registro civil de índios no Brasil uma ação da SEDH com diversas instituições: Unicef, Ministério Público, Funai, movimento social indígena, Seppir e Funasa. Em abril de 2006, o Ministério das Comunicações publicou o Aviso de Habilitação nº. 001/2006, cujo objetivo é a instalação de rádios comunitárias. A Seppir aguarda a publicação de um novo aviso de habilitação com a perspectiva de atendimento de duas comunidades indígenas (Pankararu - PE e Guarita - RS).

Cleber Medeiros



No segundo semestre de 2005, ocorreu a publicação do edital para Apoio a Projetos de Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas, em parceria com o MCT, o MMA, a Seppir, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) e o CNPq, no valor de R\$ 3.200.000,00, para apoio financeiro de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias sociais para comunidades tradicionais e povos indígenas de forma articulada com as organizações representativas das comunidades e dos povos. Essa iniciativa atende à prioridade estratégica do governo federal para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais e povos indígenas na perspectiva de contribuir com o suporte científico e tecnológico.

Ciganos

A Audiência Cigana aprovou como principais indicativos a criação de um núcleo virtual de resgate da cidadania, a expedição de documentos, a inclusão de um programa de alfabetização de adultos, um programa de atendimento médico e odontológico nos acampamentos e o direito a aposentadoria e outros benefícios previdenciários.

Assim, no segundo semestre de 2005, foi instituído o Grupo de Trabalho coordenado pela Seppir, contando com a participação da Casa Civil, CNPIR, MinC, MPS, MS, MCidades, MDS, MTE, MEC, MJ, Ministério da Defesa e Exército brasileiro. A partir do objetivo de formular e implementar políticas públicas que contemplem as demandas da comunidade cigana, foram realizadas cinco reuniões com representantes das comunidades ciganas e as seguintes visitas técnicas: comunidades dos municípios de Sousa e Marizópolis, na Paraíba, em março de 2006; comunidades do extremo sul da Bahia, municípios de Itamaraju, Eunapólis e Porto Seguro; comunidades de Goiás, municípios de Caldas Novas, Ipameri e Pires do Rio, em 2005 e 2006.

Na continuidade, em 21 de fevereiro de 2006, ocorreu uma nova reunião com a representação de 12 ministérios e de lideranças ciganas do Sudeste, Sul e Nordeste do país. A partir da divulgação do relatório das visitas técnicas realizadas até aquele momento, as condições de vida e as principais reivindicações do povo cigano foram pautadas tendo como desdobramentos as propostas apresentadas pelo governo federal de produção de materiais informativos sobre programas sociais, cursos profissionalizantes, estímulo à formação de cooperativas e programas de alfabetização e escolarização infantil e adulta.

Ainda para atender à demanda por visibilidade da população cigana, foi instituído por um decreto presidencial, em 2006, o 24 de maio – data evocativa à Santa Sara Kali, padroeira Universal do povo cigano – como Dia Nacional do Cigano. O encaminhamento deu-se em conjunto com a SEDH, para incentivar a promoção de ações que valorizem diretamente essa parcela da população.

Constata-se que foi executado o projeto da cartilha de Direitos da Cidadania Cigana e criado um grupo de trabalho no MinC para elaborar relatório cultural cigano. Também se formou um grupo de trabalho no Ministério da Saúde para discutir o cartão de saúde da etnia cigana.

Em julho de 2006, a Pastoral dos Nômades do Brasil, instituição vinculada à Igreja Católica que presta atendimento aos ciganos brasileiros, reuniu-se em Caxias do Sul (RS) para a eleição de nova diretoria e apresentação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos em parceria com a Seppir e o Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas. Em outubro do mesmo ano, a convite da Secretaria de

Desenvolvimento do município de Caldas (GO), técnicos da Seppir visitaram comunidades ciganas e iniciaram trabalhos na região, passando ainda por Ipameri e Pires do Rio, todos em Goiás.

Foram ainda apoiados dois convênios, no valor total de R\$ 190.340,00, destinados ao desenvolvimento sustentável das comunidades ciganas. Um dos convênios, com a Associação de Espetáculos Teatrais Itinerantes, viabilizou apresentações culturais em Curitiba, e o outro, com a prefeitura municipal de Bela Vista (GO), dirigiu-se à capacitação de ciganos para atuar nos espaços de políticas públicas.

O trabalho com as comunidades indígenas e ciganas a partir do estímulo da Seppir está em fase de sedimentação, porém os resultados ainda são pouco mensuráveis, pois não há um sistema de monitoramento conjunto entre os vários órgãos.

Lea Gomes



1.4 – Segurança alimentar e nutricional

No Brasil, os negros são quase três vezes mais atingidos pela insegurança alimentar do que os brancos, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004. Entre os 10% mais ricos apenas 18% são negros (pardos ou pretos). Já na parcela dos 10% mais pobres, 71% são negros, conforme dados do Ipea, com base na Pnad.

Diante dessa realidade, a igualdade racial tem sido considerada estratégica para assegurar o direito à alimentação e integra o desenvolvimento dessa política, a saber: ações de caráter estrutural, que busquem remover os elementos geradores da pobreza e da insegurança alimentar dela decorrente; e ações emergenciais, que satisfaçam de forma imediata carências alimentares mais extremas das pessoas em condições de maior vulnerabilidade. Essa ação é de responsabilidade do MDS, contando com a atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), com o apoio da Seppir.

Considera-se que o Estado deva executar políticas públicas de segurança alimentar que venham a garantir o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares, promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (II Conferência de SAN, 2004). Essa perspectiva foi reafirmada por meio da Lei n. 11.346/06, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Dessa forma, o Consea é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para a área da alimentação e nutrição e desempenha o assessoramento à Presidência da República na formulação de políticas. Destaca-se a representação do movimento negro, de mulheres negras, quilombolas, de comunidades de terreiro e indígenas. Para viabilizar o trabalho foram criadas instâncias internas, entre outras a Comissão Permanente II “Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras”, formada por órgãos e entidades cujo objetivo principal é fortalecer a temática étnico/racial na construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no país, considerando:

- a necessidade de quebrar o ciclo vicioso da vulnerabilidade no campo da segurança alimentar e nutricional das populações negras;
- o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, conforme o Artigo 5º da Constituição Brasileira;
- o patrimônio material e imaterial legado da diáspora africana expresso na utilização das plantas e alimentos tradicionais (formas de cultivo e preparo) e na gastronomia e práticas de cura.

A visibilidade para essas ações deu-se a partir da realização, em 2004, do “Caruru de Vunji”, na comunidade quilombola de Kaonge, no Recôncavo Baiano. A ação conjunta da Seppir, do MDS e do Consea ocorreu no âmbito do Programa Brasil Quilombola, em comemoração ao “Dia Mundial da Alimentação” (16 de outubro), ao “Dia da Criança” (12 de outubro) e ao “Dia de Cosme e Damião (27 de setembro)”. O ato valorizou a cultura de matriz africana aliando as brincadeiras infantis à tradição religiosa e à culinária africana, com o objetivo de afirmação da identidade e fortalecimento da auto-estima.

Na continuidade, em 2005, foram realizadas várias atividades em comunidades de terreiros em Salvador, com o objetivo de aumentar o conhecimento dessa realidade e rever as estratégias dos programas governamentais (em especial o MDS, o MDA/Incrá e o MME).

Essas concepções reafirmam, no trabalho do Consea, as contribuições decorrentes do primeiro e o segundo Seminário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para as populações Negras, respectivamente em outubro de 2004 (Brasília) e novembro de 2006 (Salvador).

O primeiro promovido pelo Consea, com o apoio do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome⁵¹, da Seppir, do Minc/FCP e do Ipea. Participou mais de uma centena de representantes da comunidade afro-brasileira, além de especialistas e estudiosos, que debateram os problemas e as vicissitudes que afetam largos segmentos da população negra no país sob vários aspectos, reafirmados com a posterior Comissão Permanente II “Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras”.

Já o segundo seminário, que contou com cerca de 250 representantes de todo território nacional, foi promovido pela Comissão Permanente de Segurança Alimentar das Populações Negras do Consea, com o apoio da Seppir, do MDS e de outros órgãos dos governos federal e locais. Foram debatidos diversos temas – religião, saúde, trabalho, cultura, direitos humanos, educação, desenvolvimento e o direito a alimentação adequada.

Esses seminários tornaram-se importantes espaços de escuta e articulação das demandas da população negra em relação à segurança alimentar e nutricional. Reconhecem-se avanços na área e encaminham-se questões para a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no sentido de consolidar as perspectivas da população negra.

São priorizadas as comunidades quilombolas e de terreiros no programa de distribuição de cestas de alimentos, tendo como justificativa o processo de exclusão social sofrido por esses grupos desde o fim do regime escravocrata. Para a garantia do benefício no programa de distribuição de cestas de alimentos a essas comunidades, estabelecem-se os seguintes critérios: maior número de famílias (foco na quantidade de filhos de zero a seis anos); dificuldade de acesso (em relação à sede dos municípios); menor renda per capita. Esses critérios foram definidos a partir da ação realizada com 150 comunidades quilombolas que fazem parte do Programa Fome Zero⁵², vinculadas ao convênio celebrado entre o MDS e a FCP. Mesmo com a priorização de uma lista de quilombos, também foram consideradas outras demandas que se aliavam aos critérios e capacidade de atendimento (Quadros nas pág. 59 e 66).

Essas ações, além do caráter emergencial, representam o reconhecimento, pela primeira vez na história, da função social das comunidades de matriz africana. Estas, articuladas com os programas do governo, podem atuar como centros irradiadores de políticas públicas. Nesse sentido, é importante verificar o fortalecimento da produção e comercialização de alimentos oriundos de comunidades quilombolas e a introdução dos terreiros, ou entidades de religiosos de matriz africana, como uma importante rede de capilaridade para aproximação da população negra.

⁵¹Extinto em janeiro de 2004, substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

⁵²Incluindo ações emergências e estruturantes.

2 – POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas são um caminho para o fortalecimento institucional da promoção da igualdade étnico-racial e envolvem vários órgãos de governo e instituições públicas e privadas. Considerando-se a construção da cidadania, outros tipos de discriminação perpassam essas políticas – o machismo, o adultocentrismo e a homofobia – os quais colocam grupos sociais específicos em situação de maior vulnerabilidade, pobreza e violência, como as mulheres, as crianças, os adolescentes e jovens.

Os temas prioritários para desenvolvimento das ações afirmativas foram: Educação e cidadania; Desenvolvimento, trabalho e geração de renda; Saúde e qualidade de vida; e Cultura, Organização e Diversidade.

2.1 – Educação e cidadania

As ações na área da educação desenvolveram-se a partir do Protocolo de Intenções MEC/Seppir, firmado em 2003, com base nos seguintes eixos: garantia do acesso e da permanência das crianças negras na escola; promoção da alfabetização e qualificação profissional de jovens e adultos negros; incentivo à inserção de jovens negros na universidade; implementação da Lei 10.639; e estímulo a uma pedagogia não racista, não sexista e não homofóbica no sistema educacional brasileiro. A meta principal foi o estabelecimento de uma ação contínua para a inclusão, na perspectiva da igualdade racial, em todas as políticas públicas da área educacional.

Em dezembro de 2006, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), realizou um amplo evento denominado Diferentes, Diferenças: Educação de Qualidade para Todos, no qual foram divulgadas ações do governo federal, com debates sobre os rumos da educação em relação às políticas de igualdade racial e diversidade. A ministra da Seppir participou da mesa-redonda: Educação de Qualidade para Todos - Horizontes de Diversidade, Equidade e Justiça. Esse evento demonstra a transversalidade das ações em construção e as possibilidades de diálogo que se abrem junto aos governos e à sociedade brasileira.

Importante destacar inicialmente que foi realizado pela Seppir e entregue ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE) um



estudo que visa à revisão da Lei nº 10.172/01 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Para tanto, colaboraram organizações do movimento negro, organizações não governamentais, educadores e especialistas em educação e relações raciais de todo o país. O objetivo desse estudo é reforçar a necessidade de inserção das perspectivas de igualdade racial em todos os níveis e modalidades de ensino, com repercussão nos planos de educação estaduais e municipais. O grupo também elaborou uma proposta para garantir na lei de regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aprovado em 06/12/2006, a definição de recursos financeiros para a promoção da igualdade racial. Essas proposições continuam na pauta e se configuram como desafios para a nova gestão.

Como resultado do trabalho desenvolvido pelo governo federal, apresentam-se os seguintes itens: Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira; Gênero e Diversidade na Escola; Censo Escolar; e Ações Afirmativas no Ensino Superior.

Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira

A Lei 10.639⁵³, sancionada a 9 de janeiro de 2003, atendeu a uma reivindicação histórica do movimento negro brasileiro ao instituir obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. A Lei é um instrumento concreto para viabilizar a promoção e consolidação de políticas públicas de ação afirmativa, com vistas ao combate ao racismo e sexismo, à discriminação e às desigualdades étnico-raciais, considerando os valores civilizatórios afro-brasileiros e o respeito à diversidade étnico-racial. Nesse sentido, várias ações foram realizadas:

Instituição da Cadara. O MEC instituiu, em dezembro de 2005, a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (Cadara), com o objetivo de acompanhar, analisar e avaliar as políticas educacionais voltadas para o fiel cumprimento do dispositivo na lei 10.639. Essa comissão é coordenada pela Secad e composta por 34 membros, entre eles representantes da Seppir e de outros órgãos dos governos federal, estadual e municipal, bem como dos movimentos sociais organizados e da sociedade civil.

Incentivo à implementação da Lei. Em 2004 foram realizados 31 “Seminários Técnicos de Promoção da Igualdade Racial”, em 29 municípios, com envolvimento de cerca de 2.500 gestores e educadores, por meio do Fipir, para fortalecer as ações em âmbito local. Estes se somaram aos “Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial”, realizados pela Secad/MEC com a participação da Seppir, os quais atingiram cerca de nove mil professores em 20 estados e fomentaram a formação de fóruns permanentes de implementação de políticas públicas afirmativas para a equidade étnico-racial nas escolas e nos sistemas de ensino.

⁵³Anexo 8: Lei 10.639/03



Tanto o seminário quanto os fóruns objetivaram fortalecer a atuação institucional nas localidades e divulgar o “Caderno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, material didático e pedagógico de apoio à Lei, produzido por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, à época representante do movimento negro no Conselho Nacional de Educação.

Nesse processo, ficou evidente a demanda dos educadores por capacitação em História da África e Cultura Afro-Brasileira. Em 2006, foi iniciado pela Secad/MEC, em parceria com a Universidade de Brasília/UnB, o curso “Africanidades”, realizado à distância e em nível de extensão, com a participação de cerca de 10 mil professores em todo o território nacional. Com carga horária de 120 horas, o programa é dirigido à formação professores multiplicadores com conhecimento sobre a história do negro no Brasil e estimula a escola na construção coletiva de um projeto educacional de inclusão social na perspectiva da diversidade cultural.

Jaciara Aires



Assistência Técnica e Financeira a Projetos. Em 2006, a resolução número oito do MEC, articulada com a Seppir, autorizou a apresentação de pleitos de assistência financeira suplementar aos projetos educacionais para implementação do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, no âmbito da educação básica, para a oferta de Ensino Fundamental nos municípios das capitais brasileiras e do Distrito Federal, considerando os que integram o Fipir.

Os dados fornecidos pelo MEC/FNDE na Formação Continuada de Professores⁵⁴ demonstram que foram beneficiados com essa medida, até dezembro de 2006, 48 municípios de 20 estados brasileiros (401.135 alunos e 13.418 professores), com investimento de R\$ 2.170.534,96.

Projeto “A Cor da Cultura”. Lançado em agosto de 2004, viabilizou a produção de cinco séries de áudios-visuais, com 56 programas, a partir de uma parceria entre órgãos do governo federal - Seppir, MEC/Secad, MinC/FCP e apoio logístico e técnico da Petrobrás. Também participaram efetivamente o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan)⁵⁵, a Rede Globo, a Fundação Roberto Marinho (FRM) e o Canal Futura. Essas instituições públicas e privadas compuseram um comitê gestor, com a função de coordenar o projeto em todas as suas fases e buscar novas parcerias para sua ampliação, com vistas a produzir material áudio-visual sobre a história e a cultura afro-brasileira, valorizar as iniciativas de inclusão, dar visibilidade às diversas formas de ações afirmativas já promovidas pela sociedade e favorecer a criação de práticas pedagógicas inclusivas, ao fornecer a educadores exemplos práticos adotados em diversas outras salas de aula do país.

O projeto teve sua primeira fase, incluindo a estruturação e execução, entre 2004 e 2006. Os áudios-visuais elaborados foram veiculados pela TV Globo, pelo Canal Futura e pela Televisão Educativa (TVE), somando-se às atividades de mobilização e implementação presencial de professores. Houve ainda a criação de um site para fornecer mais subsídios sobre o tema. Os áudios-visuais são:

- “Programa Ação”, cujo foco são experiências bem-sucedidas de cunho social executadas por voluntários, ONGs e moradores de comunidades para superar dificuldades vivenciadas por afrodescendentes.
- Programa “Livros Animados”, composto por episódios especiais que apresentam 22 histórias infantis baseadas em contos africanos.
- Programa “Nota Dez”, que mostra cinco episódios com experiências bem-sucedidas de valorização das diferenças.
- Série “Heróis de Todo o Mundo”, com programas inspirados na vida de 30 personagens negros da história do Brasil, como José do Patrocínio, Elizeth Cardoso e Pixinguinha, interpretados por artistas negros da atualidade, como Nei Lopes, Zezé Motta, Lecy Brandão, Martinho da Vila, Toni Garrido entre outros.
- Série “Mojubá”, com programas que abordam crenças, música e rituais de religiões de matriz africana.

Os áudios-visuais, em fitas VHS com 56 programas veiculados na TV Globo e no Canal Futura, somaram-se a três cadernos pedagógicos (textos, metodologia e atividades; jogo educativo Heróis de Todo Mundo; um CD musical Gounge de ritmos afro-brasileiros; e um mini-glossário memória das palavras) para compor o Kit educativo e de capacitação.

⁵⁴Anexo 9: Resolução 08/2006/ FNDE-MEC

⁵⁵ O projeto foi idealizado por três pessoas com militância política na área: Wania Sant’Anna – historiadora; Luis Pilar – produtor de TV; e Antonio Pompeo – ator e ativista político. O grupo, após elaborar uma proposta inicial, procurou a Seppir. Com isso iniciou-se a articulação dos parceiros do projeto e o Cidan foi indicado como representante da sociedade civil.

Dessa forma, uma rede foi criada, a partir da articulação de um ciclo de formação de educadores, em 2006. Essa atividade foi realizada em co-gestão com 31 secretarias municipais de educação e duas mil escolas públicas e comunitárias de sete estados brasileiros – Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo. Foram ainda envolvidas 115 ONGs, 20 universidades, 36 especialistas, 199 parceiros e consultores. Ao todo, propiciou-se a formação de três mil educadores por meio de oficinas pedagógicas nas escolas e ações de acompanhamento – presencial e por amostragem, planejamento e execução de atividades; 2044 Kits educativos foram distribuídos e cerca de 90 mil alunos diretamente atingidos.

Por sua vez, o Canal Futura tem uma rede de audiência dirigida e alcança cerca de onze mil instituições educativas, indiretamente beneficiadas pelo projeto. Deve-se considerar, ainda, o alcance de milhões de expectadores e a disseminação da metodologia do projeto para outras redes de educação como benefícios indiretos.

A metodologia desenvolvida pela FRM e pelo Canal Futura foi a fonte inicial, ampliada e adaptada à medida que se envolveram outros parceiros nos processos de sensibilização, capacitação e estruturação do projeto.

No dia 23 de maio de 2006, em Salvador, o encerramento da 1ª etapa foi comemorado com um grande encontro musical afro-brasileiro e apresentações de Beth Carvalho, Ilê Aiyê, João Bosco, Olodum, Martinho da Vila, Nei Lopes, Luiz Melodia, Riachão, Rita Ribeiro e Toni Garrido. O evento foi inspirado no CD “Matrizes”, de Cláudio Jorge e Luis Carlos da Vila. O projeto entrará, no início de 2007, em sua segunda fase, com a recomendação da Seppir, do MEC e demais entes governamentais para ser adotado como política pública, isto é, ampliado progressivamente para toda a rede de ensino.

Curso - Culturas Negras do Atlântico. Realizado em nível de pós-graduação *Latu Sensu*, foi promovido pelo Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) com o apoio da Seppir. Estruturado em 13 módulos presenciais, palestras, seminários e defesa de monografias, o programa foi realizado de outubro de 2004 a dezembro de 2005 para 45 educadores da rede pública do Distrito Federal. Foi ainda oferecido apoio institucional a pesquisadores negros e às suas respectivas instituições: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Tocantins (UFTO). Esses apoios estimularam as universidades a desenvolver o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira de maneira mais intensa, para a preparação de professores em larga escala.

Projeto “Educar para Igualdade Racial”. Com abrangência nacional, é coordenado pelo Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdades (Ceert), com o apoio da Seppir. Tem o objetivo de recolher, identificar, analisar experiências educacionais realizadas por professores de todas as disciplinas desde a educação infantil ao ensino médio. O projeto destaca um prêmio a experiências exitosas em todos os estados da federação, como forma de divulgação e disseminação de boas práticas de tratamento da temática racial. As atividades envolvem, ano a ano, educadores, gestores públicos, representantes de organizações sociais e outros atores. Essa experiência apresenta potencial de continuidade, a partir de estímulo às escolas e articulação de redes regionais de educadores e entidades, com um diverso leque de parceiros.

Projeto Gênero e Diversidade na Escola. O Projeto Gênero e Diversidade na Escola, coordenado pela SPM com o apoio da Seppir, MEC, British Council e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/Uerj (Clam), foi iniciado em 2004 para formar educadores com base nos temas: gênero, relações raciais e orientação sexual. A primeira atividade foi o seminário: Educando para a Igualdade de Gênero, Raça e Orientação Sexual, que evoluiu em 2005 com o segundo seminário internacional sobre a temática, do qual participaram professores da Universidade do Reino Unido, coordenadoras das coordenadorias da mulher, gestores das assessorias de promoção da igualdade racial dos municípios selecionados, representantes das secretarias municipais de educação e coordenadores de ensino à distância.

Já em maio de 2006, na presença do presidente da República, foi assinado o acordo de cooperação pelo ministro da Educação e pelas ministras da Seppir e da SPM e demais parceiros. O acordo estabeleceu o compromisso de profissionais de educação para o ensino público em relações étnico-raciais, gênero e diversidade de orientação sexual, com envolvimento da União, de estados e municípios. Foram definidos como objetivos desse projeto: a institucionalização de políticas de formação de educadores que consolidem valores e atitudes em favor do combate a toda forma de discriminação e forneçam elementos para transformação das práticas de ensino, com o intuito de eliminar preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução na escola. E também capacitar profissionais da educação para refletir e lidar com as atitudes, comportamentos e preconceitos que envolvam as relações de gênero, étnico-raciais e os relacionados à sexualidade, com ênfase na orientação sexual.

Valter Campanato/Ag. Brasil



O “Curso: Gênero e Diversidade na Escola” promoveu a capacitação de 1.200 professores do ensino básico da rede pública dos municípios, entre abril e setembro de 2006, com carga horária de 200 horas/aula, e destinou-se à formação de profissionais da educação e professores da rede pública de ensino da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. Desenvolveu-se com os governos estaduais da Bahia, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e as prefeituras de Salvador (BA), Dourados (MS), Porto Velho (RO), Niterói (RJ) e Nova Iguaçu (RJ). Ministrado de forma semi-presencial, contemplou as propostas de ações governamentais contidas na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; no Programa Brasil sem Homofobia; na Lei nº. 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), em específico o artigo 26-A; e na Lei nº. 10.639/03.

Em decorrência desse projeto, a Seppir participou, em 25 de março de 2006, de um seminário coordenado pela SPM no Fórum Mundial de Educação temático de Nova Iguaçu (RJ). O Seminário teve como eixo: “Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas”, com o objetivo de divulgar as ações do governo federal e intercambiar experiências. Esse Fórum contou com cerca de 30 mil participantes e divulgou a Carta de Nova Iguaçu, na qual destaca a educação “... como prática da liberdade, como utopia libertária, como instrumento para a construção de um horizonte de dignidade e solidariedade, onde se criam e recriam os valores democráticos, a sensibilidade e a indignação frente às injustiças”.

Em seminário de avaliação do projeto, realizado em novembro de 2006, concluiu-se que é recomendada a replicação em outros municípios, prevendo-se a qualificação de 12 mil educadores, em médio e longo prazos.

Censo Escolar

A incorporação do quesito raça/cor, conforme as categorias do IBGE ao Censo Escolar, é uma medida necessária por parte do MEC. Nesse sentido, em 2005, por meio da campanha “Mostre sua Raça, Declare sua Cor”, houve ampla divulgação sobre a importância da coleta de dados relativa à identificação étnico-racial nas escolas. O tema foi alvo de muita polêmica, pois se partiu do pressuposto que os alunos e professores não estão preparados para tal iniciativa. No entanto, os resultados do Censo revelaram que apenas 18,1% dos alunos não responderam ao quesito raça/cor.

A portaria nº 3.795, de 31 de outubro de 2005, reforçou essa diretriz ao determinar que as unidades escolares adaptassem suas fichas de matrícula aos quesitos do questionário do Censo Escolar, o que indicou a tendência de consolidação das informações sobre o quesito raça/cor. Com base nesses dados, torna-se possível definir ações e políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial na comunidade escolar a partir das especificidades de cada grupo identificado. Ficou evidente que na educação infantil e profissional a maioria é branca, enquanto na educação de jovens e adultos e no ensino fundamental predominam negros. Portanto, uma política de ação afirmativa para a população negra deve considerar necessariamente seu acesso (desde a educação infantil) e permanência (para conseguir finalizar o ensino médio) na rede escolar.



Não há dúvida de que essa estratégia deve ter continuidade, pois os resultados reforçaram a necessidade de coleta do quesito cor como forma de melhor classificar o alunado brasileiro e ampliar as formas de atendimento, considerando a diversidade em todas as áreas de ensino.

Medidas no Ensino Superior

As ações afirmativas, sobretudo a reserva de vagas - conhecida como cotas ou política de cotas - no ensino superior são consideradas pelo governo imprescindíveis para a construção da cidadania. No entanto, geram grande polêmica. Os críticos dessa medida consideram ser esse um “caminho perigoso”. No entanto, diferentes pesquisas de opinião geram resultados diversos. Por exemplo, uma pesquisa do jornal Folha de São Paulo publicada no segundo semestre de 2006 indicou que a maioria da população brasileira é a favor de políticas afirmativas. Isso provoca a intensificação do debate no interior do governo e com a sociedade brasileira.

Após vários debates e buscas de diálogo, considera-se que essa preocupação de alguns acadêmicos não deva ser levada às últimas conseqüências, pois as posições contrárias às ações afirmativas aplicadas pelo governo não significam necessariamente oposição à necessidade de inclusão social e racial. Portanto, a reflexão deve ter prosseguimento, assim como a abertura de negociações com representantes das principais instituições de ensino superior quanto à ampliação de medidas democráticas a serem aplicadas.

Nesse sentido, a Seppir tem participado das ações promovidas pelo governo, assim como do debate com outros setores da sociedade, conforme descrições a seguir:

Reserva de vagas nas universidades públicas. A elaboração de medidas para a implementação de reserva de vagas (cotas) para pobres, negros e indígenas no ensino público como parte das políticas de ações afirmativas é um processo em curso. Em busca da sustentabilidade dessa política, a Seppir contribuiu com a elaboração de proposições legislativas que estabelecem reservas de vagas para negros e egressos de escolas públicas nas universidades públicas.

A proposta do governo encaminhada em 13 de maio de 2004 para o Legislativo, hoje incluída no Projeto de Lei 73/1999, indica a implantação do Sistema de Reserva de Vagas no ensino superior público para alunos oriundos das escolas públicas considerando o percentual de negros e indígenas proporcionalmente à sua participação na população das respectivas unidades da federação, segundo os dados do IBGE. Essa formulação foi síntese do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) coordenado pelo MEC e pela Seppir em 2003. Baseou-se na análise dos projetos de lei que tramitavam na Câmara Federal.

Desde então, a Seppir acompanha a tramitação do projeto nas comissões pertinentes no Congresso. Em 2006, foram acompanhados debates relativos à Educação e Ações Afirmativas no Congresso Nacional, que se organizaram da seguinte forma: Audiência Pública na Câmara Federal, em 25 de abril, sob organização da Comissão de Direitos Humanos e Minorias; e Audiência Pública no Senado, em 3 de agosto, organizada pela Comissão de Educação e Direitos Humanos. Ambos os eventos debateram a reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas em instituições federais de ensino superior, contando com a participação do ministro da Educação e da ministra da Seppir, dos parlamentares coordenadores da comissão e de convidados da academia e movimentos sociais. Esses eventos buscaram aprofundar diálogos para o encaminhamento dos projetos

de lei para votação, assim como contribuir para a articulação de parlamentares da base aliada e de oposição. Para isso, foi importante o trabalho conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, Frente Parlamentar em Defesa dos Quilombos e com os movimentos sociais, em especial o negro e indígena.

Durante a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em julho de 2006, em Salvador, ocorreu também uma audiência de parlamentares e representantes de diversas organizações do movimento negro com o presidente da República do Brasil. Nessa oportunidade foi entregue ao presidente um manifesto a favor das políticas de ações afirmativas, que instituem reservas de vagas para negros nas universidades, e solicitado empenho do governo para liderar as negociações em torno do projeto de lei 73/99 e do Estatuto da Igualdade Racial.

Apesar de não ter sido votada a referida lei, várias experiências são desenvolvidas por instituições de ensino brasileiras. Desde 2004, somam-se 28 universidades federais e estaduais⁵⁶ que viabilizaram ações afirmativas em todo o país. A Seppir tem acompanhado e apoiado essas experiências e participa da formulação das propostas, das comissões de trabalho e também dos debates que se desenvolveram em torno da pertinência ou não das ações afirmativas no ensino superior.

A UnB, que reservou 20% das vagas do vestibular para os afrodescendentes a partir do segundo semestre de 2004, teve acompanhamento mais próximo e motivou grandes polêmicas no momento de implantação. Menos de quatro anos depois, a história demonstrou que a experiência é bem-sucedida, apesar da necessidade de ajustes e construções.

Em agosto de 2006 foi realizado o Seminário Experiências de Políticas Afirmativas para Inclusão Racial no Ensino Superior, pela Universidade de Brasília, a Seppir e a Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC). O objetivo foi debater as primeiras experiências de reservas de vagas para negros e indígenas adotadas pelas universidades públicas. Foram apontadas iniciativas que buscam eliminar preconceitos que cercam o tema das cotas nas universidades a partir da análise dos casos concretos.

As experiências sobre ação afirmativa no ensino superior apresentadas no seminário demonstraram o desempenho excelente dos alunos cotistas. A pesquisa realizada pelo Programa Política da Cor (PPCOR) do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)⁵⁷ com 557 professores da UnB, Universidade do Estado da Bahia (Unb) e Universidade Federal de Alagoas (UFA) indica que 73,7% dos ouvidos afirmaram ser muito bom ou bom o desempenho na sala de aula dos estudantes que entraram pelo sistema de cotas. Só 10% dos professores acreditam que o nível acadêmico da instituição piorou depois da iniciativa. A pesquisa constatou que os cotistas agarram sua chance com dedicação e esforço, o que inclusive motivou muito os professores. A mesma constatação deu-se na UERJ e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Esse dado é muito importante, pois contradiz o discurso do mérito segundo o qual a entrada de alunos cotistas nas universidades rebaixaria a qualidade destas pelo mau desempenho dos alunos. O que se viu foi o contrário, conforme dados do relatório da Universidade Federal da Bahia (UFBA): dos 57 cursos oferecidos pela universidade, os cotistas tiveram médias melhores que os não-cotistas em 32 cursos.

⁵⁶Anexo 10: Universidades com sistema de reserva de vagas

⁵⁷Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira – série Dados e Debates: Quatro anos de políticas de cotas: a opinião dos docentes José Luis Petricelli, Renato Ferreira e André Brandão: http://www.lpp-uerj.net/olped/acoesafirmativas/documentos/2_Quatro_anos_de_cotas.pdf.



Lea Gomes

Em 11 dos 18 cursos mais disputados no vestibular, os egressos de escolas públicas tiveram rendimento igual ou melhor que os alunos de escolas particulares. Em Jornalismo, 100% dos cotistas obtiveram coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10 nos dois semestres de 2005, ante 88% dos não cotistas. Em medicina, o curso mais concorrido, a variação foi de 93,3% para os cotistas, ante 84,6% dos não cotistas.

Considerando esse contexto, o reitor da UnB, Prof. Timothy Mulholland, no seminário acima citado, reafirmou compromissos das instituições de ensino superior com a inclusão, ressaltando o empenho coletivo do ensino superior com políticas de ação afirmativa para inclusão racial em contribuir para a posteridade. “A participação nesse evento nos aproximou de uma experiência terapêutica, porque revelou que conjugamos problemas e soluções. Sentimo-nos revigorados em reafirmar aos que virão o antigo provérbio africano que motivou o seminário: ‘sempre se pode corrigir erros’.”⁵⁸

Programa Universidade para Todos (ProUni). No que diz respeito à educação superior nas universidades privadas, uma das principais realizações foi o ProUni, do MEC, que estabeleceu ações afirmativas sob forma de bolsas de estudo para alunos oriundos das escolas públicas, entre eles negros e indígenas, proporcionalmente à sua participação na população das respectivas unidades da federação segundo os dados do IBGE. O ProUni, criado em 2004, é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. Em 2005

⁵⁸ A revista *Consciência Negra* foi publicada pela Seppir. Mulholland, 2006, p.41.

e 2006 foram concedidas mais de 200 mil bolsas, entre elas 81.287 a afrodescendentes e algumas centenas a indígenas⁵⁹. Ressalta-se que esses alunos dificilmente ingressariam nas universidades sem a adoção da medida. O ProUni envolve, por adesão, 1.424 instituições de ensino universitário em todo o país.

Projeto Uniafro. Junto ao MEC, a Seppir incentivou a formulação do projeto da Uniafro com o objetivo de apoiar e incentivar o fortalecimento e a institucionalização das atividades dos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros (Neabs) ou grupos correlatos das Instituições Públicas de Educação Superior. Com isso, buscou-se articular a produção e difusão de conhecimento sobre a temática étnico-racial e contribuir para o acesso e permanência da população afro-brasileira no ensino superior com vistas a: incentivar ações de mobilização e sensibilização de instituições de ensino superior para implementação de políticas de ações afirmativas; contribuir para a formação de estudantes afro-brasileiros nas instituições de educação superior, em especial as que adotam sistema de reserva de vagas; e estimular a integração das ações de implantação das diretrizes curriculares étnico-raciais, conforme o Parecer CNE/CP 003/2004 e a Resolução CNE/001/2004 em todos os níveis de ensino.

O programa Uniafro envolveu cerca de 81 mil pessoas – professores do ensino básico da rede municipal e estadual de educação, o corpo docente e discente das universidades, ativistas do movimento social e negro, pesquisadores e o público em geral. Foram atendidas nove universidades federais e nove universidades estaduais das cinco regiões do Brasil, entre docentes especialistas, mestres e doutores, além de pesquisadores e graduandos. Nas universidades federais, as ações executadas atingiram diretamente 75 docentes e 274 discentes e mais de 700 professores formados. Nas universidades estaduais, as ações executadas atingiram 61 docentes e 83 discentes e mais de 400 professores formados.

Em apoio à Lei nº. 10.639, capacitaram-se mais de mil professores da rede municipal e estadual do ensino público. Foram realizados 15 cursos de extensão universitária; quatro de especialização e um de ensino à distância. E aprovadas 15 publicações para as universidades federais e 13 para as estaduais, entre obras de pesquisas, estudos, dissertações e teses; periódicos; e obras traduzidas. Em relação ao objetivo do acesso e permanência, concederam-se 180 bolsas auxílio a estudantes negros de graduação, pelo período de 10 meses, atreladas à sua participação nas atividades do programa.

Estímulo à organização dos estudantes e pesquisadores. A ação dos educadores, pesquisadores e docentes negros que atuam nos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros (Neabs) e na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) é um processo contínuo. Nesse sentido, a Seppir apoiou os Congressos da ABPN em 2004 (no Maranhão) e 2006 (em Salvador). Como perspectiva política, indica-se o apoio na atualização do cadastro de associados da ABPN; a contribuição com o incentivo à pesquisa e sua divulgação; inclusão da ABPN e dos Neabs nas estratégias de aproximação com a África, do ponto de vista político e acadêmico.

A pauta da Educação levou à aproximação com as organizações estudantis União Nacional de Estudantes (UNE) e União Nacional de Estudantes Secundaristas (Ubes), ambas integrantes do Conselho Nacional de Juventude. Com essa proximidade, foi divulgado um manifesto favorável do Conselho Nacional de Juventude em relação à política de cotas, no qual a UNE e a Ubes assumem publicamente seu apoio às cotas.

⁵⁹O alcance de bolsas a afrodescendentes e indígenas necessita, ainda, de detalhamento.

A Seppir participou também da 5ª Bienal da UNE - Brasil/África: Um Rio Chamado Atlântico, realizada no Rio de Janeiro de 26 de janeiro a 2 de fevereiro de 2007, com público estimado de 30 mil pessoas. E ainda do Encontro Nacional de Estudantes Negros & Cotistas da UNE, a ser realizado em Salvador de 13 a 15 de abril de 2007.

Programa Afroatitude. Esse programa foi criado em dezembro de 2004 por iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com o MEC, a Seppir e SEDH. A finalidade é de apoiar a permanência de alunos cotistas nas Universidades Federais, a partir do seu envolvimento em atividades de pesquisa na área da saúde da população negra. Foram concedidas por dois anos consecutivos bolsas de iniciação científica a 550 estudantes negros cotistas de onze universidades públicas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Os resultados do programa Afroatitude expressos no testemunho dos alunos apresentam a importância da iniciativa:

“O Afroatitude me inseriu em um grupo onde eu me encontro e me identifico enquanto estudante negra, mulher, moradora da periferia, pesquisadora. É um porto seguro que dá possibilidades de ver além daquilo que a grade curricular pode me oferecer. É muito mais que uma bolsa, eu me sinto protagonista da mudança...” (UnB).

“O projeto também me abriu portas para um novo conhecer da sociedade com as oficinas sobre DST/aids, cultura negra. Foi através do mesmo que eu pude me identificar como negro que sou, descobrindo que tenho meu potencial e qualidades para vencer como profissional...” (UFAL)

Essas referências demonstram a força da temática racial junto ao Programa de Combate à Aids. Como resultado de financiamentos, há 146 projetos de pesquisa, sendo 77 relacionados ao tema da Lei 10.639/03. Destacam-se a criação e o fortalecimento de duas redes – uma de universidades e uma de alunos para o desenvolvimento de ações e geração de conhecimento sobre ações afirmativas, direitos humanos e Aids.

Programa Diversidade na Universidade. Em relação ao ensino superior, destaca-se a participação da Seppir nas atividades do Comitê de Avaliação dos Projetos do Programa Diversidade na Universidade, coordenado pela Secad/MEC. Nesse sentido, o órgão tem contribuído para a divulgação dos editais com a publicação de informações na internet e visitas técnicas aos estados, além da revisão da formulação dos editais dos Projetos Inovadores de Curso (PICs) que buscam promover a inclusão educacional de jovens negros e indígenas nos cursos superiores mediante a melhoria das suas condições e oportunidades de ingresso. O projeto apóia, também, cursos preparatórios para o vestibular, os chamados “cursinhos pré-vestibulares”, em vários estados do país. A instituição da Cadara fortaleceu essa política por meio da ampliação do número de estados contemplados.

Financiamento, Diretrizes e Intercâmbios. Diversas ações têm ocorrido no ensino superior: a) com a mudança de critérios do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), foram acrescentados 20% no índice de classificação para candidatos negros para estimular o acesso de cerca de 36 mil negros a cursos superiores não gratuitos por meio de concessão de crédito educativo; b) como medidas inovadoras do Conselho

Nacional de Educação (CNE), foram aprovadas em 2006 as novas diretrizes para o curso de pedagogia, nas quais a diversidade étnico-racial é contemplada. Essas diretrizes consideram as proposições formalizadas nos últimos 25 anos, em análises da realidade educacional brasileira, com a finalidade de diagnosticar e avaliar a formação e atuação de professores, em especial na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, também em cursos de educação profissional para o magistério e para o exercício de atividades que exijam formação pedagógica e estudo de política e gestão educacionais; e c) foi promovida a interação entre estudantes egressos na UnB pelo sistema de reserva de vagas raciais com as comunidades quilombolas kalungas. Esse foi um dos principais resultados do projeto de concessão de 20 bolsas-auxílio para universitários de psicologia, pedagogia, ciências sociais e enfermagem em 2006.

Como resultado de toda essa estratégia é inegável o resultado positivo em relação ao ingresso de negros no ensino superior: em 2001 o percentual era de 22%, mas em 2005 havia chegado a 30% do total de alunos. Esses dados indicam a importância das ações afirmativas na educação superior. Trata-se de uma política bem-sucedida, que apresenta resultados visíveis não apenas para a população negra, mas para a sociedade brasileira.

2.2 - Desenvolvimento, Trabalho e Geração de Renda

A partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica Seppir/MTE, em dezembro de 2003, reafirmou-se o compromisso para a incorporação do recorte étnico-racial aos programas e ações desse e demais órgãos do governo federal e locais. O objetivo foi atender à demanda histórica da inclusão efetiva da população negra no mercado e nos programas de geração de emprego e renda. As áreas de atuação foram a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Trabalho; o Programa Primeiro Emprego; o Programa de Qualificação e Requalificação Profissional; o Programa Brasil, Gênero e Raça; e o Plano Setorial de Qualificação de Trabalhadores Domésticos. Foi ainda constituído o Comitê da Diversidade, para agregar empresas, instituições governamentais e não governamentais com o intuito de criar oportunidades e promover a diversidade étnico-racial no mercado de trabalho.

Também o compromisso com o trabalho decente foi intensificado entre o governo brasileiro e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho, em junho de 2003, foi assinado um Memorando de Entendimentos que gerou a criação do Programa Especial de Cooperação Técnica para o desenvolvimento da Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD)⁶⁰. Assim, a Seppir passou a integrar o Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo MTE visando ao desenvolvimento da ANTD. Essa agenda estruturou-se a partir de três prioridades: gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e fortalecer os atores tripartites e o diálogo social.

A ação se desenvolveu a partir das seguintes áreas:

⁶⁰A OIT conceitua trabalho decente como “uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por trabalho decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho, a noção de trabalho decente se apóia em 4 pilares estratégicos: a) o respeito às normas internacionais do trabalho (em especial aos direitos e princípios fundamentais do trabalho que são a liberdade sindical e de negociação coletiva, a eliminação do trabalho infantil, do trabalho escravo e de todas as formas de discriminação); b) a promoção do emprego de qualidade; c) a extensão da proteção social; e d) o diálogo social” (Fonte: documento do MTE, de 07 de março 2006).

Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades. A Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho foi criada por decreto presidencial sob coordenação do MTE em 20 de agosto de 2004. Essa comissão é composta por representações diversas: governo federal – MP, Seppir, SPM e SEDH; centrais sindicais – Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT); confederações de empregadores – Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF); e o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir). O papel da OIT de assessoria técnica permanente foi reconhecido no Regimento Interno da Comissão.

O objetivo estabelecido foi a promoção de políticas públicas de igualdade de oportunidades e de tratamento e de combate a todas as formas de discriminação de gênero e raça no emprego e na ocupação, com base na implementação da Convenção 111 da OIT⁶¹, a qual só teve iniciado seu processo de implementação em 1992, a partir da denúncia formalizada por representantes dos trabalhadores por intermédio da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para alcançar os objetivos, o mandato da comissão incluiu a discussão e a apresentação de propostas de políticas públicas com essas temáticas; o apoio à incorporação dos enfoques de gênero e raça ao planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das ações do MTE; o apoio a iniciativas parlamentares e de outras instituições, inclusive da sociedade civil; a promoção e disseminação da legislação relevante para o fortalecimento da igualdade de oportunidades e tratamento de mulheres e negros no mundo do trabalho. Como resultado de sua atuação, pode-se destacar o reforço à implementação de políticas de diversidade de gênero, raça e pessoas com deficiência nas empresas, a partir do aprofundamento do debate com as confederações e federações dos empregadores e centrais sindicais de trabalhadores.

Ocorreram seminários para aprofundar os conceitos de gênero, raça, racismo, discriminação e preconceito com envolvimento dos representantes da comissão tripartite. Nesse sentido, a Seppir monitorou a implementação de políticas de ações afirmativas realizadas pelos participantes dessa comissão a partir de reuniões, seminários e negociações de ações. Ocorreram oficinas de Negociação Coletiva para Mulheres realizadas pela OIT em Montevideu com a participação do MTE, da Seppir e SPM.

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego envolve um conjunto de ações do governo federal, coordenadas pelo MTE, direcionadas à inclusão de jovens no mercado de trabalho. Foram considerados os jovens entre 18 e 25 anos, em situação de maior exclusão social, particularmente negros (urbanos, rurais e quilombolas); indígenas; egressos de unidades prisionais ou que cumprissem medidas sócio-educativas; portadores de necessidades especiais; e trabalhadores rurais.

A Seppir integrou também o Conselho Consultivo do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens (CCPNPE), com o papel de analisar e aprovar as propostas relativas aos Consórcios Sociais da Juventude que inserem o recorte racial, com vistas ao monitoramento

⁶¹A Convenção 111 diz respeito à discriminação em matéria de emprego e profissão. Desde 1965, o Brasil assumiu o compromisso de “formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão”

e à publicação dos resultados. Desde 2004, instalam-se os Consórcios Sociais da Juventude, que hoje somam 27, entre eles um de jovens quilombolas em Alcântara (MA). Foram qualificados 60.592 jovens, entre os quais 20.447 inseridos no mercado de trabalho. Os negros representaram 40% do total de jovens atendidos segundo dados do MTE.



Jaciara Aires

Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

O Plano Nacional de Qualificação é voltado à inclusão e valorização da diversidade de gênero e raça no ambiente de trabalho por meio de financiamento de ações de qualificação social e profissional com ênfase às populações mais vulneráveis ao desemprego atendidas pelo Sistema Público de Emprego, Inclusão Social e Desenvolvimento e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Das 142,3 mil pessoas atendidas por esse plano, 62% foram negros e descendentes de indígenas. A Seppir articulou a incorporação das dimensões de gênero e raça como público prioritário do Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Como resultado dessa gestão junto ao PNQ, podemos observar que em torno de 60% dos beneficiários dos cursos de qualificação promovidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego entre 2004 e 2006 foram negros e indígenas.

Outro grupo vulnerável atendido no plano de qualificação do MTE foi a categoria dos empregados domésticos, que passou a ser reconhecida como um dos mais discriminados e vulneráveis grupos ocupacionais. A categoria é composta por aproximadamente oito milhões de pessoas, sendo 95% delas mulheres e 57,4% negras de acordo com o estudo Retrato das Desigualdades, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem).

Em novembro de 2004, foi realizada uma Audiência Pública sobre Trabalho Doméstico, e, posteriormente, formada uma Comissão de Concertação para o Trabalho Doméstico com a participação da Seppir, MTE, SPM, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), OIT, Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), Escola Nordeste e Escola Sul (ambas vinculadas à Central Única dos Trabalhadores), incumbida de traçar diretrizes do Plano “Trabalho Doméstico Cidadão”, lançado em novembro de 2005, com três subprojetos:

- Elevação de escolaridade, com o objetivo de formar profissionais qualificadas para o trabalho doméstico, a partir do desenvolvimento de um programa de qualificação social e profissional, associado à elevação de escolaridade no ensino fundamental.
- Ampliação da proteção social e fortalecimento da representação das trabalhadoras domésticas, tendo em vista a intervenção nas políticas públicas por meio de campanhas voltadas para a sociedade em relação às questões pertinentes ao trabalho doméstico, como: direitos humanos e violência contra a mulher; direito à moradia, saúde, trabalho e Previdência Social; e erradicação do trabalho infantil doméstico (TID).
- Melhoria das condições de trabalho e estímulo ao debate e à promoção da revisão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Ainda em 2005 foram realizadas oficinas para aprofundamento dos conteúdos do programa com 200 representantes das organizações de trabalhadoras domésticas e instituições sociais em Salvador, Brasília e Recife, com abrangência das sete cidades priorizadas. Em janeiro de 2006, foi realizado um curso para 350 trabalhadoras domésticas em capitais de seis estados brasileiros: Bahia, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo (capital e Campinas). Esse plano integrou uma série de eventos comemorativos ao Dia Nacional do Trabalhador Doméstico, entre eles, os seminários de capacitação na área de direito e cidadania em São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Aracaju, São Luís, Salvador e Recife. Ainda, em maio de 2006, em Salvador (BA), foi promovido pela Fenatrad o 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores Domésticos, em comemoração aos 70 anos de organização sindical da categoria.

Na seqüência, foi realizado em setembro de 2006, em Brasília, o seminário nacional “Ampliando os direitos das trabalhadoras domésticas: Direitos Humanos, Previdência Social e Habitação”, organizado pelo MTE. Nessa oportunidade, foi anunciado um pacote de incentivo na área habitacional para os trabalhadores domésticos, motoristas, caseiros e jardineiros de todo o país a partir de parceria entre SPM, MCidades, MTE, e Caixa⁶². Considera-se importante a edição da Medida Provisória 284, que regulamentou a dedução do imposto de renda das contribuições feitas ao INSS do trabalhador doméstico, o que estimula a formalização do empregado doméstico e seu acesso a direitos constitucionais (férias, 13º salário) e previdenciários.

⁶²A justificativa para esse incentivo é que esses trabalhadores costumam morar na casa do patrão e, quando deixam o emprego ficam sem teto. O programa Crédito Solidário apresenta duas possibilidades, o financiamento de casas de até R\$ 20 mil em 20 anos, sem juros e com parcelas de cerca de R\$ 83,00, ou a Resolução 460, que financia imóveis de até R\$ 14 mil com recursos do Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço, sem exigir contrapartida do beneficiário. Para participar dos programas, é necessário estar empregado com carteira assinada.

Outro segmento no qual a Seppir investiu foram os empreendedores afro-brasileiros, com apoio a projetos que potencializam suas atividades. As instituições parceiras – Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (Ceabra), Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH/RJ) e Instituto Brasil Social (IBS) – se engajaram em um compromisso institucional de promoção e desenvolvimento econômico, inclusão social e soluções inovadoras em comércio e serviços.

Em 2005, o Ceabra/SP, com o apoio financeiro e monitoramento da Seppir, desenvolveu os Seminários “Incubação de Experiências para o Fortalecimento de Empreendedores Afro-Brasileiros” nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Amapá, Santa Catarina e no Distrito Federal, com um público participante de 800 pessoas, aproximadamente 60% de pequenos empreendedores. A partir de critérios estabelecidos pela Associação Nacional de Empreendedores Afro-brasileiros (Anceabra), 350 dessas experiências serão incubadas com o intuito de potencializá-las para o mercado e formar nesse processo uma cultura de negócios. O Ceabra tornou-se referência para construção de diálogo com empreendedores afrodescendente junto ao MTE.

O IPDH e Instituto Brasil Social (IBS), com patrocínio da Petrobrás, desenvolveram o projeto Incubadora Afro Brasileira para estimular e desenvolver o protagonismo econômico de profissionais e empreendedores afro-brasileiros nos setores de comércio e serviços, com destaque ao turismo.

Em novembro de 2005, foi realizado o encontro nacional “Desenvolvimento Econômico e Social da População Negra”, em Brasília, em parceria com o MTE e com o apoio da OIT, com o objetivo de dialogar com empreendedores negros, instituições governamentais e órgãos de financiamento sobre o acesso da população negra às oportunidades de trabalho, de desenvolvimento econômico e estratégias governamentais de inclusão. Participaram cerca de 50 gestores do serviço público federal e estadual e empreendedores de vários estados.

Como desdobramento desse evento, o MTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto com a Seppir, buscam desenvolver propostas de apoio econômico para a população negra por meio de atividades produtivas de empreendedorismo.

Programa Brasil Gênero e Raça. O Programa Brasil, Gênero e Raça foi instituído para identificação e combate às práticas discriminatórias nas relações de trabalho a partir das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs). As Delegacias passaram a dispor de Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação com foco em princípios e diretrizes das convenções nº 100 e nº 111 da OIT e as convenções correlatas. Esses núcleos são constituídos por representantes da Comunidade no Estado – ministério público, defensoria, conselhos estaduais e municipais, sindicatos, empresas, universidades, associações, organizações não governamentais representativas de mulheres, negros, indígenas, portadores de deficiência etc. Faz parte de suas atribuições: (1) instituir programas educativos que garantam a aplicação das políticas de promoção da igualdade de oportunidades, em matéria de emprego e profissão; (2) propor estratégias e ações que visem eliminar a discriminação e o tratamento degradante e que protejam a dignidade da pessoa humana, em matéria de trabalho; e (3) acolher denúncias de práticas discriminatórias no trabalho, buscando solucioná-las de acordo com os dispositivos legais e, quando for o caso, encaminhá-las ao Ministério Público do Trabalho.

Desta forma, foi implementado pela OIT, com a Seppir e demais parceiros, o projeto “Desenvolvimento de uma Política Nacional para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação e Promover a Igualdade Racial no Brasil”, denominado

“Igualdade Racial”. Foi então criado um Comitê de Planejamento e Coordenação da Igualdade Racial que envolve a Seppir, o MTE, a SPM, o Ministério Público do Trabalho e a OIT. Ainda, para ampliar a capacidade de intervenção nessa área, a Seppir firmou um convênio de Cooperação Técnica junto à OIT e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Desde 2004, foram instalados 75 Núcleos nas Delegacias Regionais de Trabalho (DRTs) incluídos nas atividades de capacitação do projeto “Igualdade Racial”. Em agosto de 2005, foi promovido o seminário “Nova institucionalidade: reestruturação das DRTs, combate à discriminação e promoção da igualdade”, em Brasília, pelo MTE e pela OIT, com o apoio da Seppir. Compareceram ao evento todos os representantes dos Núcleos de Combate à Discriminação e os delegados regionais do trabalho das 27 unidades da federação. O ministério adotou como compromisso a realização de seminários, para estimular o desenvolvimento dessa política nos anos subseqüentes.



Jaciara Aires

Programa de Fortalecimento Institucional - GRPE. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a Seppir e demais parceiros, desenvolveu o “Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, a Erradicação da Pobreza e a Geração de Emprego (GRPE)”⁶³, lançado em outubro de 2003, em Brasília. Esta parceria teve como

⁶³O GRPE é parte constitutiva de um Programa inter-regional da OIT que vem sendo implementado em várias regiões do mundo, particularmente em nove países da América Latina.

decorrência o Protocolo de Intenções para implementação do GRPE envolvendo vários organismos de governo⁶⁴.

A implementação do programa no Brasil teve um aspecto inovador, pois incorporou, pela primeira vez, a dimensão racial de forma sistemática. Além da sensibilização, capacitação e formação dos gestores públicos e outros atores sociais (em particular organizações sindicais e de empregadores), o objetivo do GRPE foi oferecer assistência técnica para a formulação e reformulação de políticas públicas selecionadas e desenvolver experiências-piloto.

Foram realizadas várias atividades em âmbito federal e também em quatro localidades para as quais o projeto, em sua experiência piloto, se destina: Grande ABC (SP)⁶⁵; São Paulo (SP); Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (MG)⁶⁶; e Salvador (BA). Estas atividades envolvem todos os ministérios parceiros.

Em âmbito federal, em 2004, foi desenvolvida a “1ª Oficina Nacional de Formação de Gestores do GRPE”, em fevereiro, em Brasília, com a participação de aproximadamente 60 pessoas, entre gestores e servidores federais, representantes de prefeituras, entidades sociais e sindicais, além de representantes das quatro localidades já mencionadas. Também em outubro realizou-se a “1ª Oficina Sindical de Formação e Planejamento do GRPE” que contou com a presença dos vários representantes das centrais sindicais. Em dezembro, foi publicada a versão brasileira do Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego.

Com isso intensificaram-se os esforços na articulação para implementar e consolidar um “Plano de Ação” coordenado por um Grupo de Trabalho composto por dois representantes de cada organismo federal envolvido no Programa, destacando-se uma executiva formada pela Seppir, SPM, MTE, MDS e OIT. As ações e oficinas de capacitação concentraram-se nos ministérios considerados estratégicos para o combate à pobreza e geração de empregos.

Junto ao MTE, foram desenvolvidas atividades de capacitação para gestores do Plano Nacional de Qualificação Profissional e Social (PNQ), com 75 pessoas, no apoio à Concertação Social sobre Trabalho Doméstico e no apoio técnico à Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidade e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho.



⁶⁴Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.

⁶⁵Região composta por sete municípios: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

⁶⁶Esta região contempla municípios de três estados da Federação: Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, através da união de 111 municípios representados pela MESOVALES, uma Organização Não-Governamental que desenvolve parcerias com o governo federal, estadual e com instituições de ensino para fomentar o desenvolvimento regional na região mencionada.



Cursos de formação realizados com o MPS dirigiram-se a 300 coordenadores e gestores regionais do Programa de Educação Previdenciária em três das cinco regiões do país: Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Esse espaço de capacitação compôs a agenda de Reuniões Regionais do Programa de Educação Previdenciária.

No MDS, foram concretizadas três ações prioritárias para fortalecer a temática racial, com participação de 20 pessoas: apresentação mensal do Programa GRPE ao Fórum Interno desse Ministério, na presença de servidores, e em reuniões semanais de secretários.

Em parceria com a SEDH, foi realizada para 100 gestores e representantes de instituições a oficina de capacitação em gênero raça e etnia, orientação sexual, pessoa com deficiência e procedência regional para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A partir do convênio com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, assinado em fevereiro de 2004, duas oficinas de capacitação atingiram cerca de 60 gestores públicos que elaboraram um Plano de Ação com as principais diretrizes de implementação do GRPE. Em 2005, foram realizadas nove oficinas com envolvimento de 100 servidores, gestores e outros atores sociais. Com isso, amplia-se a capacitação com a finalidade de garantir o recorte racial e de gênero entre os beneficiários dos programas Renda Cidadã, Bolsa Família, Banco do Povo, Casa Abrigo e Brasil Alfabetizado; e o desenvolvimento da “Campanha da Diversidade”. Em 15 de dezembro de 2006, o desfecho do projeto deu-se com o Seminário regional de combate à violência contra a mulher e perspectiva racial no Grande ABC. Foi lançada durante o evento a Revista “Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego do Grande ABC – Diferenças são naturais, Desigualdades não!” que embasou uma campanha publicitária. Na oportunidade, a ministra da Seppir proferiu palestra no painel: “Desafios e Perspectivas das Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Região do ABC Paulista”.

Na capital paulista, o Protocolo de Intenções e o Convênio com a Prefeitura do município de São Paulo, firmado em 2004, com a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade (SDTS), envolveram também a Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra e a Coordenadoria Especial da Mulher. A iniciativa possibilitou a realização de doze oficinas de sensibilização e capacitação para mais de 400 gestores, servidores e estagiários da prefeitura. As ações foram coordenadas pelo GT Diversidade da SDTS, entretanto, participaram do processo outros quatro órgãos: Saúde, Planejamento Urbano, Segurança Pública e Subprefeituras. A experiência culminou com a criação do GT Diversidade Intersecretarial⁶⁷, cuja finalidade é promover a integração de órgãos municipais e institucionais com a perspectiva de abordar a igualdade de gênero e raça como temas centrais. Em 2005, o compromisso foi reafirmado. Na ocasião, reinstalou-se a Comissão Intersecretarial de Monitoramento e Gestão da Diversidade (CIM-Diversidade), coordenada pela Secretaria do Trabalho e composta por 128 pessoas das diferentes secretarias da PMSP e representantes da sociedade civil, dos conselhos municipal e estadual da comunidade negra da capital. Em 2006, a Seppir participou de quatro reuniões realizadas na PMSP para a redação final do documento-base do Selo da Diversidade Cidade de São Paulo “Pacto pela Valorização e Promoção da Diversidade de Gênero e Raça no Trabalho”, tendo em vista a previsão de oficialização no início de 2007.

⁶⁷O GT Intersecretarial foi criado através da Portaria nº 37- SDTS, de 23 de dezembro de 2004.

Foi estabelecido convênio entre a Seppir, a Agência de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Mesovales) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por meio dessa parceria foram realizadas várias atividades de formação e assistência técnica que atingiram 75 mulheres artesãs e oficinas de capacitação para 40 conselheiros da Mesovales e representantes da sociedade civil. Integra ainda o projeto a elaboração do diagnóstico sobre o desenvolvimento local do Vale do Mucuri, que envolve 23 municípios daquela região, cujo objetivo é implementar o recorte racial e de gênero nos programas e ações.

Na Bahia, o trabalho foi iniciado em agosto de 2003, a partir da Conferência de Concertação – gênero e raça: um diálogo necessário no trabalho e na cultura, realizado pela Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em parceria com outro órgãos do governo. Como desfecho de uma série de articulações, foi realizado, em novembro de 2005, em Salvador, o seminário de implementação do programa GRPE para 60 gestores públicos municipais e representantes da sociedade civil. E também oficinas de formação voltadas diretamente aos gestores de várias secretarias da administração municipal.

Em junho de 2006 realizou-se o seminário de encerramento oficial da primeira fase do programa, com a divulgação da publicação da OIT “Gênero, Raça, Pobreza e Emprego: O Programa GRPE no Brasil”. Está em análise a continuidade da segunda fase desse projeto, envolvendo outros países do Mercosul e Chile.

Inclusão social e economia solidária. Para incluir as perspectivas de igualdade racial no campo da economia solidária, a Seppir participa do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), criado por decreto presidencial, em 21 de junho de 2006 e coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do (MTE). O CNES tem por competência o estímulo e a participação da sociedade civil e do governo, a elaboração de medidas para aperfeiçoamento da legislação; e o monitoramento e fiscalização da economia solidária.

Assim, foram apontados como eixos estratégicos o fortalecimento de comunidades tradicionais pelo reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural, a promoção dos direitos territoriais – reconhecimento e demarcação das suas terras – e de sua autodeterminação; igualdade de gênero, raça, etnia e classe pelo reconhecimento do papel das mulheres como sujeitos do desenvolvimento econômico e social numa economia fundada na solidariedade.

Campanha da Diversidade. A “Campanha da Diversidade” foi lançada em 20 de novembro de 2004, sob coordenação da Seppir. Envolve instituições públicas e privadas com o objetivo de defender a inclusão social, étnica e racial e ampliar as condições e as oportunidades de grupos socialmente desfavorecidos, garantindo, especialmente à população negra e indígena possibilidades de conquistas no mundo do trabalho e em outros espaços sociais, políticos e culturais.

Em um amplo leque de idéias que definem a prática da “diversidade nos locais de trabalho”, destaca-se um dos princípios da IBM Brasil: “Viver, através de responsabilidade social e diversidade, nossos valores de confiança e inovação, eliminando a discriminação e promovendo a igualdade de oportunidades, melhorando a sociedade na qual vivemos”. Esse princípio elaborado a partir da iniciativa privada associa-se ao campo das políticas públicas, desenvolvidas pelos governos.

Na primeira fase dessa campanha, 2004 e 2005, foram exibidas duas peças publicitárias em TV aberta: uma mostrava a presença de representantes de diferentes grupos discriminados como protagonistas em diversos setores da sociedade (empresários, trabalhadores, domésticos, agricultores, operários, professores); e outra apresentava uma situação de trabalho no comércio na qual negros ocupam postos de gerência e controle, o que não é comum, refletindo a real multiplicidade da sociedade brasileira.

Paralelamente, em diálogo com o Instituto Ethos e o Inspir⁶⁸, em 2005, foram feitas visitas e articulações com empresas que praticam programas de ações afirmativas e diversidade. No Brasil foram desenvolvidas atividades com a Camisaria Colombo e com a IBM Brasil. A Seppir participou de um evento promovido por Global Rights, Interamerican Dialogue e Bill Lucy-AFCME, em junho, em Washington/EUA, para intercâmbio de experiências com empresas americanas. Em abril, participou, junto ao Comitê Global de Diversidade da IBM, em Nova York, de uma reunião liderada pelo Sr. Ted Childs, representante dessa frente de trabalho. Em 2006, por intermédio da Embaixada da Alemanha, a Secretaria aproximou-se de empresas alemãs – Volkswagen, Faber-Castell, Basf, que pretendem envolver em sua ação sindicatos e organizações não governamentais no Brasil.

Ainda, em junho de 2006, foi assinado um termo de cooperação com a IBM Brasil, cujo objetivo é estabelecer os termos da parceria entre a Seppir e a empresa para elaboração de um conjunto de ações que beneficiem a população negra.

Essas atividades devem compor a base para a realização de projetos, seminários e eventos diversos no Brasil e no exterior, com a participação de órgãos públicos e privados já integrantes da Campanha e outros que poderão agregar-se.

Racismo no trabalho. Em 2005, a Seppir firmou com o Ministério Público Federal do Trabalho um Termo de Cooperação Técnica para o acompanhamento de casos de racismo e de discriminação étnico-racial no ambiente de trabalho. A partir do termo de Cooperação, foram encaminhados, por meio da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), relatórios semestrais circunstanciados que detalham informações referentes aos programas e ações do governo federal dirigidos a integrantes dos grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância. A ação buscou causar impacto nas 27 Procuradorias Estaduais e atuar em temas como a inserção no mercado de trabalho de pessoas portadoras de necessidades especiais, assédio moral e sexual e discriminação de qualquer natureza.

Essa iniciativa também motivou a proposição, em 2006, de outros convênios, em fase de formulação: a) com o Escritório Modelo da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), objetivando o atendimento jurídico cível, penal e administrativo em apoio às denúncias de discriminação racial; b) com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a fim de capacitar, pela internet, advogados que compõem as comissões de Direitos Humanos das Seccionais.

⁶⁸O Instituto Ethos é uma organização não governamental que trabalha com a temática da responsabilidade social e realiza pesquisa sobre o perfil racial e social das maiores empresas brasileiras e suas ações afirmativas. O Inspir nasceu de uma articulação política entre as centrais brasileiras, CUT, CGT e Força Sindical, junto com a organização americana AFL-CIO e a Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores (Orit), sediada em Caracas. Atua na área de diversidade, direitos e oportunidades. Dessa forma, o apoio dessas duas instituições aumenta a visibilidade da população negra e outros grupos raciais no mundo do trabalho.

2.3 – Saúde e qualidade de vida

Em 20 de novembro de 2003, a Seppir e o Ministério da Saúde assinaram um Termo de Compromisso para formular e implantar a Política Nacional de Saúde da População Negra com o objetivo de reduzir os diferentes graus de vulnerabilidade a que este segmento está sujeito em decorrência dos fatores sócio-econômicos e da discriminação. Os trabalhos foram embasados no Plano Nacional de Saúde, nas deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde, que contou com a participação do movimento negro e de gestores envolvidos com a questão racial em todo o país, e também nas diretrizes definidas e incorporadas ao PPA 2004/2007, considerando o destino de R\$ 2 milhões anuais exclusivamente à gestão e ao apoio à descentralização dessa política.

Entre os fatos mais importantes para que essa política fosse institucionalizada destaca-se a Publicação da Portaria nº 1678/GM/MS, de 13 de agosto de 2004, que revisou as atribuições e a composição dos comitês técnico e consultivo sendo formatado um novo Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN). Essa portaria revogou as duas anteriormente editadas (10/04 e 152/04 GM/MS) e que tratavam do mesmo assunto. Dessa forma, o CTSPN ficou sob coordenação da Secretaria Executiva, composto por: representantes de todas as secretarias do MS, representante da Seppir, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), especialistas e ativistas sobre o tema. Envolve também organismos internacionais do sistema ONU – Unifem, Unesco, Pnud, Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Ohchr) e Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (Dfid).

É importante dar relevo à representação institucional e participação da Seppir em espaços de debate, formulação e gestão de políticas, controle social, como o Conselho Nacional de Saúde (CNS), com o papel de inserir questões relativas à promoção da igualdade racial no processo de proposição, formulação de recomendações e avaliação da política nacional de saúde e em conferências e fóruns temáticos. E também em mesas de debates e eventos promovidos por sociedades científicas, organizações não governamentais e governos locais, com a responsabilidade de inserir a atenção à saúde da população negra nesses espaços.

Em Brasília, de 18 a 20 de agosto de 2004, foi realizado o I Seminário Nacional “A Saúde da População Negra e o SUS: Ações Afirmativas para Avançar na Equidade”, sob a coordenação da Seppir e do MS e com o apoio dos parceiros citados anteriormente. Esse seminário reuniu 300 gestores federais, estaduais e municipais de saúde e áreas afins, representantes da sociedade civil organizada e especialistas na área. O objetivo do seminário foi a construção e articulação de estratégias de gestão para operacionalizar as diretrizes do Plano Nacional de Saúde fortalecendo o eixo saúde da população negra. Foram desenvolvidos os seguintes temas: Atenção à Saúde; Educação Permanente e Produção de Conhecimento Científico; Informação, Participação e Controle Social.

Como resultado deste evento foi assinado Termo de Compromisso de Parceria Permanente entre os titulares do Ministério da Saúde, da Seppir, dos representantes do Conass, do Conasems e da Opas, com o do Conselho Nacional de Saúde para a inclusão social e a redução dos diferentes graus de vulnerabilidade a que está exposta a população negra. A plenária aprovou o documento “Um Grito pela Equidade” que propôs a toda a sociedade, em especial aos gestores, assumir a

responsabilidade de desenvolver ações que reduzam a morbidade e a mortalidade da população negra em todas as faixas etárias.

A partir desses marcos, foi realizada a Oficina de Planejamento do CTSPN, no período de 20 e 21 de outubro de 2004, para encaminhamento das proposições elaboradas no I Seminário Nacional. A finalidade deste planejamento é embasar as ações do comitê em 2005.

Considerando a importância de ampliação do acesso da população negra ao SUS, os principais pontos considerados são: redução da morbidade e da mortalidade precoce; garantia de infra-estrutura para saneamento e atendimento das comunidades quilombolas; promoção de saúde nos espaços de culto das comunidades de terreiro; e garantia de implantação do Programa Nacional de Anemia Falciforme, prioritariamente nos estados com maior presença da população negra. Ainda torna-se necessária a realização de pactos e estratégias para inserção das especificidades na formação acadêmica e técnica, na pesquisa e extensão universitária, que comprometam prioritariamente instituições públicas – universidades, fundações, institutos de pesquisa, órgãos de fomento e escolas técnicas de saúde.

Também são itens do planejamento: a humanização da saúde como uma política anti-discriminatória; formação e capacitação com recorte étnico-racial e de gênero para os servidores da saúde; junto às instituições de ensino, a indicação para desenvolvimento de pesquisas que aprofundem estudos sobre a presença da população negra na força de trabalho no âmbito da saúde, especialmente junto comunidades quilombolas e de terreiros. Deve-se considerar para isso a resolução 196/96 do CNS, que indica a necessidade de garantia do retorno dos benefícios das pesquisas para as comunidades negras tradicionais.



Outros itens são: a inclusão do recorte raça/cor como categoria analítica das pesquisas; o estímulo à pesquisa de medicamentos mais efetivos no tratamento das doenças prevalentes na população negra, incluindo fitoterápicos; a implementação do quesito cor no sistema de saúde e monitoramento da informação; a efetivação do controle social nas ações de atenção à saúde da população negra; e a elaboração do caderno intitulado “A Saúde da População Negra e o SUS – Ações Afirmativas para Avançar na Equidade”.

Assim, considera-se importante destacar alguns marcos do trabalho:

Pacto para redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Desde 2004, iniciativas importantes foram tomadas no âmbito da proteção à saúde da Mulher Negra e da Criança Negra por meio da inclusão do recorte racial no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. O pacto congregou o poder público e a sociedade civil em comitês locais para fiscalizar o cumprimento da legislação e das políticas voltadas à redução da mortalidade materna e de recém-nascidos.

Atenção a Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias. Destaca-se, em 2005, a concretização de diretrizes e destinação de recursos orçamentários para adequar e organizar o SUS para a implementação do Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias. Os recursos disponibilizados foram na ordem de R\$ 5 milhões anuais para aplicação na implantação da rede de serviços de saúde, capacitação de profissionais de saúde e apoio à mobilização das associações de pacientes e familiares. Esse programa viabilizou as fases 2 e 3 do Programa Nacional de Triagem Neonatal (quando são feitos os testes que detectam as doenças falciformes) em 12 estados brasileiros. Em 23 e 24 de março de 2006, em Lauro de Freitas (BA), realizou-se uma oficina para capacitação de 80 gestores e profissionais de saúde do SUS, uma das agendas propostas pela Política Nacional de Saúde da População Negra para atingir 50% dos municípios brasileiros, até 2007, com as ações previstas pelo Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias. A oficina foi organizada pela Seppir, MS, Secretaria Municipal da Reparação de Salvador, Associação Baiana de Pessoas com Doenças Falciformes, Secretaria de Governo/Departamento de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Saúde de Lauro de Freitas. Também os municípios de Salvador e Camaçari já instituíram programas municipais de atenção integral à saúde de pessoas com doença falciforme, o que representa 20% da população do estado.

Racismo Institucional no SUS. Em novembro de 2005, foi lançado em Salvador (BA) o Programa Nacional de Combate ao Racismo Institucional no SUS, com o objetivo de mobilizar os serviços para reconhecer, identificar e responder às formas de discriminação racial que interferem no acesso e na qualidade da atenção à saúde. Essa ação faz parte do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), uma parceria do Pnud com o DFID que tem o apoio da Opas, do governo brasileiro por meio da Seppir, MS, MRE e do Ministério Público Federal (MPF/PGR). Participam as prefeituras de Recife (PE), Salvador (BA), Alagoinhas (BA) e o Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Combate à Aids e DSTs. Em 2005, no dia 1º de dezembro, foi lançada a campanha publicitária “Aids e Racismo, o Brasil tem que viver sem preconceito”, a qual destacou a grande vulnerabilidade da população negra à infecção pelo HIV, devido à sua condição social precária e ao histórico de racismo, discriminação e dificuldade de acesso às políticas públicas. Também, é desenvolvido pela área de Combate à Aids o Programa Afroatitude, que apóia alunos cotistas para o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema (pág. 86).

Saúde no Campo. A partir de 2005, a Seppir acompanhou o convênio estabelecido entre o MS e a Confederação Nacional das Trabalhadoras na Agricultura (Contag), para promover a formação e informação sobre o direito a saúde no campo, com a perspectiva da territorialidade e a igualdade de gênero, articulada com dimensões geração, raça e etnia. O projeto tem como objetivo a multiplicação de informações e incidência nos serviços de saúde e volta-se a dirigentes, lideranças, profissionais da saúde, conselheiros, comunicadores da Contag, das Federações Estaduais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e instituições afins.

Comunicação. Foi incorporado o recorte racial às principais publicações periódicas de análises epidemiológicas e de vigilância em saúde no SUS, tais como os volumes de referência Saúde Brasil 2005, Atlas de Saúde 2005 e Boletim Epidemiológico de Aids. Também no sentido de orientar o planejamento, foi criada uma área específica de Saúde da População Negra no Portal do Ministério da Saúde na Internet. Além disso, incluiu-se o quesito raça/cor nas Cadernetas de Saúde da Criança, com um total de 3 milhões de unidades/ano, e foram distribuídos 400 mil manuais de orientações sobre a coleta e aplicação do recorte racial na utilização da nova ferramenta de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de meninos e meninas, desde o nascimento até 12 anos de idade. Em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e o Ministério da Saúde, foram entregues manuais sobre o SUS e a política nacional de saúde da população negra para gestores municipais de saúde de cerca de cinco mil municípios. Essas foram importantes iniciativas, como ferramentas no planejamento de ações que busquem diminuir e eliminar as desigualdades raciais em saúde e garantir a equidade, assim como a inclusão do recorte racial no Relatório Final da XII Conferência Nacional de Saúde.

Apoio a iniciativas da sociedade civil. Além das várias ações que envolvem a sociedade civil já apontadas anteriormente como resultado do fomento promovido pela Seppir por meio de um projeto realizado em parceria com instituições nacionais e organismos internacionais, foi estimulada a estruturação da Equidade Racial em Saúde (Rede Eras)⁶⁹, que constitui um espaço de proposição e monitoramento das políticas de saúde da população negra.

Ressalta-se que no processo de implementação das ações, houve uma evolução para o II Seminário Nacional de Saúde da População Negra, realizado em setembro de 2006 no Rio de Janeiro. Considera-se que o desenvolvimento da transversalidade na área da saúde objetivou instituir a Política Nacional de Saúde da População Negra com monitoramento da Seppir junto aos diversos setores do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde. Com isso, esse programa foi pactuado com gestores do Sistema Único de Saúde em todas as esferas de governo, em busca de fomentar outras iniciativas nacionais e de cooperação internacional de promoção da equidade étnico-racial em saúde com ênfase na população negra, indígena e outras minorias étnicas. Essa amarração é considerada positiva pelas análises de políticas sociais realizadas pelo Ipea⁷⁰.

Em 2006, foi aprovada no CNS a resolução 361, que ampliou a composição e estabeleceu normas para o processo eleitoral até 2009. Segundo a nova resolução, as entidades e instituições indicadas em processo eleitoral dentro dos respectivos segmentos e o presidente do Conselho são eleitos em plenário. Na nova composição do Conselho, de 48 membros, aumentou-se a participação dos movimentos sociais, incluindo representante titular e dois representantes primeiros-suplentes e segundos-suplentes de entidades ou movimentos nacionais da população

⁶⁹A Rede Eras reúne setores da sociedade civil - organizações, entidades, movimentos, associações, especialistas e interessados na implantação da Política Nacional de Saúde da População Negra.

⁷⁰Ipea, Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise 2005 e 2006.

negra; e entidades ou movimentos nacionais de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Dessa forma, o CNS respeita a Resolução 333 de 2003, com garantia de paridade: 50% de usuários, 25% de trabalhadores de saúde e 25% de prestadores e gestores.



Lea Gomes

Também, em 2006, como coroamento de todo o processo de articulação entre sociedade civil e governos, a Política Nacional de Saúde da População Negra foi aprovada pelo CNS. Com isso, criam-se condições para o fortalecimento da política e da descentralização da atenção à população negra ao instituí-la no sistema único de saúde.

2.4 – Cultura, Organização e Diversidade

Com o objetivo de ampliar a visibilidade à cultura africana e afro-brasileira, resgatar valores que constituem a cultura brasileira e contribuir para ampliação da cidadania, foram desenvolvidas atividades pela Seppir, por outros órgãos de governo e pela sociedade civil.

Foram, ainda, apoiadas iniciativas de instituições e grupos nas áreas de comunicação, pesquisa, artes plásticas, música, dança, organização política e outros meios da valorização da diversidade. Assim, destacam-se os seguintes itens: Áreas transversais com foco na diversidade; Apoio a campanhas e afirmação de identidades; Projetos de valorização da cultura negra; Samba, carnaval e organização social; e Datas alusivas à Igualdade Racial.

Áreas transversais com foco na diversidade

Políticas para Mulheres: A 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e a subsequente elaboração do Plano Nacional de Política para as Mulheres, coordenado pela SPM, reafirmou o desafio de elaboração conjunta das políticas de gênero e raça. Para acompanhar o desenvolvimento do Plano, foi instalada uma Comissão de Monitoramento, composta por organismos do governo federal e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) com objetivo de promover a concertação entre as três esferas de governo e a sociedade civil. Esse trabalho contribuiu para os debates no processo de organização da 1ª Conapir, na qual houve uma oportunidade ímpar para o aprofundamento da reflexão, a partir de análise e proposição apresentada em conjunto pela Seppir e a SPM. Cabe ressaltar que a SPM tem como prioridade ações de combate à violência de gênero e desenvolve projetos voltados ao atendimento e à assistência: Delegacias de Defesa das Mulheres, Centros de Referência para Atendimento às mulheres em situação de violência e Casas de Abrigo.

É importante registrar que o atendimento a essa realidade implica a compreensão da diversidade existente entre as mulheres. Por meio da participação no CNDM (como representante de governo, a Seppir integra o Conselho), a secretaria acompanha as ações voltadas às mulheres negras e indígenas, com o olhar voltado para a igualdade racial e étnica. Nesse sentido, apóia a preparação da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, a ser realizada em agosto de 2007.

Com o intuito de definir estratégias de trabalho conjunto entre Seppir e a SPM junto às mulheres negras, foi realizada uma reunião, no dia 1º de fevereiro de 2006, em Brasília. Com a participação de 25 lideranças de organizações e entidades nacionais, a reunião teve a presença de gestoras do MEC, MTE, MDS, e MS que apresentaram políticas e ações com recorte de gênero e raça. Um dos pontos debatidos foi a necessidade de fortalecimento da participação e do protagonismo das mulheres negras na elaboração e monitoramento das políticas públicas. Na oportunidade foram elaboradas críticas por parte das militantes quanto aos orçamentos da Seppir e da SPM, por compreenderem a necessidade de assegurar recursos para a execução e ampliação das políticas públicas nessa área. O evento terminou com a definição de uma comissão com a participação da Seppir, SPM e representação da sociedade civil, para dar encaminhamentos aos debates e proposições.

Em março de 2006, foi realizado o Seminário Nacional de Controle Social nas Políticas de Saúde para as Mulheres em Brasília. O evento foi realizado pela SPM e pelo MS com o apoio da Seppir. Foram abordadas as demandas e necessidades da população feminina, com a participação de servidores, gestores e representantes da sociedade civil, no intuito de encaminhar proposições para as diferentes esferas de governo.

A ministra da Seppir participou da IX Assembléia do Comitê Permanente para as Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia e Empresas vinculadas, realizada pela Eletrobrás entre 29 de novembro e 1º de dezembro de 2006. A contribuição específica para o “Seminário Gênero e Raça nas Organizações” objetivou aprofundar a reflexão sobre os trabalhos realizados pelo comitê constituído em 2004, apontando a importância de continuidade do trabalho com enfoque direto da questão racial.

No que diz respeito ao fortalecimento da organização da sociedade civil, a Seppir participou: do 14º Encontro Nacional Feminista, realizado em novembro de 2005, em Porto Alegre (RS); do Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras - VI, VII e VIII edições, realizadas respectivamente em 2004, 2005 e 2006; de vários Encontros e Seminários Regionais nos últimos quatro anos; e do 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe em Serra Negra (SP), em outubro de 2005. Em todos esses eventos, a Secretaria dialogou com as organizações de mulheres do movimento feminista e do movimento de mulheres negras, reafirmando ações nessa área.

Os diálogos sobre a realidade das mulheres negras, organizados pela Seppir em parceria com o Unifem e a Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende), resultaram nas reflexões sistematizadas no caderno “Mulher Negra - Sujeito de Direitos e as Convenções para a Eliminação da Discriminação”. Esse material, lançado em julho de 2006, foi elaborado como um instrumento de trabalho para governo e sociedade civil na defesa dos direitos das mulheres negras.

Também em parceria com o Unifem e o Ipea foi realizada a pesquisa *Retrato das Desigualdades*, publicada em 2005, que faz um levantamento das condições de vida das mulheres negras brasileiras a partir de oito indicadores: população, educação, saúde e previdência, mercado de trabalho, trabalho doméstico e remunerado, habitação e saneamento, acesso a bens duráveis e exclusão digital, pobreza, distribuição e desigualdade de renda.

Criança e Adolescente. A Seppir integra o Conselho Nacional da Infância e Adolescência (Conanda), desde junho de 2004. O Conanda tem caráter deliberativo e é vinculado à SEDH, tendo como objetivos elaborar normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como controlar e fiscalizar as ações de execução em todos os níveis.

Entre as ações desenvolvidas destacam-se a elaboração de parâmetros para a formação continuada de atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente no que diz respeito à igualdade racial e diversidade. Em agosto de 2005, foi realizada a oficina “Diversidade étnico-racial, de gênero e sexual como eixo da prática pedagógica”, envolvendo 28 conselhos estaduais e municipais de defesa dos direitos da criança e do adolescente. O conteúdo da oficina passou também a constituir-se como um dos eixos temáticos da

VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que contribuiu para a inserção da questão racial no Sistema de Atendimento das Medidas Sócio-Educativas (Sinase), como incremento à sua implementação.

O Conanda entregou, em agosto 2006, ao presidente da República, um documento com as diretrizes básicas do Sinase⁷¹, em cerimônia no Palácio do Planalto, durante o VIII Encontro de Articulação do Conselho. Com isso, pretende-se desenvolver o processo de apuração de infrações e a execução de medidas sócio-educativas aos adolescentes.

A Seppir participa, desde 2004, da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), que é coordenada pelo MTE e tem caráter interministerial. Seu papel é atuar para viabilizar a elaboração do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e ainda a revisão da Convenção nº 138 e a Convenção nº 182, ambas da OIT. Os países signatários das duas Convenções devem comprometer-se a elaborar e seguir uma política nacional que assegure a efetiva abolição do trabalho infantil. Em decorrência das questões legais e definições políticas, a elaboração do plano teve como desdobramento: definição de estratégias e ações para inclusão escolar de crianças e adolescentes remanescentes de quilombos; e a realização de encontros de técnicos e lideranças para definição de estratégias e ações educativas dirigidas à criança e adolescente negros.

Dessa maneira, foi possível contribuir para a inserção da questão racial no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. O Plano foi aprovado em reunião do Conanda e Conselho Nacional de Assistência Social em dezembro de 2006 e submetido a consulta pública.

Políticas para Juventude. Nessa área, a principal contribuição da Seppir foi a inclusão da perspectiva da igualdade racial no processo de formatação da Política Nacional de Juventude, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. Dessa maneira, a secretaria participou do Conselho Nacional da Juventude (Conjув), criado em fevereiro de 2005, que contém três câmaras temáticas: Desenvolvimento Integral, Qualidade de Vida e Direitos Humanos.

O processo de composição do Conjув possibilitou o mapeamento do movimento e setores significativos de jovens líderes: quilombolas, hip-hop, comunidades de terreiro, indígenas e ciganos, o que viabilizou a criação da Rede Nacional de Juventude Negra (Renajun). Um dos momentos de articulação foi a oficina preparatória para a 1ª Conapir, denominada “Oficina de Juventudes Negras do Brasil - A caminho da Conferência Nacional”, a partir de uma parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES/Ildes). Assim, observa-se nesse processo a ampliação da participação dos jovens de diversos grupos raciais na construção da política de juventude.

Como ação do governo, destaca-se nessa área o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Pro-Jovem), que integra ações de elevação de escolaridade, formação profissional e de interesse comunitário. A Seppir participou, em 2004, do GTI coordenado pela Secretaria Geral - composto por 19 ministérios, secretarias e órgãos técnicos especializados - que elaborou um diagnóstico sobre a juventude brasileira e mapeou as ações governamentais dirigidas especificamente aos jovens pobres e em sua maioria negros. Com a constituição do Pro-Jovem, a coordenação passou a ser da SNJ com a participação do MEC, MTE, MDS.

⁷¹O Sinase constitui um conjunto ordenado de princípios, regras e ações de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve o processo de apuração de infrações e a execução de medida sócio-educativa aos adolescentes. Articula ainda os três níveis de governo, priorizando a intersetorialidade, a co-responsabilidade da família, da comunidade e do Estado.



O Programa assumiu, ao mesmo tempo, caráter emergencial atendendo um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio. E caráter experimental no curso de formação, com base em novos paradigmas e proposta curricular que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico.

A organização da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada pelo MEC e MMA, em abril de 2006, em Brasília, contou com a contribuição da Seppir. Essa Conferência demandou um intenso processo de mobilização e a realização de eventos preparatórios nas escolas e comunidades em todo o país, com a participação de 700 delegados, incluindo quilombolas, indígenas, crianças em situação de abandono e do movimento dos sem-terra de todos os estados, além de observadores internacionais. Seus principais resultados foram a Carta das Responsabilidades entregue ao presidente Lula após a caminhada “Vamos Cuidar do Brasil”, que apontou o recrudescimento da discussão ambiental nas comunidades envolvidas e a necessidade de fortalecimento dos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente.

Como atividade do Programa Brasil Alfabetizado, realizou-se, em abril de 2006, uma oficina com organizações não-governamentais e movimento social de juventude negra, com foco na erradicação do analfabetismo junto aos jovens. Fruto da parceria entre MEC, SNJ e Seppir, seu resultado foi a ampla divulgação dos critérios de seleção para o Edital do Brasil Alfabetizado para as entidades que atuam nos segmentos da juventude negra.

Na área da Saúde, a partir de uma parceria entre Unfpa e Seppir sobre direitos sexuais e reprodutivos, foram ampliadas as ações com a juventude sob o enfoque étnico-racial. A primeira fase dos trabalhos ocorreu em 30 e 31 de março de 2006, quando dez jovens ativistas (indígenas, ciganos e negros - quilombolas, de comunidades de terreiro, dos movimentos negro e hip-hop e centros urbanos) participaram de reunião sobre direitos sexuais e reprodutivos, em Brasília.

Nessa atividade foi apresentado o projeto de educação à distância para empoderamento e advocacy voltado a adolescentes e jovens brasileiros⁷², que possibilita também intercâmbios políticos. As oficinas foram realizadas em 2006: em Porto Alegre, em 28 a 29 de outubro, São Paulo, em 4 e 5 de novembro, Recife, em 11 e 12 de novembro, e Natal, em 18 e 19 de novembro. A agenda de trabalho enfatizou, no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, a garantia do bem estar físico, mental e social, o exercício da cidadania e os mecanismos de prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/Aids. Nessas oficinas também foram debatidas formas de garantir a participação cidadã de diferentes grupos de jovens, articulados em situações nas quais o controle social seja estratégico para a manutenção de políticas públicas.

De 16 a 19 de janeiro de 2006 houve a Consulta Internacional do Banco Mundial com ênfase na Juventude, um encontro realizado em Recife (PE) com o objetivo de fomentar a discussão em torno das políticas públicas para a juventude. O evento contou com a participação de cem jovens, entre alemães, austríacos, eslovacos, japoneses e brasileiros. Nos dias de trabalho, ocorreram oficinas de formação de lideranças, formulação de projetos, com atenção especial para orçamento, planejamento e gestão, controle social das políticas de gênero e raça, com enfoque na realidade dos quilombolas e indígenas. Também foram repassadas aos jovens informações sobre as formas de acesso aos recursos do MDA, SNJ, Seppir e Funai. O resultado das oficinas foi adicionado a um relatório do Banco Mundial, no qual são registradas as condições de vida de jovens do Brasil, Egito, Serra Leoa e Vietnã. A atividade organizada pelo Banco Mundial teve como parceiros a Seppir, SNJ, MDA, Funai e as Secretarias de Juventude de Recife e Olinda.

A Seppir participou, entre 07 e 10 de junho de 2006, do Seminário internacional “Roles y Aportes de la Juventud en el Desarrollo Rural”, realizado na Guatemala pela Organização Ibero-Americana de Juventude. O objetivo do evento foi identificar diretrizes para a juventude rural em nível regional, com a participação de representantes de 17 países da América Latina. Esse seminário voltou-se à promoção de sistemas de cooperação técnica visando ao apoio a políticas de abrangência nacional e internacional relacionadas ao desenvolvimento rural. Um de seus principais resultados foi o fortalecimento da relação entre o Brasil, a Organização Ibero-Americana de Juventude e os demais países latino-americanos.

A partir dessas ações e outras descritas no relatório, observa-se a contribuição importante da Seppir para construção da política nacional de juventude e os processos de articulação em âmbito governamental e não governamental.

Combate à homofobia. A Seppir apoiou o processo organizativo do setor de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Transexuais (GLBT) no âmbito das políticas governamentais e da sociedade civil, com base na elaboração do Programa “Brasil sem Homofobia”, coordenado pela SEDH. Assim, em agosto de 2005, participou das atividades do dia nacional da visibilidade Lésbica em parceria com a SPM e SEDH. Logo após, em

⁷²Aproveitando o formato desse trabalho, o grupo também participou da reunião de avaliação e revisão do texto do Plano Nacional da Juventude, proposto em 2003, durante a 1ª Conferência Nacional da Juventude. O documento final foi incorporado ao Projeto de Lei 4530 da Câmara dos Deputados articuladora dessa mobilização juvenil.

novembro de 2005, apoiou o XII Encontro Nacional Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBGLT), em Brasília, nesse caso enfocando diretamente o processo político de organização de afrodescendentes. Apoiou ainda diversas iniciativas da sociedade civil em 2006: o Seminário Nacional de Mulheres Lésbicas/Senale, realizado em maio, em Recife, e o Seminário Nacional de Lésbicas Afrodescendentes, em julho, em São Paulo. E também o Encontro Nacional LGBT-Afrodescendente, em dezembro, no Rio de Janeiro.

Em setembro de 2006, a ministra da Seppir reuniu-se, em São Paulo, com 17 líderes da Rede Afro GLBT, integrada por militantes afrodescendentes de organizações de vários estados brasileiros. O objetivo do encontro foi elaborar uma pauta de trabalho que fortaleça o combate à discriminação e a construção de políticas públicas para atender as necessidades específicas desse segmento, particularmente nas áreas de saúde, educação e segurança, apontadas como as mais urgentes, com destaque para afrodescendentes e sua relação com o movimento negro. A agenda estabelecida com o grupo inclui uma reunião de avaliação e apontamento de perspectivas da política de saúde e dos acordos internacionais. Por fim, foram indicados como elementos de garantia do combate à homofobia:

- apoio a estudos e pesquisa sobre a discriminação múltipla ocasionada pelo racismo, homofobia e preconceito de gênero;
- criação de instrumentos para diagnosticar e avaliar as múltiplas formas de discriminação combinadas com o racismo, homofobia, preconceito de gênero e de classe;
- monitoramento dos Acordos, Convenções e Protocolos Internacionais de eliminação da discriminação racial, garantindo o recorte de orientação sexual e identidade de gênero;
- estímulo à implementação de ações no âmbito da administração pública federal e da sociedade civil de combate à homofobia que inclua o recorte de raça, etnia, gênero e classe social;
- apoio à elaboração de uma agenda comum entre o movimento negro e movimento GLBT e a realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre a temática do racismo e da homofobia;

Esses indicativos de ação têm como principal objetivo a viabilização da presença dos Afros GLBT nos espaços de formulação das ações das políticas de igualdade racial.

Apoio a campanhas pela igualdade racial.

Ação Afirmativa, Atitude Positiva. O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), entidade do movimento negro brasileiro com sede no Rio de Janeiro, em parceria com várias outras organizações da sociedade civil, realiza, com o apoio da Seppir, a campanha “Ação Afirmativa – Atitude Positiva”, lançada em 17 de novembro de 2003 para defender e valorizar as iniciativas já existentes no campo das ações afirmativas em empresas.

A campanha ofereceu às empresas públicas e privadas o Selo Camélia como marca de qualidade e eficácia que faz alusão às “Camélias da Liberdade”, símbolo de ação anti-discriminação no período abolicionista. Entre as atividades realizadas, é promovida uma premiação a cada ano que divulga experiências exitosas, assim como homenagens a personalidades de destaque. Entre 2003 e 2006, foram premiadas oito experiências com o apoio da Seppir e SEDH, destacando-se o setor de religiosidade de matriz africana, quilombos, universidades e Ministério Público do Trabalho.

Fim da Violência contra as Mulheres. A “Campanha dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” é uma iniciativa internacional do Centro para a Liderança Global das Mulheres (Center for Women’s Global Leadership), liderada no Brasil pela Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende), com o apoio do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem Brasil); da Bancada Feminina no Congresso Nacional; do Unifem; e do governo brasileiro (Seppir e SPM).

Desde 2003, com reedição a cada ano e o slogan “Uma Vida Sem Violência é um Direito das Mulheres”, essa campanha aglutina amplos setores sociais e provoca uma extensa agenda de debates na perspectiva da igualdade de gênero e raça/etnia. Na edição 2006, foram elaborados boletim eletrônico, spots para rádio, vt’s para televisão, exposição fotográfica, camisetas, cartazes e folder. E ainda promovida uma teleconferência sobre as atividades e a Lei Maria da Penha, de nº 11.340/06, sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Foi também publicada uma cartilha sobre trabalho doméstico, a ser lançada em 2007.

Lea Gomes



Esporte sem racismo. Em 2006 foi instaurada uma Comissão Especial por meio de portaria publicada no DOU em 9 de fevereiro de 2006 para acompanhar casos de discriminação racial ocorridos no futebol brasileiro, tendo em vista a modificação das normas disciplinares, a considerar a intensificação do racismo no futebol brasileiro e a repercussão internacional.

Os casos de discriminação racial que desencadearam a formação da referida comissão ocorreram em São Paulo e vitimaram o árbitro do Clube dos Oficiais da Polícia Militar (PM), em 2004, e em 2005 o jogador são-paulino Grafite. Esse histórico e os casos recentes de racismo e discriminação racial desencadearam ações por parte de governos, instituições públicas e privadas e da sociedade civil. Em decorrência dessa ação, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) modificou estatuto interno e alterou punições disciplinares a clubes, dirigentes e jogadores.

Como continuidade ao trabalho de inclusão social com eixo nos esportes, em 2006 iniciaram-se diálogos voltados à preparação dos XV Jogos Pan-Americanos e dos III Jogos Parapan-Americanos que serão realizados em 2007 no Rio de Janeiro. Para esse evento, estão

Jaciara Aires



previstas ações que valorizem a participação dos grupos discriminados de maneira racial e étnica: no esporte e nas atividades sociais e culturais. Planeja-se, em parceria com outras entidades, a Campanha Internacional “Esporte Sem Racismo”, a ser lançada em 2007 com o objetivo de dar visibilidade à ação de governos, da sociedade civil e de personalidades no que diz respeito à contribuição para a superação do racismo nos esportes e fortalecimento de agenda democrática e de solidariedade, no Brasil e no mundo.

Projetos de valorização da cultura negra

Projeto Identidade e Resistência. Em 2004 a Seppir apoiou Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro) no desenvolvimento do “Projeto Identidade e Resistência – 90 anos de Arte de Abdias do Nascimento”, a partir de uma exposição com o objetivo de divulgar informações e registros que elucidem a história da participação da população negra na construção do Brasil.

Outras atividades se sucederam: em julho de 2004, em São Paulo, a apresentação desse projeto no Fórum Cultural Mundial; em novembro de 2004, no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, a Mostra “Abdias do Nascimento – Memória Viva”, com a presença de pesquisadores e acadêmicos brasileiros e estrangeiros. Para manter o caráter itinerante da exposição, a Secretaria apoiou sua instalação, em parceria com a FCP, na Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal e na Petrobras, em maio e junho de 2006, respectivamente em Brasília e Salvador.

Capoeira como estratégia de inclusão. Desde 2003, foram iniciados trabalhos com entidades capoeiristas tendo como a principal interlocutora a Confederação Brasileira de Capoeira (CBC). Dessa forma, a Seppir participou de várias ações com o objetivo de fortalecer a capoeira em sua multiplicidade como instrumento de inclusão social e racial, a considerar sua abrangência esportiva, cultural, social e política. Destacam-se o 7º Fórum Nacional de Capoeira e a preparação do 9º Fórum Nacional que ocorrerá no início de 2007. Essas atividades impulsionaram os diálogos com o parlamento, governos e entidades da sociedade civil.

Nesse sentido, foi articulado o Projeto “Ginga Brasil”, a ser lançado no início de 2007 em parceria com diversos órgãos de governo e entidades sociais nos estados e municípios brasileiros. O intuito é contribuir para que crianças e jovens quilombolas e das periferias dos grandes centros possam ter em seu local de moradia acesso à cultura e expressão corporal propiciando melhor qualidade de vida e sociabilidade.

Museu Afro-Brasil. Esse museu, idealizado e estruturado pelo artista plástico Emanuel Araújo por meio da doação de seu acervo e inaugurado pela Prefeitura de São Paulo em novembro de 2003, contou com o apoio da Seppir e da Petrobras. Na seqüência, em 2005, foi firmado um convênio entre a Seppir e o Instituto de Política Florestan Fernandes com o objetivo de editar livros e roteiros sobre o acervo, como uma forma de tornar conhecido este equipamento muito significativo para a cultura negra em âmbito nacional e internacional. Em 2006, foi lançado o catálogo do acervo permanente na oportunidade de comemoração de dois anos da instituição.

O Museu, apoiado pela Associação Museu Afro Brasil, mantém uma equipe interdisciplinar de consultores, especialistas em musicologia, história, antropologia, artes e educação e equipes operacionais e administrativas, que dão suporte ao trabalho realizado. O Museu pode ser acessado por todos. Tem entrada gratuita, tratamento didático nos seus conteúdos e o acolhimento é parte da estrutura didática, concebido no âmbito das políticas públicas, com financiamento público e privado.

TV da Gente. De maneira inédita, várias personalidades e instituições nacionais e internacionais envolveram-se com a primeira emissora dirigida por negros - a TV da Gente, sediada em São Paulo, lançada em 20 de novembro de 2005 por iniciativa do cantor e apresentador Netinho de Paula. A programação leva em conta a participação dos negros e a diversidade racial brasileira. Em apoio a essa iniciativa, a Seppir participou de atividades de captação de recursos junto a essa emissora e, em novembro de 2006, do lançamento da filial em Salvador.

Fórum Amazônia Negra. O Fórum “Amazônia Negra”, organizado pela sociedade civil do Norte do país, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas comuns dos movimentos de negros e negras da Amazônia voltadas às comunidades urbanas e rurais. Considera-se a necessidade de instrumentalizar as organizações urbanas e rurais quilombolas para a produção de proposições e reivindicações junto a municípios, ao estado e à União. E também de sistematizar diagnóstico inicial a respeito da realidade da população negra e sua organização político-social na região amazônica.

Nesse sentido, a Secretaria participou do Encontro “Fórum da Amazônia Negra”, realizado no período de 24 a 26 de março de 2006, que instituiu o Grupo de Trabalho da Amazônia para dar andamento às propostas de estruturação das ações. Posteriormente, no final do ano, foi realizada uma reunião entre a ministra da Seppir e o coordenador desse trabalho para ajustes de agenda e aprofundamento da parceria a ser intensificada em 2007.

Movimento Afro Pop Brasileiro. A cantora Margareth Menezes coordena o “Movimento Afro Pop Brasileiro”, formado por seis grupos (Ilê Aiyê, Olodum, Muzenza, Filhos de Gandhi, Male Debalê e Cortejo Afro). O Afropop, como movimento da integração, tem conteúdo artístico e cultural que objetiva reunir as diversas manifestações artísticas afro-brasileiras nas suas diferentes linguagens para o fortalecimento das entidades sócio-culturais. Esse fórum visa proporcionar integração entre as instituições para ampliar os processos de trabalho. Dessa maneira, a Seppir apoiou, em novembro de 2006, o show “O Encontro”, o que indica a continuidade em 2007, integrando-se também às ações do carnaval.

Gestão corporativa e ação cultural. Junto à Central Única de Favelas (Cufa)⁷³ tem-se realizado um trabalho com base na inclusão social e diversidade. Por meio do Instituto Treinar, a Seppir apoiou o desenvolvimento de quatro cursos para entidades da rede Cufa, voltados à capacitação de quadros dirigentes e ao apoio institucional para gestão corporativa de parcerias comunitárias. Apoiou também o trabalho com o movimento hip-hop na 6ª (2005) e 7ª (2006) edições do Prêmio Hutuz realizado no Rio de Janeiro. O Festival é o maior evento de Hip-Hop da América Latina e reúne atividades culturais e políticas diversas. Com isso busca consolidar o hip-hop como uma cultura amplamente rica. Considera-se importante a mudança do conceito de subcultura desse gênero ganhando cada vez mais espaços sólidos no mercado cultural, esportivo, literário, fonográfico, cinematográfico, de artes plásticas e moda, entre outros.

⁷³ A Cufa é uma organização não governamental que busca o desenvolvimento social, econômico e humano das favelas e utiliza da cultura hip hop e outras expressões culturais para atingir as camadas não privilegiadas. Conscientizando-as e contribuindo para a sua auto-estima por meio de ações sócio-integradoras ligadas à área de cultura, do esporte, da cidadania, inclusão digital, educação e lazer, entre outras, busca cidadania e o desenvolvimento comunitário das crianças, jovens e adultos.

Formação e visibilidade aos artistas negros. O Centro de Identificação e Documentação do Artista Negro (Cidan) tem 21 anos de existência e busca a promoção e inserção dos artistas negros no mercado de trabalho por meio da manutenção de cadastro e mediação de indicações às emissoras de tevê. Promove a iniciação nas artes dramáticas por meio de oficinas com jovens das comunidades. Em 2006, com o apoio da Seppir, foram iniciadas três ações: o projeto – “Preservação da Memória” com a elaboração de uma publicação comemorativa com depoimentos de personalidades; a reformulação do site que agrega informações ao cadastro dos artistas; e o desenvolvimento do curso “A arte de representar dignidade”, com 25 jovens de baixa renda, de 15 a 21 anos, na Comunidade Cruzada São Sebastião. Com isso pretende-se fortalecer a visibilidade do setor no campo midiático e político.

Promoção de cidadania e auto estima. O Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial (Inspir), com o apoio da Seppir, realizou o “Programa Social Pé no Futuro”, que busca viabilizar ações de promoção da cidadania e elevação da auto-estima de jovens a partir de 15 anos por meio de cursos voltados à cidadania, formação profissional e iniciação musical. As atividades voltaram-se a 200 jovens do jardim Alba na periferia de São Paulo.

Documentação, Estudos e Pesquisa. O Centro Soweto de Documentação, Estudos e Pesquisas em Relações Raciais, com o apoio da Seppir, desenvolveu programa com jovens em estado de vulnerabilidade social a partir dos 16 anos. Esse programa possibilitou realizar estudos em relações raciais para a estruturação e profissionalização de atividades de pesquisa, gestão de bibliotecas comunitárias e informática.

Olhares Cruzados. O “Projeto Olhares Cruzados” conta com apoio do Ministério das Relações Exteriores e da Seppir. Realizado pela produtora “Imagem da Vida”, edita livros e organiza exposições fotográficas que partem do estímulo ao conhecimento mútuo entre a África e o Brasil por meio de intercâmbio fotográfico e atividades artísticas entre crianças em fase escolar. Entre 2005 e 2006 foram desenvolvidas quatro experiências: Brasil-Angola; Brasil-Moçambique; Brasil-Haiti; e Brasil-Senegal. Os livros e exposições foram divulgados no Brasil e nos demais países envolvidos.

Clubes e Sociedades Negras. No período de 24 a 26 de novembro, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras, em Santa Maria (RS), que gerou uma pauta para o poder público com propostas referentes à revitalização e reconhecimento dos clubes e sociedades negras como espaços de resistência da cultura afro-brasileira desde o século XIX, quando se formaram para luta da liberdade ou alternativa de sociabilidade negra. A proposta surgiu na preparação da 1ª Conapir com a prefeitura de Santa Maria e a Seppir como parceiras. A partir dessas referências e dos debates realizados nesse 1º Encontro, foi elaborada a Carta de Santa Maria, que contou com 53 clubes do Rio Grande do Sul e 14 clubes de outros estados (Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro), com mais de 300 participantes. Desse documento, destacam-se os seguintes pontos:

- Reconhecimento dos clubes como patrimônio histórico cultural do Brasil com encaminhamento para o Iphan e Fundação Cultural Palmares, conforme os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.
- Criação de edital específico para mapeamento do patrimônio material e imaterial dos clubes negros em âmbito nacional dentro do Programa Nacional do Mapeamento do Patrimônio Imaterial/Iphan.
- Criação de edital específico para clubes e sociedades negras dentro do Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura/MinC.

- Revitalização dos espaços físicos dos clubes e sociedades negras.
- Elaboração do Cadastro Nacional dos Clubes Negros por intermédio do Iphan.

As propostas apresentadas no documento citado têm como objetivo incluir as necessidades dos clubes negros na agenda do poder público local e nacional.

Samba, carnaval e organização social

Samba como Patrimônio da Humanidade. Como iniciativa do Ministério da Cultura, o samba foi consagrado obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade. Dessa maneira, foi desenvolvido o Projeto "Samba - Patrimônio da Humanidade", lançado na cidade do Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 2004, em comemoração ao Dia Nacional do Samba (2 de dezembro). O projeto teve como objetivo o fomento à pesquisa e a divulgação do mundo do samba a partir de sua produção cultural de raiz. Os parceiros foram: Seppir, MinC, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), FCP e o Centro Cultural Cartola, com o apoio da cantora e compositora Leci Brandão, conselheira do CNPIR, e da historiadora Helena Theodoro. Em 2005, para concretizar a parceria, realizou-se a exposição "Simplesmente Cartola" na quadra da escola de samba Mangueira, no Rio de Janeiro, e foi iniciado um inventário sobre o samba carioca com dados colhidos junto às velhas guardas das tradicionais escolas de samba Mangueira, Portela, Império Serrano e Vila Isabel.

O inventário, finalizado em 2006, levou em consideração estudos sobre as relações entre cultura popular e construção da identidade nacional, com o intuito de resgatar o processo histórico, sua criação e os personagens que fizeram do samba uma forma de resistência. A perspectiva foi nacionalizar o projeto ao estender o inventário para outros estados e reafirmar o samba como patrimônio da humanidade.

Os resultados da pesquisa desenvolvida pelo Centro Cultural Cartola foram divulgados no dia 1º de dezembro de 2006, no Rio de Janeiro, onde se realizou a montagem da exposição Samba Patrimônio Cultural do Brasil, com fotos de Carnaval do Rio, instrumentos e fantasias de seis escolas de samba cariocas. Na solenidade, o Centro Cultural Cartola entregou pedido oficial de registro das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, cujo processo será analisado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan.

Também foram realizadas pesquisas sobre a comunidade do samba de São Paulo e sobre o samba rural paulista, para que este também componha o patrimônio cultural imaterial do país.

Igualdade Racial no Carnaval. O Carnaval, como foco de expressão e organização da população negra e da cultura brasileira, conecta-se com a ação popular e a ancestralidade.

Em 2004, a Seppir participou de atividades preparatórias ao Carnaval em três cidades: em São Paulo – Festa de Aniversário de 74 anos da Vai-Vai; Ensaio na Quadra da Nenê da Vila Matilde; e na Quadra da Camisa Verde. No Rio de Janeiro - ensaios da Vila Isabel, Mangueira e Salgueiro. Em Salvador - Festa do Ilê-Aiyê e ensaio do Male Debalê. Ainda durante o Carnaval integrou-se à Abertura Oficial de Olinda e a uma atividade em Recife.

A partir de então, a Seppir iniciou em Salvador (BA) o trabalho junto ao Ilê Aiyê⁷⁴. No primeiro momento, participou das atividades culturais e depois das atividades carnavalescas, como escolha

⁷⁴O ILÊ AIYÊ, fundado em 1974, é o primeiro bloco afro da Bahia que com sua musicalidade reafirma no carnaval baiano a tradição africana e a identificação entre todos "os negros que se querem negros" em qualquer parte do mundo ressaltando sempre o caráter comum da origem ancestral.



da rainha negra e desfiles de carnaval. Em 2006, a ministra da Seppir, o presidente Lula e outras personalidades foram homenageados, a partir do destaque da música carnavalesca “O Negro e o Poder” – de Nethio Benguela (Hino do Movimento Negro Unificado). Junto ao Olodum⁷⁵, também participou de várias atividades culturais e políticas, entre elas o Festival de Música e Artes Olodum quando a ministra da Seppir recebeu o Troféu UJAAMA (2005). E também dos desfiles no Carnaval em 2005 e 2006 no Trio Elétrico Olodum, cuja motivação foi a cultura africana.

Também em Salvador, a Secretaria acompanha desde 2005 a preparação do projeto do “Observatório da Discriminação Racial no Carnaval”, instalado em 2006, sob coordenação da Secretaria Municipal de Reparações (Semur)/Prefeitura de Salvador com o objetivo de garantir a efetivação dos direitos dos cidadãos e cidadãs afrodescendentes com o atendimento às vítimas de discriminação; observação das condições de trabalho dos cordeiros, catadores de latinas e ambulantes; coibição ao trabalho infantil e a intolerância religiosa; e registro de denúncias de racismo. Essa experiência apontou a necessidade de um trabalho articulado entre as instâncias de governo e a sociedade civil, pois foram identificadas 128 ocorrências de discriminação e racismo que passaram a ser analisadas

⁷⁵O Olodum, que foi criado em 1979 como bloco carnavalesco, transformou-se, em 1984, no Grupo Cultural Olodum e passou a atuar dentro do movimento negro brasileiro para promover a valorização da auto-estima e despertar do orgulho da comunidade negra, divulgar as campanhas contra todas as formas de violência e a favor de políticas públicas para os afrodescendentes.

como parte do trabalho da igualdade racial. Esse projeto terá continuidade em 2007 com o objetivo de contribuir para o tratamento das políticas culturais na cidade e no estado.

Em 2005, a Seppir atuou com a Escola de Samba Rosas de Ouro, em São Paulo, ao participar de atividades preparatórias e do próprio carnaval. O samba enredo deu visibilidade ao “Ano Nacional da Igualdade Racial” e com isso foi formada a “Ala da Igualdade Racial”, no carnaval de 2006, que teve a presença de artistas, personalidades, parlamentares, intelectuais e militantes políticos.

No fim do segundo semestre de 2006, a Seppir acompanhou a organização de duas Escolas de Samba do Rio de Janeiro, iniciando a mobilização para o carnaval de 2007: a Unidos do Porto da Pedra, cujo enredo intitulado “Preto e Branco a Cores” resgatou a história do negro e a sua na relação com a África, em especial com a África do Sul e com a liderança de Nelson Mandela; e a Beija Flor, cujo enredo intitulado “África do berço real à Corte Brasileira” fez alusão à luta dos negros e às comunidades quilombolas. O processo marcou o início da construção de políticas com a produção cultural, artística e de geração de renda das escolas e aproximou a secretaria da Cidade do Samba, um espaço cultural e de organização social importante na cidade do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2006, em parceria com a União das Escolas de Samba de São Paulo (Uesp) e a Liga das Escolas de Samba, foi realizado no Museu Afro Brasil um seminário com as velhas guardas das mais tradicionais escolas de samba paulistanas e representantes dos movimentos de samba de raiz. O seminário teve como objetivo refletir sobre a organização social das Escolas de Samba no estado. Como perspectivas, foram indicadas propostas de continuidade com o intuito de aprofundar aspectos culturais e políticos desse trabalho tradicional, considerando a característica do estado e a contribuição para a cultura nacional.

Esse conjunto de atividades visa à consolidação das relações com escolas de samba e ao fortalecimento dos aspectos culturais e de organização social, vinculados à igualdade racial. Como desdobramento, devem-se buscar informações e relações de entidades locais relacionadas ao carnaval, considerando a coordenação do processo organizativo junto a áreas específicas da política pública, como educação; trabalho e geração de renda; cultura; criação de um prêmio de mérito cultural e político de expressões do samba em âmbito nacional, vinculado à promoção da igualdade racial; e o investimento em parcerias para apoio institucional a projetos sociais e de promoção da igualdade racial no mundo do samba.

Datas alusivas à igualdade racial

Considerando a agenda da igualdade racial, algumas datas são ícones para o encaminhamento dos projetos que fazem parte da missão da Seppir. Remetem a atos governamentais e/ou resposta à agenda do movimento social, em âmbito nacional, considerando a relação com os diversos agrupamentos da sociedade civil, em caráter local, nacional e internacional.

O 21 de março – Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial⁷⁶ é a data de aniversário da Secretaria, por isso concentra atividades de caráter nacional e internacional, sob a motivação de aprofundar debates e formulação de políticas. O 13 de maio – Dia da Abolição da Escravidão é considerado pelo movimento negro como o Dia Nacional de Reflexão sobre o Combate ao Racismo. E o 25 de julho é Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

⁷⁶ Data instituída pela ONU como forma de combater o racismo no mundo. Realiza-se em memória ao “Massacre de Shaperville” ocorrido em 1960, na África do Sul, quando uma manifestação pacífica contra as injustas leis do passe (documento obrigatório aos negros, com indicações de onde poderiam circular) foi duramente reprimida pela polícia com metralhadoras que abriram fogo contra a multidão. Isso ocasionou um massacre com o saldo de sessenta e nove pessoas mortas e centenas de feridos.



Quanto às comemorações do 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra), a data é considerada um momento de fortalecimento das práticas de governos e da sociedade civil no que diz respeito à igualdade racial. A proposta surgiu como parte da estratégia do movimento negro para consagrar o Dia Nacional da Consciência Negra. Foi realçado o líder Zumbi, que se notabilizou na luta em defesa do Quilombo dos Palmares e, segundo registros de pesquisadores, foi assassinado em 20 de novembro de 1695. A marca de sua atuação foi a resistência à escravidão, a busca da garantia da liberdade e a organização baseada na dignidade humana.

Nos anos 70, o Grupo Palmares, entidade do movimento negro de Porto Alegre/RS, lançou a proposta do dia 20 de novembro como data nacional de luta negra. Com o andamento dos debates houve resistência dos poderes públicos que insistiam na reafirmação do 13 de maio como principal data nacional. No entanto, à medida que cresciam as atividades populares, os governos aos poucos reconheceram a importância das proposições do movimento negro. O que era um sonho, uma demanda, efetivou-se na agenda nacional oficial, como parte da vida brasileira.

Nesse sentido, nas comemorações do 20 de novembro, a Seppir combina sua agenda própria com a dos movimentos sociais. Em 2003, a atividade ocorreu em Alagoas, no Quilombo de Palmares com o lançamento da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; em 2004, a Secretaria apoiou o lançamento do “Instituto Casa da Gente”⁷⁷, em Carapicuíba/SP, coordenado pelo cantor e apresentador Netinho de Paula. Na ocasião, foi oferecido apoio também à primeira apresentação pública do Filme “As Filhas do Vento”, do cineasta Joelzito Araújo. A Seppir participou do projeto coordenado pela Companhia “Black e Preto” com o apoio da Petrobrás e da Rede Globo, em comemoração ao 20 de novembro, nos Arcos da Lapa (RJ). O primeiro show contou com diversas atrações⁷⁸, entre elas Leci Brandão e Cidade Negra; em 2005, participou Jorge Ben Jor. Entre 2004 e 2006, a Seppir foi representada em atividades realizadas pela Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural e a Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Afrobras), que realiza, no Dia Nacional da Consciência Negra, em São Paulo, a entrega do Troféu Raça Negra para homenagear pessoas em diversas áreas que têm destaque em ações educacionais e de inclusão do negro na sociedade, conforme registrado nas edições da revista *Afirma*⁷⁹.



Cleber Medeiros

⁷⁷Posteriormente este projeto passou a ser apoiado pela Seppir, pelo Ministério dos Esportes e Ministério da Cultura.

⁷⁸Nessa oportunidade foi lançada a “Campanha da Diversidade” (pág. 96 e 97).

⁷⁹A revista “Afirma Plural” é uma publicação da Afrobras e da Universidade Zumbi dos Palmares – Centro de Documentação.

Com referência a essa data, foram realizadas, em 2005, duas versões da Marcha Zumbi + 10: Pela Vida e a Cidadania, em Brasília, nos dias 16 e 22 de novembro, que reeditaram a marcha com o mesmo nome ocorrida em 1995. Essas mobilizações da sociedade civil tiveram o intuito de apresentar ao governo federal reflexões, críticas e proposições sobre a implementação da política de promoção da igualdade racial. A Seppir articulou, junto à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao gabinete da Presidência da República, a recepção das coordenações das marchas em duas audiências com o presidente Lula. O momento sinalizou a disposição do governo brasileiro para atuar conjuntamente com a sociedade civil, particularmente o movimento negro, além de assimilar elementos de avaliação das medidas executadas.

Junto ao Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), a Secretaria participou, em novembro de 2005, de seminário alusivo à consciência negra, que contou com diversos setores do movimento social. Nessa oportunidade, a ministra da Seppir recebeu menção honrosa pela luta em prol da igualdade racial.

Em 2006, o governo federal realizou, sob coordenação da Seppir, o projeto “Dia Nacional de Consciência Negra – 35 anos”. Foram desenvolvidas atividades em todo o território nacional, com a participação direta ou indireta do governo. Assim, o calendário coordenado e monitorado pela Seppir⁸⁰ contou com 16 atividades nacionais e 6 internacionais, considerando várias parcerias com governos locais⁸¹, movimento social anti-racismo com destaque para organizações negras⁸², do GT Gênero e Raça das Nações Unidas (ONU) no Brasil e demais instituições públicas e privadas.

De maneira geral, várias atividades constam em outras partes desse relatório. Aqui serão destacadas: a Mostra e Debates sobre Política de Igualdade Racial, incluindo como atividade cultural o “Showpoema com Elisa Lucinda”, realizada no período de 17 a 20 de novembro, em Brasília; e a publicação da revista *Consciência Negra - 35 anos*, distribuída amplamente em território nacional. Também foram organizados pelo movimento social e demais instituições, com a contribuição da Seppir, o “Seminário Inserção e Realidade”, que integrou o I Festival de Música, Dança e Cultura Afro-Brasileiras no Rio de Janeiro, de 21 e 22 de novembro; o XI Encontro de Jongueiros, em 11 e 12 de novembro, na cidade de Valença (RJ) no Quilombo São José, tendo como organizadores a Associação do Quilombo São José com o apoio da Associação Brasil Mestiço. Foram ainda realizadas pelos Fóruns do Movimento Negro, no dia 20 de novembro, significativas marchas, com cunho social e político, uma em São Paulo, com cerca de 12 mil participantes; e três em Salvador, com cerca de 100 mil participantes.

Ressalta-se que pela primeira vez houve um pronunciamento da ministra da Seppir em Rede Nacional, o que demonstra a importância das políticas de governo sobre a igualdade racial, da organização da sociedade civil contra o racismo e todas formas de intolerância e do “20 de novembro” como parte da agenda nacional.

⁸⁰Calendário de Eventos – revista Consciência Negra 35 anos, pág. 47.

⁸¹Representantes do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), titulares e suplentes: Região Norte; Região Nordeste; Região Centro Oeste; Região Sudeste; Região Sul.

⁸²Representantes da sociedade civil: Região Norte – Zélia Amador de Deus; Região Nordeste – Raimundo Bujão e Vanda Menezes; Região Centro-Oeste - Carlos Porto e Marcelo Gentil; Região Sudeste – Marcos Cardoso; Região Sul - Oliveira Silveira; representante dos jovens – alunos cotistas da UNB: Jose Higino O. Souza (curso de serviço social) e Tanimara Santos (antropologia); representante dos GLBT – Márcia Cabral.

3 – INTERCÂMBIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O governo brasileiro tem mantido relações políticas, econômicas, comerciais e culturais com países em todos os continentes do mundo em busca de fortalecer laços de amizade e solidariedade. Assim, a política externa brasileira está centrada em três importantes princípios: o equilíbrio diplomático, por meio do respeito às singularidades dos países e continentes; a valorização das relações efetivas entre os países; e o fortalecimento do papel internacional do Brasil.

O presidente Lula, por entender a importância da conexão do Brasil com o mundo, anuncia desde a sua posse: “A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social (...). O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina (...).

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo (...). Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visando não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade de vida internacional contemporânea”⁸³.

⁸³ Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003.



Cleber Medeiros

Esse anúncio, de certa maneira, dialoga com as formulações sobre a democracia e justiça social na oportunidade da Conferência de Durban feitas pelo então secretário-geral da ONU, Kofi Annan: “Em todo o mundo, minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, afetadas pelo desemprego e menos escolarizadas do que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, conseqüentemente, menor expectativa de vida. Essas e outras formas de injustiça racial são a cruel realidade do nosso tempo, mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro”. Essa proposição reforça a premissa de que governos e sociedades não podem se dar por satisfeitos com o simples combate às causas econômicas das múltiplas formas de desigualdade, é importante e necessário o desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas para erradicar toda forma de discriminação e intolerância à população negra e indígena.



São muitas as contradições no cenário mundial. De um lado, conquistas de direitos e cidadania; de outro, a ampliação da pobreza, crises políticas e econômicas. Nesse sentido, a política internacional tem sido intensificada e motivada por mudanças que priorizam a continuidade das parcerias já estabelecidas com países desenvolvidos, bem como pelo investimento em novos laços com os países em desenvolvimento, com a ênfase nas relações Sul-Sul. Parte-se do entendimento de que é necessário um esforço coletivo para a construção da democracia e justiça para ampliar a cultura de paz no mundo.

Como exemplo, citamos a priorização da área social como podemos destacar na participação do Presidente Lula em duas ações emblemáticas: a 59ª Assembléia Geral da ONU, em 21 de setembro de 2004; e também a “Chamada Global para a Ação contra a Pobreza”, em 2005, no V Fórum Social Mundial (FSM). Nesses eventos, foi enfatizada a necessidade de estabelecer ações coletivas com o intuito de fortalecer a democracia como forma de garantir o desenvolvimento e combater a fome e a pobreza no Brasil e no mundo.

A partir da implementação de medidas que possibilitam mudanças históricas e estruturais no contexto nacional e internacional, é estratégica para a Seppir a aproximação com África, América e Caribe. As ações em curso buscam: aprofundar a inserção de políticas de igualdade racial nas áreas sociais, políticas e econômicas; ampliar o debate sobre o impacto das políticas macro-econômicas e da globalização nas condições de vida das populações discriminadas e as estratégias para combatê-las; promover a cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados voltados à implementação de políticas de promoção da igualdade racial e combate a todas as formas de discriminação; e monitorar a aplicação dos acordos e convenções assinados pelo governo federal relativos à promoção da igualdade racial, combate ao racismo e à discriminação junto aos organismos internacionais.

Do ponto de vista internacional, a principal meta é o fortalecimento da agenda política vinculada à Convenção Internacional contra Todas as Formas de Discriminação Racial⁸⁴ e a concretização das resoluções da Conferência de Durban (pág. 15 e 16), a qual apresentou desdobramentos para governos e a sociedade civil.

3.1 – Inserção na Carreira Diplomática

Um exemplo da ação do governo brasileiro após a Conferência de Durban foi a criação do Programa “Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”, em 2002, sob coordenação do Instituto Rio Branco (IRBr/MRE). Esse programa tem por objetivo propiciar maior igualdade de oportunidades e diversidade étnica na preparação ao Concurso do IRBr para a formação de diplomatas brasileiros por meio de apoio a candidatos afrodescendentes, a considerar a futura atuação desses diplomatas no Brasil e em outros países.

Esse programa sofreu adaptações em 2003, ao ser assumido também por outros órgãos de governo, a considerar sua transversalidade, a saber: MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁸⁵, SEDH, MinC/FCP, MEC, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), MTE, SPM e Seppir.

A Bolsa-Prêmio tem o valor de R\$ 25.000,00 e deve ser utilizada no pagamento de cursos ou professores com o intuito de preparar os bolsistas para o primeiro Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata que for realizado após o curso. Vale lembrar que, nos casos de aprovação na seleção, o primeiro nível da carreira é a 3ª Secretaria.

Até 2005, os resultados do programa foram os seguintes: quatro contemplados com bolsa lograram aprovação no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. Desses, dois já se encontram lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e dois cursam o Instituto Rio Branco.

⁸⁴ Adotada e aberta à assinatura e ratificação pela Resolução 2.106-A (XX), da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

⁸⁵ O CNPq é o agente operador das bolsas, a partir do Termo Simplificado de Convênio de acordo com a IN/STN 01/97, envolvendo o conjunto de parceiros, sob coordenação do IRBr.

3.2 – Debates e Formulação de Políticas

Seminário - “América do Sul, África e Brasil. Em Brasília, no período de 22 a 24 de março de 2004, foi realizado o Seminário: “América do Sul, África e Brasil - Acordos e Compromissos para a Promoção da Igualdade Racial e Combate a Todas as Formas de Discriminação”. Esse evento foi organizado pela Seppir e pelo MRE, com o apoio de diversos órgãos de governo e parceiros externos⁸⁶, teve como objetivo contribuir para maior inserção das ações de igualdade racial junto às políticas públicas, relacionando-a às estratégias de relações internacionais do governo brasileiro com especial atenção para o Mercosul ampliado e países africanos. Os participantes foram autoridades, diplomatas, gestores, técnicos e militantes de diversos países do continente africano (Angola, África do Sul, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe), da região da América do Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador) e do Brasil. Foram debatidos temas comuns aos países e regiões, com a aprovação final da “Carta de Brasília”⁸⁷ que aponta como perspectiva a continuidade da relação entre os países, partindo-se da necessidade do estabelecimento de formas de monitoramento das legislações e normatizações nacionais e das políticas públicas no campo da igualdade racial.

Seminário - “Metas de Desenvolvimento do Milênio: Saúde com enfoque étnico-racial”. Esse seminário foi realizado em Brasília, de 1 a 3 de dezembro de 2004, sob responsabilidade do Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (EACDH) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) com o apoio da Seppir, do MRE e do MS. O evento proporcionou intercâmbios, aprofundamentos temáticos e encontros entre autoridades governamentais e representantes de diversas instituições internacionais com as brasileiras. Como resultado, foi inserido o documento síntese do evento na agenda de debates da Comissão Permanente de Saúde do Parlamento Latino-americano (Parlatino) com o monitoramento da Seppir e da Organização Pan-americana de Saúde (Opas).

Seminário: “Promovendo a Igualdade Racial: Um Diálogo sobre Políticas”. Esse seminário foi realizado em abril de 2005, pela Seppir, teve a colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (Department for International Development/DFID) e do Pnud, por intermédio do Centro Internacional de Pobreza (IPC). O objetivo da atividade foi contribuir para ampliar e aprofundar o diálogo sobre as causas e as soluções para as iniquidades sociais e econômicas no Brasil e na América Latina e fortalecer a capacidade de intervenção das agências governamentais por meio de ações afirmativas para a inclusão dos descendentes de africanos e de outros grupos étnicos discriminados. Foram realizadas exposições das experiências de países que já possuem longa trajetória de ações afirmativas e outras políticas para a promoção da igualdade (EUA, Reino Unido, África do Sul, Canadá, Namíbia, Brasil, Suíça, Colômbia, Peru, Itália, Argentina, Honduras, Uruguai).

⁸⁶ Ministérios: do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; da Saúde; do Trabalho e Emprego; da Cultura, das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Fundação Cultural Palmares. Apoiaram: Unesco; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (Dfid) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (Unifem).

⁸⁷ São signatários da Carta de Brasília os seguintes países: Angola, Argentina, Brasil, Bolívia, Moçambique, Paraguai e São Tomé e Príncipe. Durante a Cúpula da CPLP, foram acrescentados: Guiné Bissau, Portugal, Timor Leste e Cabo Verde.



Fórum Social Mundial. Desde o início da sua realização, em 2001, o Fórum Social Mundial (FSM) é um espaço de integração dos movimentos sociais que contribui para o fortalecimento da democracia e dos direitos sociais, econômicos e políticos. Representa um avanço na legitimação da agendas políticas que se interligam em torno de propostas alternativas ao modelo que hoje se materializa mundialmente. Portanto, o FSM tem sido um laboratório permanente para as

reflexões sobre as transformações e um ponto de encontro entre diversos países e culturas, o que garante a multiplicidade de representação: intelectuais, autoridades públicas, lideranças políticas, ativistas de movimentos sociais.

Após 2003, o governo brasileiro, posicionou-se como parceiro dessa iniciativa, colaborando na organização e nos debates. Desde 2004, a Seppir tem participado desses debates com enfoque nas desigualdades geográficas, sociais, raciais e étnicas. Para facilitar o diálogo, são elaborados boletins específicos: o “A baju Enu”, no V FSM, e o “Aísha”⁸⁸, no VII FSM (em fase de elaboração). Os conteúdos chamam atenção para a atuação do governo brasileiro no aprofundamento das articulações internacionais, da dimensão da participação popular e do fortalecimento dos dispositivos de superação da desigualdade racial no mundo.

Em 2005, em Porto Alegre, no V FSM, o presidente Lula esteve presente na “Chamada Global para a Ação contra a Pobreza”, que contou com a participação de autoridades de diversos países e militantes de todo o mundo. A ministra da Seppir participou de diversos eventos na agenda de igualdade racial, políticas de gênero e orientação sexual. O destaque foi para a divulgação do “Ano Nacional da Igualdade Racial” e do processo organizativo da “Conferência Regional das Américas”.

Já em 2006, quando a sexta edição do FSM adquiriu caráter policêntrico, o governo brasileiro foi representado em Mali (África) e na Venezuela (Américas). A ministra da Seppir participou como representante do governo brasileiro em Mali, de 19 a 23 de janeiro, no painel: “A luta das mulheres do Sul: ética e política e descolonização do pensamento”, no qual destacou a situação de vida das mulheres negras na América do Sul e Caribe e as políticas do governo brasileiro na área de igualdade racial e de gênero.

No final de 2006, iniciou-se o processo de organização para a VII edição do FSM, a realizar-se em janeiro de 2007, em Nairóbi, Quênia. Foram realizadas várias reuniões da Seppir com o comitê brasileiro e uma reunião com o Comitê Internacional, em Nairóbi.

Essa ação partiu do entrosamento com a Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável pela coordenação da participação do governo brasileiro. As principais atividades previstas para a participação da Seppir foram: o painel Memória de Lutas e Resistência Contemporânea e o seminário Relações África/Brasil.

É visível que a cada edição do FSM buscam-se caminhos para superar a exclusão social e racial, construindo formas de garantia do direito à igualdade e ao respeito à diferença e alimentando a máxima de que “um outro mundo é possível”.

Fórum Cultural Mundial. O Fórum Cultural Mundial (FCM) é uma plataforma e um processo global de observação, reflexão e discussão sobre a situação das artes e da cultura em um mundo em transformação que enfrenta novos desafios como a globalização, a proteção da diversidade cultural, a flexibilidade dos direitos de propriedade intelectual, a economia criativa, a importância das atividades artístico-culturais para os programas de desenvolvimento, entre outros temas emergentes. Mais de 50 entidades nacionais e internacionais são parceiras do FCM, com base em um movimento da sociedade civil que inclui organizações não governamentais e instituições internacionais de todos os níveis de organização e representação.

Em São Paulo, em junho de 2004, a Seppir participou das atividades organizativas e debates do I FCM, que contou com cerca de 15 mil pessoas, destacando-se 500 palestrantes, especialistas e convidados de 78 países dos cinco continentes. Mais especificamente realizou-se o “Encontro:

⁸⁸ A expressão “A baju Enu” significa a boca coletiva, e a expressão “Aísha” significa vida.



Abdias 90 anos, um brasileiro do mundo”, no qual várias personalidades fizeram depoimentos sobre a produção política, acadêmica e artística do homenageado. Esse evento propiciou o intercâmbio entre os participantes, sobretudo fortalecendo a relação Brasil-África.

Já em 2006, a Seppir participou do Comitê Diretor da segunda edição do FCM no Brasil, em dois períodos: Rio de Janeiro (24 a 29/11) e Salvador (29/11 a 04/12). O eixo geral do evento foi: “Tendências e diretrizes para ação cultural” e as palavras chaves – “Identidade, Diversidade e Desenvolvimento”. A principal atividade foi a Convenção Global, mas a programação comportou também uma “Feira de Idéias e Oportunidades” e uma ampla programação cultural e artística embasada na riqueza e diversidade da cultura contemporânea e tradicional do Brasil, da América Latina e da África.

A ministra da Seppir esteve no lançamento do FCM, em novembro, no Rio de Janeiro, e na solenidade com ministros de cultura e autoridades da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no dia 29 daquele mês. Em Salvador o FCM foi associado ao VII Mercado Cultural. A Seppir esteve representada na abertura, em 1º de dezembro, e apoiou diversas atividades: os workshops “O charme da subalternidade – O negro no Cinema Brasileiro Atual” e “Ideologia do Branqueamento como entrave estético para uma política de diversidade cultural”, cujo expositor foi o cineasta Joelzito Araújo; a palestra sobre a igualdade racial na área internacional, como processo preparatório da Quinta Bienal da União Nacional dos Estudantes (UNE); e o show-poema com a poeta e atriz Elisa Lucinda.

Intercâmbios cultural e artístico. De maneira inédita, a Seppir promoveu o Show “Brasil canta a América Negra”, com a revelação da versatilidade de sons e ritmos – samba, soul, jazz, reggae e rap nas vozes de ícones da música brasileira, como Leci Brandão, Zezé Motta, Marcão-DMN, Netinho de Paula, Sandra de Sá, Toni Garrido e participação especial da atriz e poeta Elisa Lucinda. Esse show, apoiado pela Petrobras, foi montado especialmente para dois eventos internacionais que ocorreram no Brasil em 2006 – a Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora e a Conferência Regional das Américas. O primeiro show, em Salvador, reuniu 10 mil pessoas, e o segundo, em Brasília, teve público de 600 pessoas.

Foi desenvolvido com o apoio do MRE o “Projeto Olhares Cruzados”, realizado pela produtora “Imagem da Vida” a partir da edição de livros e organização de exposições fotográficas. O projeto propicia intercâmbio fotográfico e artístico entre crianças em fase escolar, como estímulo ao conhecimento mútuo entre a África e o Brasil. Entre 2005 e 2006 foram realizadas quatro experiências: Brasil-Angola; Brasil-Moçambique; Brasil-Haiti; e Brasil-Senegal. Os livros e exposições foram divulgados no Brasil e demais países envolvidos.

Conferências internacionais

Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. A I Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (I Ciad) ocorreu em 2004, em Dakar, no Senegal, com o intuito de propiciar um ambiente de interação entre estudiosos e ativistas para uma reflexão sobre as implicações e os desafios decorrentes do processo da diáspora africana, com ênfase para a renovação do compromisso “Coalizão Global pela África”. A participação brasileira na I Ciad foi importante para o intercâmbio e conhecimento mútuo, motivando a parceria com a União Africana para a realização do evento posterior no Brasil.

A II Ciad⁸⁹ ocorreu em Salvador, na Bahia, no período de 12 a 14 de julho, tendo o ministro da Cultura, Gilberto Gil, como presidente de honra. A coordenação geral do evento esteve a cargo do MRE, com a colaboração do Seppir e do MinC, e a efetiva parceria com o governo do Senegal e a União Africana⁹⁰. Como colaboradora do processo, a Seppir buscou a Organização Internacional de Francofonia (OIF)⁹¹.

O objetivo da II Ciad foi aprofundar os temas de interesse da África e da diáspora, como relações de gênero, educação, identidade cultural, saúde, democracia, paz, desenvolvimento, idiomas, colonialismo, religiosidade, cooperação internacional, ações afirmativas e políticas de combate ao racismo, xenofobia e outras formas de discriminação. O evento contou com mais de mil representantes de diversos países, destacando-se a participação de representantes brasileiros e africanos de várias nacionalidades: intelectuais, ativistas políticos, artistas e gestores públicos.

Da abertura, realizada em 12 de julho, participaram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes de Botsuana, Festus Mogae; de Cabo Verde, Pedro Pires; da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema; de Gana, John Kufuor; e do Senegal, Abdoulaye Wade; a primeira-ministra da Jamaica, Portia Simpson Miller; o vice-presidente da Tanzânia, Ali Mohammed Shein; o presidente da Comissão da União Africana, Alpha Oumar Konaré, entre outras autoridades. Também estiveram presentes artistas nacionais e internacionais. Durante a cerimônia, o artista plástico e ativista político Abdias do Nascimento foi homenageado pelo presidente brasileiro com entrega das insígnias da Ordem de Rio Branco. Já o cantor e compositor americano Stevie Wonder, um dos conferencistas, enfatizou a necessidade de um pacto político entre a África e a diáspora pela paz, democracia e pelo desenvolvimento.

⁸⁹ Precedendo a II Ciad, no período de 6 a 10 de julho, foi realizado um ciclo de oficinas para estabelecer uma conexão entre a política de igualdade racial no Brasil, as relações com o continente africano e a diáspora. A agenda iniciou em São Paulo e prosseguiu para o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Salvador. Durante os encontros, ativistas e intelectuais apontaram suas contribuições para os debates da II Ciad, o que propiciou maior conhecimento sobre a temática e o processo organizativo na diáspora.

⁹⁰ A II Ciad contou, ainda, com o apoio político e logístico de várias instituições governamentais e não governamentais nacionais e internacionais.

⁹¹ A OIF é comprometida com a democratização das relações internacionais, a reconstrução do Haiti, e a constituição de uma rede entre os países de língua portuguesa, espanhola e francesa. Nesse sentido essa parceria, objetiva o estabelecimento de conhecimento mútuo e definições de interesses comuns de trabalho, tendo em vista o fortalecimento das políticas de promoção da igualdade racial e direitos humanos.

Durante o evento, a Seppir promoveu uma série de atividades, com prefeitos, parlamentares, juventude, pesquisadores e militantes⁹², visando a contribuir com a integração entre os participantes brasileiros e as delegações internacionais africanas e da diáspora, com o intuito de aprofundar o conhecimento político e cultural e, ainda, potencializar a participação destes na Conferência das Américas.

Encerrada a II Ciad, foi iniciado o Fórum de Diálogos: África e Diáspora, do qual participaram intelectuais e representantes da sociedade civil brasileira. A Universidade do Estado da Bahia centralizou as discussões sobre vertentes contemporâneas das literaturas africanas e da diáspora, perspectivas para juventude negra, políticas de ações afirmativas e seus reflexos nas áreas de educação e cultura. Já a Universidade Federal da Bahia catalisou discussões sobre mídia negra e novas tecnologias de comunicação, equidade de gênero, participação política e interlocução institucional e resistência negra.

Conferência das Américas. A “Conferência Regional das Américas Sobre os Avanços e Desafios para o Plano de Ação Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas” deu continuidade à Conferência de Santiago (2000), que foi preparatória à 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001, em Durban, África do Sul.

A Conferência das Américas foi realizada em Brasília, no período de 26 a 28 de julho de 2006, pelo governo brasileiro, tendo como responsável a Seppir⁹³. Foram parceiros o governo do Chile e representantes da sociedade civil no Comitê Internacional. Os apoiadores foram o Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU (EACDH); a Comissão Econômica para a América latina e o Caribe (Cepal); o DFID; e o Grupo de Trabalho Interagencial de Gênero e Raça da ONU (pág. 132 e 133).

A CRA teve como objetivo contribuir para o avanço das políticas de promoção da igualdade étnico racial nas américas, por meio da Avaliação do processo de implementação regional da Declaração e do Plano de Ação de Durban.

Antes mesmo de detalhar o desenvolvimento dessa Conferência, é importante destacar o processo preparatório que estruturou sua realização e considerar a oportunidade de representantes de governos e da sociedade civil das Américas retomarem o diálogo por meio de avaliações e balanços sobre as políticas públicas, proposições e troca de experiências, seis anos após a “Conferência de Santiago” e cinco após a “Conferência de Durban”.

Assim, em 2004, por indicação do movimento social da região, foram dados os primeiros passos para essa Conferência. Em 2005, iniciaram-se os contatos com o EACDH, com a Alta Comissária e posteriormente o coordenador da Unidade de Anti-Discriminação, e ainda com o Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe na ONU (Grulac) e representantes permanentes dos Estados Unidos e Canadá, a fim de intensificar o seu engajamento no evento.

⁹² Destacam-se várias atividades: a reunião com prefeitos, parlamentares e organizações não-governamentais, a partir de uma parceria com a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial da Câmara dos Deputados e a OIF Também em parceria com a Fundação Friedrich Ebert foi realizada a reunião “Juventudes Negras e a Conferência das Américas - Perspectivas para um Diálogo de Gerações”. A Seppir apoiou a reunião dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, que efetuaram um balanço da produção acadêmica com recorte racial e da atuação para formação de professores, tendo em vista a implementação da lei 10.639/03 e a aproximação com o continente africano.

⁹³ Grupo de Trabalho Interministerial do governo brasileiro: Seppir, ministérios da Cultura, Educação, Planejamento, Orçamento e Gestão, Relações Exteriores, Saúde, Secretaria Geral da Presidência, secretarias especiais de Direitos Humanos e de Políticas para Mulheres, Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional do Índio.

Realizaram-se em Montevideu duas Consultas Latino-Americana e Caribenha de Organismos Estatais e Multilaterais para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a primeira em novembro de 2004 e a segunda em junho de 2006. Os encontros promovidos pela Unidad Temática para el Desarrollo de los Afrodescendientes, organismo da Intendência Municipal de Montevideu, com o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores, a Junta Departamental de Montevideu e da Coordenadoria Nacional de Luta contra o Racismo e a Discriminação do Uruguai, destinaram-se a aprofundar a reflexão e proposição quanto às ações de governos na área e dialogar com a sociedade civil. Participaram dirigentes governamentais do Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Colômbia, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, México, Venezuela, Honduras, Cuba e Panamá. Assim, foi possível analisar experiências nacionais no campo da igualdade racial, intercambiar conhecimentos e discutir mecanismos de monitoramento dessas políticas.

Ocorreram, também, em 2005 e 2006, reuniões em Santiago, Chile, entre os governos de ambos os países com instituições não governamentais, com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e o Escritório Regional do Alto Comissariado de Direitos Humanos para a América Latina e Caribe.

Em agosto de 2005, foi realizada em Santiago a Pré-conferência, como fase preparatória à Conferência das Américas, tendo como organizadores o Instituto Ideas e o governo do Chile. Promovido pelo governo do Chile e pelo movimento social, o evento foi importante, pois propiciou um balanço do desenvolvimento das políticas públicas de igualdade racial na região e a elaboração de acordos para a organização da Conferência.

Já em 2006, promoveu-se a Consulta de Grupo de Líderes Afrodescendentes, em março, pelo Unicef, no Panamá. A ministra da Seppir foi palestrante da mesa “Caribe, América Latina e Brasil”, abordando a política para os direitos da criança e do adolescente afrodescendente.

No período de 24 e 25 de julho de 2006 ocorreu o Seminário: Diálogo entre as Mulheres das Américas contra o Racismo e todas as formas de Discriminação, organizado pelo GT Gênero e Raça da ONU, com o apoio do governo brasileiro. Esse seminário, como parte da agenda preparatória da Conferência Regional das Américas, pautou os temas: Antecedentes e Processos, Compromissos de Durban e Santiago e Oportunidades e Desafios do Diálogo. Prestou também uma homenagem ao Dia da Mulher Afro Latinoamericana e Caribenha (25 de julho). As deliberações do seminário sobre as necessidades de os governos federais ampliarem políticas públicas para as mulheres negras e indígenas foi absorvida como contribuição para os encaminhamentos da referida conferência.

Essa intensa preparação retomou os processos de articulação, redefiniu os caminhos políticos no que diz respeito à igualdade racial no Brasil e nos países que se fizeram representar na Conferência e propiciou que esta fosse bastante representativa e abrangente.

O evento contou com a presença de 600 participantes de 21 países da região. Na solenidade de abertura estiveram autoridades de distintos países e instituições: a ministra Matilde Ribeiro; o embaixador Antônio Patriota, representando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil; o embaixador Juan Matabit, chefe da Delegação do governo do Chile; Maria Francisca Ize Charrin, representante do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU; Doudou Diène, relator Especial sobre as Formas Contemporâneas de Racismo da ONU; Edna Roland, representante do grupo de especialistas da ONU que acompanham o cumprimento

das políticas de combate ao racismo e discriminação nas Américas; Epsy Campbell, presidente do Partido Ação e Cidadania da Costa Rica; Marcos Terena, líder indígena brasileiro; e José Augusto de Gomes, representante da Petrobrás.

A Conferência foi presidida pela ministra da Seppir e co-presidida pelo Sr. Juan Martabit, representante permanente do Chile junto às Nações Unidas, pois ambos os países a convocaram. A CRA foi estruturada em duas sessões plenárias com declarações gerais dos estados e da sociedade civil, após as quais realizaram-se míni-plenárias por regiões – América do Norte e Caribe Anglófono, América Central e Caribe hispanófono, região andina e Cone Sul. Na agenda cultural foram realizadas exposições, exibições de filmes, colóquios, apresentações musicais e culturais de grupos indígenas, capoeira, danças tradicionais.

Dos países participantes, dezessete demonstraram avanços na implantação de ações e estruturas que garantem a proteção diante das discriminações raciais e na melhoria na qualidade de vida de grupos raciais que representam grande parcela da população de quase todos os países das Américas.

Foi uma oportunidade para que os estados e membros da sociedade civil do Hemisfério retomassem o trabalho conjunto. Segundo palavras de conclusão da presidente da Conferência: “Devemos reconhecer que o presente momento caracteriza-se por decisões concretas de formulação de políticas públicas eficazes no combate a toda sorte de discriminação, reconhecendo os avanços obtidos para a superação das desigualdades, identificando novos projetos inovadores, cumprindo assim, a função essencial de promover um diálogo interativo entre os principais protagonistas envolvidos nessa agenda, assim como um novo impulso aos consensos já alcançados, e fortalecer a promoção da diversidade, da igualdade, da paz e da democracia nas Américas”.

Como desfecho, a Unidade Anti-Discriminação do Alto Comissariado, em parceria com a Seppir, finalizou um informe que deverá circular oficialmente nas Nações Unidas por ocasião da Reunião do Conselho de Direitos Humanos, a ser realizado em março de 2007. A publicação brasileira com os resultados desse evento estará disponível ao público, mesmo antes da oficialização pela ONU.

Encerrada a Conferência Regional das Américas, houve uma avaliação, em setembro, com as instituições organizadoras. Foi indicada a importância de continuar os trabalhos, sobretudo com o apoio da Seppir aos estados que iniciam a estruturação das políticas de igualdade racial, e a manutenção do diálogo com a sociedade civil.

Em continuidade às ações, após Conferência a Seppir foi representada no Fórum Internacional contra o Racismo e a Discriminação, realizado no dia 19 de setembro, no Centro Cultural Ricardo Palma, em Lima (Peru). Esse evento integrou as atividades do II Taller Interétnico, com o intuito de colher subsídios para a elaboração de um Plano de Ação Nacional de Luta contra o Racismo e a Discriminação, promovido pela Comissão Nacional Interétnica e pelo Centro de Culturas Indígenas do Peru. A convite do governo mexicano, a Secretaria participou, em outubro de 2006, do I Encontro Internacional contra a Discriminação, considerando estar em pauta nesse país o avanço das ações contra a discriminação, com leis voltadas à prevenção e eliminação da discriminação e a criação de organismos voltados à proteção das pessoas que sejam alvos de qualquer forma de discriminação, além de proposição de políticas públicas para alavancar a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

3.3 – Relações multilaterais

Agências do sistema ONU. Duas vertentes definem a atuação da Seppir junto às agências do sistema ONU, a nacional e a internacional. Em parceria com essas agências no Brasil, desenvolveu-se um conjunto de atividades. Impulsionado pelo “Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, em 2005 foi criado o Grupo de Trabalho Interagencial de Gênero e Raça da ONU, coordenado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e composto por: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações para o Desenvolvimento (Pnud), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC). Esse grupo tem por objetivo, na relação com o governo brasileiro, apoiar ações da Seppir e da SPM. Assim, são programadas anualmente as atividades que fazem parte dos espaços contínuos de debates e formulação de ações políticas conjuntas, como se pode identificar nos registros.

Ainda em fevereiro de 2005, foi realizado, em Brasília, o Seminário Internacional “Saídas da Escravidão e Políticas Públicas”, pela Unesco em parceria com o governo federal – Seppir, MEC, MinC, SEDH, MRE; o Senado Federal; e a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial. O evento teve a participação de especialistas do Brasil, Haiti, Colômbia, Estados Unidos, Cuba, Etiópia, Uruguai, Costa Rica, Peru, Venezuela, Equador, África do Sul e Reino Unido. Seu objetivo foi analisar o alcance das ações de governos e da sociedade civil, sobretudo em torno da declaração da escravidão e do tráfico de escravos como crimes contra a humanidade.

Foi realizado pela Seppir, com o apoio do Grupo Interagencial, o Painel Internacional - Ações Afirmativas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, às vésperas da 1ª Conapir, nos dias 28 e 29 de junho de 2005. A atividade contou com a participação de 50 representantes governamentais e não-governamentais internacionais, principalmente da África e América Latina, e de 150 convidados nacionais, entre eles gestores e a sociedade civil, com composição de afro-descendentes, indígenas, judeus e árabes-palestinos. O evento objetivou aprofundar reflexões sobre políticas de ações afirmativas, abordando temas como: Diversidade racial e os objetivos de desenvolvimento do milênio; Proposições para as políticas públicas de promoção da igualdade racial; e Instrumentos nacionais e internacionais de promoção da igualdade racial.

Com as agências da ONU sediadas em outros países, a Seppir tem construído ações conjuntas, mediadas por termos de cooperação ou participações em eventos e programações que intensificam o intercâmbio e o fortalecimento das ações provenientes da política de igualdade racial no campo internacional.

Em 2004, a Seppir participou de vários momentos de formulação política junto à Cepal, sendo estes: a) o Trigésimo período de sessões, de 27 de junho a 2 de julho, com a participação de mais de 900 delegados dos 41 estados membros e sete sócios da instituição, bem como representantes de organismos especializados das Nações Unidas, organizações não governamentais e convidados especiais; b) a 9ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, em junho, na cidade do México, a qual pautou-se pelas políticas de gênero e teve como estratégia a vinculação com a questão racial; c) o “Encontro Regional de Capacitação em Comunicação, Informação e

Formação de Redes entre os Mecanismos da Mulher”, em 1 e 2 de dezembro, no Chile, que resultou na criação de uma rede de informação entre os países da região. A Cepal realizou ainda, em abril de 2005, no Chile, o Seminário “Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe – relevância y pertinência de la información sociodemográfica para políticas y programas”; e, em 7 e 8 de novembro de 2006, no Chile, a Reunião de Especialistas “Gênero, Pobreza, Raça e Etnia”.

Realizada pela Opas, no período de 2 a 4 de fevereiro de 2004, em Honduras, a “Oficina de Capacitação sobre Liderança e Desenvolvimento Socioeconômico em Comunidades Afrodescendentes da América Latina e Caribe” teve a presença de representante da Seppir que apresentou a política de saúde da população negra desenvolvida no SUS, em parceria com o MS, que é uma referência para a formulação de um trabalho regional e pressupõe desdobramentos.

Outra ação foi a intensificação da relação com a Unesco por meio de uma visita à direção geral, em Paris, em 2004, com o objetivo principal de apresentar a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial à direção geral do órgão. Naquele período foi comemorado pela Unesco o “Ano Internacional de Comemoração da Luta contra a escravidão e sua Abolição”. Houve também, durante a visita, a reafirmação da organização em relação ao governo brasileiro contribuindo para o desenvolvimento da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a partir de ações conjuntas, sobretudo os projetos Coalizão das Cidades contra o Racismo e Rota dos Escravos.

Organização dos Estados Americanos. Ao participar das ações da Organização dos Estados Americanos (OEA), o governo brasileiro contribuiu com para o fortalecimento do intercâmbio e sedimentação da política de igualdade racial na região.

Nos dias 14 e 15 de outubro de 2003, a Seppir foi representada na audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos em Washington, ocasião em que, à luz da Declaração e do Plano de Ação de Santiago e da Conferência de Durban, foram expostas as ações do governo brasileiro no cumprimento de acordos regionais e internacionais contra a discriminação e pela promoção da igualdade racial no Brasil. Nesse sentido, a criação da Secretaria e as políticas desenvolvidas pelo Brasil servirão de base e apoio à criação da Convenção Interamericana Contra a Discriminação Racial e responderão às petições de racismo apresentadas à Comissão contra o Brasil.

No início de 2004, como desdobramentos de trabalhos realizados em períodos anteriores (2000 a 2003)⁹⁴, o presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA visitou o Brasil para aprofundamento de relações e diálogos. Neste mesmo ano, a Seppir integrou, com a SEDH e o MRE, uma reunião de trabalho junto à CIDH para dar encaminhamentos aos casos de racismo denunciados àquele organismo.

Em 9 de dezembro de 2004, foi realizada “Sessão Especial da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP)”, destinada ao intercâmbio de experiências e capacitação de melhores práticas na adoção de medidas contra o racismo e todas as formas de discriminação e intolerância. Assistido por número expressivo de representantes diplomáticos das delegações dos Estados-

⁹⁴ Em 2000, a Assembléia Geral (AGOEA) confiou ao Conselho Permanente a atribuição de estudar a necessidade de uma Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar o racismo e toda forma de discriminação e intolerância. Em 2001, a resolução aprovada tratava da contribuição dos Estados da região para o sucesso da Conferência Mundial de Durban. Em 2002, a resolução da AGOEA não trouxe avanço em relação ao ano anterior. Em 2003, na AGOEA de Santiago, foi aprovada uma resolução que determinou a elaboração de dois importantes estudos: o primeiro, de autoria da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sobre as políticas de ação afirmativa implementadas por Estados da região; o segundo, de autoria do Centro de Estudos de Justiça das Américas, sobre o comportamento do poder judiciário da região no julgamento de casos de alegada prática de racismo. Neste mesmo ano, foi respondido o questionário sobre a questão racial no Brasil, tendo como seqüência, no mês de outubro, a participação da Ministra da Seppir na audiência junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Membros da OEA, representantes do governo brasileiro (Seppir, SEDH e MRE) e da Missão do Brasil junto à OEA e autoridades dos governos dos Estados Unidos e da Guatemala, o encontro foi aberto com a apresentação dos resultados da pesquisa “Administração de Justiça e Discriminação Racial de Afrodescendentes”, pelos consultores da CAJP⁹⁵. Os debates reafirmaram a necessidade de adoção da “Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância” na agenda de trabalho da OEA.

Posteriormente, os representantes da CIDH reafirmaram o compromisso de identificação e implementação de mecanismos eficazes confirmando a decisão adotada durante o 121º período de sessões da entidade, de criar uma Relatoria Especial sobre os Direitos dos Afrodescendentes e contra a Discriminação Racial. Tal decisão, formalizada no início de 2005, foi impulsionada a partir do compromisso assinado pela Seppir, de contribuição financeira e política. A ação teve continuidade em 2006. Cabe a essa Relatoria monitorar a atuação dos países membros da OEA e ativar instrumentos para combater o racismo na região.

Em outubro e novembro de 2005, a Secretaria participou de audiências públicas convocadas pela CIDH e de reuniões com o GT da Convenção Interamericana com o intuito de aprofundar o debate sobre a implementação de ações afirmativas no Brasil e os processos em curso junto a essa organização.

A Seppir participou do XXXV Período Ordinário de Sessões da Organização dos Estados Americanos – OEA, em junho de 2005, onde foi aprovado o “Projeto de Resolução sobre a Prevenção do Racismo e de Toda Forma de Discriminação e Intolerância”, tendo como resultado a constituição de um Grupo de Trabalho encarregado de elaborar um projeto da “Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação Racial”, instrumento que atualizará a “Convenção Internacional”, diante dos novos desafios e do contexto político na região e no mundo.

Em junho de 2006, o GT, presidido pelo Brasil, apresentou o resultado de seu trabalho na Assembléia Geral da OEA - 36ª Sessão Ordinária da OEA, na República Dominicana. Um dos principais resultados do encontro foi aprovação da resolução de que todos os países americanos deveriam ratificar a “Convenção Interamericana”.

Alto Comissariado dos Direitos Humanos. Junto ao Alto Comissariado dos Direitos Humanos da ONU - EACDH, a Seppir trabalhou mais diretamente com a Comissão de Monitoramento da Convenção Interamericana contra todas as formas de Discriminação Racial e a Unidade Anti Discriminação, para o monitoramento dos instrumentos existentes, a promoção de intercâmbio entre os países e a elaboração de novas referências no campo da igualdade racial.

A ação iniciou com a participação no Seminário Pós-Durban – Ações Afirmativas, promovido pelo Alto Comissariado da ONU, em Montevidéu/Uruguai, em 6 de maio de 2003. Foi o primeiro na região a retomar o processo de debate e reflexão sobre os desdobramentos da conferência mundial, visando ao comprometimento dos países signatários da “Declaração de Durban”. Também foi promovida pela EACDH, em colaboração com o Pnud e o governo do Peru, em novembro de 2005, na cidade de Chíncha/Peru, a “Oficina Regional para as Américas sobre Estratégias para Inclusão de Afrodescendentes nos Programas para Reduzir a Pobreza, especialmente nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”.

⁹⁵ Mandato estabelecido pela AG/Res. 1930, de junho de 2003.



Em abril de 2004, a Seppir participou da “Sessão da Comissão de Direitos Humanos do EACDH”, na qual foi apresentada a resolução, proposta pelo governo brasileiro, da “incompatibilidade entre Democracia e Racismo”. A resolução número 38/04, apresentada pelo Brasil e aprovada por consenso, encoraja os estados a assegurarem que seus sistemas políticos e legais reflitam a pluralidade e o multiculturalismo existentes em suas sociedades, “melhorando as instituições democráticas, tornando-as mais participativas e inclusivas”. Também condena as plataformas políticas e as organizações baseadas no racismo e encoraja os estados a reforçarem seu compromisso com a promoção da tolerância e a luta contra o racismo, discriminação racial a xenofobia e as intolerâncias correlatas a fim fortalecerem a democracia.

Dando seqüência ao tratamento dessa resolução, em 29 de julho de 2006, o Alto Comissariado de Direitos Humanos, em parceria com a Seppir, realizou o Seminário sobre “Plataformas Políticas que Incitam ao Racismo e à Discriminação”, com a coordenação do Senhor Doudou Diène, Relator Especial sobre as Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, cujo objetivo foi aprofundar o debate sobre mecanismos de fortalecimento da resolução 38/04. Estiveram presentes representantes de Organizações não governamentais das Américas.

Em conjunto com o MRE, em novembro de 2005, foi acompanhado o trabalho do Sr. Doudou Diène, Relator Especial vinculado à Comissão de Direitos Humanos do EACDH, encarregado de monitorar as ações de governos quanto à “Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas”. Após as visitas aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o relator foi recebido pelo presidente da República e outras autoridades. O relatório foi divulgado em 2006 e segundo avaliações apresentou necessidade de ajustes no que diz respeito à leitura da realidade brasileira e da posição do governo federal quanto às políticas de igualdade racial. Por isso, em setembro de 2006, a Seppir participou novamente da Sessão do Conselho da EACDH para dar continuidade dos debates sobre a superação do racismo e a indicar os ajustes no relatório de 2005.

O referido relatório afirma que “a discriminação racial está profundamente enraizada no Brasil e tem influenciado a estrutura de toda a sociedade nos últimos cinco séculos”. Para garantir a continuidade de reflexão, foi destacado que o estado brasileiro, nas últimas décadas, vem atuando para estabelecer estruturas e ações institucionais que propiciem o controle e a reversão dos mecanismos de reprodução do racismo no País. Admitiu-se que não obstante os avanços logrados, a promoção da igualdade racial no Brasil não é matéria tratada de maneira positiva por todos os setores sociais, principalmente pela elite e formadores de opinião, que apresentam incompreensões e resistências quanto à realidade excludente do racismo e das formas de superação. É importante esclarecer, contudo, que o governo federal está consciente de que as políticas universalistas são insuficientes para sanar os efeitos históricos do racismo sobre as populações indígena e negra. Por isso desenvolve juntamente com elas as ações afirmativas, porém, os resultados dos esforços envidados devem ser auferidos em longo prazo.

Em janeiro de 2006, a Seppir participou do Seminário de Alto Nível Racismo na Internet e as Normas Internacionais, em Genebra, na Suíça. O encontro realizado pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (EACDH), reuniu países integrantes das Nações Unidas, representantes do sistema ONU e organizações não-governamentais (ONGs) para tratar dos casos de desrespeito aos direitos humanos e as vantagens associadas à circulação de informações na internet, ao combate ao racismo na web e à proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão. Representantes da Secretaria tiveram a oportunidade de expor seus trabalhos e reafirmar a importância de construir uma rede institucional para tratar do racismo na Internet.

Comitê Cerd. O governo brasileiro acompanha o trabalho do Comitê Cerd, cujo objetivo é monitorar a aplicação da “Convenção contra todas as formas de Discriminação Racial”. Nesse sentido, a Seppir esteve representada, de 5 a 8 de março de 2004, na reunião que examinou o relatório periódico sobre as medidas tomadas pelo país para implementar essa convenção. O documento entregue ao Comitê em maio de 2003 continha informações sobre as ações do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial até dezembro de 2002 e agrupou quatro relatórios periódicos, acumulando praticamente 10 anos de ações (Relatórios: 14º, 15º, 16º e 17º). A elaboração dos documentos apresentados ao Comitê Cerd incorporou a contribuição de ministérios, instituições governamentais e da sociedade civil, notificando as ações realizadas em 2003 e no início de 2004.

Após o exame, em suas observações finais, os representantes do Comitê Cerd felicitaram o Brasil quanto à adoção, em 2002, do Programa Nacional de Ações Afirmativas, assim como o novo Código Civil que elimina as restrições discriminatórias que pesavam sobre o exercício dos direitos civis dos povos indígenas, em vigor desde janeiro de 2003. Foi destacada, igualmente, a criação da Seppir, que representa o engajamento do país na tarefa de superação do racismo⁹⁶. Foi reafirmada a importância da ratificação do artigo 14 da “Convenção Internacional sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial”, relativo à apresentação de queixas individuais, e aplicação da Convenção 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais, que entrou em vigor em agosto de 2003.

⁹⁶ Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial - 64º Período de Sessões relativo ao Brasil (12 de março de 2004).

No entanto, manifestou-se preocupação com a permanência das desigualdades estruturais no Brasil. A partir destas, o Comitê elaborou as seguintes recomendações:

- Erradicar a segregação racial das comunidades negras (pretas e pardas) assim como os povos indígenas, nas zonas rurais e urbanas, principalmente nas favelas e aldeias.
- Finalizar a demarcação das terras indígenas no prazo fixado (2007) e adotar medidas urgentes para reconhecer e proteger efetivamente o direito dos povos indígenas de possuir, desenvolver; controlar e utilizar suas terras, territórios e recursos.
- Acelerar o processo de identificação das comunidades e terras de quilombos assim como a distribuição a estas comunidades dos títulos de propriedade e afins.
- Implementar políticas de registro civil de nascimento e de acesso à escola para as crianças ciganas.
- Aplicar as disposições internas pertinentes aos crimes de racismo, uma vez que, apesar do reconhecimento dos delitos de discriminação, raramente essas disposições são aplicadas.
- Inibir e combater o crescimento do número de organizações racistas e/ou neonazistas e a veiculação e divulgação de propagandas racistas via internet.
- Adotar medidas eficientes para combater o analfabetismo, permitindo desta forma a cada cidadão gozar de todos os seus direitos políticos, inclusive o de ser eleito em cargos públicos.

Consideramos que a defesa do Relatório perante o Comitê Cerd propiciou a divulgação das ações desenvolvidas pela atual gestão do governo federal no campo da promoção da igualdade racial. Ao final surgiram também propostas para o início da elaboração do próximo relatório.

Igualdade Racial no Mercosul. O governo brasileiro, sob coordenação da SEDH, participa da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Associados (RAADH), espaço no qual foi iniciado o processo de debates e de construção da política sobre a igualdade racial junto aos países membros, para aprofundar estratégias de trabalho na superação do racismo.

Nesse sentido, foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho sobre a Igualdade Racial, com sua primeira atividade em dezembro, antecedendo a VI RAADH, ocorrida em 5 e 6 de dezembro, em Brasília⁹⁷. O projeto foi apresentado pela Seppir e pelo MRE e debatido junto a representantes dos países membros e associados em duas reuniões anteriores (3^a e 5^a)⁹⁸, considerando a importância do desenvolvimento de ações governamentais e multilaterais para a promoção da igualdade racial que contemplem afro-descendentes e indígenas, assim como o fortalecimento da relação com a sociedade civil na região.

As expectativas são de fortalecimento do trabalho junto a RAADH e diálogos com outros espaços de trabalho na estrutura do Mercosul.

Por fim, organizações da sociedade civil, nacional e regional e governos reuniram-se em Brasília, nos dias 13 e 14 de dezembro de 2006, para a realização da Cúpula Social do Mercosul. O evento possibilitou à sociedade civil uma intervenção nos rumos da integração da América do Sul, propôs agendas de conteúdo social e fortalecimento regional. As conclusões da Cúpula Social serão entregues às autoridades durante a 32^a Reunião de Chefes de Estado, em janeiro, no Brasil.

⁹⁷ Esse processo tem por base o trabalho sistemático (plano 2006/2007) da RAADH.

⁹⁸ A 3^a Reunião ocorreu em 22 de março de 2006, em Buenos Aires, Argentina, e a 5^a reunião foi realizada em Brasília, de 29 a 30 de agosto de 2006.

Assistência humanitária. Desde 2004, a Seppir atua no planejamento, monitoramento e execução no sistema de parceria da Assistência Humanitária aos Imigrantes Irregulares, que assume como propósito o tratamento condizente às pessoas que cruzam ilegalmente as fronteiras do país, premidas exclusivamente pela impossibilidade de permanecer em segurança em seu território nacional de origem – os refugiados. Antes do reconhecimento de seu status de refugiado, ainda na condição da irregularidade, continuam sujeitos de direitos fundamentais, conforme a Constituição Federal e os Pactos Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil faz parte.

O projeto configura uma ação inovadora no âmbito da Política de Igualdade Racial do governo federal, particularmente no aprofundamento do princípio da gestão democrática, visto que por meio dele, a sociedade dialoga com as autoridades de imigração e afins e ao mesmo tempo cria alternativas para o acolhimento de imigrantes irregulares enquanto aguardam um pronunciamento final sobre sua permanência no território nacional.

A concretização da proposta deu-se a partir de convênios com organizações não governamentais e consolidou parcerias com universidades, a fim de assegurar assessoria jurídica gratuita e aconselhamento a esses indivíduos. Esta articulação aglutina outros parceiros como a Polícia Federal, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), organizações não governamentais, universidades e prefeituras, tendo em vista a capacitação de advogados, agentes públicos e dirigentes de segmentos do movimento social.

Com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) foi realizada a capacitação de 25 advogados para o treinamento e defesa técnica – em processos administrativos e/ou judiciais – de reclamações, direitos e interesses de estrangeiros negros em situação de clandestinidade ou irregularidade. Também foi oferecida orientação jurídica direta e pessoal a 70 africanos em situação de clandestinidade e/ou irregularidade. Realizaram-se, ainda, quatro seminários regionais (Porto Alegre, Recife, Santos e São Paulo), com cerca de 100 pessoas, entre eles 30 advogados, 10 acadêmicos de direito, 40 lideranças de movimentos sociais e 15 funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Na região Nordeste, junto à Associação Nacional de Advogados Afrodescendentes (Anaad), foi realizada a capacitação de 25 advogados para defesa técnica – em processos administrativos e/ou judiciais – de reclamações, direitos e interesses de estrangeiros negros em situação de clandestinidade ou irregularidade. Receberam ainda orientação jurídica direta e pessoal 15 africanos em situação de clandestinidade e/ou irregularidade. Foi realizado um seminário regional nordeste para cerca de 360 pessoas, entre eles 80 advogados, 20 acadêmicos de direito, 220 lideranças de movimentos sociais e 40 agentes públicos.

Esse projeto está em sua segunda fase, com o estabelecimento de novas parcerias. Nesse sentido, foi fechado convênio da Seppir com o Centro de Promoção da Saúde Baixada Santista (Cedaps/BS), no intuito de elaborar um diagnóstico da situação do imigrante negro irregular ou na iminência de regularizar sua situação na Baixada Santista com o objetivo de atuar junto ao poder público para acionar uma rede de atendimento, tomando-o mais acessível a essa parcela da população.

O lançamento do projeto foi realizado em abril de 2006, na Universidade Católica de Santos, com a participação da Universidade de Santos, Conselho Nacional para Refugiados,

Acnur e demais autoridades locais. Na ocasião, foi tratado com a Prefeitura de Santos a potencialização das atividades desenvolvidas na região, por onde chega grande número de imigrantes provenientes de países africanos. A universidade buscou reforço, em maio, com a inserção do Centro Universitário de Brasília (Unieuro) no rol de parcerias já estabelecidas com entidades humanitárias e sociedade civil organizada, e lançou o programa “Braços Abertos” para destinar assistência jurídica aos estrangeiros no Brasil em situação de precariedade econômica, residência e solução de questões de ordem legal perante aos órgãos governamentais.

Cleber Medeiros



3.4 – Relações institucionais nas regiões

África e diáspora

Para o Brasil, a segunda maior nação negra do mundo, o estreitamento das relações com o continente africano é definido por diversos eixos: resgate da obrigação política, moral e histórica para com os descendentes de africanos; reencontro com origens históricas da população; e valorização de uma dimensão essencial e formadora da identidade cultural do povo brasileiro. Nesse sentido, o governo brasileiro tem colaborado com o processo de mobilização das sociedades africanas para sua sustentabilidade, com vistas à ampliação do desenvolvimento econômico e superação das marcas dos conflitos internos.

É importante ressaltar que a África não é um bloco homogêneo do ponto de vista geopolítico, econômico e social, e sim um continente com 54 países e uma vasta diversidade. O Brasil sempre foi solidário com as principais causas históricas da África, destacando-se as lutas pela independência e contra o apartheid. Em 1975, foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola.

O processo de desenvolvimento do continente africano atesta uma luta na busca de soluções novas e sustentáveis para dificuldades crônicas como pobreza, epidemias, educação e infra-estruturas deficitárias, deficiência institucional, conflitos regionais, dívida externa, deterioração dos termos de troca no comércio internacional e baixo índice de investimento externo direto, conforme apontado no “Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio”, realizado em junho de 2003, em Fortaleza (CE). O evento, realizado pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com o Grupo de Embaixadores Africanos em Brasília, foi concebido de modo a propiciar ocasião para a discussão de temas relevantes para a promoção e aprofundamento das relações do Brasil com o continente africano, com ênfase em três domínios: política e questões sociais; economia e comércio; e educação e cultura. Participaram representantes de setores diversos das sociedades brasileira e africanas, como acadêmicos, agentes de governo, políticos, empresários e líderes da sociedade civil.

Como forma de solidariedade e de pagamento de dívida histórica do Brasil para com a África, entre 2003 e 2006, o presidente Lula visitou 17 países (África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Cabo Verde, Camarões, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Moçambique, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Senegal). A ministra da Seppir fez parte dessas visitas e também realizou missões específicas na Etiópia, Quênia e Mali. Essas missões geraram acordos bilaterais estabelecidos nas áreas de educação, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, entre outros. Especial atenção foi dada, também, à participação do Brasil na Cúpula América do Sul – África, ocorrida na Nigéria em novembro de 2006.

Assim, no fortalecimento da relação Brasil-África, destacam-se as seguintes atividades:

- perdão da dívida de Moçambique com o Brasil, em ato assinado quando da visita ao Brasil do Presidente Joaquim Chissano, em agosto de 2004;
- recepção, por parte do governo brasileiro, a 22 chefes de Estado de países africanos, além de diversas missões de ministros e gestores a diferentes ministérios.
- realização de eventos, tanto no Brasil quanto na África, promovendo intercâmbio e



A ÁFRICA QUE ESTÁ EM NÓS

Nas últimas décadas têm-se ampliado os efeitos e sentidos voltados para as condições de vida dos povos de diversas localidades do mundo (indianos, ilhas oceânicas, povoados por imigrantes asiáticos, debates nas conferências mundiais e por governos locais) contemporâneos, com a mudança, aprendendo, principalmente, o exercício da diversidade como fonte de justiça, cidadania e qualidade, para além de fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais.

Os diversos efeitos globais que afetaram várias e formas de vida também estão acentuados as descontinuidades, há décadas que separam áreas, desconhecidas em e culturas e manifestaram como sociedades, transformando-as em realidade e instabilidade existentes.

A história é que nós, brasileiros, africanos e demais descendentes da diáspora africana sabemos pouco – ou quase nada – sobre os outros, mas sabemos falar identidade. Pouco nos conhecemos no que diz respeito às nossas particularidades, nossas organizações políticas, nossas linguagens, textos, sim, um laço ancestral e cultural que une o Brasil a países que possuem grande contingente populacional negro, mas muitos de suas identidades se assemelham.

A África – não, origem e escrita para estes povos espalhados pelo mundo sob sua ascendência e descendência – teve impactos sua história por meio de seus filhos, países conquistados, em sua grande maioria, por pessoas descendentes de africanos trazidos na escravidão, que lutam pela liberdade de expressar sua identidade e pelo seu desenvolvimento político, econômico e comercial.

Brasil e África uniram-se de maneira trágica pela escravidão e por todo o comércio insulado na costa do Atlântico, bem lá, criou-se, para o tráfico de escravos. A abolição tardou a acontecer, mas com ela restou, antepassados, conquistaram a liberdade, inclusive, a quem não que não conseguiram, estavelmente à conquista da cidadania plena, a qual ainda continua sendo muito escassa.

O Brasil, Moçambique, Angola, Haiti, Senegal, embora raças diferentes, sofrem das mesmas condições de vida: pelo colonialismo e pela escravidão a riqueza concentrada, a violência racial, a desigualdade, as favelas, ineficientemente, o passado colonial escravocrata faziam, mesmo, comuns na nossa história.

Paradoxo da história de que o estabelecimento das relações entre a África unifica uma obrigação política, moral e histórica, pois não podemos seguir ignorando que Brasil é a segunda maior nação negra do mundo, depois da Nigéria. É preciso colaborar com a fim do debate do apartheid, e com a mobilização das sociedades africanas para discutir as lutas do passado e lutar com as necessidades e potencialidades do presente.

Hoje, nos comprometemos, da África por meio de cooperação, acordos bilaterais e multilaterais, partilhando as possibilidades de crescimento econômico, político e social.

O fortalecimento da relação Brasil-África tem se consolidado a partir de alguns pontos importantes. Quatorze países africanos já foram visitados oficialmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cerca de 100 acordos bilaterais, visando à cooperação em política econômica e social já foram firmados.

O governo brasileiro tem fundado a agenda da "Promoção da Igualdade Racial" de maneira continuada, o que fica explícito na criação da Brasil ao projeto "Oficinas Unidas", que faz inúmeras possibilidades.

Márcio Ribeiro
Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIG

Cleber Medeiros

formulação de política conjunta entre os países, a considerar parcerias governamentais e não governamentais;

- diversas missões políticas e técnicas de ministros, diplomatas, técnicos e gestores públicos para a ampliação e o monitoramento dos 41 acordos de cooperação firmados entre o Brasil e diversos países africanos;
- em representação ao presidente da República, em 2005, a ministra da Seppir participou da posse do presidente de Moçambique (fevereiro) e do presidente de Guiné Bissau (outubro). E também das “Comemorações dos 30 anos de Libertação de Angola” (novembro).

Por parte da Seppir foi viabilizada a concretização de instrumentos bilaterais com o Senegal (09 de junho de 2005), Cabo Verde (28 de julho de 2006) e Moçambique (em 2004 e 2006)⁹⁹, em todos os acordos há os componentes de inclusão social, direitos humanos e a construção do vínculo com a promoção da igualdade racial. Encaminha-se, também, o fechamento de propostas com Angola, Camarões, Guiné Bissau, África do Sul e Mali.

Outro passo importante é o restabelecimento da relação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Foi incorporada a “Carta de Brasília”¹⁰⁰ à “Declaração Oficial dos Presidentes e Chefes de Governo dos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, elaborada junto à Cúpula em São Tomé e Príncipe, em 2004. Ainda durante a Cúpula da CPLP de 2006, foi incluído na Declaração dos Presidentes e Chefes de Estados dos Países da CPLP o seguinte parágrafo: “Reconhecendo o avanço na área de políticas de promoção da igualdade racial e combate a todas as formas de discriminação, expresso pelo compromisso assumido na Reunião de Coimbra (2003) e reafirmado pela assinatura, em março de 2004, da Carta de Brasília durante a V Conferência da CPLP. Assim, são envidados esforços para a concretização de intercâmbios nas áreas de educação e cultura a partir do apoio a realização de projetos audiovisuais de divulgação da língua portuguesa e de veiculação e circulação de conhecimento sobre a cultura africana.”

Para fortalecer o intercâmbio, foram promovidos eventos acadêmicos e culturais. Com a organização da Universidade Federal Fluminense e o apoio do governo federal - MRE, MEC e Seppir - e demais instituições, realizou-se, em outubro de 2005, a 3ª Conferência Associação para Estudo do Mundo da Diáspora Africana (Aswad), da qual participaram estudiosos que buscam ampliar a compreensão da diáspora, ou seja, da dispersão do povo de descendência africana no mundo. E ainda em novembro de 2005, no âmbito das celebrações do Ano da Promoção da Igualdade Racial, foi realizado em Salvador o Festival África Brasil, que reuniu artistas de vários países, representantes de governos e da sociedade civil, a partir de uma parceria do Pnud com a Seppir, o MRE, o MinC, a Secretaria Geral/Secom e as embaixadas africanas com representação no Brasil. O evento constituiu-se como espaço de intercâmbio cultural entre países do continente africano e o Brasil, em busca do estreitamento de laços entre artistas, instituições não governamentais, agências da ONU e dos governos brasileiro e africano.

Considerando essa construção, a política de promoção da igualdade racial do governo brasileiro foi reconhecida por governos africanos. Nesse sentido, a ministra da Seppir foi homenageada por autoridades locais e pela prefeitura de Goré, Senegal, que lhe concedeu a distinção de “Peregrina De Goré” durante o II Festival da Diáspora da ilha, realizado de 9 a 12 de novembro de 2006. Nessa oportunidade a ministra foi recebida pelo Presidente do Senegal, pelos ministros das Relações Internacionais e Cultura e pela ministra do Alto Comissariado de Direitos Humanos, quando foram aprofundados aspectos de trabalho que constam do acordo de cooperação no campo da igualdade racial. Também nessa data foi lançado o livro e a exposição Olhares Cruzados (Brasil-Senegal), de Dirce Carrion.

Em 19 de dezembro de 2006, o prefeito da Ilha de Goré, Augustin Emmanuel Seghor, e a vice-prefeita, Anne Marie Jonga, participaram, em São Paulo, do Encontro Igualdade Racial – Políticas Nacionais e Internacionais, que reuniu gestores e autoridades brasileiros. Essa atividade objetivou aprofundar o intercâmbio entre África e Brasil, a partir das cidades.

⁹⁹ O primeiro assinado em 31 de agosto de 2004 (direitos sociais e combate a discriminação) e o segundo assinado em 08 de janeiro de 2006 (inclusão e promoção dos direitos juvenis).

¹⁰⁰ Produto do seminário “América do Sul, África e Brasil - Acordos e Compromissos para a Promoção da Igualdade Racial e Combate a Todas as Formas de Discriminação”.

Com a realização da II Ciad houve uma dinamização da aproximação do Brasil com o continente africano e a Diáspora, o que reforçou sobremaneira o compromisso por parte de governo e sociedade civil de valorizar a cultura afro-brasileira, a promoção da igualdade racial e a luta para superação do racismo.

América e Caribe

A região das Américas possui uma grande diversidade cultural, social e econômica, além de constituir-se como um pólo de conflitos, levando-se em conta a disputa pela hegemonia política e o desequilíbrio de riquezas, pois alguns países são extremamente ricos e outros extremamente pobres.

Justamente por isso a integração com a América do Sul e a América Latina é estratégica e fundamental para o governo federal. Essa região, com 400 milhões de habitantes, passa por um momento difícil que se traduz em profunda crise. Os afrodescendentes somam, aproximadamente, 150 milhões (29%), e os povos indígenas, 40 milhões (8%) de pessoas. A exclusão social destes povos e as desigualdades que os acompanham geram um custo econômico às sociedades. Esse é, sem dúvida, o resultado de um processo de colonização em que a cultura política dominante do Ocidente procurou, com seu caráter universalizante, reforçar seu domínio a partir da manutenção do capitalismo. No entanto, esse quadro de desequilíbrio não pode ser visto como definitivo ou imutável. Considera-se necessária a construção da institucionalidade democrática e dos direitos de cidadania. As relações políticas constituem-se por vários caminhos, envolvem parceiros diversos e uma agenda de trabalho com representantes governamentais, representantes parlamentares, de organizações não governamentais, dos movimentos sociais e setores acadêmicos.

A Seppir participou de dois encontros de Parlamentares Afrodescendentes das Américas e Caribe, o primeiro realizado em novembro de 2003, em Brasília. O segundo, em agosto de 2004, em San Jose e Limon, na Costa Rica. Os eventos reuniram parlamentares de toda a região, em busca de fortalecer os vínculos entre eles e, por consequência, a capacidade de produção legislativa no campo da igualdade racial, garantindo também a relação com os movimentos sociais e os governos. No evento da Costa Rica foi aprovada a criação do “Parlamento Negro das Américas”.

No campo do movimento social, foi realizado o Fórum Social das Américas, no período de 25 a 29 de julho de 2004, em Quito/Equador. O objetivo foi trocar informações sobre as ações de promoção da igualdade racial e identificar formas de promover articulações regionais com órgãos governamentais e sociedade civil.

No ano de 2005, a Seppir foi representada em diversas atividades relativas à política de gênero e sua relação com a igualdade racial: Foro Internacional “Mujeres y Poder en la Política”, realizado em agosto, no Uruguai, pela Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe (Repem). Na reunião da Comissão de Direitos da Mulher, realizada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA com peritos que analisaram as principais realizações e desafios ao acesso das mulheres à Justiça, em 12 e 13 de setembro de 2005, em Buenos Aires (Argentina), da qual participaram também representantes do Paraguai, Uruguai e Chile. E na reunião “Enfoques Culturais para Promover a Agenda de Gênero e Direitos Reprodutivos”, realizada em novembro, na cidade de Quito/Equador, pelo Fundo de População das Nações Unidas.

A Seppir mantém relação com instituições canadenses para o desenvolvimento de projetos de cooperação e transferência de tecnologia entre governos e instituições de ensino. Em 2004, participou do seminário “Comunidade - Baseado na gerência de bacia hidrográfica”, promovido pelo Centro de Assentamentos Humanos da Universidade Brithish Columbia, no período de 23 a 27 de fevereiro, em Vancouver/Canadá. O seminário foi realizado com o objetivo de examinar os resultados sobre a capacidade de desenvolvimento do projeto Gerenciamento Participativo para Áreas de Manaciais (Gepam), com lideranças e governos de regiões metropolitanas brasileiras, referenciado em uma experiência já realizada em Santo André, na região do ABC paulista.

A partir desse intercâmbio, iniciou a parceria do governo federal, com a participação do Ministério das Cidades, da Seppir, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Trabalho e Emprego e de cidades brasileiras, com a Universidade British Columbia e a Agência Canadense para o Desenvolvimento (Cida). O projeto denomina-se “Melhorando a Governança Metropolitana por meio de Consórcios Públicos” e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável em áreas periféricas dos centros urbanos. A Seppir integra a agenda do projeto para garantir a inclusão dos recortes racial e de gênero.

A Secretaria também faz parte, desde 2005, do “Projeto de Cooperação de Transferência Tecnológica – Parceria para a Excelência da Gestão no Setor Público”, da Escola Nacional de Administração Pública (Enap/MPGO) e a Canada School of Public Service (CSPS), com o financiamento da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA) (pág. 25).



Com a realização da Conferência Regional das Américas, construiu-se uma agenda de trabalho que terá continuidade na região com o processo crescente de criação de órgãos de governo e implementação de políticas de igualdade racial. É visível que isso impulsiona também o trabalho com a sociedade civil.

A Seppir aproximou-se também do Haiti, país que deixou de ser colônia francesa antes mesmo de o continente africano ter sido colonizado institucionalmente, pois declarou sua independência em 1º de janeiro de 1804. Assim, tornou-se a primeira república negra do mundo. Constituiu-se por comunidades de diferentes origens, não dispondo de modelo comum de organização. Era um estado onde ainda não existia nação. O pioneirismo foi um exemplo para todas as lutas de independência da região.

Justamente devido a essa realidade, o Haiti encontra dificuldades para se afirmar como nação e como país perante o mundo. Suas condições econômicas e sociais são extremamente precárias, colocando-o em situação de total vulnerabilidade política. No início de 2004, eclodiu uma revolução armada. Esse motivo levou as instituições de mediação da paz, lideradas pelo Conselho de Segurança da ONU, com os setores democráticos, a se mobilizarem para uma ação de solidariedade e apoio ao país.

Assim, foi criada a Minustah – ação que buscava contribuir para o estabelecimento de um ambiente seguro e saudável; apoiar o processo político (negociações de convívio entre os diferentes e encaminhamento de processo eleitoral); monitorar e informar a respeito da situação de direitos humanos.

O governo brasileiro, como parte da Minustah, garantiu a presença de um contingente de mais de mil homens para contribuir com a segurança e o processo de reconstrução do país, e investiu em questões sociais como: educação, saúde, cultura e direitos humanos. Faz parte também de uma mobilização que busca apoio político e financeiro em âmbito mundial para reconstituição do Haiti.

A Seppir participou de duas visitas ao Haiti, em conjunto com outros órgãos do governo brasileiro, em dezembro de 2004 e agosto de 2005. Esta última teve como principal objetivo a participação no “Dia da Amizade Brasil-Haiti”, em Porto Prince, ocasião em que se estabeleceram as bases para a efetivação de trabalhos conjuntos.

Iniciou em 2005 a campanha “Reze pelo Haiti, Zele pelo Haiti”, em solidariedade àquele país. Também essa Campanha conclama a sociedade brasileira a colaborar para mudar a situação social, econômica, política e cultural na qual ele se encontra. A primeira atividade teve como objetivo o conhecimento, a compreensão e o apoio para o resgate do potencial de resistência e da esperança de vida, tendo como componente um concurso de criação de rap, break, dance e grafite sobre o Haiti. Este foi realizado em parceria com organizações nacionais do movimento hip-hop, com o Ministério das Relações Exteriores e a sociedade civil organizada. Em janeiro de 2006 foram feitas inscrições para a 1ª Seleção Nacional de Arte e Cultura Hip Hop “Pense no Haiti, Zele pelo Haiti”, uma produção nacional. No processo ocorreram vários debates com artistas e um show em São Paulo, no qual se apresentaram grupos conhecidos e os vencedores do concurso de hip-hop.

Os resultados efetivos foram a sensibilização, particularmente da juventude, para a causa e o envolvimento com a temática, com um olhar consciente e basicamente humanitário, contribuindo para a igualdade racial. Mais de 150 pessoas se inscreveram no concurso, ao fim do qual será confeccionado um CD com o resultado da Campanha, pois as letras das músicas abordaram o contexto social do Haiti com o Brasil.

Também em 2006 realizou-se a exposição “Olhares Cruzados – Brasil/Haiti”, que reúne fotos de fotógrafos brasileiros e haitianos. A exposição apresenta a realidade dos dois países, a partir de seus lugares, hábitos e culturas comuns.

Considera-se necessária a cooperação com o povo haitiano na construção de bases para sua autodeterminação e a contribuição para o processo de reconstrução coordenado pelos próprios haitianos.

Europa

O intercâmbio de informações sobre as políticas públicas brasileiras e europeias busca o estreitamento de laços com governos e a sociedade civil e também apoio a eventos internacionais.

Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2003, a Seppir participou do Seminário “Addressing Inequality in Middle Income Countries”, na Inglaterra e reuniu consultores do Dfid do Brasil, da África do Sul e da China, representantes de governo, do Parlamento Europeu, da União Europeia, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Asiático de Desenvolvimento. O objetivo do evento foi discutir as relações entre desigualdade, pobreza e crescimento econômico em países de renda média, além de respostas políticas apropriadas à situação da desigualdade. Houve também uma reunião com técnicos do Dfid e da Seppir, na qual se abordou a possibilidade de apoio na relação Brasil, África do Sul e Índia. O representante da África do Sul manifestou interesse em aprofundar, com o Brasil, questões referentes ao desenvolvimento das Políticas de Ação Afirmativa por parte do governo brasileiro.

Já em 2004, a Seppir participou de duas atividades promovidas por diferentes instituições: o “Seminário Capital Social Internacional”, promovido pelo Centro de Política Estrangeira (Foreins Policy Centre/FPC), na Inglaterra, em 29 de março. Este seminário propiciou discussões no campo das economias modernas, do custo do capital social e das políticas públicas, apontando possibilidade de intercâmbio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e enfocando três temas: capacitação das mulheres; comunidades em situação precária; e relações raciais. E também do 1º Congresso Mundial de Mulheres Negras Líderes promovido por diversos grupos voluntários sob a coordenação da Unesco, de 1 a 2 de julho, na França. Esse congresso respondeu à necessidade de conhecimento e compartilhamento de experiências políticas entre as mulheres negras, líderes em diferentes países e continentes. Como proposta de continuidade e de integração às estratégias propostas no encontro mundial, foi realizado em agosto o workshop “Políticas Públicas sob o olhar das Mulheres Negras”, que contou com a participação da principal organizadora deste congresso.

Desenvolve-se continuamente a parceria com o Dfid, que apóia o Brasil já há alguns anos e mais recentemente o trabalho da Seppir. As áreas prioritárias de trabalho são as políticas de saúde, com o foco para saúde da população negra e combate ao racismo institucional (pág. 100). Neste sentido, foi realizado, em fevereiro, a partir de uma parceria do Dfid com o governo federal, o “Intercâmbio de Experiências na Implementação de Políticas de Igualdade Racial entre o Reino Unido e o Brasil” com o intuito de permitir, por meio da troca de experiências nas políticas públicas de igualdade racial, avanços em sua implementação. Ocorreram workshops em Brasília, Pernambuco e Bahia com representantes do lado do governo britânico (Dfid), da Comissão de Igualdade Racial do Reino Unido (vinculada ao Ministério do Interior) e da Comissão de Auditoria; e representantes, do lado brasileiro – Seppir, Ministério da Saúde, e governos locais. Os workshops contaram ainda com a participação do Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, da Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão e de representações da sociedade civil.

A convite da Rainha Elizabeth II, o presidente da República esteve em visita oficial à Inglaterra, no período de 6 a 9 de março. Foi o terceiro chefe de Estado brasileiro a reunir-se com a realeza britânica. A comitiva presidencial foi integrada por seis ministros com o objetivo

de aprofundar relações políticas e atrair investimentos do governo britânico para o Brasil e ao mesmo tempo incentivar ações de combate à pobreza no mundo.

Nessa oportunidade, a ministra da Seppir, além de participar da agenda oficial, encontrou-se com o presidente da Comissão da Igualdade Racial, Trevor Philips, para firmar acordos de ação conjunta para a superação do racismo.

Essa Comissão celebrou em 2006 seus 30 anos de existência¹⁰¹ e tem funções similares às da Seppir. A parceria institucional deve assemelhar-se ao trabalho já realizado com o Dfid, avançando para outras formas de intercâmbio e de sedimentação de ações conjuntas no âmbito das políticas públicas. A Seppir integrou as festividades e tem atuado conjuntamente para galvanizar e difundir experiências e boas práticas nessa área.

Do ponto de vista da agenda de intercâmbios e relações internacionais, pode-se concluir que, ao longo desses quatro anos, foram mantidos contatos com setores de governo e organizações da sociedade civil de diversas regiões e países com o intuito principal de reforçar e legitimar a disposição em atuar de forma concertada contra o racismo, a discriminação racial, xenofobia e demais formas de intolerância.

Assim, as ações desenvolvidas proporcionaram novos conhecimentos e visões sobre os processos das políticas públicas nos diversos países e regiões e as formas de relação do Brasil com o mundo com a intensificação da agenda de trabalho.

O Brasil é um parceiro ativo de países em desenvolvimento e tem ampliado sua relação global, afirmando-se como líder no campo democrático. Essa contribuição é identificada a partir da reflexão política e da ação no âmbito da relação política e econômica, desenvolvimento de políticas públicas e de estratégias diplomáticas. O protagonismo brasileiro também é visível nas ações de solidariedade. Há forte atuação para a integração entre povos e nações não apenas na área econômica ou comercial, mas também política, geopolítica, cultural e social.

¹⁰¹ Como parte das comemorações de aniversário da Comissão, foi elaborada uma publicação com artigos e poemas que refletem sobre os desafios e logros da promoção da igualdade racial.







BALANÇO DAS AÇÕES

No início da gestão, havia uma profunda crise no setor econômico, político e social e uma debilidade das políticas públicas fundamentais para enfrentar a exclusão social. Por isso, considera-se que as estratégias de intervenção desenvolvidas foram positivas e repercutiram na redução da pobreza e da desigualdade social. Conforme o presidente Lula: “quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora. Mas é diferente – para melhor – na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social. (...) O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém, é diferente para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego. É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia”¹⁰².

Como exemplos dessa mudança, identificam-se alguns programas: o Bolsa Família, criado em 2003, atende cerca de 11 milhões de famílias, o que representa cerca de 45 milhões de pessoas em 100% dos municípios brasileiros; o Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), que em 2002 tinha R\$ 2,3 bilhões, em 2006 passou para R\$ 10 bilhões, garantindo crédito de custeio e comercialização; o Programa Universidade para Todos (Prouni), que contempla 200 mil estudantes oriundos de escolas públicas (entre eles os pobres, negros e indígenas) com bolsas parciais ou integrais em universidades particulares; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que possibilita aos jovens excluídos uma nova oportunidade de acesso à educação, à qualificação profissional e ao exercício da cidadania; e finalmente, o Programa de Saúde da Família teve significativa ampliação, hoje dispõe de 25.520 mil equipes e 218.410 profissionais de saúde, com atendimento a 85,2 milhões de brasileiros.

O desenvolvimento de ações conjuntas entre vários órgãos de governo para promoção da igualdade racial foi fundamental, mediante a ampliação gradativa das populações negra, indígena e cigana nos programas sociais e de ação afirmativa. Assim, se priorizou o bem-estar público como um direito individual e coletivo de pessoas e grupos que historicamente foram colocados em situação de desigualdade.

As mudanças começam a aparecer já no início da gestão: o IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar de 2004, indicou uma redução da pobreza na ordem de 8%, números que representam a saída de 3 milhões de brasileiros da linha de pobreza.

Outra forma de atuação importante são as políticas públicas de ações afirmativas, implementadas por diversos órgãos de governo sob orientação e coordenação das Secretarias Especiais: Igualdade Racial, Políticas para as Mulheres e Direitos Humanos. Também extremamente salutar foi o processo de debates e de consultas por meio de novos canais de participação como conselhos de políticas públicas e de direitos, ouvidorias, mesas e consultas públicas. Entre eles, merecem destaque como exemplos o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o Conselho Nacional de Economia Solidária; e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Espaços igualmente importantes foram as 40 conferências nacionais, que mobilizaram mais de 2 milhões de pessoas em todo o país. Estas demonstraram um significativo salto de qualidade na ação do governo federal ao promoverem o controle social e a relação com os movimentos organizados.

Esse é o resultado dos pilares desse governo, cujas áreas econômica e social, com destaque

¹⁰² Discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 01 de janeiro de 2007.



Arquivo Seppir

para o equilíbrio dos interesses macro-estruturais, a infra-estrutura e os serviços, obedecem uma lógica democrática e popular.

Ainda, considerando o período de quatro anos entre a idealização, regulamentação legal e a execução da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), avalia-se que foram obtidos avanços nas diversas ações políticas, técnicas e administrativas. Os resultados advêm de programas, projetos e atividades desenvolvidas de maneira direta – por parte de diversos setores de governo – e indireta – por meio de convênios desenvolvidos em parceria com a sociedade civil e a iniciativa privada. Verifica-se um direcionamento imprescindível para que ocorram mudanças no modo de desenvolvimento e sustentação das políticas públicas.

Nessa perspectiva foram criadas estruturas internas em alguns órgãos de governo, com responsabilidades de viabilizar a política de igualdade racial: a) setores executivos - Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC; Coordenadoria de Regulamentação Fundiária do Incra/MDA; b) setores de formulação e monitoramento de políticas - Comissão Técnica de Saúde da População Negra/Ministério da Saúde, Comissão de Gênero e Raça/MME, Comissão Tripartite pela Igualdade e Oportunidade de Gênero e Raça/MTE, e Núcleos de Promoção da Igualdade

Racial e de Oportunidades e Combate à Discriminação das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs); c) setores consultivos de fiscalização e monitoramento de políticas, além de garantia da representação do movimento negro no Conselhos Nacionais de Educação, Saúde, Criança e Adolescência, Segurança Alimentar, Juventude, Mulheres, Economia Solidária, entre outros.

Considera-se extremamente positivo para a estruturação das políticas públicas o modelo de gestão que institui a transversalidade, gestão democrática e descentralização. Pela via da gestão participativa e controle social, o CNPIR propiciou a intensificação do trabalho conjunto entre o governo e as entidades nacionais ligadas à promoção da igualdade racial. E ainda no que diz respeito à descentralização e ampliação da capilaridade da PNPIR, o Fipir configurou-se como um espaço privilegiado, na medida em que estados e municípios aderiram ao plano de ação, realizando troca de experiências e definindo uma agenda complementar à consolidação de ações para promover a igualdade de oportunidades. A descentralização também propiciou a formulação de um processo de capacitação para os servidores e gestores públicos, incidindo positivamente nos entraves administrativos e no atendimento dos serviços públicos locais.

Destaca-se que a Seppir ampliou sua experiência dentro das estruturas de governo, ou seja, começou a decifrar os códigos da institucionalidade da administração pública e ainda garantiu presença em diferentes estados e municípios. Porém, deve-se consolidar ainda mais o “casamento” entre a política econômica e a promoção da igualdade racial, isto é, promover uma dimensão do desenvolvimento que considere de maneira mais arrojada os grupos discriminados e em especial a população negra, a fim de garantir inclusão social.

Assim, é possível identificar os desafios e perspectivas para garantir maior objetividade a um novo modelo de política de promoção da igualdade racial. É fato que com a implementação da PNPIR houve um esforço significativo e continuado para a inserção da questão racial nas políticas públicas, com revisão nos planos e/ou formas de ação. Exemplos de revisão estrutural ou elaboração de novos modelos de ação podem ser vistos na política para quilombos; no desenvolvimento das ações na área de saúde; na definição dos planos para a política para mulheres e juventude, entre outros.

Nas áreas de trabalho, geração de renda e educação, embora existam várias ações em curso e mantenham-se grupos de formulação e monitoramento dos programas e projetos, ainda é necessário, efetivar a transversalidade. As áreas de cultura e comunicação e de segurança pública são alvo de investimento do governo e é necessário o fortalecimento da relação entre os órgãos responsáveis, para ampliar o diálogo. No texto “Acompanhamento e Análise das Políticas Sociais”, do Ipea, foram apontadas questões sobre a política de promoção da igualdade racial. Na edição de 2004, observaram-se dois aspectos na área de educação: “faz-se necessário avaliar em que medida a reserva de vagas raciais como subproduto de cotas sociais terá efetivo impacto no combate às enormes distâncias sociais que separam negros e brancos no ensino superior (p. 112)” e “a insuficiência de debates

e de formulação de políticas voltadas para os níveis de Ensino Fundamental e Médio” (p.116). Nas edições de 2005 e 2006, apresentaram-se de maneira positiva as ações junto ao Ministério da Saúde: “caráter inovador da experiência, porque nunca a questão racial teve tanto destaque naquele Ministério e porque se verifica um esforço em tratar a saúde da população negra não como um tema específico, mas como uma questão que perpassa todas as áreas e esferas do SUS” (p.158); e ainda a indicação de ampliação da política considerando que “praticamente todas as secretarias do Ministério da Saúde estão executando programas e ações relativas à Política de Saúde de População Negra” (p.171) e que houve por parte da Seppir a orientação a todos os “órgãos estaduais e municipais pertencentes ao Fipir a colaborar com as secretarias de saúde” (p.176).

Ainda no texto de 2006, em referência ao ano de 2005, foi observada no processo de construção da política uma “possível fragilidade da Secretaria no processo de coordenação e fomento/indução de políticas. Há uma dificuldade maior anterior ao processo de coordenação que é a própria incapacidade, tanto dos ministérios executores quanto do MP, de realizar um planejamento de fato multissetorial” (p.165).

Quanto às referências anteriores, são válidas as avaliações críticas, pois contribuem para impulsionar a ampliação de projetos e medidas que venham a reconduzir a forma de fazer e gestar políticas públicas. Apresentam-se também destaques para a positividade da ação deliberada de fortalecimento da inclusão da temática racial em alguns setores. Sem dúvida é necessário avançar no desenvolvimento de um planejamento multissetorial, pois a Seppir, como órgão novo, necessita de reforço para sua estruturação, assim como para a construção de canais de diálogo eficazes junto a outros órgãos governamentais e não governamentais e com a sociedade civil. Essa dificuldade, embora não tenha sido totalmente sanada, já foi bastante superada, a partir do acúmulo adquirido na gestão e nos mais diversos órgãos de governo com as políticas transversais.

Nesse sentido, o desafio para a consolidação dessa construção demonstrada requer, nesse momento, a regulamentação e implementação do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Planapir) e da estruturação da política para estruturar o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). Este projeto consolida o compromisso do Estado brasileiro com efetiva superação das desigualdades raciais, em direção à democracia e à distribuição justa dos bens de riqueza para a melhoria das condições e qualidade de vida de todos e todas. O Planapir e o futuro Sinapir são concebidos como uma estratégia de gestão pública, cuja matriz é o Plano Plurianual em todas as suas dimensões, de forma a superar o racismo como fator impeditivo do pleno desenvolvimento da nação.

No que diz respeito à incapacidade de se realizar um planejamento “de fato multissetorial”, esse é um desafio colocado para o Plano Plurianual da nova Gestão 2008/2011 que deve ser associado à estratégia de avaliação e monitoramento dos resultados do Planapir, a partir da criação e consolidação do Sinapir. É indispensável, portanto, um conjunto articulado de ações que fortaleçam os instrumentos para a gestão da política de promoção da igualdade racial no Brasil.

Considera-se de extrema importância que as críticas e as reflexões de novos rumos possam permear o conjunto das formulações de balanço das ações do governo, contribuindo, assim, para os ajustes na instrumentalização, aprimoramento e concretização de tais políticas.

No *Relatório Anual de Avaliação – Secretarias Especiais* (Ano base 2005, Caderno 26) são apontadas como aspectos relevantes as contribuições da sociedade civil, destacando-se a maciça participação desta na 1ª Conapir e na formulação dos programas e projetos de inclusão social. Como elementos que restringem a execução da política, identifica-se a baixa institucionalização da política de promoção da igualdade racial, a considerar a insuficiência de mecanismos continuados, a ausência de indicadores para negros e indígenas, a indefinição de metas. Ainda verifica-se a falta de conhecimento da questão racial como base para a baixa compreensão quanto ao significado das políticas de ações afirmativas, pelos gestores de diferentes níveis da administração; a insuficiência de recursos materiais, infra-estruturais e humanos.

No entanto, tudo isso compõe a realidade de iniciar um novo campo de intervenção como a construção de uma Secretaria Especial sem referências anteriores de programas transversais de governo para a promoção da igualdade racial. Não restam dúvidas quanto à pertinência dessa política, assim como a constatação de que o caminho para construí-la é tortuoso, mas suas bases estão consolidadas na legislação nacional e internacional a na necessidade de aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. Cabe, portanto, aos governos, dar continuidade ao processo de sedimentação dessas ações como política de Estado.

No interior do governo federal nunca se fez tanto pela inclusão da população negra e dos demais grupos discriminados no país. Contudo, não é possível superar, em apenas quatro anos de gestão, situações historicamente construídas e perpetuadas por mais de 500 anos. Assim, ainda há muito a fazer, porém, os resultados, muitos já visíveis, são assertivos quanto à promoção da igualdade racial e ao fortalecimento da democracia.

Cleber Medeiros



Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento da África e Oriente Próximo. Colóquio sobre relações Brasil-África. Anais... Brasília: MRE, 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento. Plano Plurianual 2004 – 2007: ano base 2005: relatório anual de avaliação. Brasília: MPO, 2006. (Secretarias Especiais. Caderno 26).

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Um fórum para a igualdade racial: articulação entre estados e municípios. Brasília: SEPPIR, 2005.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS. Marcha a Brasília: por uma política de combate ao racismo e à desigualdade social. São Paulo: Coordenação Nacional de Entidades Negras, 1995.

DAGNINO, Evelina; ESCOBAL, Artur (Org.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MULHOLLAND, Timothy. Relato: experiências de políticas afirmativas no ensino superior, Revista Consciência Negra, 2006, p.41. Edição comemorativa de 35 anos.

ORDEM Jurídica e Igualdade Étnico-Racial 2002. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. [S.l.]: PUC-SP; Instituto Pro Bono, [2002].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plano de Ação de Durban da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005-2006.

PROGRAMA de Governo 2002: Brasil sem racismo. Coligação Lula presidente 2002. Caderno [Específico]. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, [2002a].

PROGRAMA de Governo 2002: Um Brasil para todos. Coligação Lula presidente 2002. Caderno [Geral]. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, [2002b].

PROGRAMA de Governo 2006: Programa Setorial de Igualdade Racial. Coligação A Força do Povo – PT, PCdoB - PRB. Caderno [Específico]. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, [2006b].

PROGRAMA de Governo 2006: Programa de Governo 2007/2010. Coligação A Força do Povo – PT, PCdoB - PRB. Caderno [Geral]. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, [2006a].

REVISTA DIFERENTES DIFERENÇAS: educação de qualidade para todos. Brasília: MEC, 2006.

RIBEIRO, Matilde. Gênero e raça no processo de orçamento participativo: Santo André, 1997-1998. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing, Revista de Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, G.; SILVA, M. P. Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Luiz Inácio [LULA]. Criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Discurso, 21 mar. 2003, Brasília.

SILVA, Luiz Inácio [LULA]. Discurso de Posse, Brasília, 01 Jan. 2003.

SILVA, Luiz Inácio [LULA]. Discurso de Posse, Brasília, 01 Jan. 2007.

TRECCANI, Girolamo Domenico. Terras de quilombo: caminhos e entraves no processo de titulação. Belém: 2006.

Anexos



Anexo – I
Convênios firmados em 2004, 2005 e 2006

Convênios firmados em 2004			
Conveniente	Natureza	UF	Objeto
PM de Belém	PREFEITURA	PA	SOS Racismo Belém
Fundação Universitária de Brasília (Fubra)	FUNDAÇÃO	DF	Diagnóstico Sócio Econ. Pop. Remanesc. Quilombos
PM de Porto Alegre	PREFEITURA	RS	Plano de Promoção da Igualdade Racial
Governo do Estado do Mato Grosso do Sul	GOVERNO	MS	Sistematização e Public. da Política Pedagógica
PM da Cidade de São Paulo	PREFEITURA	SP	Inclusão/reformulação do Quesito Cor nos Bancos de Dados
Sociedade de Cultura Dombali	ONG	SP	DCII-Democracia e Comunic. O Imperativo da Inclusão
Ipeafro	ONG	RJ	Os 90 Anos de Abdias Do Nascimento
Comissão Pró-Índio	ONG	SP	Manejo dos Territórios Quilombolas
Centro de Formação Educ. M. Conceição	ONG	PE	Cantando História
Fundação Universidade de Brasília (Fub)	AUTARQUIA PUBL.	DF	Curso de Especialização-Culturas Negras Atlântico
Semear	ONG	SE	Sergipe Igual P/ Todos-capacitação das Comunidades
Fundação Universitária de Brasília - Fubra	FUNDAÇÃO	DF	Conferências Est. de Polít. de Prom. Iguald. Racial
Centro de Estudos da Desigualdade - Ceert	ONG	SP	Capacitação de Advogados
Associação Nac. dos Advogados (Anaad)	ONG	BA	Assist.humanitária Jurídica ao Imigrante Negro
Coletivo Emp. Afro-brasileiros - Ceabra	ONG	SP	Desenv.econômico Inclusão Pop. Afro-brasileira
Fundação Adm	ONG	BA	Incentivo às Manifestações Desportivas "Indígenas"
Centro Cultural Cartola	ONG	RJ	Dia Nacional do Samba
Fundação Centro de Referência da Cultura Negra	ONG	MG	Agenda Cultural Zumbi + 10 Século XXI
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep)	ONG	MG	Raça e Gênero Vales do Jequitinhonha/Mucuri/Mesovalas
Central de Projetos	ONG	DF	III Jornada África-Brasil
Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (Agende)	ONG	DF	Campanha dos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência/mulher
CNPQ	AUTARQUIA PUBL.	DF	Bolsa Prêmio/Carreira Diplomática Para Afrodescendentes
Centro de Estudos e Defesa do Negro (Cedenpa)	ONG	PA	Quilombos Rurais e Urbanos: Articular e Gerar Rendas
Fundação Universidade de Brasília (Fub)	AUTARQUIA PUBL.	DF	Entrada Pelos Quilombos do Brasil
Associação Beneficente Pena Dourada	ONG	BA	Estudo Etnobotânico de Comunidade Remanescente
Centro de Estudos e Ação Cultural - Quilombo	ONG	SE	Cultura nas Comunidades
Instituto Novas Fronteiras da Cooperação (Infc)	ONG	DF	Ação Kalunga de Desenv. Solidário e Sustentável
Consórcio Intermunicipal ABC	ONG	SP	Fortalecimento Institucional P/ Igualdade de Gênero/raça
Ministério do Esporte	ADM.DIRETA	DF	Despesas Emergenciais Conf. Of. 289/2004/copad/ME
Ministério da Defesa - Exército Brasileiro	ADM.DIRETA	DF	Serviços de Engenharia
Secom - PR	PÚBLICA	DF	Publicidade de Utilidade Pública

(Continua)

Convênios firmados em 2005

Conveniente	Natureza	UF	Objeto
Centro de Articulação de Populações Marginalizadas	ONG	RJ	Campanha afirmativa para a igualdade entre negros e não negros
Centro de Cultura Negra do Maranhão	ONG	MA	Capacitação de professores da rede pública de ensino
Oriashé - Sociedade de Cultura e Arte Negra	ONG	SP	I Seminário sobre a Lei 10.639/03
Fundação Centro de Referência da Cultura Negra	ONG	MG	Associações comunitárias do Vale do Jequitinhonha
Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes	ONG	SP	Edição de livros sobre o acervo do Museu Afro-Brasileiro
Associação das Comunidades Negras Quilombolas (ACONERUQ)	ONG	MA	Projeto Balaiada para o fortalecimento das comunidades negras do Maranhão
Fundação Conscienciarte	ONG	MG	Desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas dos municípios de Paracatu e Vazante
Núcleo de Estudos Negros	ONG	SC	Projeto Colóquio Pensamento Negro e Educação do II Encontro Nacional de Negros e Negras
Centro de Estudos das Relações de Trabalho (Ceert)	ONG	SP	Educação e Igualdade Racial. Conteúdos e métodos para implementar a Lei 10.639/03
Instituto do Negro	ONG	SP	Projeto Jovens Capacitados
Centro de Cultura Professor Luiz Freire	ONG	PE	Projeto Fortalecimento Institucional do Programa Brasil Quilombola
Ações em Gênero e Desenvolvimento (Agende)	ONG	DF	Campanha 16 dias pelo fim da violência contra as mulheres
Centro de Estudos e Cooperação Brasil Continente Africano	ONG	RJ	Projeto Mulheres Negras - Consciência e Cultura
Associação de Apoio a Meninas e Meninos da Região da Sé	ONG	SP	Projeto Olhares Cruzados
ONG - Cataventos Juventude e Cidadania	ONG	DF	Projeto de Capacitação de Gestores Públicos
Instituto do Negro	ONG	SP	Projeto Hamilton Cardoso - Jornalista e Militante
Fraternidade Universal Projeto Curumim	ONG	SP	Projeto a Diáspora Africana
Instituto de Pesquisas Afro-Brasileiro (Ipeafro)	ONG	RJ	Projeto Abdias Nascimento - Memória Viva
Centro Cultural Cartola	ONG	RJ	Projeto Dia Nacional do Samba - Patrimônio da Humanidade
Bloco Cultural e Recreativo Marisco da Maria	ONG	SC	Projeto Bateria Mirim Zumbi dos Palmares
Coletivo de Empresários e Empreendedores (Ceabra)	ONG	SP	Fortalecimento Institucional do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
Prefeitura Municipal de Santos	Municipal	SP	Projeto a Lei 10.639/03 e a Comunidade Escolar
Instituto Casa da Gente	ONG	SP	Projeto Masmamba
Associação Assistencial Casa de Baianos	ONG	DF	Projeto Brasil Haiti
Fundação Cultural Palmares	Federal	DF	Promoção de encontros das comunidades renascentes de quilombolas
Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará	ONG	PA	Projeto Axé Amazônico-Paraense

(Continua)

Convênios firmados em 2005			
Conveniente	Natureza	UF	Objeto
Sociedade Pernambucana de Medicina Veterinária	ONG	PE	Capacitação continuada em comunidades remanescente de quilombos
Sociedade Mineira de Cultura (PUC/MG)	ONG	MG	Curso de pós-graduação em estudos africanos e afro-brasileiros
Centro de Promoção da Saúde (Cedaps Baixada)	ONG	SP	Capacitação de voluntários para atuarem em processos administrativos e judiciais dos imigrantes negros da cidade de Santos e região
Governo do Distrito Federal	Estadual	DF	Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial
Governo do Estado do Tocantins	Estadual	TO	Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial
Governo do Estado do Acre	Estadual	AC	Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial
Associação Quilombola Conceição	ONG	PE	Projeto Zanuaundê
Grupo de Mulheres Negras Malunga	ONG	GO	Fortalecimento Institucional e Apoio à constituição da Coordenação Estadual Quilombola
Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombos (Tapuyo)	ONG	PI	Projeto Despertar dos Quilombos
GUAYI	ONG	RS	Projeto Alfabetização Digital - Quilombola em Rede
Associação Comunitária do Vale do Guaporé	ONG	RO	Fomento ao desenvolvimento local para comunidades Quilombolas de Rondônia
Contag	ONG	DF	Projeto Acesso a Terra aos Membros das Comunidades Negras no Mundo Rural Brasileiro
Movimento Ecumênico de Consciência Negra Palmares	ONG	RS	Capacitação de remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul
Casa de Tradição e Cultura Afro-Brasileira de Minas Gerais	ONG	MG	Projeto Um Olhar sobre os Quilombos do Brasil
Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Maranhão	Estadual	MA	Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial
União de Negros pela Igualdade	ONG	BA	Projeto Estações da História da Resistência da Luta e da Cultura do Povo Negro
Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Santa Catarina	Estadual	SC	Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial
CNPq	Federal	DF	Projeto de Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas
União de Negros pela Igualdade	ONG	BA	Agenda - O Negro na História do Brasil

Convênios firmados em 2006

Convenente	UF	Objeto
Estado de Pernambuco	PE	Plano Estadual
Estado do Piauí	PI	Plano Estadual
Estado do Rio Grande do Norte	RN	Plano Estadual
Estado do Ceará	CE	Plano Estadual
Estado de Goiás	GO	Plano Estadual
Prefeitura de Santa Maria	RS	Encontro Nacional de Clubes e Associações Negras
Prefeitura de Bataguassú	MS	Projeto Combatendo a Igualdade Racial
Estado do Piauí	PI	Seminário Estadual de Combate ao Racismo
Prefeitura de Corumbá	MS	Projeto de Inclusão Social de Afrodescendentes e Geração de Renda
Centro Laranjeirense de Cultura e Desenvolvimento	SE	Articulação das Comunidades Quilombolas de Sergipe
Prefeitura de Barra do Garça	MT	Projeto Informação Cultura e Igualdade Racial
Prefeitura de Santo André	SP	Projeto Capacitação para a Igualdade Racial
Prefeitura de Barra dos Coqueiros	SE	Projeto Quilombos Urbanos
Estado do Acre	AC	Formação de Gestores de Projetos Indígenas do Estado do Acre
Prefeitura de Recife	PE	Projeto Quilombos Urbanos e Rurais de Recife
Prefeitura de Lauro de Freitas	BA	Projeto Construindo a Autonomia das Mulheres Quilombolas
Prefeitura de Várzea Paulista	SP	Ninguém se Educa Inteiramente Sozinho
Prefeitura de Vitória da Conquista	BA	Projeto Cidadania para Negros e Carentes Oriundos da Escola Pública
Casa de Cultura da Comunidade Negra	GO	Fortalecimento Institucional das Comunidades Quilombolas do Estado de Goiás
Centro Soweto	SP	Estudos e Pesquisas em Relações Raciais
Ceabra (SÃO PAULO)	SP	Seminários Técnicos de Formação de Gestores Públicos
Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial	SE	Projeto Social Pés no Futuro
Centro de Integração Social Amigos de Nova Era	RJ	Projeto Documentário Hutúz
Centro Brasileiro de Informação e Documentação	RJ	Curso de Iniciação as Artes Dramáticas
Associação Cultura e Educacional Afro-Brasileira	CE	Vida de Negro no Estado do Ceará
Agende	DF	Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres
Associação de Desenvolvimento	MS	Fortalecimento Institucional das Comunidades Quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul
Fundação Conscienciarte	MG	Capacitação das Comunidades Quilombolas do Município de Paracatu e Vazante
Instituto Treinar	SC	Políticas de Qualificação Racial através do Fortalecimento de Redes de ONG
Instituto Brasileiro de Educação Integração e Desenvolvimento	MG	Fortalecimento Institucional e Inclusão Produtiva do Quilombo Misericórdia - Vale do Jequitinhonha.

(Continua)

Convênios firmados em 2006		
Conveniente	UF	Objeto
Associação das Comunidades Negras Rurais	MA	Projeto Twenda Kalunga
Associação Regiligosa Cultural Ilê de Keto	MG	Encontro Nacional de Sacerdotes e Sacerdotisas de Matriz Africana
Instituto Brasileiro de Administração Pública	SP	Promoção dos Direitos e Empoderamento da Comunidade Quilombola de Caçandoca - Ubatuba
Associação ULSOL	SE	Circuito de Desenvolvimento Sócio-Econômico de Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Quilombolas
Ceabra (Minas)	MG	Capacitação e Qualificação de Sacerdotes e Sacerdotisas de Matriz Africana
Centro Popular de Formação da Juventude - Vida e Juventude	DF	Fortalecimento a Organização e Participação Política Quilombola
Instituto de Tecnologia Social (ITS)	RJ	Desenvolvimento Integrado e Afirmação Étnico Cultural do Quilombo Preto Ferro
Sociedade Pernambucana de Medicina Veterinária	PE	Rede de Ações Quilombolas
Instituto Amazônia de Formação, Estudos e Pesquisas	AP	Identidade do Negro do Pará
Centro de Referência da Cultura Negra (CERNE)	MG	Cidadania Quilombola - Projeto para Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas em Quilombos
Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)	RS	Projeto Brasil Haiti - Olhares Cruzados
Centro de Ações Integradas Novo Horizonte	RJ	Muitas mãos, uma rede
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão	BA	Mapeamento de mapas sagrados
Humanitas	RJ	Coisa de Crioula
Associação Cultural Bloco Ilê Aiyê	BA	Escola de Percussão, Canto e Dança Banda Erê
Associação Comunitária Vovô Geraldo	RS	Seminário de Formação Quilombola
Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN)	MA	Griot Organização e Cultura Fazendo Historia
Associação Paulista Ampliar	SP	Anemia Falciforme: Um Problema Brasileiro
Núcleo Cultural Níger Okán	BA	Convenção Quilombola da Chapada Diamantina
Agência de Desenv. Integrado	MG	Quilombolas do Uruçuia Grande Sertão
Cedefes	MG	Comunidade Quilombola Resistência Memória
Centro Feminista de Estudos (Cfemea)	DF	Fim do Racismo no Mundo do Trabalho Mulheres
Associação dos Prod. de Esp. Teatrais-Apeti	PR	Projeto Cultural Cigana para todos
Associação de Promoção Humana	SP	Hip Hop Bocada Forte
Emp. Teatral e Cultural Assoc. de Espetáculo	RJ	Coral Iyun Asé Orin
Universidade Federal da Bahia/Ceafro	BA	Fortalecimento Quilombos na Bahia
ELO - Inst. de Promoção e Defesa Cidadania	MG	Perspectiva da Efetivação dos Direitos Humanos
Associação Cultural Mulheres Negras	RS	Centro de Cultura Negra do Rio Grande do Sul
Fala Preta Organização de Mulheres	SP	Bem-me-quer Mulheres Negras
Associação de Moradores Com. Quil. Crioulos	PB	Capacitação para a Cidadania
IPDH	RJ	Quilombola Venha Ler e Escrever

(Continua)

Convênios firmados em 2006

Conveniente	UF	Objeto
Quilombo Hoje Literatura	SP	Cadernos Negros: Três Décadas
Kuenda	RS	Capac. Remanescentes Quilombos Urbanos
Feurn	RN	Fortalecimento e Preservação Hist. Terreiros
Associação Estadual dos Rondonistas	SC	Formação Política para Dirigentes Quilombos
Amafro	BA	Reconstruindo o Quilombo
Associação Quilombola de Conceição (AQCC)	PE	Fortalecimento Org. e Inst. Quilombola
Entidade Negra Bastiana (Eneb)	SC	Desenvolvimento Sócio-Econômico SC
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC	SP	Retratando as Desigualdades de Gênero e Raça
Universidade Federal de Santa Maria	RS	Ações Contra a Fome - Quilombo Antonio Arnesto
IBRAD	DF	Consciência Viva 20 de Novembro - 35 Anos
Federação de Capoeira	RJ	Raízes da Igualdade
PM de Parelhas	RN	Controle Social das Políticas Públicas
PM de Sonora	MS	Capacitação de 50 Lideranças do Mov. Social
Fundação Estudos Pesquisas em ADM (Fepad)	DF	Ferramentas de Gestão Ação Quilombola Efetiva
Confederação Brasileira de Capoeira	DF	Capoeira Brasil - 2006
PM de Dourados	MS	Fortalecimento Inst. Cap. Comum Tradicional
PM Bela Vista de Goiás	GO	Fortalecimento Etnia Cigana
Núcleo Cultural Níger Okàn	BA	Seminário Regional e Nacional Com.M. Africana
Secretaria da Justiça e da Cidadania	RN	Lideranças Quilombolas e de Casas Terreiros
Ibraec	RJ	Cartografia Territorial e Cultural Com. Quilombo.
CNPq	DF	Bolsa prêmio de vocação, carreira diplomática

Anexo – 2

Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º. Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º. Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º. São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º. Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3º. Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º. O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º. Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º. O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4º. A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Art. 4º. Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

Art. 5º. Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6º. Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 7º. O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;

II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;

III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e

IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1º. A publicação do edital será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.

§ 2º. O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da área delimitada.

Art. 8º. Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio (FUNAI);

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

Art. 9º. Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificações a que se refere o art. 7º, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de titulação da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 10. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

Art. 12. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

§ 1º. Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editalícias do art. 7º efeitos de comunicação prévia.

§ 2º. O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Art. 15. Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.

Art. 16. Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do art. 134 da Constituição.

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 19. Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministérios:

a) da Justiça;

b) da Educação;

c) do Trabalho e Emprego;

d) da Saúde;

e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

f) das Comunicações;

g) da Defesa;

h) da Integração Nacional;

i) da Cultura;

j) do Meio Ambiente;

k) do Desenvolvimento Agrário;

l) da Assistência Social;

m) do Esporte;

n) da Previdência Social;

o) do Turismo;

p) das Cidades;

III - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

IV - Secretarias Especiais da Presidência da República:

- a) de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- b) de Aqüicultura e Pesca; e
- c) dos Direitos Humanos.

§ 1º. O Comitê Gestor será coordenado pelo representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 2º. Os representantes do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a IV e designados pelo Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 3º. A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 20. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infra-estrutura.

Art. 21. As disposições contidas neste Decreto incidem sobre os procedimentos administrativos de reconhecimento em andamento, em qualquer fase em que se encontrem.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares e o INCRA estabelecerão regras de transição para a transferência dos processos administrativos e judiciais anteriores à publicação deste Decreto.

Art. 22. A expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pelo INCRA far-se-ão sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área.

Parágrafo único. O INCRA realizará o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos em formulários específicos que respeitem suas características econômicas e culturais.

Art. 23. As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revoga-se o Decreto no 3.912, de 10 de setembro de 2001.

Brasília, 20 de novembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Gil

Miguel Soldatelli Rossetto

José Dirceu de Oliveira e Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.11.2003

Anexo – 3

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)

Representantes da Sociedade Civil	
ENTIDADE	REPRESENTANTE
AGENTES DE PASTORAL NEGROS (APN)	Titular: ELIZABETH FERREIRA LOPES MORAES Suplente: JACINTA MARIA SANTOS
ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS	Titular: LÚCIA MARIA XAVIER DE CASTRO Suplente: ELAINE OLIVEIRA SOARES Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN).
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS (ABPN)	Titular: NELSON FERNANDO INOCENCIO DA SILVA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG)	Titular: MÔNICA OLIVEIRA Suplente: JORGE EDUARDO SAAVEDRA DURÃO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO (ABERT)	Titular: RONALD SIQUEIRA BARBOSA Suplente: OSCAR LUIZ PICONEZ
ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CIGANA (APRECI)	Titular: CLÁUDIO DOMINGOS IOVANOVITCHI Suplente: RODRIGO VINICIUS SOARES CARDOSO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS COLETIVOS DE EMPRESÁRIOS AFRO-BRASILEIROS (ANCEABRA)	Titular: JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA BORBA Suplente: BERNARDO NASCIMENTO DE SOUZA
FEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL (CONIB)	Titular: ANITA SCHUARTZ Suplente: SÉRGIO NISKIER
PASTORAL AFRO-BRASILEIRA DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL	Titular: PADRE JURANDYR AZEVEDO ARAÚJO Suplente: CARLOS ALVES MOURA
CONGRESSO NACIONAL AFRO BRASILEIRO (CNAB)	Titular: EDUARDO FERREIRA DE OLIVEIRA Suplente: ERNESTO LUIZ PEREIRA FILHO
COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES NEGRAS (CONEN)	Titular: FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA Suplente: VALÉRIA REGINA NEVES COELHO
COORDENAÇÃO NACIONAL DE QUILOMBOS (CONAQ)	Titular: MARIA ROSALINA DOS SANTOS Suplente: PAULOMARY ACÁCIO DOS SANTOS
FEDERAÇÃO ÁRABE PALESTINO BRASILEIRA	Titular : EMIR SALEH MOURAD Suplente: ELAYYAN TAHER ALADDIN
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS (FENATRAD)	Titular: CREUZA MARIA OLIVEIRA Suplente: REGINA MARIA SIMIÃO
FÓRUM NACIONAL DE MULHERES NEGRAS	Titular: DEISE BENEDITO Suplente: UBIRACI MATILDES DE JESUS
INSTITUTO ETHOS	Titular: MARIA CRISTINA NASCIMENTO Suplente: SÉRGIO EPHIN MINDLIN Dir. Presidente.
INSTITUTO NACIONAL DA TRADIÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA (INTECAB)	Titular: EVERALDO CONCEIÇÃO DUARTE Suplente: VERA BEATRIZ SOARES
INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL (INSPIR)	Titular: NEIDE APARECIDA FONSECA Suplente: SILVIA JULIÃO MARCELINO
UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE (UNEGRO)	Suplente: EDSON LUIZ FRANÇA
WARÃ – INSTITUTO INDÍGENA BRASILEIRO	Titular: AZELENE INÁCIO KAINGANG DANÍSIA Suplente: UBIRATAN DE SOUZA MAIA
REPRESENTANTES COM NOTÓRIO RECONHECIMENTO NAS RELAÇÕES RACIAIS	1. KABENGELE MUNANGA
	2. LECI BRANDÃO
	3. OLIVEIRA SILVEIRA

CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – REPRESENTANTES DOS MINISTÉRIOS	
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	DÉBORAH SILVA SANTOS
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	EUNICE LEA DE MORAES
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	RENATA LEITE
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI IVANISE KNAPP
MINISTÉRIO DA SAÚDE	ANA MARIA COSTA
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	DÉBORA NOGUEIRA BESERRA DANIELLE CANCELA CRONEMBERGER
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	ANDRÉIA INGRID MICHELE DO NASCIMENTO ANDRÉIA DE CASTRO BICALHO
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	MÁRCIA REGINA SARTORI DAMO MAILA ROMANO VILLA VERDE
MINISTÉRIO DO ESPORTE	MEYRE FRANCE LEÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	ADERVAL COSTA FILHO LUCILA BANDEIRA BEATO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	MARIA LUIZA VIOTTI ANDREA GIOVANNETTI
MINISTÉRIO DA CULTURA (FUNDAÇÃO CULTURAL PÁLMARES)	MARTHA ROSA FIGUEIRA QUEIROZ UBIRATAN CASTRO
MINISTÉRIO DAS CIDADES	ETHEL PROENÇA BRAGA
CASA CIVIL	CELSO LOURENÇO MOREIRA CORRÉA IVANILDO TAJRA FRANZOSI
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES	REGINA ADAMI
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS	IVAIR AUGUSTO ALVES SANTOS SIDNEI SOUSA COSTA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	TEREZINHA GASPARIN MAGLIA

Anexo – 4

Lista de Adesões ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR

AC	Estado do Acre
AC	Mâncio Lima
AC	Rio Branco
AC	Sena Madureira
AL	Estado de Alagoas
AL	Águas Branca
AL	Cajueiro
AL	Ibatiguara
AL	Igreja Nova
AL	Mata Grande
AL	Poço das Trincheiras AL
AL	Penedo
AL	Porto de Pedras
AL	Santa Luzia do Norte
AL	União de Palmares
AM	Estado de Amazonas
AM	Eirunepé
AM	Manaus
AM	Envira
AP	Estado do Amapá
AP	Macapá
BA	Estado da Bahia
BA	Amargosa
BA	Barrocas
BA	Boa Nova
BA	Cipó
BA	Conceição de Jacuipe
BA	Cruz das Almas
BA	Curuçá
BA	Cachoeira
BA	Entre Rios
BA	Guaratingá

BA	Iaçu
BA	Igaporã
BA	Ilhéus
BA	Ituberá
BA	Jaguaquara
BA	Jequié
BA	Lagedo do Tabocal
BA	Lauro de Freitas
BA	Lençóis
BA	Livramento de Nossa Senhora
BA	Maragojipe
BA	Piripá
BA	Ponto Novo
BA	Porto Seguro
BA	Presidente
BA	Rio de Contas
BA	Salvador
BA	Santo Antonio de Jesus
BA	Saubara
BA	Senhor do Bonfim
BA	Tremedal
BA	Ubatã
BA	Vera Cruz
BA	Vitória da Conquista
BA	Wagner
BA	Wanderley
CE	Estado do Ceará
CE	Acopiara
CE	Aquiraz
CE	Aratuba
CE	Bela Cruz
CE	Crateús
CE	Crato
CE	Fortaleza

CE	Horizonte
CE	Juazeiro do Norte
CE	Missão Velha
CE	Nova Olinda
CE	Novo Horizonte
CE	Quixadá
CE	Redenção
CE	Salitre
CE	Tejuçuoca
CE	Tururu
ES	Estado do Espírito Santo
ES	Alegre
ES	Aracruz
ES	Alfredo Chaves
ES	Linhares
ES	Cachoeiro de Itapemirim
ES	Cariacica
ES	Colatina
ES	Domingos Martins
ES	Muqui
ES	Fundão
ES	Jerônimo Monteiro
ES	São Mateus
ES	Guaçuí
ES	Conceição da Barra
ES	Guarapari
ES	Serra
ES	Santa Leopoldina
ES	Santa Teresa
ES	Vitória
ES	Vila Velha
DF	Distrito Federal
GO	Estado de Goiás
GO	Alto Paraíso de Goiás

GO	Anápolis
GO	Aparecida de Goiás
GO	Arunã
GO	Cavalcante
GO	Trindade
GO	Cromínia
GO	Formosa
GO	Flores de Goiás
GO	Goianésia
GO	Goiás
GO	Santo Antonio do Descoberto
GO	Goiatuba
GO	Iaciara
GO	Minaçu
GO	Mineiros
GO	Monte Alegre
GO	Cidade Ocidental
GO	Palmeiras de Goiás
GO	Parúna
GO	Posse
GO	Silvânia
GO	Santa Rita do Araguaia
GO	Santa Rita do Novo Destino
GO	Teresina de Goiás
GO	Vila Boa
MA	Estado do Maranhão
MA	Alcântara
MA	Anajatuba
MA	Apicum-Açu
MA	Axixá
MA	Aldeias Altas
MA	Bacabal
MA	Bacurí
MA	Bacurituba

MA	Barreirinhas
MA	Bequimão
MA	Brejo
MA	Buriti de Inácia Vaz
MA	Cajari
MA	Caxias
MA	Cedral
MA	Central do Maranhão
MA	Coelho Neto
Ma	Codó
MA	Chapadinha
MA	Colinas
MA	Curupuru
MA	Guimarães
MA	Humberto de Campos
MA	Igarapé do Meio
MA	Icatú
MA	Itapecuru-Mirim
MA	Lima Campos
MA	Miranda do Norte
MA	Matões
MA	Cândido Mendes
MA	Mata Roma
MA	Monção
MA	Mirinzal
MA	Nina Rodrigues
MA	Parnarama
MA	Pedro do Rosário
MA	Penalva
MA	Pindaré Mirim
MA	Pinheiro
MA	Peritoró
MA	Porto Rico
MA	Presidente Juscelino

MA	Presidente Vargas
MA	Presidente Sarney
MA	Rosário
MA	Santa Helena
MA	Santa Quitéria
MA	Santa Rita
MA	São Bento
MA	São João do Sóter
MA	São Luis Gonzaga do Maranhão
MA	São Vicente Férrer
MA	Serrano do Maranhão
MA	Turilândia
MA	Timon
MA	Viana
MA	Urbano Santos
MA	Vargem Grande
MA	Vitoria do Mearim
MG	Estado Minas Gerais
MG	Araçuaí
MG	Araguari
MG	Arinos
MG	Belo Horizonte
MG	Brasilândia de Minas
MG	Brumadinho
MG	Cachoeiro de Minas
MG	Campo Florido
MG	Campos Gerais
MG	Conselheiro Lafaiete
MG	Carmópolis de Minas
MG	Contagém
MG	Cordislândia
MG	Dona Euzébia
MG	Guaraciaba
MG	Itabira

MG	Itamarandiba
MG	Janaúba
MG	Jequitinhonha
MG	Joaíma
MG	João Pinheiro
MG	Joboticatubas
MG	Formiga
MG	Juiz de Fora
MG	Monte Azul
MG	Monte Carmelo
MG	Monte Claros
MG	Monte Santo de Minas
MG	Nova Lima
MG	Oliveira
MG	Ouro Fino
MG	Pains
MG	Patrocínio
MG	Periquito
MG	Piranguçu
MG	Poços de Caldas
MG	Porteirinha
MG	Presidente Juscelino MG
MG	Santos Dumont
MG	São Domingos do Prata
MG	São Vicente de Minas Gerais
MG	São Gonzalo de Sapucaí
MG	Serro
MG	Uberaba
MG	Uberlândia
MG	Varginha
MS	Mato Grosso do Sul
MS	Bataguassu
MS	Bodoquena
MS	Corumbá

MS	Corguinho
MS	Dourados
MS	Cassilandia
MS	Figueirão
MS	Bandeirantes
MS	Maracaju
MS	Juti
MS	Aquidauana
MS	Jaraguari
MS	Campo Grande
MS	Miranda
MT	Barra do Garças
MT	Cuiabá
PA	Estado do Pará
PA	Irituia
PA	São Miguel do Guamá
PA	Abaetetuba
PA	Ponta de Pedras
PB	Estado da Paraíba
PB	Barra de Santa Rosa
PB	Bayeux
PB	Caaporã
PB	Capim
PB	Itaporanga
PB	João Pessoa
PB	Patos
PB	Pocinhos
PB	Santa Cruz
PB	São Bento
PB	São José da Lagoa Tapada
PB	Sousa
PB	Tavares

PR	Estado do Paraná
PR	Cambé
PR	Iratí
PR	Maringá
PR	Ortigueira
PR	Pato Branco
PE	Estado de Pernambuco
PE	Belém do São Francisco
PE	Aratuba
PE	Bonfim
PE	Camaragibe
PE	Capoeiras
PE	Custódia
PE	Dormentes
PE	Mirandiba
PE	Solidão
PE	Olinda
PE	Orobó
PE	Panelas
PE	Passira
PE	Recife
PE	Riacho das Almas
PE	São Bento Do Uma
PE	Serra Talhada
PI	Estado do Piauí
PI	Assunção do Piauí
PI	Cajazeiras do Piauí
PI	Campinas do Piauí
PI	Colônia do Piauí
PI	Inhuma
PI	Nossa Senhora do Nazaré
PI	Oeiras
PI	Parnaíba
PI	Santa Rosa do Piauí

PI	São João da Varjota
PI	São Miguel do Fidalgo
PI	Simplicio Mendes
PI	Tanque do Piauí
PI	Teresina
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RJ	Angra dos Reis
RJ	Arraial do Cabo
RJ	Armação dos Búzios
RJ	Barra do Piraí
RJ	Campos dos Goytacazes
RJ	Cabo Frio
RJ	Barra Mansa
RJ	Duque de Caxias
RJ	Eng Paulo de Frontin
RJ	Itatiaia
RJ	Itaboraí
RJ	Macaé
RJ	Maricá
RJ	Mesquita
RJ	Natividade
RJ	Nova Iguaçu
RJ	Niterói
RJ	Paraty
RJ	Pinheiral
RJ	Petrópolis
RJ	Porto Real
RJ	Quatis
RJ	Resende
RJ	Rio de Janeiro
RJ	São José do Vale do Rio Preto
RJ	Vassouras
RJ	Volta Redonda

RN	Estado do Rio Grande do Norte
RN	Cerro Corá
RN	Currais Novos
RN	Lucrecia
RN	Parelhas
RN	Parnamirim
RN	São Tomé
RO	Estado de Rondônia
RR	Estado de Roraima
RR	Amajari
RR	Boa Vista
RR	Bonfim
RR	Cantá
RR	Caracaraí
RR	Caroebe
RR	Normandia
RR	São João da Baliza
RR	Uiramurtã
RS	Estado do Rio Grande do Sul
RS	Arroio do Tigre
RS	Bagé
RS	Caxias do Sul - Rs
RS	Encruzilhada
RS	Gravatá
RS	Guabiju
RS	Pelotas
RS	Piratini
RS	São Leopoldo
RS	Porto Alegre
RS	Rio Grande
RS	Santa Maria
RS	Terra de Areia
RS	Viamão
RS	São Lourenço do Sul

SC	Estado de Santa Catarina
SC	Capivari de Baixo
SC	Itajaí
SC	Florianópolis
SC	Navegantes
SE	Estado de Sergipe
SE	Aracaju
SE	Barra dos Coqueiros
SE	Carmópolis
SE	Cristinápolis
SE	Estância
SE	Piaçabuçu
SE	Indiadora
SE	Poço Verde
SE	Porto da Folha
SE	Santa Luzia do Itanhi
SE	São Domingos
SP	Estado de São Paulo
SP	Araraquara
SP	Barretos
SP	Bebedouro
SP	Bertioga
SP	Bom Sucesso de Itararé
SP	Campinas
SP	Campo do Jordão
SP	Cruzeiro
SP	Diadema
SP	Embu/SP
SP	Estância Turística de Piraju
SP	Hortolândia
SP	Fernandópolis
SP	Ferraz de Vasconcelos
SP	Guaira
SP	Guarulhos

SP	Guarujá
SP	Ilha Bela
SP	Itapeva
SP	Itaquecetuba
SP	Jambeiro
SP	Jandira
SP	Leme
SP	Mauá
SP	Mogi das Cruzes
SP	Nova Odessa
SP	Osasco
SP	Penápolis
SP	Pindamonhangaba
SP	Pontes Gestal
SP	Porto Feliz
SP	Piracicaba
SP	Ribeirão Grande da Serra
SP	Ribeirão Preto
SP	Rio Claro
SP	Rio Grande da Serra
SP	Santa Cruz do Rio Pardo
SP	Santa Rita do Passa Quatro
SP	Santo Anastácio
SP	Santo André
SP	Salto
SP	Santos
SP	São Carlos
SP	São José dos Campos
SP	São José de Lagoa Tapada
SP	São Lourenço da Serra
SP	São Paulo
SP	São José do Rio Preto
SP	São Roque
SP	São Simão

SP	Salto
SP	São Vicente
SP	Sumaré
SP	Suzano
SP	Tabatinga
SP	Varzêa Paulista
SP	Valinhos
TO	Estado de Tocantins
TO	Alvorada
TO	Bom Jesus do Tocantins
TO	Darcinópolis
TO	Gurupi
TO	Palmas
TO	Wanderlândia
Total 449 Adesões	
Órgãos executivos – 23 estados 152 Municípios. 175 Total	

Anexo – 5

Lista de comunidades remanescentes de quilombos identificadas por região e estado

Regiões	Estados	Nº de comunidades remanescentes de quilombos
Norte	AC	0
	AP	65
	AM	4
	PA	389
	RO	8
	RR	0
	TO	31
Total Norte		497
Nordeste	AL	58
	BA	553
	CE	85
	MA	856
	PB	33
	PI	106
	PE	117
	RN	69
	SE	47
Total Nordeste		1.924
Centro-Oeste	DF	0
	GO	93
	MS	29
	MT	74
Total Centro-Oeste		196
Sudeste	ES	57
	MG	250
	RJ	29
	SP	90
Total Sudeste		426
Sul	PR	14
	RS	146
	SC	21
Total Sul		181
Total Brasil		3.224

Fonte: TRECCANI, Girolamo Domenico. Terras de quilombo: caminhos e entraves no processo de titulação. Belém, 2006, p. 354.

Anexo – 6

Comunidades remanescentes de quilombos tituladas

	Terra Quilombola	Comunidade(s)	Famílias	Área (ha)	Município	UF	Órgão Expeditor	Ano
1	Boa Vista	Boa Vista	112	1.125,03	Oriximiná	PA	INCRA	1995
2	Santa Maria dos Pinheiros	Santa Maria dos Pinheiros	22	400	Itapecuru-Mirim	MA	INCRA	1995
3	Pitoró dos Pretos	Pitoró dos Pretos	27	2.451,00	Peritoró	MA	INCRA	1996
4	Pacoval	Pacoval	115	7.472,88	Alenquer	PA	INCRA	1996
5	Água Fria	Água Fria	15	557,14	Oriximiná	PA	INCRA	1996
6	Piqui	Piqui	78	600	Itapecuru-Mirim	MA	INCRA	1997
7	Olho D'Água	Olho D'Água	35	2.000	Olinda Nova	MA	INCRA	1997
8	Jamary dos Pretos***	Jamary dos Pretos	162	13.980	Turiaçu	MA	INCRA	1997
9	Trombetas***	Bacabal, Aracua de Cima, Aracua do Meio, Aracua de Baixo, Serrinha, Terra Preta II e Jarauaca	138	80.887,09	Oriximiná	PA	ITERPA	1997
10	Santana dos Pretos	Santana dos Pretos	68	1.203	Pinheiro	MA	INCRA	1998
11	Itamaoari	Itamaoari	33	5.377,60	Cachoeira do Piriá	PA	INCRA	1998
12	Erepecuru***	Pancada, Araça, Espírito Santo, Jauari, Boa Vista do Cuminá, Varre Vento, Jarauaca e Acapu	154	218.044,26	Oriximiná	PA	INCRA	1998
13	Maxixe	Maxixe	32	800	Mirinzal	MA	INCRA	1999
14	Finca Pé	Finca Pé	53	450	Presidente Vargas	MA	INCRA	1999
15	Matões dos Moreiras	Matão, Matinha, Boa Esperança, São Raimundo, Piranga, Caladinho, Igaraninha	143	4.114	Codó	MA	INCRA	1999
16	Mangal / Barro Vermelho***	Mangal	295	7.768,96	Sítio do Mato	BA	ITERBA e FCP	1999
17	Campinho da Independência	Campinho da Independência	59	287,95	Paraty	RJ	Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado Rio de Janeiro e FCP	1999
18	Abacatal	Abacatal	53	308,20	Ananindeua	PA	ITERPA	1999
19	Santo Antônio dos Pretos	Santo Antônio dos Pretos	102	2.139	Codó	MA	ITERMA	1999
20	Eira dos Coqueiros	Eira dos Coqueiros	35	1.800	Codó	MA	ITERMA	1999
21	Mocorongo	Mocorongo	24	163	Codó	MA	ITERMA	1999
22	Curiau	Curiau	108	3.321,89	Macapá	AP	FCP	1999
23	Rio de Contas	Bananal e Barra do Brumado	148	1.339,28	Rio de Contas	BA	ITERBA e FCP	1999
24	Cabeceiras	São José, Silêncio, Matar, Cuecê, Apui e Castanhaduba	445	17.189,69	Óbidos	PA	FCP	2000
25	Porto Coris	Porto Coris	13	199,30	Leme do Prado	MG	FCP	2000
26	Mocambo*	Mocambo	130	2.100,54	Porto da Folha	SE	FCP	2000
27	Kalunga*	Kalunga	600	253.191,72	Monte Alegre, Teresina e Cavalcante	GO	FCP	2000

(Continua)

	Terra Quilombola	Comunidade(s)	Famílias	Área (ha)	Município	UF	Órgão Expeditor	Ano
28	Rio das Rãs	Rio das Rãs	300	27.200	Bom Jesus da Lapa	BA	FCP	2000
29	Castainho*	Castainho*	165	183,60	Garanhuns	PE	FCP	2000
30	Conceição das Crioulas*	Conceição das Crioulas	356	16.865,07	Salgueiro	PE	FCP	2000
31	Mata Cavalo*	Mata Cavalo, Mata Cavalo de Cima, Mata Cavalo de Baixo, Aguaçu, Capim Verde e Ribeirão da Mutuca	350	11.722,46	Nossa Senhora do Livramento	MT	FCP	2000
32	Furnas da Boa Sorte*	Furnas da Boa Sorte	30	1.402,39	Corguinho	MS	FCP	2000
33	Furnas do Dionísio	Furnas do Dionísio	100	1.031,89	Jaraguari	MS	FCP	2000
34	Santana*	Santana	15	828,12	Quatis	RJ	FCP	2000
35	Gurupá	Gurupá Mirin, Jocojó, Flexinha, Carrazedo, Camutá do Ipixuna, Bacá do Ipixuna, Alto Ipixuna e Alto Pucuruí	300	83.437,13	Gurupá	PA	ITERPA	2000
36	Maria Ribeira	Maria Ribeira	32	2.031,87	Gurupá	PA	ITERPA	2000
37	Maria Rosa **	Maria Rosa	20	3.375,66	Iporanga	SP	ITESP	2001
38	Pilões **	Pilões	51	5.925,99	Iporanga	SP	ITESP	2001
39	São Pedro **	São Pedro	39	4.558,20	Eldorado/ Iporanga	SP	ITESP	2001
40	Jenipapo	Jenipapo	74	589	Caxias	MA	ITERMA	2002
41	Cipó dos Cambraias	Cipó dos Cambraias	124	2.440,00	São João do Sótar	MA	ITERMA	2002
42	Camiranga	Camiranga	39	320,61	Cachoeira do Piriá	PA	ITERPA	2002
43	Laranjituba - África	Laranjituba e África	48	118,04	Moju	PA	ITERPA	2002
44	Ihas de Abaeteuba	Alto e Baixo Itacuruça, Campopema, Jenipaúba, Acaraqui, Igarapé São João, Arapapu e Rio Tauraré-Açu	116	11.458,53	Abaetetuba	PA	ITERPA	2002
45	Bom Remédio	Bom Remédio	701	588,17	Abaetetuba	PA	ITERPA	2002
46	Bailique	Bailique Beira, Bailique Centro, Poção e São Bernardo	112	7.297,69	Oeiras do Pará e Baião	PA	ITERPA	2002
47	Jurussaca	Jurussaca	45	200,99	Traquateua	PA	ITERPA	2002
48	Santa Rita de Barreiras	Santa Rita de Barreiras	35	371,30	São Miguel do Guamá	PA	ITERPA	2002
49	Santa Fé e Santo Antônio	Santa Fé e Santo Antônio	28	830,88	Baião	PA	ITERPA	2002
50	Igarapé Preto e Baixinha	Igarapé Preto, Baixinha, Panpelônia, Teófilo, Varzinha, Campelo, Cupu, França, Araquenbaua, Carará, Costeiro e Igarapezinho	565	17.357	Baião	PA	ITERPA	2002
51	Guajará Miri	Filhos de Zumbi	70	1.123,00	Acará	PA	ITERPA	2002
52	Icatu	Icatu	80	1.636,61	Mocajuba e Baião	PA	ITERPA	2002
53	São Sebastião dos Pretos	São Sebastião dos Pretos	62	1.110	Bacabal	MA	ITERMA	2003
54	Ivaporanduva **	Ivaporanduva	70	672,28	Eldorado	SP	ITESP	2003
55	Santa Maria do Mirindeua	Santa Maria do Mirindeua	85	1.763,06	Moju	PA	ITERPA	2003
56	Santo Cristo	Santo Cristo	52	1.767,04	Moju	PA	ITERPA	2003

(Continua)

	Terra Quilombola	Comunidade(s)	Famílias	Área (ha)	Município	UF	Órgão Expeditor	Ano
57	Alto Trombetas **	Abui, Paraná do Abui, Tapagem, Sagrado Coração e Mãe Cue	182	61.211,96	Oriximiná	PA	ITERPA	2003
58	Itacoã Miri **	Itacoã Miri	96	968,99	Acará	PA	ITERPA	2003
59	Pedro Cubas **	Pedro Cubas	40	2.449,39	Eldorado	SP	ITESP	2003
60	Paca e Aningal	Paca e Aningal	22	1.284,24	Viseu	PA	INCRA	2004
61	Bela Aurora	Bela Aurora	32	1.096,63	Cachoeira do Piriá	PA	INCRA	2004
62	São Sebastião dos Pretos	São Sebastião dos Pretos	68	1.010,2100	Bacabal	MA	INCRA	2005
63	Olho d'Água do Raposo	Olho d'Água do Raposo	72	187,3333	Caxias	MA	INCRA	2005
64	Altamira	Altamira	68	1.220,1141	Pinheiro	MA	INCRA	2005
65	Olho d'Água dos Pires	Olho d'Água dos Pires	52	626,8690	Esperantina	PI	INCRA	2005
66	Conceição do Macacoari	Conceição do Macacoari	20	8.475,4710	Macapá	AP	INCRA	2006
67	Parateca e Pau d'Arco	Parateca e Pau d'Arco	500		Malhada	BA	SPU	2006
68	Usina Velha	Usina Velha	75	1.161,0000	Caxias	MA	ITERMA	2006
69	Rio dos Peixes	Rio dos Peixes	47	54,2234	Pinheiro	MA	ITERMA	2006
70	Santo Inácio	Santo Inácio	79	1394,0308	Pedro do Rosário	MA	ITERMA	2006
71	Imbiráú	Imbiráú			Pedro do Rosário	MA	ITERMA	2006
72	Santana	Santana	41	201,1171	Santa Rita	MA	ITERMA	2006
73	Queluz	Queluz	106	227,8885	Anajatuba	MA	ITERMA	2006
74	Furnas da Boa Sorte	Furnas da Boa Sorte		73,333177	Corguinho	MS	Departamento de Terras e Colonização do MS	2006
75	Caçandoca	Caçandoca	53	209,8877	Ubatuba	SP		2006
76	Volta	Volta			Campinas	PI	ITERPI	2006
77	Fazenda Nova	Fazenda Nova			Izaías Coelho	PI	ITERPI	2006
78	Sítio Velho	Sítio Velho			Assunção	PI	ITERPI	2006
79	Lago Grande	Lago Grande	44	958,0000	Peritoró	MA	ITERMA	2006
80	Bom Jesus	Bom Jesus			Cândido Mendes	MA	ITERMA	2006
81	São José	São José			Cândido Mendes	MA	ITERMA	2006
82	Achuí	Achuí			Mirinzal	MA	ITERMA	2006
83	Juçaral/ Santa Helena	Juçaral	30	345,0000	Itapecuru-Mirim	MA	ITERMA	2006

* Terras tituladas pela FCP sem a retirada ou indenização dos proprietários e/ou posseiros.

** Terras cujos títulos contêm cláusulas suspensivas

*** Terras regularizadas por meio de dois títulos, um expedido pelo governo federal e outro pelo governo estadual. A área apresentada na tabela, em hectares, corresponde à sua dimensão total.

Fonte: Comissão Pró-Índio, Incra e dados próprios levantados pela Seppir.

Anexo – 7

Resolução FNDE, nº 09, de 28 de março de 2006.

Estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do Ensino Fundamental, em áreas remanescentes de quilombos, para o ano de 2006.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal/1988 – Art. 208, Art. 215, Art. 216, Art. 68 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT;

Plano de Ação e Declaração da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, 2001;

Lei 11.178, de 20 de setembro de 2005;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966 – Art. 26 A;

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003;

Parecer 003/04 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Resolução FNDE/CD nº 03, de 3 de março de 2006;

Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003;

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; e

Instrução Normativa nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional, de 15 de janeiro de 1997 e alterações posteriores.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 14, Capítulo V, Seção IV do Anexo I do Decreto nº 5.157, de 27 de julho de 2004 e pelos arts. 3º, 5º e 6º do Anexo da Resolução/CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, e CONSIDERANDO a necessidade de promover ações supletivas e redistributivas, para correção progressiva das disparidades de acesso, de permanência e de garantia do padrão de qualidade do Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro, CONSIDERANDO a necessidade de respeitar e de valorizar a diversidade étnico-racial e de fortalecer a auto-estima dos alunos e professores negros;

CONSIDERANDO a necessidade de oferta de Ensino Fundamental que atenda ao que dispõe a Lei nº 10.639/03 e ao Parecer CNE nº 003/04 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

CONSIDERANDO a necessidade de oferta de Ensino Fundamental que atenda as necessidades específicas das comunidades de remanescentes de quilombos; e CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios e parâmetros para habilitação e apresentação de projetos, visando assegurar a implementação dos mesmos, na configuração estabelecida no orçamento de 2006;

RESOLVE “AD REFERENDUM”:

Art. 1º Fica autorizada a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito da Educação Básica, para a oferta de Ensino Fundamental nas áreas remanescentes de quilombos.

§ 1º – Poderão formular pleitos de assistência financeira Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, estas últimas com experiência comprovada na elaboração de material didático, para a execução das seguintes ações:

Ações por Níveis / Modalidades de Ensino / Programas e Proponentes

Nível / Modalidade	Ações	Proponentes	Beneficiários
Ensino Fundamental Programa Brasil Quilombola.	Formação Continuada de Professores.	Estados e Municípios que administram ensino fundamental em áreas remanescentes de quilombo.	Professores que atuam de 1ª a 8ª série do ensino fundamental.
	Material Didático	Estados e Municípios que administram ensino fundamental em áreas remanescentes de quilombo.	Alunos e professores das escolas do Ensino Fundamental, situadas nas comunidades remanescentes de quilombo.
	Reforma, Construção Equipamentos	Estados e Municípios que possuem áreas remanescentes de quilombo apresentem documento de posse do terreno onde a escola será construída.	

§ 2º - Em se tratando de Estados e Municípios, a seleção dos interessados para o recebimento de apoio financeiro para as ações referidas no parágrafo anterior seguirá os seguintes critérios:

- I - número de comunidades remanescentes no local (Estado ou Município);
- II – número de famílias nas comunidades remanescentes;
- III – número de crianças e pré-adolescentes nas comunidades remanescentes;
- IV – número de crianças e pré-adolescentes fora da escola nas comunidades remanescentes.

§ 3º - Para a ação “reforma e construção de unidades escolares e aquisição de equipamentos”, o proponente deverá apresentar documento que comprove o exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel onde serão executadas as obras, nos termos do art. 2º, VIII, da Instrução Normativa STN nº 01/97.

Art. 2º A assistência financeira será processada mediante solicitação das entidades referidas no art. 1º, por meio de apresentação de projetos educacionais, elaborados sob a forma de Plano de Trabalho, conforme disposições constantes no Anexo I desta resolução e no Manual de Orientação para Assistência Financeira aos Programas e Projetos Educacionais – 2006 aprovado por Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE.

§1º - A análise técnico-pedagógica dos projetos ficará a cargo da Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) que encaminhará, ao FNDE, os projetos aprovados.

§2º - As entidades deverão apresentar ao FNDE, concomitantemente com a entrega do projeto específico, a documentação de habilitação.

§3º - As entidades que tiverem seus projetos aprovados ficarão obrigadas, quando for o caso, a promover a atualização dos documentos referentes à habilitação que perderem a validade, nos termos da legislação vigente.

§4º - A celebração do convênio, objetivando a execução de projetos tecnicamente aprovados, fica condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros do FNDE, à adimplência e à habilitação do órgão ou entidade proponente.

Art. 3º No exercício de 2006, a entidade descrita no parágrafo 1º, do art. 1º desta Resolução somente poderá apresentar um único projeto para cada modalidade de ensino e programa.

Art. 4º Os projetos encaminhados na data prevista, obedecendo ao estipulado pela Resolução CD/FNDE nº 13/2005 e não atendidos, ficam revalidados e concorrerão de igual forma aos apresentados no exercício de 2006.

Art. 5º O projeto específico e os documentos de habilitação de Municípios, Estados e entidades privadas sem fins lucrativos, referidos nesta Resolução, deverão ser entregues na Coordenação de Habilitação para Projetos Educacionais (COHAP/FNDE), no seguinte endereço: Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Bloco F – Edifício Áurea – Térreo – Sala 07 – Cep: 70070-929. Brasília – DF, podendo ser postados nas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, por meio de Aviso de Recebimento – AR; ou encaminhados via outra empresa de transporte de encomendas, com comprovante de entrega, até 30 de abril de 2006.

Art. 6º Para efeito de habilitação, recebimento e análise do plano de trabalho, deverá ser apresentada documentação completa, e o processamento dar-se-á de acordo com a Resolução FNDE/CD nº 03, de 3 de março de 2006 e as prioridades estabelecidas pelo FNDE.

Art. 7º A título de contrapartida financeira, a entidade proponente participará com um valor mínimo de 1% (um por cento) do valor total do projeto.

Art. 8º O projeto educacional, objeto de solicitação de assistência financeira suplementar ao FNDE, de que trata esta Resolução, apresentado e não conveniado até 31 de dezembro de 2006, perderá a validade.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fernando Haddad

Ministério da Educação

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Conselho Deliberativo

Anexo – 8

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

”Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

§ 3º (VETADO)

”Art. 79-A. (VETADO)

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Anexo – 9

RESOLUÇÃO 08/2006/ FNDE-MEC – CULTURA AFRO

Art. 1º - Autorizar a apresentação de pleitos de assistência financeira, no âmbito da Educação Básica, para a oferta de Ensino Fundamental nos municípios das capitais brasileiras e Distrito Federal e nos municípios que disponham de órgãos de promoção de igualdade racial, reconhecidos pela SEPPIR, para implementação do Artigo 26 A da LDB.

§ 1º – Somente os municípios da relação anexa e o Distrito Federal poderão solicitar recursos para formação continuada de professores e material didático;

§ 2º - As entidades privadas sem fins lucrativos com experiência comprovada na elaboração de material didático poderão solicitar recursos para a criação de materiais didáticos específicos para implementação do Artigo 26 A da LDB, em sala de aula.

Ações por Níveis/Modalidades de Ensino/Programas e Proponentes			
NÍVEL/MODALIDADE	AÇÕES	PROONENTES	BENEFICIÁRIOS
Ensino fundamental	Formação Continuada de Professores	*26 municípios das capitais e Distrito Federal *municípios que disponham de órgãos de promoção de igualdade racial, reconhecidos pela SEPPIR.	Professores que atuam de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental
	Material Didático	*26 municípios das capitais, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos.	Alunos e professores de escolas do Ensino Fundamental.

Anexo – 10

Universidades com sistema de reserva de vagas

Reserva de vagas sociais e étnico-raciais (escola pública, negros e indígenas)

1. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
2. Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
3. Universidade Federal da Bahia (UFBA)
4. Universidade Estadual de Londrina (UEL)
5. Universidade Federal do Paraná (UFPR)
6. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
7. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
8. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
9. Universidade de Brasília (UNB)
10. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
11. Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
12. Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
13. Universidade Estadual de Goiás (UEG)
14. Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT)
15. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
16. Universidade Federal do Pará (UFPA) - para 2008
17. Centro Universitário da Zona Oeste (UEZO/RJ)
18. Fundação Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC)
19. Universidade Federal do ABC (UFABC)
20. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
21. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
22. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
23. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
24. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
25. Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
26. Centro Federal de Educação Tecnológico da Bahia (CEFET/BA)

Reserva de vagas sociais e étnico-raciais (alunos de escola pública e indígenas)

Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

Reserva de vagas étnico-raciais (indígenas)

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Reserva de vagas sociais (escola pública)

1. Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS/DF)
2. Universidade de Pernambuco (UPE)
3. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)
4. Universidade Federal do Piauí (UFPI)
5. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
6. Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Fonte: Coordenação - Geral de Políticas Estratégicas da Educação Superior Departamento de Política da Educação Superior (Depes), Secretaria de Educação Superior (Sesu), Ministério da Educação (MEC).

Siglas

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

Abert – Associação Brasileira de Rádio e Televisão

Acnur – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AECQ – Associação Estadual de Comunidades Quilombolas

Anpir - Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial

ANTD - Agenda Nacional do Trabalho Decente

Anceabra – Associação Nacional de Empresários Afro-Brasileiros

Arpen - Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo

Anaad - Associação Nacional dos Advogados Afrodescendentes

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Caixa - Caixa Econômica Federal

CAT – Central Autônoma dos Trabalhadores

Ceap – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

Cedaps – Centro de Promoção da Saúde Baixada Santista

Ceert – Centro e Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

Cida – Agência Canadense para o Desenvolvimento

Cidan - Centro Brasileiro de Documentação do Artista Negro

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

CNC - Confederação Nacional do Comércio

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNIF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF)

CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNT - Confederação Nacional do Transporte

Conapir - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conjuv - Conselho Nacional da Juventude

Conaq – Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DFID - Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional

DOU - Diário Oficial da União

Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras

Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

FBB – Fundação Banco do Brasil

FCP- Fundação Cultural Palmares

FDIM – Federação Democrática Internacional e Mulheres

FES/Ildes - Fundação Friedrich Ebert

Fipir - Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fundep - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

FRM – Fundação Roberto Marinho

FS – Força Sindical

Fubra – Fundação Universitária de Brasília

Funai – Fundação Nacional do Índio

Furnas – Furnas Centrais Elétricas

Ibam - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

Inbra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INT – Instituto Nacional de Tecnologia

Inspir - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IRBR – Instituto Rio Branco

Itermar - Instituto de Terras do Maranhão

Iterpa - Instituto de Terras do Pará

Iterpi - Instituto de Terras do Piauí

Itesp - Instituto de Terras de São Paulo

MC – Ministério das Comunicações

Mcidas - Ministério das Cidades

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MD – Ministério da Defesa

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ME – Ministério do Esporte

MEC - Ministério da Educação

Mesoval - Agência de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

MinC - Ministério da Cultura

MIN – Ministério da Integração Nacional

MJ – Ministério da Justiça

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPS - Ministério da Previdência Social

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MS - Ministério da Saúde

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTur – Ministério do Turismo

OIT - Organização Internacional do Trabalho

Opas - Organização Pan-Americana de Saúde

PBQ - Programa Brasil Quilombola

PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional

Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Pnaq – Programa Nacional de Alimentação Quilombola

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PPA - Plano Plurianual

Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar

RTDI – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SAM - Subchefia de Articulação e Monitoramento

Sape - Sociedade Agreense de Proteção Ecológica

Seap - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SDS - Social Democracia Sindical

Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SG-PR – Secretaria-Geral da Presidência da República

SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Uerj – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Ufal – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UnB – Universidade de Brasília

Uneb – Universidade Estadual da Bahia

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Unifem – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros



